

MST, MÍDIA E INCLUSÃO SOCIAL

Ovídio Mota Peixoto

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Doutorado em Comunicação e Cultura**

**Professora Doutora Liv Sovik
Orientadora**

Rio de Janeiro

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO -UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA
ÁREA DE PESQUISA: Mídia e Mediações Sócio-culturais

MST, Mídia e inclusão social

Ovidio Mota Peixoto

DRE: 102 087 960

Tese apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação e Cultura.

Aprovada por:

Prof. Dr. José Flávio Pessoa de Barros

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Profa. Dra. Raquel Paiva

Prof. Dr. Mohammed Elhajj

Orientadora: Profa. Dra. Liv Sovik

Rio de Janeiro, Abril de 2006

Peixoto, Ovidio Mota

Mst, mídia e inclusão social / Ovídio Mota Peixoto, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 249 p.

Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro

1. Hegemonia. 2. Articulação. 3. Inclusão Social.

4. MST. 5. Jornalismo. (Dout. – UFRJ/2006).

Agradecimentos

A Liza e Débora, pela paciência e boa vontade com meu humor.

Aos meus pais Cenira e Ovídio, que sempre torceram por mim.

Aos amigos William, Rogério, Marco, Altayr, que de uma forma ou de outra sempre me incentivaram.

Aos professores da ECO.

À Liv Sovik, pela compreensão.

RESUMO

Este trabalho analisa um dos campos onde se trava a luta pela hegemonia na sociedade brasileira, com a participação crescente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, organização que nasce da luta pela reforma agrária e torna-se um porta-voz de reformas do Estado Brasileiro, marcado pela constante histórica da desigualdade social. A luta pela hegemonia acontece em vários campos, articulados como se fosse em um móvel. Um desses campos é a mídia de notícias e esta tese propõe, como metáfora descritiva dessa dimensão da luta, um jogo de futebol, onde os adversários se enfrentam com o intuito de atender e obter aprovação e apoio da torcida, ou da opinião pública. O jogo é travado por meio de lances, movimentações, jogadas, visíveis e constituídos nos meios de comunicação. O campo em cuja superfície o jogo transcorre mostra-se um agente interessado, cuja atuação tende em vários momentos a favorecer a ordem vigente. A tese examina um conjunto de ações estratégicas do MST que, diante das adversidades oferecidas pelo campo do jornalismo, visam converter as obstruções oferecidas pelo campo em fatores favoráveis à luta e postulações pela transformação social, a partir do acervo de recortes de alguns dos principais jornais e revistas do país, publicados entre 1997 e 2003, cujas notícias, reportagens, artigos, editoriais e ilustrações trataram dos sem-terra.

PALAVRAS-CHAVE: Hegemonia. Articulação. Inclusão Social. MST. Jornalismo.

ABSTRACT

This dissertation analyses one of the fields in which the struggle for hegemony takes place within Brazilian society, as the Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) has taken an increasingly important role. The MST is an organization born of the struggle for land reform and represents demands for reform of the Brazilian State, marked by a historical constant of social inequality. The struggle for hegemony occurs in various fields, interconnected as if they made up a mobile. One of these fields is the news media. The dissertation compares this dispute to a football game, where the adversaries face each other off in order to obtain the approval of the fans, or public opinion. The game has plays, moves, rehearsed set-ups, which are constituted or made visible in the media. The field on which the game takes place is also an interested agent, whose action tends to favor the *status quo*. The dissertation examines strategic actions by the MST that, in the face of the adverse conditions of the playing field of journalism, seek to make the obstacles presented by the field into factors favorable to the struggle and to positions in favor of social change. It is based on a collection of material that includes news reports, features, editorials and illustrations published between 1997 and 2003.

KEYWORDS: Hegemony, articulation, social inclusion, MST, journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	Pág. 9
-----------------	--------

CAPÍTULO I	Pág. 17
------------------	---------

A Hegemonia: A descrição e o objetivo da disputa.

Onde se apresenta o conceito de hegemonia como o objetivo da disputa aqui analisada e descrição da própria disputa, como um metajogo. No campo da luta hegemônica, contendores se relacionam de maneira articulada, de tal modo que qualquer avanço ou recuo de um incide e modifica o todo. O encadeamento se dá como num móbile em que qualquer alteração num dos pólos altera a instalação inteira.

CAPÍTULO II.....	Pág. 39
------------------	---------

O que é o MST. Onde se descreve a trajetória das reflexões que focalizam o campo, a dissertação de Mestrado que voltava-se para o que parecia um embate puro e simples entre o MST e os Meios de Comunicação e relata visita ao Pontal do Paranapanema, local preferencial para observar e conhecer o MST.

CAPÍTULO III.....	Pág. 73
-------------------	---------

O Cenário da Disputa. Onde se contextualiza o momento em que o MST desponta como ator capaz de integrar a constelação de forças que constitui e determina a hegemonia.

CAPÍTULO IV	Pág.87
-------------------	--------

A opinião pública. Onde se analisam as expectativas históricas do público, que se assemelha a uma torcida a quem o jogo é dirigido e que tem interesses na disputa e as possibilidades que este público tem de influenciar o andamento da contenda.

CAPÍTULO V.....Pág.102

As artimanhas retóricas do embate. Onde se abordam os recursos retóricos, o arsenal de armas discursivas de que os oponentes podem lançar mão para se manter ou vencer a disputa.

CAPÍTULO VI.....Pág.131

O campo desfavorável. O MST na revista *Veja*. Um estudo de caso. Aqui, tratamos do estudo de caso de uma reportagem da revista *Veja* sobre o MST onde tais recursos retóricos são amplamente utilizados.

CAPÍTULO VII.....Pág. 146

O Jornalismo no centro das discussões. Onde se analisam as brechas, as dobras, os nós, as sombras, os buracos do campo escondidos pela grama alta, as contradições e ambigüidades inerentes à natureza e ao funcionamento do campo (da imprensa) e onde também se analisa a possibilidade de que haja lances inesperados que contrariem as expectativas e possam modificar o próprio campo.

CAPÍTULO VIII.....Pág. 182

As Estratégias do MST. Onde o que interessa é justamente analisar o pensamento do treinador, isto é, os princípios que determinam a formação do time, que podem ser assumidos e explicitamente mostrados; a escalação do time e o plano tático de jogo, o esquema tático (mais recuado, mais avançado) e ainda os eventos do próprio jogo, os atos, movimentos, recuos que se notam no decorrer da partida.

CONSIDERAÇÕES FINAISPág. 232

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....Pág. 239

INTRODUÇÃO

A percepção dos pobres é mais rica que a dos intelectuais, mas é fragmentária. Cabe aos intelectuais oferecer um sistema a esta racionalidade. É a transformação do reino da necessidade no reino da liberdade. (Milton Santos)¹.

Este trabalho trata da Imprensa brasileira e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Trata da Sociedade Civil, da Opinião Pública e da idéia de Articulação. Trata da desigualdade social como constante histórica da sociedade brasileira e sua vinculação com a concentração da propriedade da terra devida à ausência de Reforma Agrária. Trata das interações, da interdependência das ações e posicionamentos das forças contrárias que atuam na sociedade; dos entrecruzamentos de interesses entre tais forças e das encruzilhadas e bifurcações dos lugares em que elas se manifestam e dos caminhos que percorrem. Trata enfim dos papéis desempenhados pelos atores que protagonizam disputas de visões de mundo antagônicas e concorrentes no cenário político brasileiro contemporâneo e da sua importância para a determinação da Hegemonia.

No intuito de melhor analisar as posições em confronto, os contendores e o lugar em que a disputa ocorre, ou seja a Imprensa ou, como também a chamaremos daqui por diante, a Mídia de Notícias, adotamos aqui a metáfora do “campo de futebol” no qual se trava uma disputa entre elites hegemônicas e forças subalternas, ou contra-hegemônicas. O campo é o espaço onde se trava a luta pela hegemonia. As diversas forças, os diversos agentes que interagem de maneira articulada sobre o rumo da bola, incluem a torcida, as condições da realidade no momento que se inicia a partida ou no momento em que tem início a observação, os antecedentes que determinaram que o jogo hegemônico acontecesse do modo como acontece. É como um embate no qual se defrontam equipes com potencial

desigual. A força que prevalece no momento em que a análise tem início e portanto - para nós - no momento em que a partida começa, é o que podemos chamar de Situação, configurada pelas forças predominantes antes da entrada em campo do MST. Dela fazem parte os setores da sociedade mais beneficiados pela ordem vigente, do ponto de vista econômico, cultural e social, ou sejam: as elites. A elas interessa a manutenção da realidade como se encontra, isto é, que os rumos e direções, as prioridades e a ordem de importância a serem consideradas pelo Estado sejam determinadas por elas. À Situação interessa sobretudo o controle das regras do jogo e o controle do placar, ou seja, o resultado do jogo. As elites conhecem o campo onde se trava a disputa, estão habituadas a frequentar o espaço da mídia de notícias. Conhecem várias estratégias comunicacionais com as quais buscam apresentar como naturais e do interesse coletivo os seus interesses particulares. Reconhecem enfim os fatores que podem interferir na condução do jogo, fatores como o vento, a inclinação da superfície do campo, o tamanho da área, a atuação dos juízes, o entorno do campo etc.. Ou seja, as determinações econômicas capazes de definir posicionamentos editoriais; as exigências impostas para o acesso à imprensa; as maneiras de produzir fatos noticiáveis; os modos pelos quais é possível dar ressonância e realimentar a cobertura noticiosa ou esvaziar o interesse e as repercussões de notícias. A Situação sabe que o campo lhe favorece em qualquer disputa, como também reconhece a necessidade vital para a sua própria preservação de que continue a haver contendidas no campo. Para que a Situação prevaleça, é necessário que ela vença qualquer embate e continue convencendo a todos de que é a melhor opção de caminho.

É neste campo, caracterizado como espaço que tende a favorecer as forças predominantes num dado momento histórico, que surge um novo adversário, um novo ator social que de maneira inesperada e inédita se apresenta como representante dos setores subalternos, dos mais pobres, dos setores tradicionalmente silenciados, excluídos, enfraquecidos e dominados. É neste campo que uma organização formada por agricultores que reivindicam terra para plantar e para sobreviver emerge e apresenta como suas as demandas e reivindicações de outros homens e mulheres tratados como cidadãos de segunda categoria na sociedade brasileira.

O que se analisa aqui, no entanto, não é apenas o embate que irá se travar entre as práticas e os discursos que sustentam a situação em vigor e aqueles que se opõem a ela e pregam transformações estruturais no modo de funcionamento da sociedade. Interessam-nos especialmente as condições do próprio campo. Suas peculiaridades, seus declives, suas elevações, os fatores que possam interferir no resultado, que possam impedir que as coisas mudem, pelo menos que mudem de maneira abrupta. O campo é a mídia de notícias. Na metáfora aqui proposta, o que se me mostra como peculiar é por exemplo o fato de a imprensa se auto-intitular defensora dos cidadãos, da democracia, da igualdade de oportunidades, de afirmar lutar contra as injustiças sociais, ao mesmo tempo em que, na prática, opõe-se às transformações estruturais da ordem. Por definição, por sua própria natureza e constituição histórica, ela tem que acolher o jogo. É para isto que ela existe. Sem jogo, não há finalidade para o campo. Do mesmo modo, sem o contraponto, sem o discurso contra-hegemônico, não há finalidade ou justificativa para a própria existência da imprensa. Ela precisa acompanhar e registrar todos os momentos da disputa, acolher os discursos concorrentes, interpretando-os, explicitando-os, contextualizando suas origens e possíveis desdobramentos, sem tomar posição a respeito deles. Se à Situação cabe reafirmar seus valores, princípios e favoritismo, seus adversários devem também ser ouvidos e conhecidos, ainda que seja para mantê-los sob controle, ainda que seja para reavivar, oxigenar e rejuvenescer o vigor da hegemonia, preservando-a a partir de reformas e mudanças pontuais que não causem traumas e não provoquem rupturas. O campo, portanto, é mais do que apenas palco, transcende a função de mediação que dele se poderia esperar, pois que interfere e, podendo influenciar, de fato afeta o desempenho das equipes e influencia o resultado do jogo, embora não possa fazê-lo de modo antecipado, absoluto ou definitivo.

Um campo onde ocorre um jogo pressupõe a existência de uma torcida. A torcida, ou o público, comparece para assistir mas também espera poder intervir no desenrolar da partida, pois sabe que atua como um jogador a mais e sabe que tem todo interesse no resultado da disputa. O público precisa ser contemplado, precisa ver o jogo acontecendo, precisa enfim acreditar que a disputa se dará dentro de regras claras, estáveis, equilibradas, para garantir que o melhor time, o melhor argumento, deverá vencer.

Na metáfora sugerida, o MST é como o “time de fora”, o “time visitante”. Surpreende por estar ali, por ter chegado ao túnel de entrada do gramado, pois traz algo de inédito no tipo de atores que coloca em cena. Como também inéditas são suas jogadas, suas ações discursivas e práticas. O MST é uma voz que enuncia um discurso contra-hegemônico e consegue habitar, isto é, entrar e se manter no espaço da mídia de notícias, onde tradicionalmente, ao longo da história, o discurso predominante sempre foi o discurso enunciado pelos proprietários, pelos donos, pelos que têm, pelos que possuem, pelos “com-terra”, pelos “com-capital”, pelos “com-voz” e nunca por setores que se apresentam com a credencial maior de “não terem”, de serem, por exemplo, “sem-terra”. O discurso dos sem-terra é contra a manutenção da constante histórica da desigualdade social, visceralmente vinculada à concentração da propriedade da terra.

A seu favor, o movimento dos sem-terra espera e necessita sempre contar com o apoio da opinião pública. Mais precisamente, conta com sua própria habilidade e competência para “ganhar a torcida”, ou seja, convencer a opinião pública de que pode entrar em campo, de que tem legitimidade para atuar no jogo, no grande jogo da hegemonia. Nos momentos em que consegue fazê-lo, contribui para reforçar o protagonismo que a sociedade civil deveria ter na cena política contemporânea.

O conceito de hegemonia aqui considerado retoma o entendimento e uso que dele fez o italiano Antônio Gramsci. Na acepção de Gramsci, hegemonia substitui a idéia de uma dominação feita pela força, exercida verticalmente, de cima para baixo, oprimindo mais do que governando de fato. A idéia de hegemonia se distingue da idéia de uma classe exercendo dominação, de forma coercitiva, sobre o conjunto da sociedade. Permite portanto olhar para a realidade como um espaço de forças em movimento, articuladas, feita de recuos e avanços, com possibilidade de atuação na definição dos rumos. Ainda vinculados à idéia de hegemonia, estão a co-presença, a concorrência de forças distintas e contrárias. Hegemonia diz respeito a uma condução, baseada na liderança consentida, estabelecida mediante um consenso obtido pela negociação, pela persuasão e não pela força, ainda que eventualmente se utilize de algum artifício de repressão. Embora ocorra em diversos

lugares e momentos, de maneira simultânea, aqui nos interessa a disputa pela hegemonia que se dá no campo da comunicação, mais especificamente, no campo da mídia de notícias, no campo da imprensa.

Ao entrar na mídia, o MST não apenas demonstra que há no campo uma tendência – e o faz acusando a mídia explicitamente de favorecer o lado dominante – como também confirma que a mídia precisa acolher o discurso contrário, para preservar a si mesma como instituição confiável para o todo social. O resultado é a dinâmica do embate, no qual a hegemonia é posta em foco e uma nova configuração de forças passa a ocorrer.

Na disputa pela hegemonia, o jogo, na verdade, nunca pára, nunca parou. O que tomamos aqui como início do jogo marca somente o momento em que começa nossa observação e a série de eventos que dali em diante se sucedem. A dinâmica das relações entre a Situação, o Campo, o MST e a Torcida se dá de maneira articulada. A mídia de notícias dá forma ao embate, pois é ela quem seleciona os melhores lances, as jogadas mais eficazes, é ela quem indica os limites do que pode ser admitido como ação válida. No entanto, a própria partida, as manifestações da torcida, as táticas de jogo criativas e muitas vezes movimentos que não estavam previstos no regulamento acabam por conformar também o campo, isto é, acabam por determinar o comportamento da mídia. Se o campo determina as características do embate, o transcorrer da disputa modifica e impõe novas regras e transforma aspectos desfavoráveis do campo em fatores favoráveis e vice-versa. Em suma, se a mídia configura o debate, a luta por sua vez dá forma à mídia. A relação é de articulação, de reciprocidade. Uma interfere e determina a outra.

A tese se divide em 8 capítulos. No primeiro, ela trata do conceito de hegemonia, enquanto entendimento que substitui a idéia de uma dominação exercida verticalmente, de cima para baixo, em que os “emissores” ou setores dominantes tomariam todas as iniciativas e controlariam “receptores” passivos, submissos e apáticos ou subjugados por forças repressivas. Em vez disso, a noção de hegemonia permite analisar a sociedade como um conjunto de forças, provenientes dos setores dirigentes e dos setores subalternos, cujos interesses se mantêm em permanente disputa e avançam ou recuam conforme a

configuração de cada momento do embate. Deste modo, não haveria uma direção ou rumo pré-definido, perene ou impossível de ser modificado. Neste sentido a hegemonia constitui ao mesmo tempo a descrição de como se dá a luta e o objetivo maior dos contendores. Ela é o metajogo, uma vez que define o jogo e resulta dele.

No segundo capítulo, tratamos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, suas origens, suas contradições, de como funcionam os assentamentos mantidos pela organização, de como se deu sua trajetória até que chegasse a ter a visibilidade e relevância política que conquistou. Aqui, relatamos algumas das características do movimento, especialmente numa das regiões de atuação mais expressiva dos sem-terra, o Pontal do Paranapanema, no interior de São Paulo.

O capítulo seguinte analisa o contexto do jogo hegemônico. Isto é, o cenário em que a disputa acontece. Em que momento político, econômico e social o MST se torna uma força tão expressiva que consegue aglutinar apoios nacionais e internacionais e contra que forças ou posições o movimento se defronta.

O quarto capítulo dedica-se à opinião pública, expressão freqüentemente utilizada tanto por setores dirigentes quanto pelo MST. O entendimento de opinião pública aqui utilizado está vinculado ao conceito de Esfera Pública como proposto por Habermas, ou seja, a opinião consensual que resulta do debate público racional que deveria ter a imprensa como uma das instituições fundamentais para a mediação de posições antagônicas. Por mais que a esfera pública contemporânea seja diferente do que teria sido em suas origens, o conceito permanece como normativo para o funcionamento da sociedade democrática e, portanto, para o funcionamento da imprensa. De tal modo que nem a manutenção da ordem vigente nem os discursos que se opõem a tal ordem podem abrir mão de submeter suas postulações e posições à apreciação do público e de suas manifestações favoráveis ou contrárias. Na metáfora aqui proposta do jogo de futebol, a opinião pública representa a torcida que assiste a uma disputa em que seus próprios interesses também estão em jogo. Mais que assistir, ela se manifesta, influencia, incentiva ou desestimula os contendores ao aprovar ou desaprovar suas ações e discursos. As reações da opinião pública não incidem

apenas sobre os contendores, mas também sobre o próprio campo, isto é, sobre a imprensa que tem a função de formar e influenciar o público mas também depende do público para manter sua própria legitimidade e credibilidade.

As jogadas ou os movimentos possíveis na disputa são analisados no capítulo a seguir, focado na retórica e na definição de Bakhtin da palavra como arena de disputa ideológica. O capítulo trata exatamente dos usos de recursos retóricos e dos nomes, verbos e adjetivos com os quais a imprensa, os setores dirigentes e também o MST apresentam suas posições, qualificam e definem seus posicionamentos e desqualificam as postulações de seus adversários. Como estudo de caso, no capítulo VI, analisamos uma reportagem publicada pela revista *Veja* a respeito do MST em que tais artimanhas ou “armas” retóricas revelam sua função na disputa hegemônica. Na metáfora do jogo de futebol, tais usos seriam como táticas de jogo, posicionamentos de jogadores em campo, dizem respeito aos modos mais eficazes de explorar as possibilidades que o contexto, o jogo em si ou o campo da imprensa oferecem. Assim, por exemplo, a própria denominação do MST como movimento social, sua identificação como organização de trabalhadores sem-terra que ocupam propriedades e que entendem reforma agrária como distribuição de terras, democratização de capital e investimento em educação se contrapõe ao que o discurso predominante da imprensa costuma chamar de movimento político que comete ilegalidades como invadir propriedades alheias, perturbar a ordem, e em nome de uma reforma agrária que poderia se dar dentro das regras capitalistas, pretender a derrubada do Estado democrático.

Uma vez estabelecido o que é o jogo, quem é o novo contendor que se apresenta, em que cenário, para que público e com que arsenal retórico, os dois últimos capítulos tratam do campo, isto é, da imprensa e das estratégias que orientam ações e discursos do MST. O campo, que poderia ser neutro e, no máximo, ser descrito como lugar onde ocorre a luta hegemônica é visto aqui como instância a ser questionada ou melhor, o capítulo trata dos questionamentos de que a imprensa tem sido alvo por suas contradições e por atuar como agente interessado na disputa hegemônica. Em contrapartida, o último capítulo analisa como o MST lida com tais adversidades apresentadas pela mídia de notícias e como

pretende, as vezes com êxito às vezes não, lidar com o próprio campo que, desde cedo é posto na berlinda pelos líderes do movimento, o que em si já configura uma das principais estratégias adotadas pelos sem-terra, ao lado das alianças, da construção de uma imagem favorável junto à opinião pública e da formação de novas lideranças com as quais o MST busca manter e fortalecer seu lugar e importância dentro da constelação de agentes que determinam a hegemonia.

CAPÍTULO I

HEGEMONIA: A DESCRIÇÃO E O OBJETIVO DA DISPUTA

Esta pesquisa trata das possibilidades, via meios de comunicação, de participação de setores subalternos na reconfiguração da hegemonia, entendida como vetor resultante do conjunto de forças que se defrontam na sociedade brasileira. O foco recai sobre as ambigüidades do jornalismo brasileiro que ora atua como lugar ou espaço midiático de veiculação de discursos concorrentes na composição hegemônica, ora como agente que favorece a manutenção da situação em vigor; e, ao mesmo tempo, sobre a presença na mídia de notícias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, MST, que, em sua trajetória nos últimos anos, tem se destacado como porta-voz dos setores excluídos, em busca da inclusão social, ao transitar da reivindicação por reforma agrária para uma postulação de reforma do próprio Estado Brasileiro.

Ela aprofunda e amplia o trabalho intitulado *O Direito do Súdito: MST, Mídia e Reforma Agrária*, apresentado como Dissertação de Mestrado, sob a orientação do professor Aluizio Ramos Trinta, na ECO-UFRJ, em agosto de 2000. Na ocasião, a intenção era tentar responder às várias indagações suscitadas pela intensa e repentina chegada do MST às manchetes dos noticiários e, ao mesmo tempo, apontar a ocorrência de uma espécie de enfrentamento envolvendo os sem-terra e a mídia de notícias do Brasil.

O intento agora é selecionar, descrever e analisar os modos pelos quais o MST conseguiu vencer várias das batalhas travadas; o que tais episódios significam para a população pobre, em nome de quem o movimento se apresenta; e o que a mídia de notícias brasileira tem a ganhar ou aprender com tais lições.

O MÉTODO

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se refere ao Brasil, no período histórico compreendido entre 1996 e 2003. Mais especificamente, trata do que foi apresentado ao público pela mídia de notícias a respeito do MST. Além das reflexões possibilitadas pelas aulas do curso de doutorado e pela pesquisa bibliográfica, a parte técnica do trabalho inclui também as impressões colhidas durante visita a acampamentos e assentamentos de sem-terra no Pontal do Paranapanema e os relatos sobre as ações do MST encontrados em matérias publicadas pelos principais jornais e revistas do país e eventualmente por entrevistas e notícias veiculadas pela televisão. Sobre o audiovisual, analisamos material exibido em telejornais ou programas da *Rede Record de Televisão*, da *Rede Globo de Televisão* e da *TV Cultura*. No jornalismo impresso, analisamos material publicado pelas revistas *Veja*, *Época*, *Carta Capital* e revista *Lide*, o corpus da pesquisa inclui também notícias, fotos, charges, editoriais, entrevistas, reportagens, artigos e colunas publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *Valor Econômico*, todos com menção ou referência ao MST. O que nos interessa são as mensagens, os conteúdos, os silêncios a respeito das postulações e questionamentos trazidos pelo movimento e os barulhos causados por ele, ou seja, as omissões ou censuras e as contestações ou repercussões das ações e propostas do MST.

A hipótese que orienta o trabalho é de que, no período citado, a mídia de notícias brasileira, ao relatar os acontecimentos envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, tem cumprido a dupla função de acolher e dar ressonância aos fatos devido ao seu valor-notícia, e ao mesmo tempo, se opor, de maneira conservadora, às pretensões do movimento quando este se apresenta mais fortalecido e postula transformações radicais na estrutura do Estado. Ao deixar de cumprir a função de conduto, de meio, de veículo ou espaço de mediação, para se tornar agente interessado e assumir um lugar de fala que favorece a configuração de poder em vigor, ou seja, ao favorecer algumas estrelas da grande constelação de poder da hegemonia, a mídia de notícias não impede, não tem sido capaz, por suas próprias contradições, de vedar ou impermeabilizar as brechas e fissuras, que vêm sendo ocupadas pelos discursos do MST ou de suas lideranças, que avançam e têm consolidado e ampliado seus espaços. Se por um lado, o movimento prova que é possível

transpor as barreiras, ao fazê-lo revela e expõe, faz emergir a reação e torna-se alvo de ataques, questionamentos e cobranças, por parte da elite que se opõe às urgências dos setores excluídos da população em nome dos quais o MST se apresenta.

O campo identificado aqui como lugar onde se trava o debate não existiria, isto é, não se tornaria visível e não se constituiria como campo sem a presença do MST. Do mesmo modo, o MST não poderia ser visto como uma força atuante, sem a existência do campo como tal. Uma relação de reciprocidade vincula a arena da disputa com o contendor.

A pesquisa parte do entendimento dialético de que a realidade social e política brasileira encontra-se em permanente movimento. As configurações possíveis de serem enfocadas e analisadas são mutáveis. Se olhadas de longe, por exemplo na perspectiva histórica, parecem se mover numa direção estável e consensual. No entanto, ao se aproximar a observação, percebe-se uma pluralidade de direções distintas sendo propostas ou almejadas. As forças se aglomeram e se dispersam, se agrupam e se espalham. Se aliam e se confrontam, conforme a rota dominante lhes seja mais ou menos conveniente. Tais movimentações, no entanto, podem interferir na configuração hegemônica e re-orientá-la para novos rumos.

Trata-se de um processo dinâmico em constante transformação, em que forças hegemônicas e contra-hegemônias travam um embate permanente. Tal disputa ocorre simultaneamente nos mais variados espaços e tempos, em especial no campo da mídia de notícias. Ali se verifica que a opinião pública constitui um dos principais instrumentos com que conta a sociedade civil para interferir no debate, uma vez que constitui um fator decisivo para a permanência ou para a modificação da configuração da hegemonia.

Na instância epistemológica, as idéias que sustentam esta tese acolhem o conceito de hegemonia, na acepção de Antônio Gramsci. O autor italiano distingue a hegemonia burguesa da hegemonia dos trabalhadores. Enquanto a primeira deriva de um consenso falso, a segunda seria construída com base no convencimento e no melhor argumento. Ao conceito de hegemonia, se vincula a idéia de articulação, conforme consideram os estudos

culturais, em que o todo hegemônico resulta da combinação das forças internas a ele. Tal articulação diz respeito à sociedade civil, de onde deveria emergir a opinião pública, isto é, o consenso resultante do debate público, como sugere Habermas. No entanto, se para Habermas, na contemporaneidade, a opinião pública teria se transformado em mera escolha plebiscitária diante de opções pré-estabelecidas oferecidas pela mídia, preferimos supor que se o debate não transcorre – ou nunca transcorreu – da maneira ideal, nem por isso, a opinião pública deixa de existir ou de se constituir como força determinante para a transformação da sociedade. Para verificar como o embate se trava, em que condições o campo favorece um dos lados e ao mesmo tempo como ocorre então a apresentação de argumentos contrários ao hegemônico, utilizamos a análise de discurso, as idéias de Bakhtin sobre a palavra como arena de disputa ideológica, os conceitos da retórica sobre as provas ética, patética e lógica. Tratam-se de instrumentos, recursos dos quais lançam mão tanto o discurso dominante como o insurgente discurso do MST. Seu objetivo é o poder simbólico, descrito por Pierre Bourdieu como o poder de enunciar uma visão de mundo e ser levado em consideração, o que significa tomar parte do debate público como um argumento tão importante quanto os que lhe são contrários. As correntes de pensamento como o funcionalismo, que explica que as notícias sejam como são por motivos inerentes a elas mesmas, o estruturalismo que focaliza as atenções no próprio texto jornalístico e os estudos culturais quando afirmam que o que determina a gênese das notícias estaria em algum lugar fora da própria organização jornalística contribuem para mapear o terreno onde se trava a disputa que aqui se quer analisar.

OS ATRITOS , AS ALIANÇAS E A ARTICULAÇÃO

Ao defender a elevação das classes subalternas à condição de protagonistas responsáveis e dirigentes de sua própria história, Gramsci ² sustenta que uma sociedade, um “*organismo vivente*”, de fato, não se forma “*pelo alto*” e por intervenções externas, mas sim como produto de “*uma multiplicidade que se unifica pelo atrito dos indivíduos*”. Na concepção de Gramsci, hegemonia não se trata de um “*consenso passivo e indireto, mas ativo e direto, de participação dos indivíduos, ainda que isso provoque a impressão de*

desagregação e de tumulto”. De acordo com ele, nas sociedades modernas, o lugar decisivo onde nascem os projetos hegemônicos é o amplo e contraditório espaço da sociedade civil. No interior das suas múltiplas atividades econômicas, políticas, culturais, religiosas e educativas se estabelecem “lutas de sistemas, lutas entre modos de ver a realidade”: *“A sociedade civil é uma categoria dinâmica, um terreno onde ocorrem controvérsias ideológicas, concepções contrapostas de valores e interesses, mas também um terreno de diálogo e de consenso”*³.

Stuart Hall ⁴ observa que o termo hegemonia foi utilizado por Lênin, o líder da Revolução Russa de 1917, para se referir à liderança que o proletariado deveria estabelecer sobre os camponeses nas lutas pela fundação de um estado socialista. No contexto de Gramsci, o das sociedades em desenvolvimento com um proletariado industrial menos relevante que o da Rússia, o que está em questão é justamente até que ponto os camponeses podem ser a classe dirigente do processo revolucionário. Para ele, somente com amplo consentimento das massas camponesas, obtido por um sistema de alianças, o proletariado poderia se tornar a classe dirigente na Itália dos anos 20.

A riqueza teórica de tal formulação, como afirma Stuart Hall, está no fato de que a *“força social e política que se torna decisiva em um momento de crise orgânica não será composta por uma classe única e homogênea, mas terá uma composição social complexa”*. Tal complexidade pressupõe a exigência de um sistema de alianças e a compreensão de que a hegemonia se dará não com a divisão da sociedade em classe contra classe, mas a partir de uma polarização. Por exemplo, opor as classes populares aos setores que defendem os interesses do capital e o bloco do poder em torno do Estado. A reconceituação de Gramsci, diz Hall, *“coloca na agenda questões como as condições nas quais uma classe como a camponesa poderia vencer uma luta nacional, não pela coerção, mas pela conquista do consentimento.”*

O mais relevante aqui é a diferenciação necessária entre uma situação de dominação e uma situação hegemônica. A dominação conseguida pela coerção ou pela força se

distingue da direção hegemônica que se estabelece a partir do consentimento dos setores não hegemônicos ou subalternos. Tal consentimento, em vez de resultar da imposição pela força, derivaria de negociações, convencimento, sedução. Aplicado aos estudos culturais, o conceito diz respeito à cumplicidade dos setores subalternos em admitir a própria subordinação.⁵ A estratégia consiste em fazer com que os significados e representações sejam organizados de tal modo que os interesses de classe do bloco dominante apareçam como naturais, inevitáveis, como se representassem o interesse de todos.

Entre as instituições visadas pelo setor hegemônico estão aquelas normalmente consideradas imparciais ou neutras, capazes de representar a todos sem distinções de classe, raça ou gênero. Ou sejam: o estado, a lei, o sistema educacional, a família e a mídia. Enquanto produtoras de sentido e formadoras de consciência, elas constituem coletivamente o lugar no qual a hegemonia pode ser estabelecida e exercida.

Como “lugares” elas podem ser cooptadas, seduzidas ou controladas por um bloco histórico que consiste não apenas da classe econômica dominante mas também de seus aliados e classes subalternas, de profissionais e gerentes a intelectuais de vários tipos e frações de classe subordinada, que percebem seus interesses como congruentes senão idênticos aos do próprio grupo dominante.

A hegemonia opera então no campo da consciência e das representações. Seu êxito é tão mais provável quanto mais a totalidade da experiência social, cultural e individual seja capaz de se mostrar coerente nos termos que são definidos, estabelecidos e colocados em circulação pelo próprio bloco histórico. Em resumo, a hegemonia naturaliza o que é historicamente uma ideologia de classe e torna-a uma idéia do senso comum. Como resultado, o poder deixa de ser exercido como força para atuar como autoridade e os aspectos culturais da vida são despolitizados. As estratégias utilizadas para explicar o mundo oficialmente incentivadas e mais fáceis de encontrar figuram não como estratégias mas como características inquestionáveis da natureza humana. Em contrapartida, visões de mundo alternativas, baseadas em oposição política ou em consciência contra-hegemônica,

são tratadas como absurdas, inimagináveis, inadmissíveis. No entanto, os conflitos de interesse de classes, gerados continuamente pelas formas de propriedade e modos de produção, mostram que a hegemonia nunca pode ser total. Sempre haverá formas emergentes de consciência e representação que podem ser mobilizadas em oposição à ordem hegemônica.

De acordo com Stuart Hall, há três características da hegemonia que precisam ser observadas. Primeiro, ela ocorre em raros momentos históricos em que uma sociedade, ainda que temporariamente, acolhe uma direção unificada. A construção e manutenção de tais momentos são complexas pois estão sempre ameaçados por crises capazes de desintegrar a estabilidade. Segundo, é preciso considerar a existência de várias arenas simultâneas nas quais a autoridade social e moral dirigida à sociedade como um todo se faz presente, isto é, tal autoridade é reconhecida sobre uma série de posições ao mesmo tempo. E, em terceiro lugar, a hegemonia é exercida não por uma classe mas por um bloco histórico do qual fazem parte estratos das classes subalternas e dominadas conquistados através de concessões e compromissos específicos e que formam parte da constelação social, mas ocupam uma função subordinada. A conquista desses setores resulta de alianças universalizantes e expansivas que consolidam o bloco histórico sob uma liderança particular.

O CENÁRIO INSTÁVEL DA HEGEMONIA

A principal dificuldade para entender ou explicar o conceito de hegemonia está exatamente na necessidade de se postar à distância, para conseguir descrever um cenário dinâmico, relacional, baseado na articulação entre diversos fatores ou forças, instáveis e móveis. Forças que podem se modificar o tempo inteiro e que exigiriam para serem compreendidas, uma espécie de congelamento de um flagrante. Tal paralisação, ainda que momentânea, forneceria o tempo e a possibilidade de detalhamento de como tais forças se apresentam no exato instante em que foram “fotografadas” e como chegaram ali. No entanto, parece inevitável que, antes mesmo de concluir a descrição proposta, o cenário, o desenho, a configuração, já tenha se alterado de maneira irreversível.

A hegemonia é como um móbile, enorme e complexo, cujas peças suspensas, articuladas entre si, estão em permanente mudança. Ao se modificarem, na cor, no tom, na força, na intensidade, no volume ou mesmo na forma, cada peça é capaz de alterar também a outra ou outras com as quais entra em contato, alterando conseqüentemente o móbile como um todo. Em momentos raros, a aproximação e agregação conquistadas por alianças ou pela congruência de interesses, formam um aglomerado orgânico, ou, nas palavras de Gramsci, o “Bloco Histórico”, que pela sua abrangência e poder de conduzir o coletivo passa a ser visto como o bloco hegemônico.

Na instalação proposta, existem momentos em que uma peça isoladamente ou um conjunto de peças, quer seja por sua posição, quer seja por características que lhe favorecem, torna-se capaz de atrair, aglutinar e articular outras peças ou outros conjuntos de peças, consegue enfim não apenas se tornar mais visível, mas também servir de referência para todas as outras. Duas características do móbile precisam ser ressaltadas. As forças são assimétricas. Por suas origens, por sua constituição, pela posição mesma que ocupam, algumas peças existem com maior vigor, maior resistência e também são capazes de exercer coerção. Não se trata meramente de uma configuração natural, espontânea, cuja estabilidade esteja garantida. Em vez disso, o que a torna especialmente interessante é o fato de estar articulada. A idéia de articulação, por sua vez, exige um olhar ampliado, receptivo à complexidade, voltado para as esquinas, os nós, os entrecruzamentos, ou para os pontos, os lugares onde coexistam ou ocorram simultaneamente forças antagônicas. De acordo com Frederic Jameson ⁶, o conceito de articulação refere-se a

Uma espécie de estrutura rotativa, na qual ocorre uma troca de íons entre várias entidades. Em dado momento e de maneira provisória, as pistas ideológicas associadas a uma delas atravessam e se misturam com as pistas de outra, para a seguir entrar em novas combinações.

A unidade provisória formada por essa combinação ou articulação constitui uma estrutura complexa, na qual as coisas estão relacionadas tanto em suas diferenças quanto em suas semelhanças. Como não se trata de uma associação aleatória, a articulação pressupõe a existência de relações estruturadas entre as partes, isto é, relações de dominação e subordinação.

Evidente que se o móbile aqui proposto é composto por forças sociais e econômicas, se em vez de cores, tons, volumes ou forma, estamos tratando de gente, de homens e mulheres, com necessidades vitais, de alimentos, de moradia, de liberdade, de educação, com identidades, capacidades, histórias de vida as mais diversas, a complexidade é de outra ordem. E a dinâmica das relações é mais intensa.

No caso brasileiro, as formulações a respeito da hegemonia podem ser aplicadas se admitirmos que aquilo que favorece aos ricos pode estar beneficiando setores subalternos, intermediários, menos ricos. Estes por sua vez, quando ganham mais, beneficiam setores mais abaixo na escala. Até que os pobres também recebam seu quinhão. Como a maioria da população, especialmente a classe média, não tem no horizonte uma transformação radical que possa incluir a todos na distribuição da riqueza, cada grupo aceita negociar, aceita fazer alianças para no curto prazo levar alguma vantagem. Ou como afirma Roberto Mangabeira Unger⁷:

A classe endinheirada nunca teve por que mudar isso. A classe pobre nunca teve como mudar isso. E a classe média – que em tese teve por que e como – raramente teve estômago (...) para enfrentar e para criar bases de uma sociedade mais livre e mais igual.

A CONSTANTE HISTÓRICA DA DESIGUALDADE

Desafia o entendimento o fato de que no Brasil o modelo concentrador de renda tenha se mantido ao longo da história. A palavra modelo se justifica pelo fato de que as pessoas, os grupos que se beneficiam do fluxo da riqueza têm sofrido alterações, substituições, mudanças no perfil, mas o fluxo permanece drenando a riqueza de uma maioria empobrecida para uma minoria sempre privilegiada. O modelo tem se preservado, a tal ponto que ao longo de todo o século XX o número, a parcela dos que permaneceram ricos pouco se alterou. A desigualdade decorrente da concentração da riqueza oscilou de maneira irrelevante ou simplesmente se manteve.

Se outrora eram os colonizadores, os donatários, os senhores de engenho, os beneficiários e destinatários das riquezas, eles foram substituídos pelos exploradores do ouro, pelos fazendeiros do café, pelos industriais modernos e, mais recentemente, pelos banqueiros. Há uma elite que poderia ser identificada como o grupo, o segmento de pessoas, de famílias que sempre foram grandes proprietários ou beneficiários de qualquer período histórico. O poder permaneceu nas mãos de uma minoria que controla o Estado, estabelece os valores e se apropria das riquezas produzidas.

Marcelo Medeiros⁸ afirma que as explicações mais comuns para as desigualdades sociais, como as baseadas em diferenças educacionais e discriminação, não bastam para explicar as origens da riqueza. Embora os resultados obtidos a partir dos métodos clássicos de análise destes temas mostrem-se eficientes para determinar a origem de desigualdades na massa de população, diz ele, não servem para explicar a sua distinção em relação a uma elite rica. De acordo com Medeiros, há indicações de que a riqueza no Brasil se origina, ou, ao menos, é perpetuada por relações com o Estado:

A fusão de elites econômicas e políticas cria as condições para que a máquina estatal oriente suas ações para o benefício dos ricos, não só por meio das políticas macroeconômicas ou de infra-estrutura e investimento, mas também, pelo uso de políticas sociais que não possuem

caráter distributivo. Isso se evidencia não só nas desigualdades resultantes de um modelo de desenvolvimento regionalmente segmentado, como também no perfil concentrador da maior parte dos gastos sociais.

O hegemônico aqui, evidentemente, atua no sentido de conservar e reproduzir as condições necessárias para a perpetuação da desigualdade social. Tal desigualdade, a constante histórica da exploração e da concentração da riqueza, é difícil de ser explicada sem levar em consideração uma articulação da qual façam parte os países do primeiro mundo. Numa dimensão planetária, a figura do móbil tem conexões com outros móveis centrais, em torno das quais gravita. A história registra momentos de rupturas e mudanças. Insuficientes no entanto para mudar a estrutura. Tal modelo sempre gerou resistências, mas sempre foi capaz de superá-las quer seja pela persuasão, cooptação, negociação e alianças; quer seja pela utilização da força coercitiva nos momentos em que esteve ameaçado mais agudamente.

Como explicar que o povo brasileiro em sua maioria permaneça excluído, sem reagir? Como analisar a descrição do povo brasileiro, feita pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo* (31.07.05. Pág. A2):

O Brasil não pode ser confundido com os governantes. Vivemos em uma terra maravilhosa e que foi regiamente contemplada por Deus em matéria de recursos naturais e tolerância do povo...[...] os brasileiros são diferentes. Possuem uma paciência infinita e um espírito de resignação invejável. [...] Precisamos capitalizar sobre esses traços da personalidade nacional e não abrir guerras de uns contra os outros.

O que o representante da elite dirigente brasileira trata como natural ou divino, a resignação, os traços de personalidade como a paciência e a tolerância também podem ser

vistos como marcas de uma sociedade excludente. Segundo Gramsci, a classe burguesa, para não alterar as relações de desigualdade social e de exploração econômica, estabelece uma hegemonia que, ocultando as contradições estruturais e conciliando interesses opostos, se apóia sobre um consenso fabricado e uma articulação forçada ¹⁰. O que o empresário Ermírio de Moraes, destacado porta-voz da visão de mundo das elites brasileiras, chama de tolerância do povo tem mais a ver com a incapacidade – até agora – que este povo enfrenta para fazer valer sua voz, sua visão de mundo, de ingressar na composição hegemônica com sucesso. Um dos possíveis canais para tal façanha é a mídia de notícias.

Até que ponto os meios de comunicação hoje não substituem a coerção de outros tempos? Da escravidão, por exemplo? Ao mesmo tempo será possível afirmar que não existem mais mecanismos coercitivos? Ao descrever os Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser observa que o ideológico convive com a coerção, de maneira complementar. Ainda que a caneta seja mais poderosa que a espada, é sempre bom ter a espada por perto, para o caso de a caneta falhar. A coerção pode existir mesmo dentro dos próprios aparelhos ideológicos do Estado, como afirma Althusser ¹¹:

Devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico).

PRINCÍPIOS HEGEMÔNICOS

De colônia a país periférico onde o capitalismo atua também pelo uso da força e de fora para dentro, a concentração da riqueza nas mãos de uma elite sempre foi um modelo justificado pelos formadores de consciência com base em princípios sagrados, em idéias mestras cujo significado é constantemente re-interpretado e explicado do ponto de vista que melhor interessa à manutenção da situação, especialmente pelos principais veículos de notícias do país, considerados centrais na reprodução da hegemonia.

Reportagem publicada pela revista *Veja* (27.07.05. Pág. 87) atualiza a defesa de princípios constantemente presentes na mídia, ao afirmar que “*a sociedade brasileira chegou, sim, a um pacto tácito sobre os valores básicos que nem a mais grave crise política pode vitimar: estabilidade econômica, instituições democráticas, liberdades civis*”. As três expressões carregam conceitos amplos que poderiam, ao ser esmiuçados, revelar contradições, nuances, pormenores passíveis de serem refutados. O que tais conceitos significam pode ser diferente conforme quem os esteja enunciando ou interpretando. No entanto, quem os formula, quem os difunde e quem os explica são os próprios setores de elite. A síntese do que se apresenta como atual momento histórico da sociedade brasileira, ou melhor, dos valores supostamente aceitos majoritariamente pela sociedade brasileira, já é em si tanto uma contribuição para a reafirmação da hegemonia quanto uma marca e um indicador da função dos meios de comunicação dentro da hegemonia.

A revista faz a síntese em torno de três expressões que parecem claras, de fácil entendimento e tentam ser abrangentes o suficiente para conseguir a aprovação do mais amplo espectro de setores sociais. Cabe a ela, como veículo de comunicação, além da construção lingüística, a disseminação da síntese. No mínimo para que seja mais facilmente acolhida pela opinião pública. Os três conceitos são capazes de representar uma referência para a polarização necessária à hegemonia. Quem concordar há de reproduzir tais idéias e se ajustar a elas. Quem discordar delas será tratado como absurdo, anacrônico ou mesmo insano e terá que provar pela luta ou por demonstração de força política que o núcleo (do móbile) poderia ser diferente.

A revista recolhe ou formula os valores básicos do *Pacto* que deveria ser seguido por todos. O que *Veja* está afirmando é a Estabilidade, a Democracia e a Liberdade. É em torno destes três conceitos que está sendo afirmado o pacto tácito da sociedade brasileira, segundo a revista.

Estes três núcleos semânticos, estas três idéias básicas podem parecer inquestionáveis e bem-vindas à primeira vista, mas tornam-se problemáticas quando são

apropriadas por um segmento específico da sociedade. *Veja* e todos os outros veículos de comunicação que exercem papel central na reprodução da hegemonia da sociedade brasileira têm seu próprio entendimento do que é Estabilidade e ordem, por exemplo. Igualmente, do que significam Instituições Democráticas e do que é Liberdade.

As idéias em torno das quais se mantém a hegemonia, a aparência de legitimidade, são altamente permeáveis à subjetividade. Para todo conceito ou idéia permeável à subjetividade, percebe-se alto grau de maleabilidade e ao mesmo tempo uma proporção direta ao poder de enunciar, ao poder de apresentar uma visão de mundo específica, como sendo a que melhor contemplaria a todos.

Ocorre então que os outros segmentos, os que, por extensão, não se beneficiam de igual maneira do entendimento oficial, sintam-se impelidos a interferir mais. Ou melhor, constatem que, caso a situação hegemônica não se modifique, sua condição permanecerá secundária. Em outras palavras interessa a estes segmentos uma re-arrumação de forças que lhes permita fazer valer sua própria visão de mundo.

O que *Veja* chama de “pacto tácito” e “valores básicos” são idéias indispensáveis à hegemonia em sua necessidade do consentimento geral. Segundo Stuart Hall, a hegemonia de um bloco histórico sobre uma série de grupos subordinados ocorre quando os interesses destes de alguma maneira são incluídos ou incorporados por aquele. Assim, pode-se afirmar, como faz *Veja*, que a “estabilidade econômica” interessa a todos os segmentos sociais que viveram, sofreram ou conhecem os efeitos danosos da inflação. Setores de direita ou de esquerda. Partidos políticos, empresários, sindicatos ou movimentos sociais. De maneira geral, a população inteira. Aparentemente, todos se beneficiam da “estabilidade”, em oposição não apenas a uma situação inflacionária, mas também contra a desordem, o caos, a bagunça, a intranquilidade e a incerteza. Há a seguir um vínculo estreito que se pode perceber na formulação da revista entre os três “valores”. De tal modo que seria improvável, senão impossível, manter liberdades civis e instituições democráticas sem a estabilidade econômica e vice-versa. A própria existência de uma imprensa

autônoma, como *Veja* e a imprensa de modo geral afirmam ser, também depende da preservação de tais valores.

Acontece que o funcionamento do Estado e da sociedade, em seu dia-a-dia, em suas necessidades que se transformam em demandas e evoluem como base de sustentação para a criação de movimentos sociais como o MST, não está pré-definido, não encontra-se prescrito e detalhado, de forma previsível e controlável. Isto é, no cotidiano, no chão da vida, as pessoas deparam-se com carências, com urgências, com necessidades, as quais os valores básicos – só por existirem e serem “básicos” – não dão conta de solucionar.

Assim começam por exemplo as invasões ou ocupações de terras dos agricultores do MST. Tratam-se de iniciativas que visam resolver necessidades inevitáveis e urgentes. Tornam-se justificáveis diante da alternativa que historicamente se apresenta: a de permanecer na condição de miseráveis, sem terra, sem comida, sem perspectivas e, sobretudo, sem voz. Numa palavra: permanecerem como indivíduos socialmente invisíveis. Como tais, suas dificuldades não deveriam ameaçar nem a estabilidade econômica – sobre a qual não são capazes de exercer grande influência – nem a democracia ou as liberdades civis.

Nos momentos em que o MST apareceu no noticiário, foi fustigado e combatido exatamente com base na ameaça que representaria para tais valores. Ou na ameaça que significou para o entendimento hegemônico de tais conceitos. O MST enuncia um discurso que ganha consistência, na medida em que propõe uma mudança onde um maior número de pessoas receba seu quinhão de terra, seu pedaço de chão para poder trabalhar e de onde possa retirar seu sustento.

Ocorre que, entendidas a democracia e a liberdade como princípios abrangentes, permitem aos trabalhadores sem-terra adotarem atitudes e iniciativas mais ousadas, mais pragmáticas. Se a democracia pressupõe direitos iguais e a liberdade sustenta a manifestação da insatisfação, o MST teria substanciais motivos para “desrespeitar” a

legalidade e a ordem. Ao fazê-lo, precisa explicitar tais motivos, tem que justificar seus atos não só para seus próprios seguidores, mas principalmente para o restante da sociedade.

Como o MST se relaciona com os valores sublimados por *Veja*? Como o movimento dos Sem-Terra lida com as idéias de estabilidade econômica, instituições democráticas e liberdades civis? Para Gramsci ¹², qualquer movimento político que pretenda construir uma hegemonia na sociedade, precisa não apenas criticar e se separar do projeto global vigente, mas deve principalmente apresentar propostas superiores e mais abrangentes de sociedade. Sua ação política concreta, juntamente com o trabalho de desconstrução das bases hegemônicas do grupo no poder, deve vir acompanhada pela apresentação duma re-interpretação mais convincente da realidade. Quanto à estabilidade econômica, o MST não afirma ser contrário a ela, mas ressalta que tal estabilidade se mantém à custa de exploração de grande parte da população brasileira. No que diz respeito às liberdades civis, o MST reivindica seu direito de se manifestar. Quanto à democracia e à legalidade, o movimento usualmente justifica suas reivindicações fazendo referência à própria Constituição de 1988, que estabeleceu que a terra tivesse um uso social.

Em artigo em que discorre sobre *As elites e os contratos*, publicado pela *Folha de S. Paulo* (22.12.02. Pág. A3), Joaquim Falcão observa que leis e contratos não existem sozinhos, soltos no ar. Para ele, existem múltiplas interpretações de leis e contratos, isto é, das normas jurídicas em geral. Segundo o mestre em direito por Harvard:

Sem interpretação, contrato ou lei é letra morta. Parte sem vida. Forma sem conteúdo. Expectativa e não realidade. Por isso se diz que buscar justiça social pode ser apenas um meio de interpretar contratos diferente do que uma das partes pretende.

O mesmo autor lembra que o artigo 3º. da Constituição Brasileira determina que erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais é um princípio estruturador da República.

Para dar consistência aos seus argumentos e visão de mundo, para conquistar o mínimo de aprovação e, portanto, avançar em sua luta, o MST precisa convencer a sociedade de que tem legitimidade. O processo de legitimação exige que, além de atos diretamente ligados à demanda principal, como a invasão ou ocupação de propriedades seguida inevitavelmente de confrontos mais ou menos violentos com os proprietários e seus empregados armados ou com a polícia, também sejam adotadas ações simbólicas, como marchas, caminhadas, manifestações públicas nas quais os líderes possam enunciar o discurso que fundamenta suas reivindicações e, ao mesmo tempo, demonstrar sua capacidade de mobilização. Com isso, o movimento acumula capital simbólico e torna-se uma das forças a constituir a hegemonia ou a participar da modificação da configuração da hegemonia.

A POSIÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DO MST

As formulações apresentadas pelo MST trazem boa carga de novidade. No conjunto de ações e discursos mostrados e afirmados pelos sem-terra, aparecem elementos novos, diferentes, inéditos, capazes de entrar em choque com a ordem aparentemente consensual. Ganham ressonância justamente pelo caráter dinâmico da hegemonia, isto é, porque ocupam brechas, fissuras, vácuos políticos que o movimento constante da articulação hegemônica deixa em seu rastro.

No momento em que tais discursos ou postulações, mais ou menos radicais, começam a se expandir, a atrair simpatias ou aprovação de outros setores, tal crescimento começa a afetar outros segmentos, suscitar outras arrumações, ameaçar o que até então era considerado estável. Admitindo que os meios de comunicação de massa ocupam função estratégica em qualquer trajetória que se pretenda hegemônica, ou que pretenda compor o bloco hegemônico, o MST também precisa do espaço midiático. É neste espaço, neste lugar, que seus embates mais decisivos serão travados.

Aqui o problema da pesquisa se apresenta com maior nitidez. A primeira questão que se coloca é sobre a possibilidade de se afirmar que o MST trava um embate com a própria mídia. Os meios de comunicação, aqui entendidos como os principais jornais, revistas e tevês, poderão ser analisados como um dos setores, um dos blocos que disputam a hegemonia? Muniz Sodré afirma que a mídia, ao reproduzir o sumulacro de uma comunidade e oferecê-lo como referência para a população, pretende esvaziar esta de qualquer contradição, atritos ou conflitos. Com isso, a mídia estaria contribuindo para uma estabilidade passiva, em tudo contrária à necessidade de transformação e evolução de uma sociedade, já que tais transformações resultam necessariamente da ocorrência de conflitos.¹³

Seria possível pensar na mídia de notícias como um conjunto sistemático de órgãos de imprensa que, a despeito da concorrência, dos compromissos com seu público, das obrigações perante a lei e ainda de sua necessidade de credibilidade, se posicionaria num determinado pólo, numa determinada posição? Será que esta mídia tem um lado preferencial para o qual trabalha? Ou será que a própria idéia da hegemonia, com sua instabilidade, seu dinamismo, sua necessidade de aprovação e consentimento não permitiria admitir a existência do sistema descrito acima?

Se hegemonia pressupõe a existência de um bloco histórico, de uma aglomeração, uma integração, uma aproximação de segmentos ou setores capazes de se apresentar como porta-vozes, como portadores das condições necessárias, das credenciais necessárias para se tornarem o setor ou a classe dirigente, de que modo a mídia interfere nisso? De que modo a mídia poderia impedir que algum setor – como o MST, por exemplo – ingressasse no bloco? Omitindo informações a respeito dos sem-terra? Distorcendo-as? Interpretando cada ato do movimento de modo a realçar seus erros, desvios ou contradições? Mesmo que forneça visibilidade e notoriedade ao MST, a mídia tem a possibilidade – e grande parte da opinião pública espera que ela o faça – de analisar o que significa, que desdobramentos podem ter os fatos que ela difunde e torna públicos.

Outra questão relevante diz respeito à caracterização da mídia como força social. Evidente que os proprietários dos órgãos de imprensa, seus empregados, seus anunciantes – incluídos aqui os governos que ocupam os postos dirigentes do Estado – todos seguramente têm suas posições, suas visões de mundo. Todavia, mídia pressupõe além dos enunciadores, seus receptores. Isolando a análise de cada um desses agentes, teríamos que investigar por exemplo, até que ponto os leitores ou espectadores de um determinado jornal podem ser influenciados por ele. Até que ponto tal influência atua de modo isolado ou definitivo. Se concordam com a linha editorial, com a visão de mundo que seu jornal lhes apresenta.

É verdade que há uma situação de monopólio na propriedade dos órgãos de informação, concentrados que estão nas mãos de poucos grupos empresariais, que impede os leitores e espectadores de dispor de grande variedade de opções. Há poucas revistas, jornais ou emissoras de tevê disponíveis, quer pela inexistência quer pelo custo. Ainda assim, o fato de terem poucas opções não garante a priori que tais públicos estarão sempre de acordo com o que lhes for trazido. Sobretudo porque – embora os setores dirigentes preferissem diferente – a sociedade continua produzindo visões contrárias e pondo em dúvida o valor absoluto da situação em vigor.

É possível supor que o público seja iludido, seja enganado, seja levado a acreditar em certas coisas e desacreditar em outras. Um dos modos eficazes de se conseguir isso tem a ver com a própria linguagem, com a forma com que as coisas são ditas ou apresentadas. Mas, novamente nos vem a imagem do móbile e das peças articuladas que se movem o tempo inteiro. A linguagem não está sozinha. A escolha das palavras, a classificação e organização dos textos, a hierarquia nas apresentações, tudo isto não se manifesta isoladamente. Há sempre um contexto, há resistências, há pré-condições como o repertório de cada leitor/espectador. Como há também as redes de sociabilidade, as instâncias outras onde se produzem discursos e leituras da realidade, como igrejas, sindicatos, partidos políticos e os próprios movimentos sociais.

As intenções do emissor irão depender sempre das condições da recepção. E quanto à emissão, será possível afirmar que proprietários, empregados, anunciantes e fontes formam um bloco? Seria por demais mirabolante, uma espécie de teoria conspirativa, imaginar a mídia de notícias como um de filtro modelador, um dispositivo capaz de enquadrar o relato dos fatos conforme uma única ótica? Não haveria reação se assim fosse? Ou será que tudo isso não está o tempo todo se deparando com a experiência do público, sua consciência e seus interesses? Seria possível a mídia se sobrepor à autonomia dos três poderes? Que peso teriam o governo, o congresso, a justiça nesta configuração? Como a mídia poderia subjugar as formas extra-institucionais como a política e a cultura são produzidas e vividas. O tempo todo, para cada uma destas questões, há duas respostas que parecem sempre possíveis. Sem dúvida que o espaço da mídia, os mecanismos midiáticos podem interferir em tudo isso. Mas também não resta dúvida que não podem fazê-lo sozinhos e nem de maneira absoluta. É aí, nesta articulação, nesta interação entre mídia de notícias e outras forças; entre emissores midiáticos e receptores; entre interesses de proprietários e interesses de empregados, anunciantes e fontes; mídia e Estado; mídia e sociedade civil, é neste encontro e desencontro, nas concordâncias e discordâncias, nas convergências e choques que se encontra o cenário, o foco da pesquisa.

O desafio, portanto, é localizar neste emaranhado plural o MST e sua trajetória. Ao mesmo tempo, estudar o funcionamento da mídia de notícias. Em que momentos se encontram ou se defrontam, na mídia, os interesses e discursos do MST sobre a realidade brasileira e os interesses e discursos contrários. Resta saber se e quando a mídia é melhor aproveitada por uns ou por outros. Para formar ou persuadir a maioria da população de que as prioridades estão corretas e as boas intenções dos dirigentes pairam acima de quaisquer suspeitas, não pode o jornalismo construir a realidade, senão disseminar uma leitura, uma representação particular da mesma, ainda que seja favorável ao modelo em vigor. A realidade, no entanto, mostra-se dinâmica e as forças que nela atuam não estão em equilíbrio. Isto é, a concordância não é tão consensual ou mesmo majoritária quanto os condutores do processo em geral tentam fazer acreditar. Constata-se um confronto permanente de idéias, interesses, necessidades e visões de mundo. Discursos concorrentes tentam se disseminar e conquistar simpatias e aprovação.

Embora opere, por sua própria natureza, que tem a ver com tecnologia, necessidade de capital, financiamento etc., em favor da preservação da ordem vigente, o jornalismo lida com dados de realidade, necessita de credibilidade, pauta-se pela neutralidade. Sendo assim, tal setor nem sempre consegue eficácia no papel que dele esperam os setores dirigentes. De acordo com Muniz Sodré ¹⁴, como em todo bloco monolítico, a mídia apresenta fissuras e o jornalismo é a atividade que reúne melhores condições de fazer penetrar por tais fissuras os elementos capazes de transformar a estrutura. O que acrescentamos aqui é que tal possibilidade atribuída ao jornalismo pode se materializar de maneira deliberada ou involuntária.

Este trabalho se localiza dentro de uma perspectiva da sociedade como um aglomerado de forças dinâmicas, cujas posições permanecem sendo trocadas, de tal modo que para manter a hegemonia, é necessário um constante remanejamento, negociações, acordos, trocas, conciliações. Entre os agentes que participam diretamente da troca de cadeiras permanente está a mídia. Especialmente a mídia de notícias que por suas características peculiares está mais sujeita a alterações, isto é, precisa se reacomodar diante de cada novo lance da realidade, cada novo aspecto que se apresenta. O que a tese visa é não apenas apontar evidências de que muitas vezes a maioria da população brasileira é indevidamente informada, mas também mostrar que por mais sedimentada que pareça, a parede constantemente reconstruída pela mídia não é intransponível. O que este trabalho investiga é exatamente de que modo os setores mais pobres da sociedade brasileira podem ser ouvidos, podem mostrar suas dificuldades e reivindicações e como tem sido possível, no caso do MST, apresentar uma visão de mundo diferente, não apenas *graças*, mas também e principalmente, *apesar* da mídia. Em nome dos segmentos subalternos, o MST também interage, também influencia, atua, não está, como sugerem alguns de seus argumentos retóricos, apenas na defensiva. Pelo contrário, a leitura atenta dos espaços conquistados pelo movimento prova que as possibilidades de atuação existem e têm sido utilizadas com eficácia.

NOTAS:

1. SANTOS, Milton. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*. 21.09.1997.
2. GRAMSCI, Antonio. *Apud SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2^a. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Pág. 80.
3. GRAMSCI, Antonio. *Apud SEMERARO, Giovanni. Idem*. Págs.: 82-83.
4. HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Organização: Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende ... (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. Pág. 315.
5. Sullivan et ali. *Key concepts in communication and Cultural Studies*. Pag. 133-135. London. Routledge, 1994.
6. JAMESON, Fredric. *Sobre os estudos de Cultura*. Trad. John Manuel Monteiro e Otacílio Nunes. Novos Estudos CEBRAP. No.39, julho 1994. Págs. 27-28.
7. Roberto Mangabeira Unger. Citado em *Folha de S. Paulo: País patina para enfrentar seu fosso social*. 05.10.2003. Pág. A 12.
8. MEDEIROS, Marcelo. *O estudo dos ricos no Brasil*. Revista Econômica. Rio de Janeiro. V. 7. n.1. p. 99-128, junho de 2005.
9. Aqui e em todas as referências sobre a mídia, o formato será este, com o nome do jornal, revista ou tevê e data e página entre parênteses.
10. GRAMSCI, Antonio. *Apud SEMERARO, Giovanni. Op. Cit.* Pág. 81.
11. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad.: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 8^a. Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. Pág.: 70.
12. GRAMSCI, Antonio. *Apud SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2^a. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Pág. 82.
13. SODRÉ, Muniz. Ouvido em aula do curso de Doutorado da ECO-UFRJ, durante o curso *A mídia e a comunidade de afetos*. Primeiro semestre de 2003.
14. Idem.

CAPÍTULO II

O QUE É O MST

Esta tese desdobra a aprofunda reflexões apresentadas na Dissertação de Mestrado “*O Direito do Súdito – MST, Mídia e Reforma Agrária*”, defendida na Escola de Comunicação da UFRJ, em agosto de 2000. No intuito de melhor conhecer a realidade dos trabalhadores rurais ligados ao MST, visitei em janeiro do mesmo ano, alguns acampamentos e assentamentos coordenados pelo MST na região conhecida como Pontal do Paranapanema, no interior do Estado de São Paulo. Na ocasião, por coincidência, pude acompanhar e observar o trabalho de uma equipe do jornal *Folha de S. Paulo*, que lá se encontrava para fazer uma reportagem sobre o movimento dos sem-terra. Conversei com os próprios trabalhadores acampados ou assentados e suas famílias e também com vários líderes do MST, entre os quais José Rainha Júnior. Estive ainda na Cocamp, uma das mais importantes cooperativas dos sem-terra. Além disso, entrevistei outros habitantes da região sem vinculação direta com o MST, mas nem por isso alheios ou imunes aos acontecimentos protagonizados pelo movimento na região que podem afetá-los de maneira direta ou indireta, como empregados de fazendas que já foram ocupadas, pequenos comerciantes, motoristas de táxi, técnicos do Instituto de Terras de São Paulo e policiais florestais.

O relato a seguir retoma e atualiza algumas das reflexões e questionamentos surgidos durante o período em que estive no Pontal. Embora o MST tenha presença e atuação em praticamente todo o Brasil, o Pontal do Paranapanema reúne elementos que fazem da região uma espécie de síntese das questões levantadas aqui a respeito do movimento. O que aconteceu e ainda acontece na região, os fatos que se tornam notícia e aqueles que não são noticiados representam um pouco do que acontece no resto do país. O relato nos serve também porque permite analisar os personagens, suas contradições e seus problemas no próprio lugar em que se manifestam, sem terem passado pelo filtro da notícia. Longe da cidade, onde a principal - quando não a única - fonte de informação sobre tais problemas é a imprensa, é possível não apenas fazer uma análise em primeira mão, mas também verificar como as questões mais recorrentes na imprensa são recebidas, interpretadas e avaliadas pelos próprios personagens.

A situação que o MST experimenta em lugares como o Pontal serve para lhe abastecer, para lhe garantir importância política e legitimidade, pois é de lugares como aquele, de ações como as registradas na região que os sem-terra ganharam visibilidade. Do mesmo modo que também são encontráveis ali as questões polêmicas e as contradições com base nas quais o MST costuma ser criticado ou reprovado no momento que trava a batalha pela hegemonia que inicialmente localizamos aqui na metáfora do campo de futebol. Do campo como arena de disputa para o campo agrícola, o foco se alterna para verificar que em ambos ocorrem embates e, de forma articulada, os avanços e recuos num dos espaços incidem, influenciam e determinam avanços e recuos também no outro.

O PONTAL COMO FOCO DE INTERESSE DA MÍDIA

Desde 1996, o Pontal do Paranapanema tem sido um dos lugares em que o MST atua mais freqüentemente citados pela mídia de notícias. Com área aproximada de 6 mil Km², englobando cerca de 15 municípios, o Pontal fica no extremo oeste do Estado de São Paulo, a cerca de 700 quilômetros da capital, na divisa com o Mato Grosso do Sul e o Paraná. De acordo com Bernardo Mançano Fernandes¹, os primeiros habitantes destas terras foram os índios Kaigangs e Caiuás, expulsos pelos brancos para o Mato Grosso do Sul. Os que tentaram resistir foram exterminados.

O relevo plano permite avistar o horizonte para qualquer dos pontos cardeais que se olhe. No entanto, pouco se vê de plantações ou mesmo de rebanhos pastando, bem menos do que seria esperado numa região em que predomina a pecuária. A impressão primeira é de que existem grandes propriedades com baixa ou nenhuma produtividade.

Em meados do século XIX, pouco depois de assinada a Lei de Terras de 1850, que permitia a legitimação de áreas já ocupadas mas proibia a ocupação de terras devolutas, a não ser por meio da aquisição por compra, teve início um longo processo de grilagem², pelo qual aventureiros se apossavam de terras pertencentes ao Estado, forjando títulos de

posse. As falsificações tornaram-se tão constantes que, em 1932, em nota oficial, o governo do Estado alertava para o perigo da compra de terras na região do Pontal, por se tratarem de terras devolutas.

O MST realizou sua primeira ocupação no Pontal do Paranapanema no dia 14 de julho de 1990, quando setecentas famílias ocuparam a fazenda Nova Pontal, no distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio. Antes disso, porém, já havia registros de embates entre posseiros, arrendatários e latifundiários grileiros. Nos primeiros anos da década de 60, ocorreu um violento conflito na disputa pela fazenda Rebojo, no município de Estrela do Norte, que só terminou com a desapropriação da fazenda, em 24 de março de 1964, pelo decreto 53.830, um dos últimos do Presidente João Goulart antes de ser deposto pelos militares, que assumiram o poder em 31 de março.

As tensões fundiárias foram atenuadas na segunda metade da década de setenta, com a instalação da Destilaria de Álcool Alcídia e o início da construção de três usinas hidrelétricas (Porto Primavera, no rio Paraná; Rosana e Taquaruçu, no rio Paranapanema). Na década de 80, com a desaceleração das obras e o declínio da destilaria, milhares de trabalhadores foram demitidos. Eles constituíram os primeiros núcleos de trabalhadores sem-terra da região. Seguiram-se várias ocupações de fazendas que se transformaram em assentamentos.

Até 1990, vários governos que administraram São Paulo tentaram resolver os conflitos através de um acordo com latifundiários e camponeses, pelo qual 25 % das terras seriam destinadas a assentamentos e, em troca, os 75% restantes seriam regularizados. Em 1991, a Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Igreja Católica e tradicional aliado do MST, impetrou uma ação popular que impossibilitou que tais acordos prosseguissem.

A situação irregular das propriedades foi o que incentivou a chegada do MST à região. O fato de a maior parte das terras nas mãos de fazendeiros pertencer ao Estado de São Paulo justificaria as ocupações e tornaria mais fáceis as desapropriações. Cinco anos depois que o MST passou a liderar a luta fundiária no Pontal, suas ocupações – e a

conseqüente reação dos que se diziam donos das terras ocupadas – centralizaram a atenção da mídia de notícias. O quadro não era tão diferente do verificado em vários outros pontos do País, mas poucos foram os conflitos que mereceram igual destaque nos noticiários.

Além da tradição histórica de disputas fundiárias do Pontal, algumas peculiaridades podem ajudar a compreender o interesse especial dos meios de comunicação. O Pontal é o berço paulista da União Democrática Ruralista; e, hoje, uma das mais influentes representações regionais da UDR no país. Com ironia, Bernardo Mançano Fernandes³ afirma que a razão do destaque, na verdade teria sido pragmática. Ele lembra que existe um aeroporto perto, em Presidente Prudente; é fácil alugar um carro; e as cidades têm ótimos hotéis para hospedar jornalistas. Fernandes acredita que a mídia escolheu o Pontal como uma espécie de exemplo. Isto é, uma vez que seria quase impossível acompanhar todos os conflitos agrários nos outros estados, a mídia concentrou-se no Pontal, e passou a relatar cada episódio registrado ali como se estivesse apresentando uma novela. Ele cita como exemplo a telenovela *O Rei do Gado*, exibida pela Rede Globo de Televisão em 1996, que teria sido parcialmente inspirada na vida de José Rainha Júnior e sua esposa, Diolinda, moradores do Pontal.

Pode ser que Fernandes esteja certo, mas as próprias lideranças do MST apontam outras causas. A principal seria o fato de que os conflitos no Pontal contradizem a idéia de que a modernização e o desenvolvimento agrícola no interior de São Paulo teriam gerado empregos suficientes para os camponeses e resolvido seus problemas fundiários. Ou seja, as ações do MST no Pontal tiveram como intenção estratégica denunciar a situação fundiária num dos estados mais ricos da federação, inclusive no setor agrícola, onde sua presença chamaria a atenção e lhe daria grande visibilidade. Tal hipótese é confirmada pelo fato de que o MST enviou para a região um de seus líderes mais conhecidos, José Rainha Júnior.

O LÍDER JOSÉ RAINHA

Em 2000, José Rainha era dono de um lote de 15 hectares no assentamento *Che Guevara* e morava com a mulher e o filho na cidade de Teodoro Sampaio. Seus companheiros do MST dizem que ele gosta muito de ir até lá, quando tem tempo. A rotina diária, no entanto, quando não está organizando invasões, passeatas ou protestos, é feita de reuniões, assembléias, negociações, entrevistas que impedem sua atividade como agricultor.

Pudemos visitar os assentamentos e acampamentos do Pontal mediante autorização dele, com um guia para nos acompanhar e o empréstimo de seu automóvel, um *Gol* usado. Procurado pela polícia; homenageado na França; acusado de assassinato no Espírito Santo; fonte de inspiração de um autor de novela, crítico severo do Presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso, e também dos jornalistas de uma maneira geral, ressaltando que há exceções entre eles, José Rainha não fez mais que as primeiras séries na escola.

Ele se tornou um dos focos de atração da mídia, foi capa de revista, comparado ao líder da Revolta de Canudos, Antônio Conselheiro. Frequentemente, chegam jornalistas à sua procura e em toda reportagem que fazem sobre a região costumam tentar incluir uma entrevista com ele, o que nem sempre conseguem. A notoriedade e o assédio da imprensa, no entanto, não parecem bem vindos ao personagem. Segundo afirma, a mídia só atrapalha. Ele afirma que preferia ficar ali no seu canto, quieto, sem tanta exposição. Quietos talvez não seja bem o termo. Afinal, marchas de protesto, ocupações, reuniões da cooperativa, discussões com técnicos do governo e assembléias com assentados normalmente contam com sua presença. Em fevereiro de 2000, José Rainha tinha motivos especiais para querer distância da mídia. Estava para ser julgado, pela segunda vez, sob a acusação de ter assassinado um fazendeiro e um policial militar no Espírito Santo.

José Rainha prega a revolução, único meio de resolver o problema dos sem-terra, em sua opinião. Diz que a meta do MST é acabar com o latifúndio no Pontal e rechaça a

notoriedade que a mídia lhe dá. Acredita que só há interesse pelo que ele faz porque tem sob sua liderança 6 mil famílias, com a ajuda das quais ele poderia, por exemplo, fechar todos as agências bancárias do Pontal. Sobre a possibilidade de ter inspirado Benedito Rui Barbosa, o autor de telenovela *O Rei do Gado*, Rainha diz que aquilo foi uma tentativa da burguesia de cooptá-lo, de fazê-lo “apoiar a Reforma Agrária das elites”, mas que não adiantou porque ele não cedeu.

Aos 39 anos, José Rainha critica os partidos políticos. De direita, de esquerda, situação, oposição, tudo a mesma coisa em sua opinião. Para ele, latifundiários, mídia e governo podem ser chamados de *burguesia*, classe que, na visão dele, abrigaria todos os que são contrários à Reforma Agrária.

Diferente de Bernardo Mançano Fernandes, para quem os jornalistas em geral “são muito ignorantes no que diz respeito à História, à Reforma Agrária e ao MST”, José Rainha admite que existem jornalistas sérios, mas considera que eles não podem ir contra seus padrões. Ele afirma ter motivos de sobra para desconfiar da mídia. O processo movido no Espírito Santo seria uma tentativa de apresentar um líder do MST como *bandido* para enfraquecer o apoio da opinião pública ao movimento. Ele cita outros episódios, como a publicação de notícias sobre o empréstimo do governo federal para a compra de uma fábrica de farinha e fécula de mandioca, localizada em Sandovalina, no Pontal.

Em maio de 1997, os jornais noticiaram que o governo federal tinha liberado R\$ 4,7 milhões para que o MST comprasse a fábrica que, depois de abandonada pelos proprietários, fora ocupada pelos sem-terra. A liberação teria sido uma tentativa do governo de retomar o diálogo com os sem-terra, duas semanas depois da marcha até Brasília liderada pelo MST. Seis meses depois, a manchete conciliatória de maio, “*Diálogo faz Governo liberar verba ao MST*”, assumia um tom de denúncia: “*Dinheiro do Incra vai pelo ralo.*” (*O Globo*, 11.11.97. Pág. 3). No subtítulo, era explicado que a cooperativa ligada ao MST tinha recebido financiamento, mas não montara a fábrica de farinha. A foto que ilustrava a matéria mostrava equipamentos da tal fábrica, que segundo a legenda, estava completamente abandonada. O título principal servia para enfeixar três matérias. Na

primeira, o jornal mencionava a existência de 4 processos administrativos para apurar desvio de dinheiro e desvirtuamento e não-cumprimento de contratos em projetos que teriam consumido R\$ 4,985 milhões. Dois deles envolveriam a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal Ltda, mais conhecida como Cocamp, que tinha como secretário-geral José Rainha Júnior.

A desconfiança e a aversão em relação à mídia de notícias são compartilhadas pelos outros dirigentes do MST, que apresentam ainda mais relatos. Segundo um deles, certa feita, o delegado de Presidente Prudente mandou prender um dos líderes do movimento com base no que havia lido num editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que considerava criminosa a conduta do líder.

Os grandes jornais chegam a merecer uma classificação para alguns dirigentes do MST, no Pontal. Zelitro Luz da Silva, um ex-bóia fria que hoje tem um lote de terra, diz que o *Estado de S. Paulo* tem repórteres muito educados, que conversam bem, mas na hora de fazer a matéria *só apresentam o ponto-de-vista dos fazendeiros*. A *Folha de S. Paulo*, segundo ele, é aquela que *dá uma no prego e outra na ferradura*. Como apresentou matéria positiva sobre projeto do MST na cidade de Italva (SP), estaria agora em busca de indicações de que a liderança de José Rainha estava enfraquecida. Quanto ao jornal *O Globo*, Zelitro faz sinal de reprovação com a cabeça. O sem-terra censura também a conduta de uma repórter de televisão, que, em 1996, foi baleada durante uma ocupação. Ela teria sido vítima da própria ambição, já que estava querendo transformar a matéria num programa especial *para aparecer*.

Na época, jornalistas de vários veículos estiveram no Pontal para cobrir os confrontos que vinham ocorrendo. Um deles afirma que o MST fez o que quis com os repórteres. Os militantes simularam várias ocupações a fim de manter os jornalistas por mais tempo no Pontal. Sob a justificativa de que a intenção era mostrar que os fazendeiros estavam armados. Apesar disso, os líderes sem-terra afirmam categoricamente que o MST não deve nada à mídia.

A contradição fica mais evidente quando se verifica que há nos assentamentos grande receptividade a jornalistas. Os assentados, ao que parece, enxergam na presença de estranhos a possibilidade de divulgar seus dramas, suas dificuldades, reclamar da demora dos financiamentos e da desatenção das autoridades, entre outros problemas.

O ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOS REPÓRTERES

Enquanto visitávamos o Pontal, foi possível acompanhar o trabalho de um repórter e um fotógrafo do jornal *Folha de S. Paulo*. O fotógrafo chegara da capital de avião especialmente para fazer aquela matéria. O repórter, no entanto, já estava acostumado a cobrir todos os acontecimentos do Pontal. Ele alugou um carro em São José do Rio Preto, onde morava. Os dois se hospedaram num dos diversos hotéis que existem em Teodoro Sampaio. Ficariam na cidade durante três dias. Este tempo seria necessário não apenas pela relevância e repercussões do que acontece no Pontal, mas também porque os deslocamentos lá dentro, da cooperativa para os assentamentos e acampamentos, são demorados.

O repórter começa visitando a cooperativa, onde conversa com alguns dirigentes. Sua pauta pedia para apurar por que motivo os sem-terra andavam tão quietos, sem que se registrasse nenhuma invasão de terras há quase um ano. Após as primeiras conversas, ele começa a duvidar de seu roteiro original. Segundo lhe contaram, estavam programadas 500 ocupações de terras no mês de abril. A intenção era ironizar as comemorações dos 500 anos do Brasil, que o governo federal vinha preparando com apoio da grande imprensa e da televisão. Para o MST não haveria o que comemorar. Em vez disso, seria necessário – com as 500 ocupações – denunciar a exploração que dura desde quando os portugueses se apossaram formalmente do território do Brasil. O procedimento do repórter será ligar para a redação e relatar a novidade, a fim de confirmar ou alterar a pauta.

Ele decide também visitar um assentamento, para verificar como vão as coisas, e um acampamento novo, o *Padre Josimo II* (já existia um assentamento chamado *Padre Josimo*, homenagem a um sacerdote negro que foi assassinado por apoiar a luta dos sem-terra, no

Estado de Tocantins). Embora já tenha estado diversas vezes no Pontal, o repórter precisa de um guia. Não apenas para encontrar os lugares, mas também para facilitar o acesso aos sem-terra, que podem se recusar a falar – ou falar menos – sem a presença de alguém da direção do MST, em respeito à rigorosa hierarquia do movimento. Não há ninguém disponível. É preciso esperar. Até que surge um rapaz magro de nome Serginho, que conhece bem a região e se dispõe a conduzir os jornalistas e o pesquisador.

No assentamento *Che Guevara*, o repórter conversa com o dono do lote sobre custos, produção, e outras questões técnicas, até porque se trata de um assentado antigo, com uma boa mangueira de gado (curral), cerca eletrificada, antena parabólica e carro no quintal. Longe do repórter, a mãe do assentado conduz o fotógrafo e o pesquisador até o curral. No caminho lamenta sua situação. Queixa-se de não poder trazer o outro filho, porque os assentados não permitem. Ela compara a vida de assentada com a antiga, quando vivia com o marido num sítio que pertencia aos dois. Ela sente saudade. Diz que só foi para o assentamento por causa dos filhos e agora não consegue reuni-los todos. O desabafo é interrompido, porque a entrevista na varanda da casa chegou ao fim. Não durou muito e parece não haver nada de relevante a registrar, se observado o número de vezes que o jornalista anotou alguma coisa em seu caderninho.

Dali para o acampamento, a viagem é demorada. São 70 quilômetros, dez dos quais de terra, por um labirinto dentro de um canavial, o que permite uma longa conversa com o guia. O repórter quer saber na verdade quando e onde se darão as primeiras das 500 novas ocupações planejadas. Serginho que, apesar de ter apenas 17 anos, é membro da direção nacional do MST, não revela. Mas fala bastante, sempre sorrindo e eufórico talvez por se sentir útil ao movimento. Ele não tem terra. Acha que ainda é cedo. Estudou até a quinta série, mas entre suas tarefas de militante está a de ler três livros sobre Karl Marx e o marxismo. Serginho participa das Frentes de Massa. Integra o grupo ao qual pertence Gilmar Mauro, o líder do MST apontado pela CNN como uma das 50 principais lideranças da América Latina no ano 2000. O repórter quer saber quanto recebem os militantes do MST. Sem constrangimento, Serginho diz que o MST lhe paga uma ajuda de custo. A cada

dois, três meses, um ano. Depende da necessidade. Dinheiro para uma roupa, ajeitar um dente, o que estiver precisando. Normalmente, são R\$ 50 mas ele já chegou a pegar R\$ 200.

Pouco mais de 90 famílias chegaram ao acampamento Padre Josimo II há 5 meses. Não houve nenhum conflito, porque o dono das terras autorizou a ocupação. Os sem-terra moram em barracos de lona e se alimentam de cestas básicas que chegam irregularmente e nem sempre são suficientes para todos. Estão na área de reserva da fazenda, onde não se pode plantar nada. No máximo complementam sua dieta com a criação de umas poucas galinhas e a pescaria num rio próximo. Conforme o coordenador do acampamento, Hélio Magalhães, eles foram convidados pelo dono da propriedade para ocupá-la. O fazendeiro lhes doou uma vaca leiteira, para alimentar as crianças, e levava comida para os acampados. Uma vez, chegou a matar um boi e doou a carne aos acampados. A venda, ou desapropriação, ainda não havia se concretizado porque os técnicos do governo não concordavam com o preço pedido pelo fazendeiro. Os sem-terra estavam lá para fazer o processo andar mais rápido. O caráter pacífico que se constata nesta fazenda, no entanto, não constitui a regra. Entre os acampados na Alcídia, está também *Tonho Bala*. *Tonho*, porque Antônio Neves; *Bala*, porque carrega uma bala na barriga, das três com que foi atingido dois anos atrás, durante uma ocupação em outra fazenda, a São Domingos. *Tonho Bala*, diante do gravador, emociona-se ao relatar o episódio que, aos 33 anos, o impedirá para sempre de trabalhar na terra. Nunca recebeu um centavo de indenização e, embora aponte os responsáveis pelos tiros que levou, garante que nenhum deles jamais foi punido. Uma chuva forte irá encurtar a visita.

A reportagem será publicada três semanas depois, sem mencionar quase nada do que foi encontrado no acampamento. Conforme a pauta original, o repórter confirmará que o MST interrompeu as invasões. Sob o título “*Cooperativa muda perfil de sem-terra*”, explicará que os assentamentos no Pontal forçaram o MST a reduzir o apoio a “invasões” e trocá-las pela dedicação a atividades gerenciais. Os dirigentes do movimento, em vez de liderar “invasões”, tinham agora que se dedicar à rotina na lavoura e às constantes negociações com bancos e órgãos oficiais. Mesmo assim, em quadro, o jornal informa que tanto o governo federal quanto a UDR temem novos confrontos e acrescenta que a trégua

favorecera o surgimento de outros movimentos de sem-terra, um deles com o apoio do partido do governo.

RELATOS DE MORADORES

Um motorista de táxi com ponto na rodoviária de Presidente Prudente afirma que o Pontal é o lugar onde o MST ganha dinheiro. A acusação carece de fundamento, mas ele prossegue detalhando o processo de ocupações de terras. Diz que existe uma “combinação” entre fazendeiros, que querem se livrar de suas terras desvalorizadas, e os líderes do movimento. De acordo com o relato, os sem-terra ocupam a fazenda, forçando o Incra a enviar técnicos para avaliá-la. Quando sai a indenização, o dinheiro é repartido. Não há indicação nenhuma de que a história seja verdadeira, mas ela serve para ilustrar o questionamento feito por gente dali, mas também em outros lugares. Por que o governo, através do Incra, compra as terras que deveriam ser do Estado? Na época, o hectare estava avaliado em cerca de R\$ 2 mil.

Correm na região cálculos segundo os quais um fazendeiro falido, no Pontal, após vender sua fazenda ocupada para o governo, consegue comprar duas outras no Mato Grosso do Sul. A equação sustenta a tese de que estaria sendo promovida maior concentração de terras e de renda, porque, dali a pouco, as duas fazendas compradas no Mato Grosso do Sul serão novamente vendidas, reiniciando-se o ciclo.

Talvez por causa dessas histórias as opiniões na cidade sejam tão divididas. Para os donos de um *trailer* de lanches, que funciona na praça principal de Teodoro Sampaio, o governo deveria gastar melhor o dinheiro, supervisionar o uso que dele se faz. Eles garantem que há sem-terra que quando conseguem o lote alugam para pasto ou tratam logo de vendê-lo. De fato, estima-se que uma parcela dos assentados, em torno de 20 a 30% , não cultivam a terra como era esperado.

No mesmo *trailer*, encontramos um vaqueiro, de nome Silvino, 41 anos de idade, que trabalha na fazenda onde Tonho Bala foi ferido. Ele diz que o que aconteceu lá foi igualzinho na novela. Ele conta que o “velho”, o dono da fazenda, antes de morrer, dividiu a propriedade e doou metade para os sem-terra. A outra metade ficou para os filhos. De acordo com Silvino, o pessoal do MST ficou de olho na outra metade e tentou ocupá-la. Os filhos e seus empregados reagiram. Houve tiroteio e alguns sem-terra ficaram feridos. A fazenda tem 17 mil alqueires e 22 mil cabeças de gado. Produz 250 litros de leite por dia. Porém, explica o campeiro, nem sempre foi assim. Na época dos conflitos, a fazenda não tinha tanto boi. Eles foram levados para lá a fim de mostrar que a fazenda era produtiva.

Alguns comerciantes consideram que a chegada do MST à cidade trouxe dinheiro e ajudou a melhorar as vendas. Mas a imagem do MST não é muito boa junto aos guardas florestais do Pontal. Pelo menos dois deles consideram que os sem-terra são violentos e têm histórias sobre furto de gado, furto de madeira, desmatamento, fogo em reserva e tombação e aração na beira de rios, o que é proibido. Eles não permitem gravar nada do que dizem e sugerem que o pesquisador vá até a delegacia para ver os boletins de ocorrência. Segundo avaliam, o MST tem força política e é muito difícil mexer com alguém do movimento. Um dos guardas conta que pediu transferência da infantaria para o batalhão da Guarda Florestal da Polícia Militar por causa do MST. Entre suas experiências, narra uma ocorrida em 1995, quando ele e um colega atenderam o chamado de uma fazenda ocupada.

Havia famílias, idosos e crianças, entre os funcionários da fazenda acuada dentro da sede. Lá fora, 300 invasores se aproximaram com foices e enxadas, enquanto mais recuados estavam alguns encapuzados, com mantas. O policial, acreditando que eles estavam armados, pediu reforço. Conversou com os invasores e disse que eles não iriam entrar. Os sem-terra teriam quebrado tudo e matado filhotes de carneiros, “*passando a faca nos pequenos animais impiedosamente, sem nenhum motivo*”. Outro guarda faz questão de dizer que não é contra a Reforma Agrária, mas acha que o governo deveria fiscalizar melhor, porque a grande maioria não sabe lidar com a terra. E os criadores de gado estão indo embora. Para ele, os erros não são culpa do MST, mas do governo, que não está

preocupado com a Reforma Agrária. Sobre a mídia, acham ambos que normalmente ela é favorável aos sem-terra e que, por sensacionalismo, divide tudo entre “vilões” e “coitados”.

Também é ilustrativa a conversa com a dona de uma quitanda no centro de Teodoro Sampaio. Ela conta que uma vez tentou negociar com um assentamento. Contratou a compra de 1.000 abacaxis, mas o assentado só conseguiu entregar 300. Daí, desistiu de vender produtos vindos dos assentamentos.

AS LIÇÕES DO PONTAL

O Pontal, enfim, pode ser visto como uma grande aula sobre Reforma Agrária, sobre a mídia de notícias e sobre o MST. A primeira grande lição é que, ao contrário do que o noticiário permite perceber, a Reforma Agrária é muito mais resultado da luta daqueles que precisam de terra, do que de uma intenção política de governo. Por outro lado, também se aprende que o movimento tem algumas explicações a dar, tem que explicar suas dificuldades com a produtividade e o rendimento econômico de cooperativas e assentamentos. Igualmente se aprende que Reforma Agrária, pelo menos aquela reivindicada pelo MST, não se restringe à desapropriação e distribuição de lotes entre famílias. Uma vez assentados, os agricultores irão precisar de dinheiro financiado para construir sua moradia, erguer uma cerca, comprar sementes, ferramentas, adubo. Mais adiante terão que vender o que produzirem e, muitas vezes, seus preços não poderão enfrentar a concorrência no comércio.

O problema não se restringe a assentar os sem-terra. O problema é outro. É de gestão, de administração da produção; é empresarial. Não basta dar a terra, o que tem sido feito à custa do Estado. Não basta pagar e financiar o custeio da safra e outros investimentos. É preciso assessoria técnica, é preciso acompanhamento, é preciso redirecionar a política agrícola para os pequenos produtores. Os projetos do MST contam normalmente com ajuda financeira do governo. A liberação de créditos e financiamentos,

no entanto, raras vezes é fácil. Daí o movimento ter se utilizado de outras formas de luta, como ocupação de prédios e bancos estatais.

No Pontal ainda há muita terra que pode ser desapropriada. À espera disso, dezenas de famílias permanecem acampadas. Outras, nos assentamentos mais recentes, dependem de financiamento para poderem começar a plantar sua lavoura. Porém, há também assentados que têm conseguido prosperar. Alguns até já compraram equipamentos, como tratores, por intermédio da cooperativa, ou mesmo caminhões e automóveis. De acordo com o Itesp, a renda média dos assentados no Pontal, em 2000, era de 2,5 salários mínimos, o que os colocava um pouco acima da média de R\$ 125 que recebiam 40% da população, segundo o IBGE.

Embora o líder dos sem-terra José Rainha pregue a “revolução”, nada determina que o sistema tenha de ser derrubado para que seja feita a Reforma Agrária. O problema talvez seja então do precedente que se abriria para outras tentativas de mudar a ordem. Uma das assentadas entrevistadas para esta pesquisa, dona Benedita Costa, viúva de 59 anos, há seis meses vivendo num barraco de lona preta, no lote recebido pelo filho, sem plantar nada à espera do financiamento das sementes, entende assim o problema: *“Somos formiguinhas, né? Se pisarem e matarem, ninguém vai ligar.”*

Com o MST, as formiguinhas ameaçam criar ferrões, com os quais podem ferir e envenenar. Começam a conhecer sua força e aprendem com a luta. Sabem que no trato com a mídia, por exemplo, é necessário ser criativo, e aproveitar as oportunidades que surjam, como aconteceu em 1996 e em 1997. Descobrem as formiguinhas que, juntas, se não conseguem fazer ruir os alicerces que sustentam a desigualdade da distribuição da riqueza nacional, pelo menos conseguem, para expor situação tão escandalosa, atrair os holofotes da mídia e provocar a indignação da sociedade brasileira, pelo menos de parte dela. Mais que isso, começam a ser considerados e passam a ser levados em consideração como pólo agregador, como uma das forças que integram a grande articulação que determina a hegemonia.

ASSENTAMENTO E EMANCIPAÇÃO

Um assentamento rural pode ser definido como a implantação, pelo governo do Estado ou Federal, de grupos de famílias de origem rural ou urbana, que demandam terra para viver da agricultura sobre áreas desapropriadas com esse objetivo específico. Quando o MST começou a se organizar, entre o final dos anos 70 e início dos 80, o movimento reunia famílias de trabalhadores rurais recém expropriadas da terra, para a reivindicação organizada de terra para seu próprio cultivo. Gradualmente, o movimento foi incorporando famílias urbanas de segunda ou terceira geração que, não encontrando trabalho regular na cidade, se dispunham a voltar para a terra.

O assentamento como forma de resolver o problema fundiário brasileiro vem sendo tentado há vários anos, mas, pelo menos até 1998, nem um único assentamento podia ser classificado como “emancipado”. A conta, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, era de que teriam sido assentadas perto de 400 mil famílias. Na época, o Incra calculava que só 15 % dos assentamentos podiam ser considerados pleno sucesso. Outros 15 % estavam falidos. E 70% estavam numa “zona cinzenta”, o que significava que não se poderia prever o que aconteceria com eles. Para o então presidente do Instituto, Milton Seligman, a reforma agrária não poderia ser um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para a integração econômica sustentável, coisa que ela jamais foi, na opinião dele. O próprio governo federal admitia que uma das propostas para resolver o problema seria descentralizar a operação, permitindo a participação direta dos interessados nas discussões e decisões.⁴

De acordo com pesquisa encomendada, em 1998, pelo governo federal a especialistas em desenvolvimento agrário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cerca de 30 % das famílias assentadas abandonavam os projetos de reforma agrária. As taxas mais altas de evasão, em torno de 40 %, ocorriam principalmente em comunidades isoladas e com baixos níveis de organização nas regiões Norte e Centro-Oeste. Os índices de evasão eram inferiores a 12,5 % em assentamentos criados em áreas ocupadas por posseiros no Nordeste e em fazendas no Sul e Sudeste, desapropriadas por pressão social,

como as ocupações organizadas pelo MST. Os assentamentos com índices de evasão superiores a 50 % tinham sido criados por iniciativa exclusiva do Incra.⁵

Até o final de 2002, apenas 6,24 % do total de projetos de Reforma Agrária (5.100) estavam na fase de assentamentos consolidados (auto-sustentáveis, com titulação definitiva dos lotes e produção em escala comercial) segundo Balanço da Reforma Agrária, feito pelo Ipea, baseado em dados do Incra. O valor para assentar cada família até julho de 2003 era de R\$ 23 mil. A renda nos assentamentos, na média nacional, era de R\$ 198,37. Somente nos quatro anos do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, cerca de 287 mil famílias foram assentadas e, segundo o então ministro Raul Jungmann, dos Assuntos Fundiários, foram gastos R\$ 7 bilhões com a Reforma Agrária.⁶

AS DIFICULDADES

Para compreender os problemas nos assentamentos do MST, um interessante conjunto de idéias nos é apresentado por Maria Conceição D’Incao e Gerard Roy.⁷ Durante vários meses, no final da década de 80, os dois pesquisadores viveram num assentamento liderado pelo MST em São Paulo, com a intenção de observar por que motivos o assentamento não conseguia se emancipar, isto é, tornar-se auto-sustentável e satisfazer às necessidades de seus integrantes. Os problemas apontados pelos dois pesquisadores começam pela possibilidade que é dada aos sem-terra quando uma fazenda é desapropriada e eles têm que fazer com que o assentamento funcione, atuando como donos da terra e não como assalariados, isto é, tendo que construir uma realidade diferente daquela com que sempre conviveram, sem reproduzir os erros de seus antigos patrões.

De acordo com os autores, os trabalhadores rurais costumam incorporar as relações de exploração nas quais foram socializados. Nas fazendas, eles tinham vivido relações do tipo paternalista, onde a lei é a lei do patrão. Nas grandes explorações agroindustriais ou nas empresas urbanas, a ausência generalizada de direitos reconhecidos os havia colocado, de novo, sob a lei do patrão, que, não sendo mais paternalista, nem por isso deixava de ser

arbitrária. Enfim, esses trabalhadores em geral não conheceram relações democráticas, em que uma lei comum regula as relações entre contratantes formalmente iguais diante dela. Uma vez deixados por sua própria conta, correm o risco de reproduzirem, eles mesmos, as relações de dominação das quais quiseram se libertar quando se lançaram à luta pela terra.

AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO

Na direção dos destinos da agrovila estudada por D’Incao e Roy, havia três concepções de sociedade. Para os agentes das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base (que normalmente acompanham esse tipo de projeto e trazem ajuda de organizações não governamentais), tratava-se da construção de sua “comunidade” e da necessária transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários. Para os agentes do MST ou militantes políticos de esquerda (muitos dos quais também sob a influência da Igreja Católica, um dos berços do movimento), tratava-se de construir o socialismo, transformando os trabalhadores em revolucionários. O terceiro agente externo eram os representantes do Estado. Presença fundamental nos assentamentos, não apenas porque é quem desapropria a área na qual instala os projetos, mas principalmente porque fornece créditos, ferramentas, máquinas, assessoria técnica e legitima as instâncias de poder locais, com as quais negocia. Para os técnicos estatais, o objetivo era associar ou cooperar os trabalhadores de modo a predeterminar sua eficácia ou sua convivência com as regras do mercado.

Estavam assim postas as condições propícias para que os militantes, detentores do poder na associação, apoiados pelos técnicos, adotassem práticas arbitrárias, em nome da manutenção de seu próprio poder, em nome da defesa da forma coletivista de produção, na qual acreditavam religiosamente. Eram os militantes que lidavam com os técnicos. Eram os técnicos os intermediários do acesso aos subsídios estatais. Quem não se desse bem com os militantes, supostamente, não chegaria aos técnicos e, portanto, estaria impedido de conseguir os benefícios governamentais e mesmo os não governamentais.

No caso específico do assentamento focalizado por D’Incao e Roy, a maioria dos técnicos estatais era de esquerda, o que produziu uma combinação entre as diferentes estratégias políticas: embora os documentos oficiais que regulamentaram a política de assentamentos fossem de natureza técnico-econômica e se limitassem a exigir a associação dos produtores para o acesso aos subsídios estatais, na prática a forma constitutiva levada pelos técnicos estatais aos assentamentos impunha um modelo coletivo de produção aos trabalhadores. Aproximava-se, com isso, dos ideais comunitários dos agentes da Igreja Católica e dos ideais revolucionários dos militantes políticos preocupados, ainda, com o risco de aburguesamento desses trabalhadores transformados em proprietários privados da terra.

O INDIVIDUALISMO

A preocupação com o “aburguesamento” tem fundamento. Um dos principais problemas que o MST enfrenta em seus assentamentos é o individualismo que se manifesta quando, após a fase da luta coletiva pela terra, o camponês se torna um pequeno proprietário. Muitos sem-terra, depois que ganham a terra, deixam de participar do movimento. Os próprios líderes do MST costumam afirmar que, uma vez sendo feita a reforma agrária, o movimento não teria mais razão de existir. Como a realidade tem mostrado que é improvável que a Reforma aconteça de fato, o movimento precisa da participação dos assentados para sustentar a luta para que outros sem-terra também conquistem seus lotes. Além disso, mesmo depois de assentado, o agricultor ex-sem-terra continua precisando do apoio do MST. Ele precisa produzir para o mercado e, para tanto, tem que obter incentivos na forma de financiamento público do Estado, o que só é possível com força política ou poder de pressão.

Segundo D’Incao e Roy, no assentamento estudado por eles, havia de um lado, as três concepções de sociedade, que se aliavam na proposta coletiva, anterior aos trabalhadores, isto é, que havia sido formulada de fora, sem a participação destes. Do outro, trabalhadores com histórias, trajetórias, características, personalidades, sonhos e projetos

individuais, diferentes um do outro. Haviam se juntado sim, por ocasião da ocupação do terreno, mas uma vez conquistada a terra, queriam a liberdade e a autonomia, mais próxima do modelo familiar de produção. Ainda que pudessem encontrar vantagens no trabalho e na produção coletiva, não tiveram a oportunidade de discutir, de se manifestar a respeito, de dizer como pensavam ou queriam esta coletivização. Ou se preferiam outra forma.

Talvez por isso mesmo, os agricultores do assentamento pudessem ser divididos entre os “individuais”, aqueles que só trabalhavam sozinhos e os “coletivos”, aqueles preferidos pelas lideranças e que costumavam realizar tarefas na forma de mutirão.

EFICÁCIA E MODERNIDADE

Os pesquisadores explicam ainda que o projeto agrícola do Estado era um projeto completamente estranho às experiências e expectativas de todos. Pretendia colocá-los imediatamente numa certa concepção de eficácia e modernidade, mas não levava em conta suas possibilidades e aspirações. Mesmo assim, por mais inadequado que fosse no início, ele poderia ter sido corrigido caso houvesse condições de uma crítica construtiva no dia-a-dia de sua execução. Em vez disso, fez-se dele um projeto militante e inquestionável. Com dois agravantes: a falta de competência técnica e a falta de experiência de relações democráticas da maioria dos produtores ali presentes. Eles tinham pouco conhecimento de agricultura moderna, nenhum conhecimento de gestão coletiva e estavam habituados a obedecer a “lei do patrão ” - ou a infringi-la. Estavam portanto pouco preparados para enfrentar organizadamente o “poder militante”.

INDIFERENÇA

A agrovila estudada por D’Incao e Roy pretendia juntar os produtores para maior eficácia econômica, mas também queria uni-los. O discurso ideológico que acompanhou as famílias desde o seu agrupamento ia no sentido da criação de uma comunidade. Mas as famílias continuavam isoladas. Os espaços comuns estavam abandonados. As construções (moradias) eram heterogêneas, e revelavam que quem sabia construir melhor não ajudara os outros. Também era evidente a indiferença das famílias em relação às outras. Além disso, era mínima a participação nas decisões coletivas, durante as assembléias da Associação que dirigia o assentamento.

Os espaços comuns careciam dos cuidados que a vizinhança costuma ter com o que considera seu. Nenhuma árvore plantada. Telhado quebrado. Paredes precisando de pintura. Dentro das casas, o dinamismo alegre da família. Marido, esposa e filhos trabalhando e planejando o que fazer com o dinheiro da venda da boa safra. Fora dali, no entanto, tudo parecia inerte, parado, como se não houvesse uma coletividade ativamente produzindo, pensando, sonhando com um futuro melhor.

O ÊXITO ECONÔMICO

Os pesquisadores alinham os três pontos problemáticos que identificaram: o da forma de exploração agrícola adequada ao assentamento; o estado catastrófico das máquinas e o funcionamento da Associação. No primeiro, é evidente que o desempenho dos produtores é desigual. Alguns conseguem um certo crescimento econômico. Mas a maioria não está bem. De fato, em média, cada um tem um nível de vida melhor que antes. Come-se melhor, veste-se melhor, educa-se melhor as crianças e todos dizem se sentir mais felizes do que eram na cidade. Mas a combinação terra, trabalho e dinheiro está longe de se realizar de modo satisfatório. Além disso, o dinamismo esperado da cooperação inexistente.

Quanto às máquinas, as observações mostraram que eram mal aproveitadas. Não atendiam às necessidades mais imediatas dos associados e não podiam ser utilizadas para os serviços programados fora do assentamento, visando à obtenção de dinheiro para sua própria manutenção e para outros projetos da Associação. A situação era antiga e se ligava a problemas de má administração.

Quanto ao funcionamento da associação, os técnicos ou engenheiros do Estado, encarregados de assessorá-los, deixaram-se absorver pelas múltiplas tarefas relativas às relações dos produtores com o Estado ou os financiamentos externos e se apoiaram nas lideranças no que toca à gestão técnica, administrativa e política dos negócios comuns. Dando seu apoio incondicional aos militantes dirigentes da associação, que também não estavam preparados para o cumprimento dessas tarefas.

Como resultado, os dirigentes militantes improvisaram a administração dos interesses comuns e deixaram-se seduzir pelas facilidades do poder. Diante da impossibilidade de se fazer ouvir, os mais lúcidos se fecharam ou tentaram buscar proveito pessoal do bem comum. Sob a aparência de gestão pela base, se desenvolveram entre todos relações que lembram aquelas que cada um viveu anteriormente, de patrões e empregados, não reguladas por uma lei comum, mas pela lei arbitrária do patrão. E onde os empregados, sabendo que não têm direitos, buscam os favores do patrão ou de quem ocupa o lugar dele em prejuízo dos outros ou simulam a aceitação da ordem estabelecida, fazendo o que bem entendem, conforme a lógica dos comportamentos escondidos ou sorrateiros. As conseqüências são visíveis: o estado deplorável do bem comum e a desconfiança entre todos. A crise da Associação e a paralisia do grupo para resolvê-la.

No caso específico dos pesquisadores, segundo relatam, eles puderam intervir na situação e propor uma relação mais democrática, baseada no fortalecimento de canais de comunicação que permitissem que todos tivessem vez e voz. Além disso, investiram na auto estima dos assentados, buscando valorizar o papel de cada um dentro da comunidade, isto é, mesmo aqueles que por algum motivo eram discriminados foram procurados pelos

pesquisadores que pretendiam mostrar a eles sua importância na condução do destino coletivo.

O quadro descrito aqui, envolvendo as contradições dos próprios militantes do MST e de todos os outros envolvidos num projeto de assentamento contribuem para entender os motivos pelos quais os assentamentos estão longe ainda de representar uma solução para os trabalhadores rurais. O risco é que, diante das dificuldades que se apresentem, os trabalhadores tenham que vender os lotes conquistados e tornem-se, novamente, sem-terra.

Embora seja comum encontrar na mídia referências sobre o fracasso econômico e muitas vezes sobre a própria “inviabilidade” dos assentamentos como solução para o problema dos sem-terra, pouca atenção tem sido dedicada para as questões aqui apresentadas. Elas não se resumem ao autoritarismo, mas também dizem respeito à conduta discriminatória em relação à mulher, subordinada ao marido que na maioria das vezes é o titular do lote conseguido pela família.

Diante de tal realidade, antes mesmo de se posicionar a favor ou contra a Reforma Agrária, a opinião pública, isto é, a população deveria conhecer melhor tais dificuldades, entender porque é preciso não apenas financiamento do Estado mas também apoio e assessoria técnica e, como no caso aqui citado, a intervenção do Estado na própria forma de dirigir o assentamento.

Em outras palavras, não há meio termo. Ou a sociedade se compromete com a Reforma Agrária e dá autonomia a seus governos para implementá-la. Ou a Reforma Agrária estará inviabilizada porque custa caro, porque utiliza recursos públicos, porque demora a mostrar resultados, porque reforça o machismo e o autoritarismo de alguns militantes do MST. Se interessa ao MST pensar e responder a tais questionamentos, também interessa à sociedade brasileira como um todo saber que tipo de comunidade, de relações humanas o movimento se propõe a experimentar em seus assentamentos.

A TRAJETÓRIA DO MST

Costuma-se afirmar que o MST nasceu e cresceu à sombra da mídia, isto é, cresceu a ponto de não poder ser desconsiderado por ela, mas continuou crescendo com a ajuda da exposição que lhe foi dada pela imprensa. O MST surge durante a ditadura militar e ganha força com a abertura política. De acordo com avaliação do próprio movimento, o principal fator para o seu surgimento foram as transformações que a agricultura sofreu na década de 1970. Durante aquele período, foi rápido e intenso o processo de mecanização da lavoura brasileira, especialmente com o cultivo da soja. No sul do País, considerado o berço do MST, a introdução da soja foi facilitada, seja porque podia ser plantada junto ao trigo, tradicional no Rio Grande do Sul, seja porque era uma boa alternativa ao café, no Paraná. Famílias que viviam como arrendatárias, parceiras ou filhos de agricultores foram expulsas do campo pelas máquinas.

Os desempregados migraram para as regiões de colonização, como Rondônia, Pará e Mato Grosso. Mas não tardaram a descobrir que tais regiões não tinham vocação para a agricultura familiar. Além disso, estavam acostumados a cultivar grãos como feijão, arroz e milho. E o governo federal, que promovia a colonização das fronteiras agrícolas, tinha na prática uma política de estímulo à pecuária. A ele interessava também transferir mão de obra para o garimpo e para o extrativismo de madeira e, com isso, povoar as fronteiras internacionais do Brasil, como preconizava a política de segurança nacional dos militares.

Um grande contingente da população expulsa do campo foi para a cidade, em busca de emprego na indústria. Era a época do “milagre brasileiro”, com a economia crescendo e os investimentos sobrando. Mas, no final dos anos 70, começam a aparecer sinais de crise na indústria, que irá se prolongar pela década de 80, conhecida como “década perdida” para o desenvolvimento.

A partir daí, os camponeses passaram a encontrar fechadas as portas de saída: o êxodo para as cidades ou para as fronteiras agrícolas. Com isso foram levados a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar formas de ocupar a terra nas próprias regiões onde viviam.

O APOIO DA IGREJA

Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, uma das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, criada na década de 70, trabalhadores rurais começaram a se organizar. Embora as atenções da imprensa tenham se direcionado para os acontecimentos da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, também eclodiram lutas em outros quatro estados: Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. No início da década de 80, eles realizaram um encontro nacional e, em 1984, durante um congresso nacional de trabalhadores rurais sem-terra no Paraná, foi criado o MST.

Uma das primeiras lutas que deram origem ao MST foi a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1979. A área era explorada por uma madeireira. Um dos trabalhadores que participaram da ocupação lembra assim do episódio:

*Enquanto os militares marchavam no dia 7 de setembro, nós marchamos diretamente pra Macali. Quando a gente chegou aqui, a primeira coisa a fazer foi plantar esta cruz. Porque a cruz é o sofrimento do trabalhador sem-terra.*⁸

O gesto faz lembrar a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, quando uma das primeiras providências para legitimar a posse das terras pela Coroa foi a instalação de uma cruz e a celebração de uma missa. Quase cinco séculos depois, a Igreja Católica, ou parte dela, passaria a ter relevância vital para a organização dos trabalhadores rurais. A mesma igreja que sempre esteve ao lado do poder, que tentou catequizar os índios à força, que não atribuída aos negros o dom da alma. A mesma igreja, acusada de apoiar o Golpe Militar de 64 e de se ter oposto à Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, havia mudado, pelo menos parcialmente.

A mudança se deu no espaço das Comunidades Eclesiais de Base, apontadas por Bernardo Mançano Fernandes⁹ como lugar de gestação do MST. É possível supor que as

CEBs tivessem sido criadas porque alguns sacerdotes, após um contato mais próximo com as dificuldades dos trabalhadores rurais, tenham percebido a necessidade de uma prática diferente na hora de pregar a “palavra de Deus”. O fato é que, surgidas no começo dos anos sessenta, as CEBs forneceram as condições para que os fiéis que, normalmente, iam à igreja em busca de paz, pudessem encontrar nela também um espaço de reflexão acerca de sua realidade. Em vez de apenas um sedativo para seus sofrimentos, os trabalhadores puderam buscar na religião também um espaço para discutir e formular as bases de uma organização que lhes permitisse resistir à opressão.

Para Frei Betto, a conjuntura nacional da época contribuiu para reforçar a importância das Comunidades Eclesiais de Base:

*Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja.*¹⁰

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, em que a participação política praticamente inexistia e os cidadãos estavam tentando se organizar para lutar pelo direito de ter direitos, as CEBs propiciavam um espaço comunicativo. Ali, as pessoas se reuniam para aprender por meio do método pedagógico “ver, julgar e agir”.

Foi nesse espaço, que os camponeses, normalmente vistos e tratados pela própria igreja – e por seus patrões – como “cordeiros”, começaram a descobrir a possibilidade de “se tornar sujeitos da própria história”. Para tanto não bastava o espaço. Foram necessárias modificações inclusive nas práticas religiosas. De tal modo que as celebrações tornaram-se também momentos de reflexão acerca da vida concreta. Os fiéis podiam falar e se manifestar, incentivados pelos sacerdotes que lhes davam a palavra durante os cultos. A leitura do evangelho, associada à realidade da luta da comunidade, era calcada em fatos concretos vividos pelos camponeses em seu dia-a-dia. Havia uma relação direta com a cultura e com a situação econômica das pessoas na sua trajetória e em seu espaço de vida.

No caso da luta pela terra, o livro do Êxodo tornou-se uma das referências para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades, durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo vivido pelos trabalhadores rurais.

As CEBs se fortaleceram dentro da igreja, com a nova postura definida a partir dos documentos de diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), publicados após o Concílio Vaticano II (1965), a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia (1968), e a III conferência em Puebla, México (1979).

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, a conferência de Medellín foi responsável pela fundação da Teologia da Libertação, ao estabelecer que os cristãos precisavam se empenhar na luta contra as estruturas injustas da sociedade latino-americana; e que este empenho era fundamental e básico para toda a ação pastoral.

Como resultado do trabalho das CEBs, a Igreja criou, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para explicar as ligações da Igreja com os sem-terra, o presidente da CPT, e um dos seus fundadores, bispo Dom Tomás Balduino, cita o posicionamento do Episcopado brasileiro que, na 18ª Assembléia Geral de 1980, em Itaici, (SP) discutiu e aprovou o documento “*A Igreja e problemas da terra*”. Nele está declarado:

Movidos pelo Evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e as esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra [...] Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica reforma agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo[...] Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação e ou reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária

*que venha ao encontro dos anseios da população.*¹¹

Embora mereça um estudo mais aprofundado, propósito além dos limites deste trabalho, o devotamento dos trabalhadores sem-terra às idéias do MST aparentemente deve muito à Igreja. E mais ainda à crença religiosa que permitiu que lavradores pobres e miseráveis despontassem no cenário nacional como uma espécie de vanguarda da luta política.

Atualmente, o MST considera-se um movimento ecumênico. Por outro lado, já faz algum tempo que a Teologia da Libertação vem perdendo espaço entre as prioridades do Vaticano. Mesmo assim, em 1997, por ocasião da visita do Papa ao Brasil, a imprensa destacou as referências feitas por ele aos sem-terra e à necessidade da Reforma Agrária. Pouco antes da visita, o então ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, esteve no Vaticano para prestar contas do que estava sendo feito no tocante à questão. Era a terceira visita do Papa ao País. Nas duas anteriores, não se viu nada parecido. Representantes do MST tentaram ser recebidos pelo Pontífice, mas sua presença foi vetada pelo responsável pela agenda papal, o cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales.

O fato é que se a Igreja refluíu, o MST já havia adquirido maturidade suficiente para seguir adiante, com base no que aprendeu e desenvolveu ao longo das lutas, que prosseguem como experiência e aprendizado, modificando permanentemente, conforme seja necessário, suas formas de organização.

A EVOLUÇÃO

O I Encontro do MST aconteceu em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, com mais de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais. A partir daí, como afirma a própria página eletrônica do MST na internet, começou-se a “*construir um movimento social e de massas, orgânico, com objetivos e linhas políticas definidos*”. O encontro serviu para preparar o I Congresso Nacional do MST, ocorrido em Curitiba, também no Paraná, em

1985. Ele teve como palavra de ordem a seguinte: “*Ocupação é a única solução*”. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* (17.11.02. Pág. A10), uma das primeiras intervenções estratégicas do movimento se dá com a determinação de que o jornal do MST deveria deixar de ser uma “*publicação de caráter plural*”, para atuar como “*instrumento de agitação de massas ao estilo leninista, referência a Lênin, um dos líderes da Revolução Russa de 1917*”.

No mesmo ano, o Presidente José Sarney aprovou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo objetivo era aplicar o Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária. O Presidente José Sarney anunciou a meta de assentar um milhão e 400 mil famílias e desapropriar 43 milhões de hectares. No final do governo, foram assentadas 90 mil famílias e desapropriados pouco mais de 4 milhões de hectares. Seu sucessor, o Presidente Fernando Collor de Mello, prometeu assentar 500 mil famílias, mas não chegou a realizar nenhum assentamento, tendo sido afastado do poder. O vice-presidente de Collor, Itamar Franco, cumpriu o que restou do mandato e fez aprovar projeto de assentamento de 80 mil famílias, das quais apenas 23 mil foram de fato assentadas. Os números tornam-se bem mais expressivos a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o MST amplia sua capacidade de mobilização, sua visibilidade na mídia, sua influência sobre a opinião pública e seu poder de pressão política. Em dois mandatos consecutivos, o governo de Fernando Henrique Cardoso ainda pode ser considerado o que mais fez em termos de desapropriações e assentamentos de Reforma Agrária, ultrapassando a casa dos 300 mil assentamentos. Atualmente existem 580 mil famílias assentadas no Brasil.

Em 1990, o MST realizou seu II Congresso, em Brasília, com o objetivo de discutir a expansão do movimento em nível nacional. Seu slogan passou a ser “*Ocupar, resistir, produzir*”. O início da década de 90 marca também a adoção pelo movimento do modelo de cooperativas coletivizadas, cujo objetivo era viabilizar os assentamentos do ponto de vista econômico. Por volta de 1994, o MST se consolida em São Paulo, especialmente por sua atuação na região do Pontal do Paranapanema.

Em 1995, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu o III Congresso Nacional do MST, também em Brasília. De acordo com as conclusões do encontro, a luta pela Reforma Agrária deveria ser travada também na cidade. O slogan foi ampliado para “*Ocupar, resistir e produzir. A Reforma Agrária é uma luta de todos*”. Ou seja, o movimento e seus militantes entenderam que precisavam do apoio dos trabalhadores urbanos para avançar em sua luta. No mesmo ano, acontece o episódio que ficou conhecido como o “Massacre de Corumbiara”. Durante confronto na cidade de Corumbiara, em Rondônia, nove trabalhadores sem-terra e dois policiais foram mortos. Novo massacre ocorreria no ano seguinte, no sul do Pará. No “massacre” de Eldorado do Carajás, em abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos por policiais militares. O episódio tem grande repercussão na imprensa e chama a atenção da opinião pública para a realidade vivida pelos sem-terra. A tal ponto que o tema integra a trama de uma telenovela da *Rede Globo de Televisão* no horário nobre. A novela *O Rei do Gado*, de Benedito Rui Barbosa, introduz em lares de classe média urbana de todo o país as discussões sobre a Reforma Agrária, o que amplia de maneira inédita a visibilidade do MST.

IMPRENSA, INDIGNAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Incentivado por tal notoriedade e pela indignação causada pela violência contra os sem-terra em Corumbiara e Carajás, o MST organiza em 1997 uma marcha que reúne em sua chegada cerca de 100 mil pessoas em Brasília. A manifestação começa em fevereiro e chega à capital Federal em abril. Dois mil trabalhadores sem-terra realizam uma caminhada de mil quilômetros, a pé, partindo de Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, rumo a Brasília. O objetivo da marcha era cobrar do governo federal mais emprego, justiça e reforma agrária, reivindicações que há muito já eram e permanecem como prioridades não atendidas para a maioria da população. Ao chegarem, os participantes eram esperados por milhares de pessoas que se juntaram a eles numa grande manifestação, comparável, para muitos observadores, às mobilizações de operários do ABC paulista contra a ditadura, na década de 70; aos históricos comícios em defesa das eleições diretas para presidente da República, na década de 80; e ao movimento que pedia e conseguiu o afastamento de Fernando Collor de Mello da presidência, no início dos anos 90.

A cobertura jornalística do fato foi ampla, mas chamou atenção a surpresa demonstrada pelos veículos de comunicação diante de um acontecimento previsto com tanta antecedência e diante também de um movimento que já existia há mais de 10 anos. O assunto foi manchete principal e ocupou várias páginas de jornais, revistas e longos minutos no rádio e na televisão. Em *O Globo* (18.04.97), a manchete editorializada dizia: “*Pela terra, sem violência.*” E o subtítulo: “*Fernando Henrique diz que a marcha do MST é democrática e espera entendimento hoje.*” Para a *Folha de S. Paulo* (18.04.97), também com foto de duas colunas da chegada dos sem-terra a Brasília, o título escolhido foi: “*Sem-terra lidera ato contra FHC*”. E o ante-título: “*Maior protesto contra o governo reúne 30 mil, para a PM, e de 50 mil a 100 mil, segundo o MST; presidente recebe líderes hoje*”. No *Jornal do Brasil*, com foto de meia página mostrando bonés e uma enorme bandeira vermelha, a manchete foi a seguinte: “*FH muda a política fundiária*”, com o subtítulo: “*Marcha dos sem-terra reúne cerca de 30 mil na Esplanada dos Ministérios em manifestação pacífica de protesto contra o governo*”. O motivo de tanto alarde não foi a miséria ou a necessidade – urgente - de se fazer a reforma agrária no país. O que assustou foi justamente a organização mostrada pelos sem-terra. A partir dali, os dois temas, Reforma Agrária e MST, nunca mais deixaram de freqüentar regularmente as pautas da mídia de notícias brasileira.

A repercussão de suas ações fortalece o MST que começa a ampliar o alcance de suas postulações. Durante a seca ocorrida no Nordeste em 1998, o MST protagoniza saques a caminhões de comida, de quem diz estar cobrando “pedágio”, isto é, uma parte da carga em alimentos, para ser distribuída às vítimas da seca. Novos líderes, formados em cursos de educação política realizados nos assentamentos, começam a dividir as atenções junto com João Pedro Stédile e José Rainha Júnior, até então os dois nomes mais conhecidos do MST. Entre eles, destacam-se Gilmar Mauro, em São Paulo e Jaime Amorim, em Pernambuco, que ajudam a quebrar a tendência predominante sulista que o movimento tinha até então. Outras duas marcas relevantes para o ano de 1998, são a redução do apoio da cúpula da Igreja Católica – embora a Comissão Pastoral da Terra continue a existir e apoiar a base do

movimento – e a ofensiva policial do governo federal que resulta na prisão de vários líderes do MST em reação à onda de invasões de prédios públicos comandada pelo movimento.

Em 1999, coerente com sua bandeira de luta pela justiça, o MST chama a atenção para a primeira tentativa de levar a julgamento os policiais envolvidos no “Massacre de Carajás”. A expectativa em relação ao veredicto é tão grande que o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, chega a declarar à imprensa: “*Que ponham na cadeia, e já, o responsável, ou ninguém mais vai acreditar neste país*”. De acordo com a *Folha de S. Paulo* (15.08.99. Pág. 1-11), o julgamento seria o maior da história do país em quantidade de réus: “*150 PMs vão responder pela morte de 19 trabalhadores sem-terra*”. Em função do julgamento, isto é, para chamar atenção para o acontecimento, o MST realizou manifestações em 23 estados, mobilizando cerca de 20 mil pessoas.

O ano também ficou marcado pelas acusações de que o MST teria ligações com grupos guerrilheiros atuantes na América Latina. Entre os motivos, o fato de que em novembro de 1999, o MST participou do Segundo Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo. O encontro foi relatado pela *Folha de S. Paulo* (8.11.99. Pág. 1-11), com o seguinte título: “*Evento reunirá zapatistas, Farc e MST*”. No antetítulo da matéria, sob o selo “miscelânea”, o jornal acrescenta que “*guerrilheiros e militantes de esquerda discutirão em Belém formas de combate ao neoliberalismo*”. A “miscelânea” a que se referia ao jornal se devia ao fato de que o encontro reuniria 1.500 militantes de organizações como o MST, as Forças Revolucionárias da Colômbia, os Panteras Negras - “*acusados de ações terroristas nos EUA*”-, representantes de comunidades indígenas desde o Canadá até a Argentina e ainda homossexuais, punks, anarquistas, sindicalistas, movimentos feministas, ambientalistas etc.

Na virada do século, com a chegada do ano 2000, a reforma agrária permanece como um problema crônico do Brasil. O MST sofre uma derrota importante que enfraquece sua estratégia de ocupações com a edição de uma medida provisória do governo federal que proíbe a vistoria para desapropriação de terras ocupadas. Em agosto de 2000, foi realizado o IV Congresso Nacional do MST, também em Brasília, onde foi aprovada a palavra de

ordem: “*Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio*”, que orienta as ações do movimento até hoje. Para 2006, está prevista realização do V Congresso que deverá definir as linhas políticas por um período de 5 anos.

Em 2001, as invasões que haviam chegado a 463 em 1997 despencam para 173. O MST reforça sua busca por apoios internacionais e passa a fazer parte da organização de pequenos agricultores Via Campesina. Em março de 2002, militantes sem-terra invadem a fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis, Minas Gerais. Durante a campanha eleitoral, no mesmo ano, o MST apóia a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, embora o Partido dos Trabalhadores negue qualquer ligação com as ações do movimento. Lula vence a eleição em outubro e o MST realiza a primeira invasão pós-eleitoral em novembro.

Em 2003, o destaque fica por conta das relações mantidas pelo MST com o governo do Partido dos Trabalhadores. Mas também ganha relevância matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* (20.07.03. Pág. A23), sobre a existência de um movimento homônimo do MST na Bolívia: “*MST inspira sem-terra na América Latina*”. No antetítulo: “*Movimento boliviano homônimo do brasileiro ocupa terras e pressiona o governo; MST é referência na região*”.

Embora considere que a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, signifique a derrota das elites e de seu projeto, o MST entende que a vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária, no modelo agrícola e na estrutura do Estado brasileiro. Com 22 anos de existência, o MST atua em 23 Estados da federação e admite que não luta mais apenas pela Reforma Agrária, mas também pela construção de um projeto popular para o País, baseado na justiça social e na dignidade humana.

O conceito de Reforma Agrária que orienta a luta do MST tem três pressupostos básicos. Primeiro, o Brasil enfrenta um grave problema agrário devido à concentração da propriedade da terra e para resolvê-lo seria necessário realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada; e distribuí-la a todas as famílias

sem-terra. Como o estágio do capitalismo no meio rural brasileiro é considerado avançado, ou seja, existe bastante dinheiro aplicado na agricultura, seria preciso democratizar também o capital. Isto significa criar condições para que os trabalhadores assentados tenham acesso a crédito subsidiado, de modo que possam não apenas desenvolver a produção agrícola como também instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso ao mercado e proceder à comercialização. Em terceiro lugar, entendem os líderes do MST que a Reforma Agrária precisa vir acompanhada da democratização da educação, posto que não seria possível viabilizar a democratização da terra e do capital com uma multidão de analfabetos.

Atualmente, com representações em todo o País, o MST é a organização mais conhecida a lutar pela Reforma Agrária; porém, já começam a surgir outros movimentos, especialmente no Nordeste. A expectativa é de que, num futuro próximo, vários outros irão aparecer, mas o protagonismo do MST, sua posição de liderança dentro da luta pela Reforma Agrária e por conseguinte na sociedade civil indicam a consolidação do movimento como uma das forças atuantes e cada vez mais capaz de interferir na definição dos rumos e, portanto, na modificação da configuração da hegemonia na sociedade brasileira.

NOTAS:

1. FERNANDES, Mançano. *MST – Formação e Territorialização*. Segunda edição. Pág. 159. S. Paulo: Hucitec, 1999. 285 p. Pág. 159.
2. O termo *grilagem*, faz parte do imaginário dos moradores do Pontal. Deriva de “*grilo*”, expressão atribuída à forma como os documentos de propriedade eram ou são falsificados. De acordo com os sem-terra, os falsificadores, para dar aparência de autênticos aos documentos, precisavam envelhecê-los. Para tanto, colocavam os papéis numa gaveta junto com grilos. Os insetos, ao se alimentarem, deixavam marcas nos papéis que os faziam parecer estar ali há muito tempo.
3. FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrevista ao autor. Presidente Prudente, SP, fevereiro de 2000.
4. Celso Pinto, *Jornal Folha de S.P., Pág. Brasil-1, 1.11.98*
5. Pesquisa: “*Percentuais e Causas das Evasões*”. Citada por Abnor Gondim, na Folha de S. Paulo, 28.12.98. Pág. A11).
6. Luciana Leal. *Jornal do Brasil, 2.1.99. Pág. 5*
7. D’INCAO, Maria Conceição e ROY, Gerard. Nós, Cidadãos, Aprendendo e Ensinando a Democracia. Editora Paz e Terra, 1995.
8. Relato atribuído ao sem-terra Adelino. FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – Formação e Territorialização*. 2ª Edição. S. Paulo: Hucitec, 1999. Pág. 76.
9. FERNANDES, Bernardo Mançano. Idem.
10. Frei Betto. *Apud* FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, Formação e Territorialização*. Pág. 70
11. BALDUÍNO, Dom Tomás. Presidente da CPT. “*Ocupação da terra e exclusão*”. *O Globo*, 21.07.97. Pag. 7.

CAPÍTULO III

O CENÁRIO DA DISPUTA PELA HEGEMONIA

O lugar e o momento histórico em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, ao reivindicar a realização da Reforma Agrária, emerge como força política no Brasil, encontra-se numa espécie de nó, de entrecruzamento, numa encruzilhada por onde fluem pelo menos três outras tendências fortes: a concentração da riqueza, a concentração da propriedade da terra e o monopólio dos meios de difusão da informação. O confluência de tais forças irá determinar as condições de jogo, o ambiente, o contexto em que o embate será travado. De maneira articulada, constituem a base que sustenta a constante histórica da desigualdade social brasileira contra a qual o MST se posiciona.

O período aqui pesquisado, compreendido entre os anos de 1996 e 2003, começa durante a implantação do pensamento neoliberal protagonizado por Fernando Henrique Cardoso, segundo presidente da República eleito diretamente pelo povo, após 20 anos de ditadura militar e um dos que mais fez e alardeou ter feito em favor das desapropriações, assentamentos e leis para a Reforma Agrária. Descarta-se aqui o período referente ao governo de Fernando Collor de Mello, devido ao impeachment que sofreu, e o governo de Itamar Franco, o vice-presidente que assumiu em seu lugar, pela duração curta de ambos e porque suas realizações em termos de Reforma Agrária foram inexpressivas, como também foram de menor importância as ações do MST.

A época tem, entre outros, os seguintes aspectos predominantes: a consolidação do princípio estabelecido pela Constituição de 1988 da exigência do uso social da terra e do conceito de propriedade produtiva e improdutivo; o declínio do poder dos proprietários rurais, motivado pela desvalorização da terra, após o controle da inflação; o aumento da miséria, do desemprego e da violência urbana, suscitando atenções para a migração interna, para o êxodo rural e tornando a Reforma Agrária e a criação de oportunidades no campo uma alternativa a ser pensada como forma de atenuar o problema urbano. O aumento da violência no campo, com incidência de conflitos rurais, nos quais tradicionais fazendeiros e proprietários rurais reagiram às investidas dos trabalhadores sem-terra,

provocando a morte de dezenas destes, ao mesmo tempo em que forças policiais do Estado também agiram em defesa da propriedade e provocaram situações extremas, em alguns casos classificadas como “massacres”; e ainda o interesse externo demonstrado por outras nações, principalmente européias, incluindo o Vaticano, na questão fundiária brasileira, conforme atesta notícia publicada, na forma de texto-legenda, pela *Folha de S. Paulo* (12.10.2000. Pág. A6) sobre a visita de Raul Jungmann ao Papa: “*O Papa João Paulo Segundo recebe o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, durante audiência no Vaticano; o ministro relatou as ações do governo brasileiro na questão da terra.*”

Da Marcha a Brasília feita pelo MST em abril de 1997 para cá, o cenário político mudou. O povo brasileiro vive, desde janeiro de 2003, sob o comando de um novo governo, diferente do anterior, nas origens, na trajetória e nas propostas. Trata-se de um governo sustentado por um partido que historicamente sempre se mostrou favorável às lutas do MST. Mesmo assim, a situação permanece sem indicadores convincentes de que uma transformação estrutural esteja sendo implementada. Isto é, permanece ativa uma das principais causas do surgimento de movimentos como o dos sem-terra, a desigualdade social. Ela continua sendo tratada como uma realidade supostamente natural, devida a intocáveis razões históricas e imune a qualquer tentativa de modificação.

Os noticiários dão conta de que houve um aumento no número de pessoas cadastradas pelo MST interessadas em obter um lote de terra. O governo federal afirma que não pretende investir na quantidade mas sim na qualidade dos assentamentos rurais. No Pontal do Paranapanema, José Rainha Júnior lidera um mega-acampamento com 1.200 sem-terra e faz lembrar – um século depois – a saga dos revoltosos de Canudos, liderados por Antônio Conselheiro. O total de acampados cresce 147% ao ano. A primeira página da *Folha de S. Paulo* (06.07.03) registra que 600 mil pessoas estão morando em barracos de lona em 1297 acampamentos, instalados em 22 estados mais o Distrito Federal. Enquanto isso, estudo das Nações Unidas prevê que o Brasil poderá assumir, em 12 anos, o posto de maior produtor mundial de alimentos.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, aberta na Câmara dos Deputados no final de 2003 – e concluída em 2005 – apontou a concentração fundiária como uma das principais causas da violência no campo no Brasil. De acordo com o documento, 2,6% das propriedades rurais cadastradas abrangem pouco mais da metade da área total ocupada no país. Como causas do problema, o relatório aponta a lentidão no processo de reforma agrária, a ausência de ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a impunidade. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra mencionados pelo relatório, no período entre 1985 e 2004, foram assassinados 1.349 trabalhadores rurais e apenas 15 culpados responsáveis pelas mortes teriam sido condenados.¹

O relatório, com mais de 700 páginas, sugere várias iniciativas, entre elas a criação de ouvidorias agrárias federais nos Estados como forma de descentralizar o trabalho de prevenção de conflitos e a previsão de recursos orçamentários suficientes para o cumprimento das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Além disso, ele recomenda a aprovação de uma emenda constitucional e quatro projetos de lei, a análise de propostas já em tramitação no Congresso Nacional e alterações de leis existentes que regulam o tema. Também são sugeridas mudanças no poder Judiciário a fim de acelerar o julgamento de processos ligados à questão agrária.²

A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E DA RIQUEZA

O Brasil tem 8 milhões 547 mil e 403 quilômetros quadrados de extensão territorial. A área agricultável aparente, segundo o IBGE, é de 350 milhões de hectares. O índice Gini, que mede o grau de concentração – quanto mais próximo de 1, maior a concentração – confirma os vínculos existentes entre a concentração de terras e a concentração da renda. No período entre 1967 e 1999, a concentração de terras no Brasil se manteve estável. O índice de Gini oscilou entre 0,831 e 0,854. No ano 2000, o índice baixou para 0,802, mas esse número não pode ser comparado com os dos anos anteriores porque a metodologia do cálculo foi alterada. Segundo cadastro do Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no estrato de área até 10 hectares encontram-se 31,6% do total de

imóveis que correspondem a apenas 1,8% da área total. Os imóveis com área superior a 2.000 hectares correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total.³

Dos 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são utilizados como lavoura. A maior parte da terra está ociosa e mal aproveitada, subutilizada, se destina à pecuária extensiva ou, simplesmente, à especulação e reserva de valor. Ainda de acordo com o Incra, existem no Brasil cerca de 100 milhões de hectares de terras ociosas, localizadas nas grandes propriedades e que poderiam ser aproveitadas, dentro da lei.

De acordo com reportagem publicada no caderno *Agrofolha*, da *Folha de S. Paulo*, (02.05.00. Primeira Página), o preço da terra desabou nos anos 90. Depois do Plano real, implantado em 94 pelo governo Itamar Franco e comandado pelo seu ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, como forma de combater a inflação, a terra perdeu a função de patrimônio para se tornar fator de produção. Os preços das terras agrícolas caíram pela metade na última década do século 20, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas. A desvalorização foi resultado da crise da agricultura, com o conseqüente endividamento dos produtores rurais, e principalmente da estabilização da economia após o Plano Real.

No ano 2000, a população brasileira era de 169 milhões de pessoas, a quinta maior do mundo, 20% das quais vivendo na zona rural. O Índice de Desenvolvimento Humano, IDH era de 0,757, o que colocava o Brasil no 73º. lugar entre 173 países. Em outubro de 2003, estudo divulgado pelo IBGE revelou que o Brasil encerrou o século XX como o país com a sexta pior distribuição de renda do mundo, segundo as Nações Unidas. O índice Gini para a distribuição de renda no Brasil é de 0,6. Entre os motivos apontados para tamanha desigualdade, aparecem a escravidão dos negros, que durou mais de três séculos, o fato de a economia estar voltada para o mercado externo e a estrutura agrária oligopolizada. Segundo Nelson do Valle Silva, há ainda três fontes principais para a desigualdade no Brasil: as vantagens advindas de privilégios, a baixa educação e a concentração fundiária, baseada na

modernização conservadora no campo. Moderna na inovação tecnológica visando ao aumento da produtividade, mas conservadora no aspecto social. De acordo com Valle Silva, a concentração fundiária é um “pano de fundo” constante ao longo de todo o processo de construção da desigualdade brasileira .⁴

Desde os tempos de colônia, ricos e pobres do Brasil estão separados por um fosso histórico. A estimativa é de que ao longo dos últimos 300 anos, o fosso entre pobres e ricos aumentou. No século XVIII, os 10 % mais ricos controlavam 69 % da riqueza no Brasil; no século XIX, eles detinham 73 % da riqueza e, no século XX, eram donos de 75 % da riqueza nacional.⁵ De acordo com dados do IBGE, apesar do crescimento econômico registrado ao longo século XX, período em que o PIB, conjunto de todas as riquezas produzidas pelo país, aumentou cem vezes, a concentração da renda também avançou. Em 1960, a parcela mais abastada da população, os 10% mais ricos, detinha uma renda que era 34 vezes superior aos ganhos da parcela mais miserável da população, os 10 % mais pobres. A diferença no fim do século era de 46 vezes.

Calcula-se que existam hoje 4 milhões de famílias de sem-terra no país. Com base neste número, valeria a pena fazer algumas projeções matemáticas. As tabelas do Incra indicam uma média anual de 65.548 famílias assentadas em terras destinadas à reforma agrária. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso a meta era assentar 80 mil famílias por ano. O II Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, lançado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva, em novembro de 2003, afirma ter como meta o assentamento de 400 mil famílias até o final de 2006. Ainda que tal meta se confirme, o número deverá oscilar entre 80 mil e 100 mil famílias assentadas por ano. Numa conta simples, seriam necessários pelo menos de 40 a 50 anos de investimento em Reforma Agrária para atender a todas as famílias de sem-terra. Isso, se durante o período, a mecanização intensiva da lavoura, a concentração de terras nas mãos de grandes empresas de agroindústria e o desemprego não fizerem surgir mais trabalhadores sem-terra.

AS VINCULAÇÕES DA MÍDIA COM A ELITE DIRIGENTE

O Brasil do século XXI figura, portanto, como uma nação rica, onde milhões de pessoas não têm o que comer, embora sejam "donas" de um território de milhões de hectares. Na direção do Estado, ou na posição hegemônica, figura o estamento burocrático, descrito por Raimundo Faoro como:

*Uma minoria que comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos. Ela vive, mantém-se e se articula sobre uma estrutura de classes que, ao mesmo tempo que influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político.*⁶

Os meios de comunicação encontram-se no centro desse poder, por suas vinculações históricas, políticas, econômicas, culturais e ideológicas, e também por sua função aglutinadora, reprodutora e estabilizadora da ordem social. Na periferia, estão os segmentos de menor capital simbólico, representados aqui pelos trabalhadores rurais sem-terra.

Ao analisar a telenovela brasileira, Muniz Sodré aponta semelhanças entre o núcleo familiar em torno do qual as tramas se desenvolvem e o modo especial como se organizou e se transmitiu o poder no Brasil ao longo da história. Inspirada na dinastia de Avis e transplantada de Portugal para a Colônia, no século XVI, essa organização, originariamente o cume da pirâmide social, compunha-se de clero e nobreza. Abaixo destes, vinha o terceiro estado, cujo estrato superior era ocupado pela burguesia mercantil, que procurava ascender por meio de títulos ou de alianças patrimoniais como casamentos, adoções etc. Em seguida, aparecia a grande massa sem acesso à corte, constituída de oficiais mecânicos, pequenos comerciantes, empregados da agricultura, do comércio e artesãos. Na base apareciam os escravos. Com o tempo, o crescimento econômico e populacional fez surgir outras categoriais sociais; ainda assim se manteve a estrutura básica, na qual o poder repousa nas mãos de clãs fundados em relações consangüíneas, mas sempre abertos às cooptações por alianças patrimoniais e políticas. Essa elite tem usado diferentes estratégias para não perder

as rédeas de um poder, baseado em laços “clânicos familiares”. De acordo com Sodré, um claro exemplo desse familialismo é o sistema de comunicação brasileiro, possivelmente o setor mais centralizado e monopolista da vida nacional. Diz ele:

*Sete famílias controlam mais de 90% de toda a comunicação social do País, ou seja, a quase-totalidade das revistas, rádios, canais de tv e, por conseguinte, a audiência. Um oligopólio familiar, que vive do monopólio estatal das telecomunicações, instituiu-se como linha de montagem do imaginário social.*⁷

Mesmo com as novas possibilidades trazidas pela Rede Mundial de Computadores Ampliada, a Internet, não há grandes modificações à vista, pelo menos no que diz respeito aos controladores dos sítios e portais com maior número de usuários, que se mantêm nas mãos das mesmas corporações ou cuja propriedade permanece concentrada.

Na própria forma de operar da mídia, constata-se uma afinidade entre os diversos veículos em vários momentos. Do mesmo modo que praticamente toda a grande mídia acolheu com interesse a “novidade” do surgimento do MST na realidade nacional, as tentativas de desqualificar as propostas do movimento puderam ser encontradas em artigos, colunas, editoriais, entrevistas e reportagens dos mais diversos órgãos de imprensa.

O sistema funciona de tal modo que um seleto grupo de jornalistas consegue manter colunas em jornais e revistas, participar de programas de rádio e apresentar seus comentários em telejornais, simultaneamente. Assim, não seria de todo absurdo pensar numa rotina, a ser seguida em um dia qualquer de um cidadão comum. Pela manhã, ao acordar, como ouvinte, ele recebe do rádio as principais notícias selecionadas pelo critério da *agenda-setting*, hipótese de Cohen⁸, segundo a qual, se a imprensa nem sempre consegue dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma enorme capacidade de dizer a elas sobre que temas devem pensar qualquer coisa. Normalmente, as novidades vêm acompanhadas de observações de um (jornalista) “âncora”, análises de um comentarista de plantão ou de entrevistas com algum especialista no assunto. Funcionam como “intérpretes” que tentam explicar as causas e conseqüências dos fatos mais relevantes.

Um pouco mais tarde, o mesmo cidadão pode ligar a televisão para assistir a um telejornal matinal. Vai encontrar basicamente as mesmas notícias, explicadas pelos mesmos intérpretes – ou a partir dos mesmos pontos-de-vista – que ele já tinha ouvido antes do desjejum. Considerando-se a par das novidades, mas interessado em aprofundar um pouco mais sua compreensão dos fatos, nosso personagem resolve percorrer as páginas de seus jornais prediletos. Lerá então vários artigos, editoriais ou entrevistas escritos pelas mesmas pessoas – ou a partir das mesmas idéias – de quem já tinha recebido as orientações básicas sobre o quê e como pensar. Na hora do almoço, por hábito, curiosidade ou para passar o tempo, ele pode tentar assistir aos outros telejornais. Uma vez mais, lá estarão seus *formadores de opinião*.

Após um dia de trabalho, extenuado e com menor disposição para refletir sobre a realidade, ele chega em casa e *zapeia* a tevê no horário nobre. Uma série de telejornais o aguarda. Novamente irá deparar-se com seus já conhecidos interlocutores. Ou com as idéias deles. Ao final da noite, antes de aprontar-se para seu merecido repouso, arrisca uma folheada na revista semanal que ainda não teve tempo de ler. Pela derradeira vez, nesse dia, saberá como pensam e como sugerem que se pense sobre a realidade os artífices da mídia.

A moderna Teoria da Comunicação, ao estudar a problemática dos efeitos a longo prazo da mídia, chama de *consonância* a uma das três características da relação existente entre a ação constante dos veículos de comunicação de massa e o conjunto de conhecimentos acerca da realidade social, que dá forma a uma determinada visão-de-mundo e que sobre ela age dinamicamente. De acordo com Mauro Wolf:

*A consonância associa-se ao fato de os traços comuns e as semelhanças existentes nos processos produtivos da informação, tenderem a ser mais significativos do que as diferenças, o que conduz a mensagens substancialmente mais semelhantes do que dissemelhantes.*⁹

As outras características são a *acumulação* e a *onipresença*. A acumulação diz respeito ao fato de que a mídia pode criar e manter a relevância de um tema, como resultado do modo como funciona a cobertura informativa, baseada na repetição contínua. O conceito de onipresença refere-se à difusão quantitativa dos veículos de comunicação de massa e ao fato de o saber público ter um caráter particular. É de conhecimento público que esse saber é publicamente conhecido.

A observação da maneira como foram pautados, apurados, cobertos, editados, noticiados e interpretados os acontecimentos ligados ao MST, ao longo do período enfocado neste trabalho, mostra alguns momentos do funcionamento da mídia como um sistema. Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão foram responsáveis por praticamente tudo o que foi informado às pessoas que vivem nas cidades a respeito dos episódios ocorridos em áreas afastadas e esquecidas da zona rural, envolvendo o MST. Em quase todos os veículos, com semelhante frequência, foi possível constatar alguns princípios que parecem ter orientado a descrição do que estava acontecendo. Entre eles, a defesa da Lei e da Ordem; o repúdio a qualquer ato considerado violento; o respeito sagrado à propriedade privada; a aprovação antecipada de atos governamentais baseada na confiança no empenho oficial para resolver a questão agrária; e a condenação do MST por suas intenções e projetos políticos.

A observação pode também contribuir para iluminar uma possível contradição no discurso dos veículos de comunicação de massa sobre um de seus principais pressupostos, que é o da existência de uma liberdade de imprensa. Quando, em nome desta liberdade, a mídia brasileira, comandada por um restrito mas poderoso grupo de grandes empresas, impõe sua visão-de-mundo, apresenta a realidade conforme uma ideologia particular e trata como naturais – e portanto inquestionáveis – seus próprios pensamentos, idéias e critérios de avaliação, acaba por obstruir ou distorcer a liberdade fundadora: a liberdade de expressão.

Em contrapartida, o MST, diante do que lhe propõe o discurso predominante na mídia, resiste e teima em reivindicar mudanças. Com isso se coloca na contra-mão do projeto a ele destinado, como afirma José Paulo Bandeira da Silveira:

*O MST é um fenômeno político em choque com a colonização globalista da vida nacional [...] Ele não tem como ocupar a posição de subclasse satélite [...]. Ele é um paradoxo: na conjuntura da pós modernidade, o MST luta por uma identidade social e popular.*¹⁰

OS ARGUMENTOS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA PÓS MST

Um dos argumentos contrários à Reforma Agrária e, portanto, ao próprio MST, mais freqüentemente utilizado, questiona a viabilidade econômica da reforma, tendo em vista o custo de desapropriações e da manutenção de assentamentos de sem-terra. A *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 13.07.05 (Pág A14), afirma que a reforma agrária não terá efeito importante na produção de alimentos. Segundo o jornal, a reforma pode ajudar a fixar populações rurais no campo, melhorar seu poder de compra e condições de vida, talvez até reduzir as pressões migratórias sobre as grandes cidades. Mas, apesar de significar uma importante conquista democrática, não seria um avanço econômico.

Por outro lado, para o atual governo, a Reforma Agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano. É o que afirma o texto do II Plano Nacional de Reforma Agrária, II PNRA, lançado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva, em novembro de 2003. O documento tem como subtítulo: *Paz, Produção e Qualidade de vida no Meio Rural*, o que revela que o atual governo incorporou uma das principais preocupações de seu antecessor, ou seja, o apaziguamento das tensões no campo. Mesmo assim, o governo Lula entende que a Reforma Agrária é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira, uma vez que ela gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e o desenvolvimento com justiça social.

Uma enquete feita com 11 especialistas em questão agrária publicada pela *Folha de S. Paulo* (13.07.05. Pág. A14) lista uma série de argumentos favoráveis e contrários à Reforma Agrária no Brasil. Vejamos primeiro o que dizem os especialistas que apóiam a medida.

A principal virtude da Reforma Agrária estaria nos aspectos social, político e ambiental, ainda que ela seja mais importante para a região onde está do que para a economia como um todo. Ela atuaria como mecanismo importante na mudança das condições de oferta de produtos agrícolas. O modelo do agronegócio, baseado na grande propriedade exportadora e no uso intensivo de defensivos e insumos químicos estaria condenado, de acordo com o que se discute em fóruns como a FAO (órgão da ONU para alimentação), o que favoreceria a agricultura familiar, baseada na pequena propriedade com a utilização de defensivos naturais e adubos orgânicos.

A política de assentamentos em grande escala garantiria não apenas o abastecimento do mercado interno (diminuição de preços de alimentos), mas também a proteção ao meio ambiente. Além disso, teria efeitos positivos sobre a geração de emprego, já que os assentamentos podem absorver parte da população que não encontrou boas condições de vida no meio urbano, onde o emprego industrial é cada vez mais escasso. A fixação de trabalhadores no campo pode ajudar a conter novos fluxos migratórios para grandes centros urbanos, contribuindo para descomprimir pressões adicionais sobre o mercado de trabalho urbano.

Também estaria entre as funções da Reforma Agrária oferecer ocupação para o segmento miserável da população que está à beira das estradas, até que seus filhos tenham melhores condições de educação e saúde e, com a economia voltando a crescer, consigam empregos na cidade. O Estado poderia diminuir a distância entre ricos e pobres ao redistribuir a propriedade da terra e instituir políticas de crédito subsidiado aos assentamentos. A democratização do acesso à terra ampliaria a classe de pequenos proprietários no Brasil, com impactos na distribuição do poder. Ela contribuiria, por

exemplo, para a modernização política na região entre o norte de Minas Gerais e o oeste do Pará, onde proprietários agem como coronéis.

Dizer que a reforma agrária deixou de ser uma questão econômica seria demonstrar desprezo pela eficiência distributiva, e só considerar a eficiência alocativa. A idéia de que economia e “justiça social” possam ser coisas tão separadas revelaria profunda ignorância histórica.

Entre os argumentos contrários à Reforma Agrária está o de que ela teria perdido seu “local histórico”, nos anos 50 e 60, antes da expansão industrial. A idéia de que ela criaria um mercado interno estaria ultrapassada. A proposta de Reforma Agrária deveria ter um caráter de redistribuição de renda e não buscar aumento na produção agrícola. Seus opositores consideram que a reforma somente terá êxito se dispensar subvenções públicas e permitir rendimentos razoáveis para assentados, o que para eles parece improvável. O desafio dos novos assentamentos seria incrementar a produção para reduzir o preço dos alimentos e liberar renda.

Eles consideram que há condicionantes para as potencialidades econômicas da reforma: os assentamentos teriam que ser feitos em terras improdutivas ou de baixa utilização e seria necessário apoio creditício, técnico e infra-estrutura mínima. A política de assentamentos, segundo eles, não promove a volta ao campo das pessoas que já habitam as grandes cidades.

Eles enxergam ainda a existência do que chamam de uma tendência inexorável à diminuição da população rural, no mundo todo. A reforma agrária distributivista nasceu econômica, numa época de elevada ociosidade da terra e necessidade de mercado interno para a indústria nascente. Hoje, 50 anos depois, transformada em política social, seria a mais ineficiente delas. Para eles, seria enganoso comparar o custo dos assentamentos com o do emprego industrial porque o primeiro onera o Tesouro, significa dispêndio público, enquanto as vagas na indústria resultariam de investimentos privados. Melhor que a Reforma Agrária seria a criação de empregos nas periferias de grandes cidades.

O que esta pluralidade de argumentos antagônicos revela é que o tema, por mais polêmico que seja, ou justamente por isso, incorporou-se de maneira definitiva ao debate. O mérito deve-se principalmente ao surgimento e permanência do MST no campo das discussões. Ao longo dos últimos anos, o movimento se credenciou, tornou-se voz relevante e, em várias instâncias de decisão, uma voz necessária e incontornável do debate político público. Pelo que conhece, pelo que pensa, pelo que acumulou de experiência sobre a realidade dos trabalhadores rurais e também pela capacidade de mobilização que demonstrou, o movimento apresenta condições e confirma suas possibilidades de interagir como força da sociedade civil em áreas que demandam decisões dos dirigentes do país. Seu embate, no entanto, já não mais se restringe à reforma agrária, uma vez que postula outras modificações na realidade brasileira. Na medida em que amplia a abrangência de suas reivindicações, o MST se destaca como pólo aglutinador da luta contra-hegemônica, ao mesmo tempo que provoca reações mais visíveis dos setores hegemônicos. O que se percebe do cenário, de qualquer modo, é que as negociações, a resistência, os confrontos caracterizados por avanços e recuos marcam um momento histórico em que a configuração hegemônica encontra-se em transformação e já incorporou ao debate público, um conjunto de novos argumentos, e de novos atores. Entre eles, estão o MST e, uma vez mais, como sempre, a mídia de notícias brasileira.

NOTAS:

1. Folha on line. *Falta de reforma agrária é principal motivo da violência no campo, aponta relatório*. Acesso em 22/11/2005 - 14h03.
2. Idem.
3. Fonte: Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Lançado em novembro de 2003. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível no site:
4. SILVA, Nelson do Valle. *O Globo. Cem anos de concentração*. 30.09.2003. Pág. 19.
5. Fonte: *Atlas da Exclusão Social*. Editora Cortez. São Paulo, 2004. In: Revista *Carta Capital*. 21 de setembro de 2005. Pág.34.
6. FAORO, Raimundo. *Apud SODRÉ, Muniz. O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. S. Paulo: Editora Cortez, 1992. Pág.41.
- 7.SODRÉ, Muniz. Álbum de Família. In: NOVAES, Adauto (Org.). Rede Imaginária – Televisão e Democracia. 2^a. Edição. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Cia. das Letras, 1999. Págs. 224 e 225.
- 8.COHEN, B.C. *The Press and Foreign Policy*, Princeton, University Press, Princeton, 1963. *Apud WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação*. Quarta edição. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Pag. 130. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
9. WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Quarta edição. Lisboa: Editorial Presença, 1995.. Quarta edição. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1995. Pág.129.
10. SILVEIRA, José Paulo Bandeira da. Sociólogo. Artigo : Revista *Comunicação e Política*, volume V, no. 2, maio/agosto de 1998.

CAPÍTULO IV

OPINIÃO PÚBLICA:

A PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO NA CONTENDA

Uma das idéias centrais para analisar a trajetória do MST no cenário político nacional é a de Opinião Pública. Embora polêmico e muitas vezes impreciso, o termo tem presença constante e é tratado com importância capital, tanto pelos meios de comunicação, como por representantes dos setores hegemônicos e pelos próprios integrantes do Movimento dos Sem-Terra. Todos demonstram concordar com a existência de uma espécie de instância superior, constituída pela vontade majoritária da população, a quem competiria aprovar ou rejeitar propostas políticas. Duas questões principais orientam as reflexões que seguem a respeito da Opinião Pública. A primeira diz respeito aos próprios motivos pelos quais o discurso hegemônico necessita afirmar que o público está a seu favor, ainda que tal aprovação, muitas vezes, seja apenas aparente, dadas as dificuldades de verificação exata sobre o que a maioria de fato pensa. Igualmente difícil seria, do ponto de vista de quem tem que tomar decisões práticas e imediatas, submetê-las antes a um debate público, inevitavelmente lento e demorado. A outra questão refere-se à atitude do MST em relação ao debate. Isto é, com suas estratégias retóricas o movimento pode reforçar e ampliar as possibilidades de ingresso no campo de discussões evidenciadas pela sua própria presença e participação ativa no debate ou reproduzir práticas comunicacionais habitualmente utilizadas por seus oponentes em busca da adesão e do apoio do público para suas idéias, sem necessariamente estar disposto a esperar que o público construa sua opinião após conhecer devidamente todos os argumentos possíveis. De qualquer modo, é cada vez mais visível que o MST ocupa uma posição destacada entre alguns setores da sociedade civil e ao fazê-lo passa a integrar como força viva e atuante a composição de forças capaz de modificar a configuração da hegemonia no Brasil contemporâneo.

AS INTERPRETAÇÕES PESSOAIS SOBRE A OPINIÃO PÚBLICA

São vários os momentos em que o conceito de Opinião Pública é utilizado na imprensa, tanto para reforçar como para reprovar ações. Em dezembro de 1998, a *Folha de S. Paulo* (22.12.98. Pág. 6) destaca a seguinte fala de João Pedro Stédile: “*É bom que a opinião pública lembre que a ocupação de latifúndio improdutivo não só é legítima, como legal, não há crime em ocupar*”. Em março de 2001, é o Ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann que, ao mencionar a opinião pública, tem o discurso reportado por *O Globo* (07.03.2001. Pág. 2) “*O movimento perdeu o elo com a opinião pública e com partidos de oposição. Na visão do ministro, o MST perdeu pontos na sociedade a partir das denúncias de utilização indevida de recursos.*” As vezes é a própria mídia de notícias quem recorre à opinião pública para endossar seus argumentos, como faz Eliane Cantanhede, na *Folha de São Paulo* (04.05.2000. Pág. 2):

Além de foices e pedaços de pau, porém, a força do MST vem de outras armas poderosíssimas: sua causa é justa e a opinião pública a aprova (...) Os pobres e desdentados do MST só conseguem articulação e ação porque – repita-se – há justiça em sua causa e – lembre-se – há caldo de cultura a favor.

Um dos problemas relacionados com a opinião pública consiste em verificar o que ela pensa, da maneira mais aproximada possível, o que não apenas é complexo e dispendioso, mas também possibilita interpretações parciais e apropriações retóricas dos resultados colhidos. Quando, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, os jornais divulgaram resultados de pesquisas de opinião encomendadas pelo Ministério da Reforma Agrária que mostravam reprovação da opinião pública ao MST, o líder do movimento, João Pedro Stédile reagiu com indignação em artigo publicado pelo jornal *O Globo* (30.04.98. Pág.7):

Os setores da imprensa, que apóiam o Governo, deram amplo destaque e o próprio ministro se encarregou de concluir que a opinião pública não apoiava mais o MST. E, talvez dessa ‘certeza’ analítica, o Governo FH

tenha concluído que poderia então liberar as forças repressivas contra o MST.

O artigo de Stédile confirma a preocupação com a opinião pública. Se ela estiver contra o MST, acredita ele, o governo poderá adotar medidas violentas, por exemplo, ao cumprir uma decisão judicial que mande retirar invasores de uma propriedade rural, em vez de primeiro negociar com eles. Entre as reclamações de Stédile sobre o método utilizado na pesquisa, está o caráter espontâneo das respostas. De acordo com ele, se as respostas chegam prontas e o entrevistado precisa apenas escolher uma opção, não se estará de fato verificando o que ele pensa: *“Ora, quem elabora a pergunta e as alternativas de resposta já está induzindo que aspectos quer ‘utilizar’ depois”*.

Quando admite a veracidade do que constatou a pesquisa, Stédile busca os motivos para justificar por exemplo a opinião de que o MST é violento. Para ele, tal impressão deve-se ao caráter das notícias sobre o MST que foram divulgadas pela televisão. De acordo com o líder, o movimento só aparece nos meios televisivos quando há algum conflito. Em contrapartida, não apareceriam com a mesma frequência reportagens que tratem de programas de educação, das escolas do MST, da produção, dos prêmios de reconhecimento internacional etc.

A conclusão de Stédile é que *“A opinião das pessoas já é resultado de uma campanha propositadamente programada.”* Ele vai adiante e afirma que a pesquisa de opinião – pelo menos no caso em que mostrou resultados contrários ao MST – não é um método científico para descobrir o que realmente as pessoas estão pensando ou opinam sobre determinados assuntos ou fatos da sociedade: *“As pesquisas são utilizadas como instrumentos de luta política, para manipular, enganar e ludibriar as pessoas, tentando, por força da propaganda, induzir a terem determinada opinião.”*

Além das evidentes intenções retóricas do autor, o artigo nos serve para algumas relevantes reflexões sobre o processo de formação da opinião pública. Primeiro, é preciso considerar que o texto foi publicado por um dos maiores jornais do país, facilmente incluído entre os setores da imprensa que Stédile acusa de apoiarem o governo. Do mesmo

modo que terá divulgado as interpretações sobre a pesquisa desfavorável aos sem-terra, o jornal também divulga a interpretação do MST. Em página diferente, na forma de artigo em vez de manchete, com destaque menor, mas ainda assim, as posições de Stédile ganham lugar no debate, portanto têm capacidade de atingir e influenciar a opinião pública.

Também fica evidente que o MST precisa do apoio da opinião pública para seus atos e, principalmente, para suas postulações. A provável estratégia adotada aqui pelo líder do movimento tem como pressuposto a possibilidade de se reverter a posição da opinião pública, desacreditando o modo como foi verificada ou denunciando as fontes de informação que a formaram. O foco da crítica de Stédile é sobre o modo como está sendo aferida a opinião pública, nunca sobre a existência dela.

Concordamos, mesmo assim, que pesquisas, como afirma Muniz Sodré ¹, valem-se da idéia de verossimilhança, de tal modo que para que uma afirmação, uma opção, uma escolha, sejam acolhidos pela maioria da sociedade, isto é, para que resultados de pesquisa sejam aceitos, é necessário que tenham aparência de verdade. Há quem questione a própria idéia de uma opinião pública. Como por exemplo Patrick Champagne, citado abaixo por Muniz Sodré ²:

Essa “opinião” é instrumento de um novo regime de visibilidade pública e, portanto, um novo tipo de controle. Tende a não ser mais do que pura imagem ou objeto inexistente: “(...) Na realidade, o que existe não é a ‘opinião pública’ ou mesmo ‘a opinião avaliada pelas sondagens de opinião’, mas, de fato, um novo espaço social dominado por um certo número de agentes – profissionais das sondagens, cientistas políticos, conselheiros em comunicação e marketing político, jornalistas etc. – que utilizam tecnologias modernas como a pesquisa por sondagem, computadores, rádio, televisão etc.; é através destas que dão existência política autônoma a uma ‘opinião pública’ fabricada por eles próprios, limitando-se a analisá-la e manipulá-la e, em conseqüência, transformando profundamente a

atividade política tal como é apresentada na televisão e pode ser vivida pelos próprios políticos.

Apesar disso, para além das utilizações retóricas e interpretações que convenham a quem encomenda, realiza ou difunde as verificações, a médio e longo prazo, os próprios intérpretes podem perder sua credibilidade e comprometer os modos de aferição da opinião pública, o que significaria um indício de crise de legitimidade para governos ou para o sistema hegemônico.

A OPINIÃO PÚBLICA NA ESFERA PÚBLICA DE HABERMAS

Na metáfora do campo de futebol proposta aqui como referência para analisar a disputa pela hegemonia, temos os times adversários, representados pelo discurso hegemônico ou pelo discurso da situação e pelo discurso contra-hegemônico enunciado pelo MST. A disputa se dá no campo da mídia de notícias. A opinião pública atua como a torcida, isto é, como o 12º. jogador, já que com suas manifestações pode interferir no desenrolar da contenda. De fato, sem a opinião pública, o jogo nem sequer existiria, pois tudo passaria pelo Congresso ou por uma disputa baseada na força e na violência. Para analisar a opinião pública, valemo-nos parcialmente da definição dada ao termo por Jurgen Habermas, ou mais precisamente, da análise feita por Wilson Gomes sobre a obra de Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública* ³. De acordo com Gomes, a opinião pública teria seu lugar e condição de origem no que Habermas chamou de Esfera Pública, para ele, o âmbito da vida social em que vontades e pretensões devem se apresentar de forma aberta e racional, na forma de discursos. A opinião pública pode ser definida como “*consideração, modo de ver, concepção, convicção, posição*”. Ela é o consenso material possível e razoável com vistas ao interesse geral que se estabelece a partir da discussão pública, na qual se apresentam argumentos sobre matérias, temas, objetos de discurso. Definida pela sua origem, a opinião pública é “*a posição de preferências, desejos e*

concepções resultante do tirocínio de um público apto a julgar, que resulta da discussão crítica na esfera pública”⁴.

Tal como na disputa pela hegemonia, o processo de funcionamento da esfera pública também considera a existência de campos de forças e pressões políticas com os quais o discurso que se pretende hegemônico deverá negociar. Do mesmo modo, tais posições se utilizam dos meios de comunicação de massa para obter aprovação do público. Além disso, embora Habermas, no dizer de Gomes, considere que a esfera pública não é mais possível nos dias de hoje, ele admite que o sistema ainda depende da opinião pública e aponta entre as razões para a degeneração da esfera pública, a presença das classes menos favorecidas no debate.

Aqui, opinião pública diz respeito ao que pensa e ao que quer a maioria da população ou ao que a maioria do povo considera que deva ser feito por seus dirigentes. No caso brasileiro, considerada a constante histórica da concentração da renda e da desigualdade social, a maioria da população tem precariedades no acesso à informação, quer seja pela baixa escolaridade, a pouca mobilidade, a falta de canais de participação mais efetiva ou pela falta de tradição de exercício de cidadania. Ao mesmo tempo, esta maioria pobre é a maior interessada numa mudança no quadro hegemônico que ao longo do tempo a tem mantido excluída não apenas da riqueza mas do próprio acesso ao debate. Mesmo assim, subjugada, excluída, despreparada, a maioria pobre continua sendo levada em consideração, senão nas decisões cotidianas tomadas por governos e elites dirigentes, na escolha por via eleitoral de seus representantes políticos. A esta via de participação, criticada por seu caráter plebiscitário – a opção por um nome a partir de uma lista pré-definida –, juntam-se outras formas de manifestações de vontade e opinião em espaços e momentos outros além das eleições e mesmo fora dos modos formais de atuação política. Entre as instituições com mais próximo e intenso contato com tal camada da população, está a mídia de notícias a quem compete formar, aferir, interpretar e difundir a opinião pública. Ainda que a mídia de notícias não chegue diretamente aos setores mais pobres, ela atua fortemente sobre os setores formadores de opinião, principalmente a classe média, agendando os debates, fornecendo informações, argumentos e posições que serão

validados, reforçados ou confirmados por meio de verificações do que pensa ou acolhe a maioria da população.

Embora Habermas localize o surgimento da Esfera Pública após o Iluminismo francês e a Revolução Burguesa, há momentos anteriores em que setores populares foram convocados a participar de decisões ou mobilizações importantes para o coletivo social com auxílio dos meios de comunicação, especialmente a imprensa. Ao analisar as origens da Esfera Pública, Briggs e Burke fazem um trajeto que vai da Reforma Protestante na década de 1520 até as revoluções norte-americana e francesa, passando pelas guerras civis na Holanda, França e Inglaterra, situações nas quais os autores detectam que as elites dominantes tiveram que recorrer ao indivíduo comum, com auxílio da imprensa:

Notamos uma seqüência de situações semelhantes, nas quais as elites envolvidas nos conflitos mais acirrados apelaram para o povo – e nos quais a mídia, especialmente a imprensa, ajudou a elevar a consciência política. Em cada situação uma crise levou a um debate vivo, mas relativamente curto, que pode ser descrito como o estabelecimento de uma esfera pública temporária ou conjuntural.⁵

Para Habermas, a idéia de esfera pública surge como um mecanismo de defesa da burguesia em relação ao Estado e à Igreja. Donos da economia, mas destituídos do poder político, aos burgueses interessava que a autoridade, em vez de imposta e protegida pelo segredo, prática típica do poder da época, emergisse do melhor argumento apresentado ao debate público. Mais do que uma partilha do poder mais ampla, a mudança pretendida pela burguesia está em que o próprio domínio e autoridade se submetam aos critérios da razão.

Vista de maneira idealizada, a esfera pública deveria fazer a mediação entre o Estado e a sociedade civil, ou entre o poder público e a esfera privada (da família, do mercado). Em vez do segredo e do arbítrio ela reconhece a livre comunicação e o uso público da razão como fontes de legitimação. Por outro lado, só reconhece a validade do

interesse privado caso ele seja aprovado numa discussão conduzida racionalmente, na qual qualquer outro interesse possa se manifestar para o confronto.

O CONSENSO COMO RESULTADO DO MELHOR ARGUMENTO

Para que a Esfera Pública possa funcionar, é necessário que todos os interessados na discussão que se irá travar estejam dispostos a expressar suas vontades e pretensões na forma de discursos, ou seja, todos deverão ser capazes de comunicar seus pontos de vista a respeito dos temas propostos. Para que tais pontos de vista sejam apreciados pelos outros, deverão estar apoiados sobre argumentos racionais. Os interessados deverão portanto reconhecer o poder do melhor argumento, como também deverão estar interessados na busca pelo consenso. Os raciocínios utilizados podem ser pedagógicos, visando ao esclarecimento e entendimento ou ocuparem a arena com a intenção mesma da disputa, isto é, de derrotar ou fazer vitoriosa uma tese. Desse modo, um público seria então formado pela reunião de sujeitos capazes de opinião e interlocução. Por outro lado, para que tais exigências façam sentido, a esfera pública, ou seja, o lugar em que os pontos de vista serão apreciados, tem que se manter protegida de influências não comunicáveis e não-racionais, como por exemplo o poder, o dinheiro ou as hierarquias sociais. O sujeito interessado ingressa na esfera pública como um igual, sem privilégios, na condição de homem livre, sujeito de razão e consciência. Assim, explica Wilson Gomes ⁶: *“Toda autoridade e toda dominação estão em princípio desautorizadas, sem legitimidade, se não se submetem à esfera pública, se não superam a prova do melhor argumento”*.

Entre as instituições estratégicas para o funcionamento da esfera pública, especialmente no seu aspecto político, figuram o parlamento e a imprensa. Como afirma Gomes, o parlamento *“é a própria função política da esfera pública concretizada e instituída”*.⁷ A imprensa, por sua vez, deve sua relevância na esfera pública sobretudo às vinculações que mantém com o público. Capaz de construir e reunir públicos, cabe à imprensa intermediar o raciocínio das pessoas privadas reunidas num público. Na medida

em que figura como instrumento essencial para auxiliar na tomada e na legitimação de decisões políticas, a imprensa está diretamente ligada à idéia de opinião pública.

O PODER DA MÍDIA SOBRE A OPINIÃO PÚBLICA

Descrita do modo acima, a esfera pública moderna seria a base de uma sociedade democrática. No entanto, é o próprio Habermas quem afirma que a esfera pública já não é mais possível no mundo contemporâneo, sobretudo devido ao papel predonderante desempenhado pelos meios de comunicação de massa. Para Habermas, a esfera pública se conservou apenas na aparência, tornou-se uma *“pseudo-esfera pública, encenada, fictícia, cuja característica maior parece consistir em ser dominada pela comunicação e cultura de massas”*.⁸ Ainda de acordo com ele, a opinião pública deixou de ser o ponto de vista comum a um círculo de interessados que se impôs sobre outros, como resultado de uma argumentação aberta e racional que se realizou publicamente para ser meramente a posição de um grupo dentre os interessados. Ou seja, o que figura como opinião pública representa na verdade uma adesão ou aprovação a alguma posição ou idéia que não foi construída, não resultou de um debate, mas sim mostrou-se mais eficaz nas técnicas de convencimento. Uma vez que tal convencimento não se dá mais pela demonstração, ele não precisa ser racional, coerente ou razoável.

As posições ainda precisam ser mediadas discursivamente, mas em vez de isso acontecer no interior da esfera pública, ocorre diante dela. Em vez de discussão, têm-se agora sedução. A imprensa, que deveria ser o lugar do debate racional e aberto voltado para a obtenção da opinião pública, passa a ser o meio pelo qual aquilo que se quer que se torne opinião pública circule para obter assentimento dos interesses privados. Nas palavras de Gomes⁹:

Em vez de meio de debate do qual se espera emergir uma opinião, [a imprensa] é um meio de circulação de opiniões estabelecidas às

quais se espera uma adesão, o mais amplamente possível, de um público reduzido a uma massa chamada de tempos em tempos a agir plebiscitariamente.

O lugar de origem da opinião que se quer difundir seriam interesses privados com acesso privilegiado à mídia. Estes, munidos de estratégias que levam em conta a lógica dos meios de comunicação e as necessidades plebiscitárias da democracia estariam construindo uma opinião pública “encenada” posto que ela não resulta da pública discussão. A esfera pública contemporânea, assim, se caracterizaria como a esfera da representação pública dos interesses privados. A prática consistiria em conferir ao objeto de interesse privado a aparência de um objeto de interesse público. Para que tal prática seja bem sucedida, mobilizam-se mecanismos e recursos destinados aos favorecimentos e compensações dentro de campos provisórios de forças que envolvem tanto o aparelho de Estado como os grupos de interesses.

Para Habermas, a esfera pública contemporânea funciona segundo o modelo do mercado, portanto da esfera privada e as mediações dão lugar a negociações, barganhas entre forças e pressões representados nos campos provisórios de forças. Com isso a esfera pública deixa de ter como base a exposição de argumentos para se constituir pela exibição de discursos que pretendem valer publicamente.

A OPINIÃO PÚBLICA COMO LEGITIMADORA DO PODER

Mas se a ruptura com as regras e o processo da esfera pública original parece tão evidente por que então ainda se considera com tanta relevância a opinião pública? A resposta, segundo a leitura de Gomes, tem muito a ver com o conceito de democracia. De acordo com ele, toda sociedade supõe que decisões tomadas em seu interior digam respeito a um conjunto amplo de cidadãos, senão a todos eles. Tal conjunto de decisões é visto como um bem comum. Nas sociedades democráticas, as questões relativas ao bem comum devem ser decididas de forma negociada, numa interação de que fazem parte a autoridade e os imediatamente interessados, mas que, em princípio, é aberta à participação ou revisão de

todos os afetados. Deve existir portanto um âmbito em que as pretensões se apresentem, as posições apresentadas sejam negociadas e as decisões sejam tomadas ante o conjunto dos cidadãos.

Ainda conforme Gomes, representa um paradoxo para Habermas o fato de que a esfera pública ou a opinião pública ainda sirva como meio de legitimação do Estado. Mais ainda do que no modelo liberal, no Estado contemporâneo, a esfera pública ganha forma institucional (com o governo parlamentar, a imprensa livre, o voto universal ainda que plebiscitário, e o Estado de Direito) e o reconhecimento ético e legal como esfera da legitimação das questões relativas ao bem comum.

A nova esfera pública contemporânea explica-se assim pela duplicidade. De um lado, ela respeita a normatividade e a necessidade de legitimação. Os setores dirigentes, os privilegiados, ou o setor hegemônico não pode abrir mão de princípios democráticos. De outro lado, move-se pelo pressuposto contrário de que pode ou deve realizar o convencimento democrático acerca da validade de uma posição sem debate, comunicação ou discussão pública sobre os objetos em questão, em vez disso fazendo uso de estratégias persuasivas e não-dialógicas que visem à sedução do público.

O que nos interessa discutir neste trabalho encontra-se no núcleo da idéia apresentada acima. A de que posições privadas querem e precisam valer publicamente para se constituírem como hegemônicas. Do mesmo modo, os mesmos princípios democráticos, a mesma necessidade de legitimação, vale também para o não-hegemônico ou para quem pretenda modificar a configuração hegemônica. Ou seja, se a opinião pública é instância legitimadora para que as coisas continuem como estão, qualquer proposição de mudança, ainda mais mudanças estruturais, como propõem os sem-terra, terão que se apresentar à opinião pública e dela obter o assentimento.

O INGRESSO DOS MAIS POBRES NO DEBATE

Entre as causas apontadas por Habermas para a “degradação” da esfera pública, estão a diluição do contraste entre Estado e sociedade civil, já que o mercado cada vez mais solicita intervenções estatais em seu funcionamento; a “desprivatização” da família, já que as garantias do Estado não se destinam mais à família mas ao indivíduo; e – o que nos interessa mais de perto, o ingresso dos mais pobres no debate. Como as condições de acessibilidade não estão mais vinculadas à propriedade de bens, os interesses dos socialmente desfavorecidos acabam sendo admitidos na esfera pública. As camadas pobres, como o fizeram os burgueses no passado, recorrem à esfera pública para tentar neutralizar sua desvantagem social. Os interesses políticos de classe ocupam o espaço na luta pela sua sobrevivência na discussão.

Aqui se apresenta o ponto que toca mais de perto nossas reflexões sobre o MST e a mídia. Embora nem Habermas nem seu analista Wilson Gomes mencionem, o momento em que entram em choque os interesses privados de uma burguesia privilegiada a quem interessa o apoio e favores do Estado e os interesses das classes menos favorecidas, é justamente o momento a partir do qual estratégias para ingressar na esfera pública ou conquistar a opinião pública como as que têm sido adotadas pelo MST ganham importância e merecem ser analisadas.

A OPINIÃO PÚBLICA COM FUNÇÃO NORMATIVA

Wilson Gomes critica Habermas por seu pessimismo frankfurtiano. Considera-o exageradamente racionalista, iluminista e moderno. Acusa-o enfim de idealizar uma idéia de esfera pública que jamais teria existido de fato no mundo real e ainda de trabalhar com uma teoria hipodérmica da comunicação. Para Gomes a esfera pública, em vez de ter se degenerado como sugere Habermas, talvez esteja se transformando e tecendo relações fecundas com a cena política.

Enquanto Habermas vê a degeneração da esfera pública contemporânea causada pelo modo como a mídia é utilizada, Wilson Gomes propõe que em vez de ter se tornado impossível, a esfera pública pode estar atuando não da maneira idealizada mas ainda assim de fato na cena política pública, a cena apresentada pelos meios de comunicação de massa. É exatamente nesta coexistência, na possibilidade dela que a idéia de esfera pública se apresenta nesta tese. Mesmo com o protagonismo da mídia de notícias ou apesar disso, a opinião pública permanece como força mobilizável e capaz de interferir nos rumos da situação.

Para Gomes, um programa de estudos interessante deveria partir do questionamento sobre se a vigência da espetacularidade na cena política comporta necessariamente a extinção da esfera pública ou se, pelo contrário, a esfera pública não continua existindo, de modo diferente do que seria ideal. Em suma, diz ele: *“Há de se perguntar qual seria a equação justa: cena política contra a esfera pública ou esfera pública com a cena política?”*

O centro da crítica de Gomes dirigida a Habermas reside no fato de que mesmo que tenha se aproximado da forma ideal em suas origens, a esfera pública nunca se realizou plenamente. Do mesmo modo, por mais que a esfera pública tenha se modificado nos dias atuais, não deixou de existir. Assim, o conceito de esfera pública não pode ser descritivo mas normativo. Isso significa que só aparentemente o conceito descreve o que se passa com os fenômenos; na verdade o conceito diz *“como os fenômenos seriam, se fossem como deveriam ser”*.¹⁰

É exatamente com esta concepção normativa, no sentido de norma orientadora, que tratamos aqui de opinião pública. Embora longe do ideal democrático em cujo coração estaria a esfera pública, isto é, embora com as mais diversas dificuldades e obstáculos para se manifestar e fazer valer o que pensa e o que pretende, a opinião pública brasileira tem sido uma força de sustentação para o MST. Mas ela só se constitui assim a partir do momento em que o movimento dos sem-terra acredita que pode chegar até ela, e respeita as

normas pelas quais o debate deve e pode acontecer. Tal idéia nos permite focalizar os modos criativos com os quais lida o MST para não apenas ingressar na pauta da mídia de notícias e lá permanecer por tão longo período, mas também pela aprovação, simpatia e apoios conquistados ao longo do tempo junto à sociedade civil, ou seja, junto à torcida, à opinião pública.

NOTAS:

1. SODRÉ, Muniz. Ouvido durante aula do Curso de Doutorado. ECO-UFRJ. Curso *A mídia e a comunidade de afetos*. Segundo semestre de 2003.
2. CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a Opinião – o novo jogo político*, Vozes, 1988, pág. 32. Apud SODRÉ, Muniz. In *Jornal de Debates*. Site do Observatório da Imprensa. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>
3. GOMES, Wilson. *Esfera pública política e mídia: com Habermas, contra Habermas. Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. In: RUBIM, Antônio Albino C. e outros. Org. Coleção Compós. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Págs. 155 a 186.
4. GOMES, Wilson. *Esfera pública política e mídia: com Habermas, contra Habermas. Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. Idem. Pág. 158.
5. BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Pág.: 109.
6. GOMES, Wilson. *Esfera pública política e mídia: com Habermas, contra Habermas. Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. Op. Cit. Pág. 156.
7. GOMES, Wilson. Idem. Pág. 161.
8. GOMES, Wilson. Ibidem. Pág. 162.
9. GOMES, Wilson. Op. Cit. Pág. 164.
10. GOMES, Wilson. Idem. Pág. 185.

CAPÍTULO V

AS ARTIMANHAS RETÓRICAS DO EMBATE

O jogo tem início ou começa a ser observado a partir dos primeiros lances, as primeiras “jogadas” voltadas para a opinião pública, de quem os contendores desejam chamar a atenção e a quem tencionam seduzir, persuadir, obter adesão ou convencer pela melhor proposta, pelo argumento racional ou pelas táticas de jogo mais eficazes considerado o campo. Tais táticas ou artimanhas incorporam os recursos retóricos de que dispõem os oponentes. Cabe a eles se apresentar como confiáveis, bem intencionados e leais – cumprindo a prova ética. Compete a eles atrair a atenção do público envolvendo-o emocionalmente com o desenrolar da partida cujo desfecho interessa a todos que torcem – cumprindo a prova patética. E, finalmente, os contendores devem provar que seus argumentos fazem mais sentido do que os argumentos contrários, demonstrando que do ponto de vista da razão, eles estão certos e constituem a melhor escolha e o melhor caminho – cumprindo a prova lógica da retórica.

É dessas táticas de jogo que trata este capítulo. Táticas retóricas porque seu objetivo principal é persuadir o público, no caso a opinião pública. Ocorre que a retórica não é monopólio da mídia ou das elites dirigentes. O que leva à investigação também dos contra-argumentos, das características e artimanhas dos antagonistas, aqui representados pelos integrantes do MST.

Como há algum tempo já ficou claro a luta do MST não é só pela Reforma Agrária, mas também pelo poder simbólico, descrito por Pierre Bourdieu como: “*o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo.*”¹ Ainda com Bourdieu admitimos que o Poder Simbólico depende do capital simbólico das partes envolvidas na contenda.

O MST surge no cenário nacional reivindicando mudanças na estrutura fundiária, mas não tarda a transitar da Reforma Agrária para a Reforma do próprio Estado Brasileiro. O que aparentemente seria um desvio, a politização de suas ações acaba tornando-se fonte principal de seu capital simbólico, fornecendo ao movimento não apenas legitimidade mas também maiores possibilidades de ser ouvido, tornando-o uma ameaça à configuração hegemônica.

Olivier Reboul ² observa que a sinceridade não preserva ninguém da inaptidão, da incoerência, do chavão, da obscuridade; e ninguém favorece seu pensamento quando o expressa de maneira indevida. Para o autor, ninguém convence as massas apenas porque é sincero em política, por exemplo. Assim, o MST, como qualquer outro segmento de excluídos precisa conhecer a arte do convencimento, se dispuser de recursos retóricos, terá mais chance de apresentar sua verdade, suas reivindicações.

Analisando os *Tópicos de Aristóteles*, Reboul observa que só se chega à verdade coletivamente, num debate em que cada um representa sua parte o melhor possível, até que a verdade, ou seja, o mais verossímil se imponha a todos. A condição para tanto é que os oradores sejam iguais, que tenham todos, estritamente os mesmos direitos. Caso contrário, se um dos oradores se arrogar um direito exorbitante, se já não se puder contestar seus argumentos, então o diálogo já não será possível, o conhecimento se petrificará em ideologia. A retórica então deverá estar submetida a um critério exterior: a liberdade. É esta que faz do diálogo um verdadeiro diálogo, em que cada um pode criticar os argumentos do outro contanto que produza os seus. A exigência é que os oradores tenham independência, que não sejam constrangidos, que não tenham que se submeter aos opositores. Reboul ³ sugere que, para uma leitura retórica, sejam feitas preliminarmente algumas perguntas, chamadas de lugares da interpretação. Tais perguntas dizem respeito ao orador ou oradores, ao auditório e ao próprio discurso. Em relação ao orador, é preciso saber Quem é? Quando fala? Contra o quê? Por quê? e Como?

QUEM SÃO OS ORADORES

Ou quem são os enunciadores com presença na mídia. O embate envolve como contendores, além da própria opinião pública capaz de interferir na partida, além da elite dirigente, beneficiária maior da situação em vigor e de seu adversário imediato, o MST, a própria mídia de notícias ou o próprio campo. Originariamente, a mídia deveria ser apenas um canal, um veículo pelo qual as mensagens chegariam aos receptores. Atualmente, embora ainda desempenhe tal função, a mídia é fonte de interpretação, de nomeação, de avaliação, atuando como um enunciador. Ela transmite um conjunto de vozes, enunciadas por um coletivo que reúne os proprietários dos veículos, os anunciantes, os profissionais que trabalham na mídia, o público (leitores, ouvintes e telespectadores que participam via correspondência por carta e por e-mail ou telefone) e os personagens das notícias, inclusive as fontes. No entanto, tais enunciadores estão subordinados a uma hierarquização. Há os que têm mais espaço (ou tempo no caso dos audiovisuais), os que determinam o enfoque ou linha editorial, os que ganham mais, os que aparecem com mais frequência, etc.

Embora os interesses ideológicos da mídia de notícias nem sempre sejam evidentes, uma vez que convivem com exigências típicas do processo industrial de produção de notícias, da necessidade de audiência, vendagem ou anúncios; da viabilidade comercial da empresa jornalística; das inovações tecnológicas indispensáveis ao funcionamento eficaz como canal que tem que levar mensagens ao público. Enfim, mesmo com todas as motivações não propriamente ideológicas, que determinam que as notícias sejam como são, mesmo que as regras que as definem derivem de contextos sociais específicos e pareçam naturais ou inevitáveis, ainda assim é possível detectar e afirmar que há na mídia de notícias brasileira uma tendência, uma preferência, um favorecimento por certos pontos de vista que recebem maior acolhida do que outros.

Sua característica maior, portanto, não é a exclusão ou o silêncio a respeito de discursos contra-hegemônicos. Pelo contrário, a mídia os acolhe, pois sem eles ela não existiria. Isto é, sem o embate, não haveria sentido na existência do campo. Mas uma vez que ingressam no espaço da mídia, os fatos que compõem a realidade passam a estar sob a

influência das regras internas da mídia. É ela portanto quem irá acompanhar sua repercussão, é ela quem os irá interpretar. Ainda que não se possa afirmar categoricamente que ela deturpa, corrompe ou deliberadamente distorce os fatos de que trata. Não é de todo impossível apontar momentos em que os relatos, os destaques, os desdobramentos, as interpretações dos fatos estejam impregnados de um ponto de vista ideológico que é hegemônico nos principais jornais do país.

Quanto ao MST, em princípio, trata-se de uma organização que reúne ou pretende reunir todos os agricultores que não dispõem de terra, num primeiro momento, para em seguida representar os pequenos agricultores já assentados que continuam a ter demandas por financiamentos e condições de comercialização de sua produção. Em nome do movimento, falam seus líderes, responsáveis não só pela formulação das reivindicações específicas, mas também por reclamar mudanças na sociedade. Além deles, há os aliados, que vão de organismos internacionais a políticos nacionais, sindicalistas, intelectuais e até jornalistas que atuam na própria mídia. Maria da Glória Gohn descreve assim os líderes dos sem-terra: *“Os principais líderes do MST, apresentam, muitas vezes, uma retórica onde misturam marxismo, teologia da libertação e defesa de argumentos de uma economia de mercado.”*⁴ Reforma agrária, miséria e pobreza, localizadas na área rural causam estranhamento num mundo em que a tecnologia, a grande produção voltada para a exportação e a urbanização da sociedade são tidos como caminhos naturais. O surgimento do MST se contrapõe à corrente. Busca uma identidade que não está prevista, introduz elementos humanos numa ordem que parece querer abolir tais “contratempos”.

O MOMENTO EM QUE FALAM

O contexto em que os oradores enunciam seus discursos é marcado pela preponderância dos meios de comunicação de massa, que conforme sugere Habermas⁵, domina a esfera pública contemporânea. De fato, embora a imprensa figure ao lado do parlamento como instituição que ajuda a sustentar a esfera pública, é inegável que a mídia desempenha sob muitos aspectos a função de um quarto poder ao qual os outros três

poderes costumam recorrer para estabelecer contato com a sociedade. Do mesmo modo, os meios de comunicação não apenas constituem a principal fonte de informação para o povo brasileiro como qualquer movimento social, para se constituir como tal e fazer avançar suas demandas, precisa ter acesso à mídia, ou melhor dizendo, será tão mais reconhecido publicamente quanto maior presença tiver no espaço da mídia de notícias.

O Brasil tem uma comunicação de massa vigorosa e poderosa, estruturada segundo princípios democráticos consagrados constitucionalmente, ao menos no tocante à liberdade de imprensa. No entanto, tal espírito democrático não se verifica no acesso do público à informação, obstruído principalmente pela injusta distribuição da renda nacional e a desigualdade social dali resultante.

É neste contexto que se dá o debate. Ele é marcado ainda pelo declínio do poder dos proprietários rurais, motivado entre outros pela desvalorização da terra, após o controle da inflação; o aumento da miséria, do desemprego e da violência urbana, suscitando atenções para a migração interna, para o êxodo rural e tornando a reforma agrária e a criação de oportunidades no campo uma alternativa a ser pensada como forma de atenuar o problema urbano; o aumento de conflitos rurais, o interesse externo demonstrado por outras nações, principalmente européias, incluindo o Vaticano, na questão fundiária brasileira. Os sindicatos e partidos também encontram-se enfraquecidos e as Organizações não governamentais, como o próprio MST, despontam como formas de representação de grande legitimidade.

CONTRA O QUÊ E POR QUE FALAM

Basicamente, a mídia fala contra a ruptura, portanto contra as proposições do MST que extrapolem a Reforma Agrária. Seu objetivo é, antes de mais nada, preservar os “lugares de enunciação”, dispositivo de poder pelo qual, segundo Eliseo Verón,⁶ é possível determinar a posição de quem fala e de quem ouve, além de estabelecer a relação que ambos têm com o objeto de que falam. Ou manter o controle que detêm para o acesso a tais espaços. O MST, por sua vez, está contra o monopólio, o excessivo poder de que dispõe a

mídia, ou melhor, fala contra as opiniões e interpretações contrárias a ele que identifica na mídia. O movimento opõe-se aos setores dirigentes, às regras econômicas, às prioridades políticas que, a seu ver, não contemplam as necessidades dos mais pobres. Fala enfim contra a exclusão social.

COMO FALAM

A mídia fala em nome de toda a sociedade, como guardiã de valores básicos que sustentam o sistema em vigor, como se fosse depositária de valores e detentora de mandato de acompanhamento e fiscalização de possíveis desvios. Em momento algum, qualquer empresa de comunicação terá sido ameaçada efetivamente pelos atos do MST, mas todas – pelo menos as principais – reagiram a ele. Em nome de uma suposta neutralidade, a mídia fala como se fosse ela própria o conjunto da sociedade. Embora faça parte da mídia, o jornalismo se distingue da publicidade e do entretenimento, já que por sua especificidade é uma atividade capaz de preencher ou esgarçar possíveis fissuras na “*grande muralha da mídia*”. De acordo com Muniz Sodré,⁷ como em todo bloco monolítico, a mídia apresenta fissuras e o jornalismo é a atividade que reúne melhores condições de fazer penetrar por tais fissuras os elementos capazes de transformar a estrutura. O MST por sua vez, fala com radicalidade, amplia suas demandas, exagera em suas críticas, condena quem se opõe às transformações por ele reivindicadas.

COM QUEM FALAM

Qual é o auditório real do discurso? Tanto a mídia quanto o MST têm como alvo principal a opinião pública. É a ela que se dirigem os discursos de ambos. É a ela que pretendem persuadir. Maria da Glória Gohn⁸ afirma que a relação do MST com a mídia trata-se de um campo de disputa e luta de poder:

Os espaços comunicacionais são estratégicos tanto ao movimento, para publicizar suas demandas e buscar algum espaço contra-

hegemônico, quanto aos seus opositores, que buscam desqualificá-los e isolá-los da opinião pública ao retratá-los como fonte e origem da violência.

Chama atenção a possibilidade mencionada pela autora de “isolamento da opinião pública”. Parece improvável isolar um fato ou o protagonista de fatos recorrentes, impedir que o público tome conhecimento dele. No entanto, a mídia pode pretender tal coisa. Não apenas por que cabe a ela decidir o que será e o que não será noticiado, ou seja, que elementos estarão disponíveis para a construção de uma opinião favorável ou contrária, mas porque é a própria mídia quem confere importância à opinião pública. Sendo dela também tanto a função de verificar o que está pensando a opinião pública como ainda de interpretar e difundir, produzindo ressonância no que pensa ou quer a maioria da população.

O QUE FALAM

Identificados os oradores e o auditório, restam as perguntas referentes ao discurso em si: do que trata, o que diz, como diz? No caso da retórica, é a terceira pergunta que mais importa. Em retórica, o ganhador não é quem tem razão, mas quem detém a força da palavra. Sabem disso o MST e também a mídia. A seguir fica proposta uma tipologia dos argumentos utilizados pela mídia e os contra-argumentos adotados pelo MST.

Os argumentos da mídia: O sistema precisa ser aceito como bom. Conforme sugere Reboul é como na fábula do lobo e do cordeiro de La Fontaine. Ainda que o lobo seja mais poderoso e possa devorar o cordeiro a hora que bem quiser, ele tenta argumentar, a fim de conseguir a aprovação. Ele não apenas precisa devorar o cordeiro, ele precisa ter razão. Do mesmo modo, o que permite que uma classe se mantenha como dirigente é a concordância mostrada pelos setores não-hegemônicos, que se dispõem a aceitar sua liderança. Para tal objetivo, são postos em circulação os seguintes argumentos.

Argumento conservador: Há uma delimitação do campo ou área em que a mídia apresenta seus argumentos contra o MST. Basicamente, tratam-se das ações concretas, de ocupações

e as demandas por atos do governo federal incluindo verbas destinadas à reforma agrária. Os discursos mais atacados são justamente os que pleiteiam modificações estruturais na sociedade. Por isso mesmo, pouco se conhece das questões internas do movimento, bem como de seus êxitos ou fracassos em outras áreas de atuação. Entre as questões raramente tratadas, encontram-se questionamentos sobre o autoritarismo das lideranças na imposição de regras e comportamentos aos assentados; a filosofia educacional e métodos educativos utilizados pelo movimento em suas escolas; a condição das mulheres nos assentamentos; a dificuldade de conseguir apoio entre pequenos agricultores e entre os movimentos indígenas; os riscos de danos ecológicos provocados por assentamentos e os benefícios ecológicos de técnicas agrícolas aplicáveis em pequenas propriedades; as relações com os donos de fazendas invadidas.

Ao contrário das transformações profundas, radicais e abruptas pretendidas pelo MST, a mídia reconhece a necessidade de mudanças, desde que, como manda a tradição, sejam feitas de maneira tranqüila, sem solavancos, lentamente. Deste modo, será freqüente nos noticiários a apresentação de estatísticas que comprovem o quanto já foi feito pela Reforma Agrária, quanto dinheiro já foi gasto, quantas desapropriações e assentamentos foram realizados e quantas famílias foram beneficiadas.

Argumento da ameaça: Um dos afetos originais, um dos primeiros afetos humanos é o medo. O que se verifica no tratamento dispensado pela mídia ao MST é em grande parte atribuído ao medo. Medo de mudança, de desrespeito à propriedade. Medo da desordem, da bagunça, medo de pobres. Medo enfim de uma nova ordem, de uma nova maneira de funcionamento da sociedade brasileira. Maria da Glória Gohn considera que a relação MST-mídia tem sido confusa e contraditória. Num primeiro momento, ela foi estratégica e convinha ao movimento, mas depois o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública:

As manchetes dos jornais passaram a destacar apenas atos violentos ou de vandalismo, sempre atribuídos ao MST. O clima de caos social passou a ser associado ao MST, de forma que as políticas neoliberais excludentes

*e geradoras de desemprego passaram a ficar encobertas.*⁹

Argumento de direção ou precedente: Para Olivier Reboul, o argumento de direção consiste em rejeitar uma coisa mesmo admitindo que em si é inofensiva ou boa, porque ela serviria de meio para um fim que não se deseja.¹⁰ É o argumento da reação em cadeia, da perda do controle. Ele se distingue do argumento precedente porque o precedente fundamenta um direito, enquanto a direção prevê um fato. Marilena Chauí afirma que “o governo [FHC] investiu o MST da origem da violência e produziu a imagem de que a única coisa moderna do País era arcaica”.¹¹ Para a filósofa, ao fazer isso, o governo tentou neutralizar perante a opinião pública a possibilidade de virem a ser gerados outros movimentos.

Argumento da prerrogativa: Para a mídia compete à elite dirigente determinar os rumos da sociedade e estabelecer o ritmo e a hora das modificações necessárias. A prerrogativa das mudanças, das próprias análises e no estabelecimento das prioridades seria então da própria elite dirigente ou por extensão, da própria mídia de notícias.

Argumento da definição: Olivier Reboul explica que toda definição é um argumento, pois impõe determinado sentido, geralmente em detrimento de outros. É o caso da definição de Reforma Agrária. Fazer a Reforma Agrária reivindicada pelo MST equivaleria a modificar estruturalmente a distribuição da riqueza e, por conseguinte, as relações de poder no país. Para o MST a Reforma Agrária pressupõe a redistribuição de terras ampla e imediata, seguida da democratização do capital em forma de concessão de financiamentos e da democratização da educação no campo. Com base nesta definição, o MST acusou o governo [FHC] de promover assentamentos com o único objetivo de apaziguar focos de tensão para evitar que conflitos de terra se transformassem em conflitos políticos.

Argumento da probidade: Tida como uma das mais nobres funções do jornalismo, a fiscalização e defesa do dinheiro público tem servido de motivo para uma rigorosa avaliação do desempenho econômico dos assentamentos comandados pelo MST, bem como da maneira como o dinheiro destinado à Reforma Agrária tem sido aplicado. Alega-se que

os gastos com dinheiro público destinado ao MST estariam sendo desperdiçados. Outras acusações são de malversação de dinheiro público, desvio, contribuição compulsória dos assentados, quantidade excessiva de dinheiro gasto, inutilidade do programa de assentamentos.

Argumento da mistificação e dissimulação: Apesar dos vínculos históricos que mantém com as classes dirigentes do Brasil, as empresas de comunicação, tanto em seus manuais quanto em campanhas publicitárias ressaltam seus deveres e compromissos com a defesa e a valorização da cidadania. Boa parte das vezes, tal função se mostra contraditória. Assim, a mídia se apresenta como porta-voz do cidadão, pretende atuar como sua voz e seus ouvidos, mas na prática contempla em vez dos direitos da cidadania, direitos de consumidor.

Argumento da finalidade: O objetivo deste tipo de argumento é desqualificar os atos do MST, atribuindo a eles outros fins, diferentes e distantes do que admitem os sem-terra. A revista *Veja* (03.06.1998), tenta explicar a força da liderança do MST, apesar de suas *intromissões* em assuntos políticos:

Os sem-terra são tão pobres que não têm nada a perder e, por isso, permitem que a cúpula do movimento transite da reforma da terra para a reforma da sociedade. Porque acreditam que o que vier, seja lá o que for, será necessariamente melhor.

A mesma matéria de *Veja* acrescenta que “*enquanto os seus liderados vão invadir porque querem terra, crédito, agroindústria, [João Pedro] Stédile diz que têm de invadir para combater a política neoliberal*”.

Os contra-argumentos do MST

Argumento da organização e pacifismo: Algumas das características do MST que mais impressionaram a mídia foram a organização, a hierarquia e a disciplina de seus comandados. Do mesmo modo o caráter pacífico de suas ações. Boa parte da coesão interna deve-se, entre outros motivos, à mística do movimento que funde visão religiosa e luta política. Por mais que sejam acusados de violência, por mais que isoladamente possa ser

encontrado algum sem-terra disposto a um confronto violento, a orientação oficial repetida insistentemente por seus líderes é de que os atos sejam pacíficos.

Argumento da politização: O discurso radical dos líderes permitiu que o movimento fosse visto como alternativa não-institucional para os descontentes com o governo de Fernando Henrique Cardoso e funcionou como um pólo aglutinador de um posicionamento político-ideológico. Contribuiu ainda para consolidar a organização como a mais representativa dos trabalhadores sem-terra. O MST já deixou de ser, há tempos, a única entidade a lutar pela Reforma Agrária; mas, para a opinião pública, a associação entre luta por Reforma Agrária e MST continua intocável. Falar em Reforma Agrária é falar em MST e vice-versa. A escolha do governo FHC, representante oficial porém temporário dos negócios do Estado, como principal adversário também não parece ter sido ingênua. Afinal, por mais que defenda os interesses da elite dirigente, o governo precisa da aprovação coletiva da sociedade, a quem tem que prestar contas. Por mais freqüentes que sejam as acusações de brutalidade, cometida pela polícia do Estado, é com a própria polícia que o MST pode contar para se defender durante um enfrentamento com jagunços armados, contratados por fazendeiros, por exemplo. Certamente foi com os discursos políticos que transcenderam a reivindicação por redistribuição de terras que os líderes do MST mais fustigaram as elites dirigentes, mas ao mesmo tempo possibilitaram a ampliação dos apoios nos segmentos periféricos.

Argumento do pragmatismo. Durante visita ao Pontal do Paranapanema, em janeiro de 2000, perguntamos a um repórter do jornal *Folha de São Paulo* que lá se encontrava se ele concordava com a afirmação de que a mídia “*manipulava*” informações sobre o MST. Ele respondeu que o MST também “*manipulava*” a mídia. Pouco depois pudemos confirmar a aludida reciprocidade com alguns líderes. Eles admitiram ter simulado ocupações em fazendas apenas para manter por mais tempo as equipes de reportagem que foram ao Pontal em busca de notícias sobre confrontos entre fazendeiros e sem-terra e, diante da falta de novidades, já se preparavam para partir. A intenção, segundo os dirigentes do movimento, era denunciar que havia fazendeiros armados na região.

Argumento da vitimização: O MST investe na solidariedade do povo. Fala em nome dos mais fracos, dos indefesos, contra a covardia dos mais fortes. Encarna o confronto bíblico do pequeno *Davi* diante do gigante *Golias*. Capitaliza a indignação provocada por atos violentos, arbitrários, aplicados sobre agricultores miseráveis. O movimento acompanha os incidentes acontecidos no campo e volta e meia traz a público as estatísticas de morte no campo, nas quais as vítimas na maioria das vezes são os trabalhadores rurais, com casos extremos como as chacinas contra sem-terra que escandalizaram a opinião pública.

OS USOS DA PALAVRA NA IMPRENSA

Como este trabalho utiliza o texto jornalístico como principal fonte de investigação, o estudo volta-se mais especificamente também para a palavra, para a utilização da palavra, vista aqui, como sugere Bakhtin, como o signo que funciona como arena de disputa ideológica: *“As classes sociais servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.”*¹² Ou, no nosso caso, a emissão ou enunciação de um signo é um lance nos espaços de luta pela hegemonia, representa os arremessos, chutes, as faltas e movimentação dos jogadores no campo e os gols. Assim, a seleção e utilização de nomes, verbos, adjetivos, advérbios etc. como recipientes de idéias impregnadas de posições ideológicas são utilizadas largamente pela imprensa ou acolhidas por ela para relatar, noticiar, interpretar acontecimentos como aqueles que envolveram o MST. O movimento, em contrapartida, também se utiliza da palavra para ingressar, se manter e tentar vencer a disputa.

Na disputa pela hegemonia, é necessário, sempre que possível se apoderar das palavras, não apenas no sentido de poder falar, mas também de escolher como vai ser dito, que significados terão as palavras para quem se está falando. Ademar Bogo, um dos principais teóricos do MST em entrevista ao *Caderno EU & do jornal Valor Econômico*. (9, 10 e 11 de junho de 2000, pág. 19.) afirma, por exemplo, que não se pode usar a palavra

“Revolução” para querer descaracterizar o que ela representa. Ele explica: “*O Florestan Fernandes diz que, se a classe operária quiser fazer uma revolução, primeiro ela tem de resgatar o sentido das palavras. E o sentido das palavras só pode servir para ela, não para a classe dominante*”. Segundo Bogo, se a palavra servir para as duas classes, significa que não vai se ter o resultado que se quer. No caso dele, o resultado que uma das classes deseja.

Na palavra podem se manifestar as dimensões ética, patética e lógica da retórica. Briggs e Burke observam que durante a Revolução Francesa, “*os debates eram orientados segundo uma nova “retórica revolucionária”, apelando mais às paixões do que à razão e baseando-se na “magia” de palavras como “liberté, fraternité, nation, patrie, peuple e citoyen*”. Os mesmos autores citam também um general alemão, de nome Erich von Ludendorff (1865-1937), que estaria exprimindo um “lugar-comum” ao anunciar, durante a Primeira Guerra Mundial, que “*as palavras se tornaram batalhas*”.¹³ Embora estejam vinculadas a tipos de argumentação como os descritos anteriormente e dependam de estratégias que serão descritas mais adiante, as palavras ou expressões relacionadas a seguir trazem consigo marcas que permitem identificar posições ideológicas de quem as utilizou.

Luta armada e Guerra Civil: A expressão “guerra civil” e variações como “luta armada” está presente com frequência, apresenta-se como uma possibilidade as vezes mais iminente, as vezes mais improvável, na angulação ou no direcionamento e orientações sobre que aspectos investigar e destacar em matérias sobre o MST. Em 1 de abril de 1998, o líder do MST Gilmar Mauro afirma, segundo *O Globo* (pág. 9) que “*o país já está mergulhado numa guerra civil de baixa intensidade*”. Como uma guerra precisa de dois oponentes, o jornal informa que os produtores rurais também estão armados. No seu editorial, o jornal toma partido da ordem. Para ele a resposta adequada seria a intervenção do Exército, mas a tática do MST é classificada como *suicida* e seus atos considerados *ilegais*, pois com tais atos: “*Não se conquista um palmo de terra para plantar, mas sete palmos para sepultar as vítimas da violência*”. O ônus da violência é daquele que pretendeu alterar a ordem “natural” das coisas. O desfecho será trágico e, fica claro que as vítimas serão os provocadores. Ao mesmo tempo, o tom da opinião oficial de *O Globo* é o de uma advertência aos sem-terra para o perigo que correm se insistirem em suas ações.

A “leitura preferencial”, aquela que, segundo Stuart Hall ¹⁴ é a que se pode presumir como a que mais convém a quem a publica, é de que a violência resulta de atos do MST, o que se confirma pela foto que ilustra a matéria com trabalhadores sem-terra empunhando armas. Para *O Globo*, o MST: “*além de carregar a pólvora, acende os estopins da violência na disputa de terras no Pará*”.

Dois anos depois, em 29 de abril de 2000, permanece a ameaça de tragédia nas regiões onde o MST atua. A primeira página da *Folha de S. Paulo* apresenta o seguinte título: “*Correrá Sangue no Pontal, diz UDR*”. Desta vez é o agropecuarista Almir Soriano, que ao assumir a presidência da União Democrática Ruralista afirma que o “*O Pontal do Paranapanema vive clima de guerra civil devido às invasões lideradas pelo MST*”. Tal como em *O Globo*, o assunto também ganha editorial da *Folha* (Pág. A2). Sob o título *Tensão no Campo*, o diário paulista entende que “*Tudo começa com mais uma ação lamentável do movimento de sem-terra*”. Para o jornal, as ações “*antidemocráticas e autoritárias*” do MST fazem com que a reivindicação por melhor distribuição da terra – legítima, segundo a *Folha* – perca pontos junto à opinião pública. O texto condena

igualmente os proprietários de terra por armarem polícias paralelas, gesto classificado como atitude criminosa. Novamente, o alinhamento é em favor da paz: “*Que os ânimos belicosos se resfriem*”, conclama o editorial. Embora de modo impreciso, já que permite a interpretação de que pode haver um momento apropriado para “banhos de sangue”, o jornal adverte que “*Não é este o momento de dar oportunidade a que ocorra mais um banho de sangue no campo*”. E conclui com a defesa da democracia, e um apelo para que se aproveitem as instituições democráticas “*para melhorar a péssima distribuição da terra no país*”.

Em 2003, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, tradicional aliado do MST, a realidade política é outra. Permanece porém o selo de “*Tensão no campo*” para notícias sobre os sem-terra. Na *Folha* de 16 de março (Pág. A4), o título é: “*Donos de terra do PR e MG criam milícias para conter invasões*” e o subtítulo: “*Comando ruralista se arma e pressiona Lula contra MST*”. Em 6 de abril (pág. A10): “*Governo cria grupo para conflitos agrários*”. E o subtítulo: “*Iniciativa, cujo principal objetivo é desarmar milícias, se deve a pressões da Pastoral da Terra, do Cimi e do MST*”. O movimento dos sem-terra figura como força política capaz de pressionar o governo e começa a influenciar também os enunciados das manchetes, como mostra edição da *Folha*, também de 16 de março (pág. A 5): “*Milícia ruralista mostra quem são bandidos, diz MST*”. Mas, *O Globo* de 6 de julho de 2003 (pág. 4) informa que a “*Proliferação de armas no campo vai ser investigada pela Polícia Federal*”. Já em 13 de julho (pág. A4), a *Folha* publica entrevista do historiador Luiz Felipe de Alencastro, cuja leitura das ações do MST traz uma interpretação diferente da violência normalmente associada ao movimento. Diz ele:

No nosso país, onde a exploração dos trabalhadores rurais tem se caracterizado, através dos séculos, pela brutalidade, o MST insere a revolta rural no quadro das negociações. Concordo com o que disse Plínio de Arruda Sampaio: o MST civiliza o campo.

O conflito ideológico, no entanto, permanece aos olhos do governo federal, na advertência do presidente Luis Inácio Lula da Silva, na primeira página de *O Globo*, em 17 de agosto: “*Lula adverte MST: ‘na marra ninguém faz nada’*”. Eis o que diz a chamada:

O presidente Luis Inácio Lula da Silva fez uma advertência aos sem-terra, em entrevista exclusiva que vai ao ar hoje à noite no ‘Fantástico’, da Rede Globo. Nem os sem-terra vão fazer reforma agrária na marra porque este país tem regras. Valem para o presidente, valem para eles. Na marra, ninguém faz nada, afirmou.

Democracia: Democracia, evidentemente, não é um conceito que pertença às elites políticas ou aos jornais. Em artigo publicado na coluna Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*, em 27 de setembro de 2000 (Pág. A3), com o título *A praga da pobreza*, Frei Betto, conhecido simpatizante do MST, explica que no Brasil há duas atitudes diante da pobreza. Uma, do governo, que inventa planos para combatê-la. E a outra, dos próprios pobres, como os sem-terra, que se assumem como “*sujeitos históricos na construção da cidadania e da democracia*”. A presença da opinião de um simpatizante do MST no mesmo jornal que apresenta freqüentes interpretações contrárias ao movimento indica, à primeira vista, uma convivência também democrática de opiniões divergentes. Discursos concorrentes, contendo maneiras distintas de entender a realidade, estariam chegando aos leitores. No entanto, além da assimetria desta concorrência, já que opiniões como a de Frei Betto são menos freqüentes do que os editoriais, o que de fato interessa é a constatação de que a opinião do jornal é coerente e fundamentada em conceitos básicos, tais como ordem, democracia, legalidade que são comuns a outros veículos e às próprias elites dirigentes ou hegemônicas.

Reforma e Revolução: Quando se fala em Reforma Agrária, há divergências de toda ordem. Quanto ao tempo de realização, se gradual ou instantânea. Se deve atender às demandas econômicas, com produção familiar que pode reduzir preços de alimentos, ou se atende o aspecto social apenas, sem afetar a economia. Segundo Eric Hobsbawm ¹⁵, o termo Reforma Agrária após a década de 1960 tornou-se um slogan geral da política nos

países da América Latina. A expressão podia cobrir desde o desmonte de grandes latifúndios e sua redistribuição a camponeses e trabalhadores sem terra até a abolição de detenções e servidões feudais; desde a redução de aluguéis e reformas de arrendamento até a revolucionária nacionalização e coletivização da terra.

A revolução popular na Bolívia de 1952 introduziu-a na América do Sul. Apesar de uma crescente inundação de declarações políticas e pesquisas estatísticas sobre o assunto, a América Latina teve demasiado poucas revoluções, descolonizações ou guerras perdidas para ter muita reforma agrária de fato, até que a Revolução Cubana de Fidel Castro introduziu a Reforma Agrária na ilha e pôs a questão na pauta política.

Para os modernizadores, a defesa da reforma agrária era política pois significava conquistar apoio camponês para regimes revolucionários ou para os que queriam adiantar-se à revolução, ideológica, já que pretendia “devolver a terra a quem nela trabalha” e, às vezes, econômica, embora para Hobsbawm a defesa da manutenção da existência de um grande campesinato seja “*não econômica*”, pois na história do mundo moderno o enorme aumento da produção agrícola foi acompanhado de um declínio igualmente espetacular no número e proporção de agricultores.

A reforma agrária demonstrou de fato, que a agricultura camponesa, sobretudo quando praticada por agricultores de porte, de mentalidade moderna, podia ser tão eficiente quanto a propriedade agrícola tradicional, a fazenda imperialista, e mais flexível que ela. Contudo, afirma Eric Hobsbawm:

A mais forte defesa econômica da reforma agrária não está na produtividade, mas na igualdade. [...] Na verdade, a impressionante desigualdade social na América Latina dificilmente pode deixar de ter relação com a também impressionante ausência de reforma agrária sistemática em muitos desses países. [...] A reforma agrária mais próxima do ideal camponês foi provavelmente a mexicana da

década de 1930, que deu a terra a comunidades aldeãs para que as organizassem como quisessem. Foi um enorme sucesso político, mas economicamente irrelevante para o posterior desenvolvimento agrário mexicano.

A oposição entre o caráter reformador e a intenção revolucionária, isto é, o esforço por separar os dois entendimentos tem sido constante nas interpretações dos jornais sobre o MST. Em Editorial de 19 de abril de 1997, a *Folha de S. Paulo* (Pág. A2) recomenda, em nome do bom entendimento com o governo, que o MST abandone os *excessos* para concentrar-se na parte *legítima* de sua mobilização: “*Isto é, trocar um projeto político revolucionário [...] pela meta mais modesta de fazer avançar o processo de reforma agrária*”.

Um dos poucos momentos da cobertura jornalística em que se revela que a real disputa se dá em torno do próprio entendimento do significado de Reforma Agrária é dado por Tereza Cruvinel, em *O Globo* de 6 de maio de 2000 (pág.2). De acordo com ela, o que acontece é um “*jogo de cena*”. O MST quer mais do que Reforma Agrária enquanto o governo não acredita nela e, portanto, quer menos: “*Diálogo e negociação entre o MST e o governo não haverá, por uma razão simples. O MST não confia no governo e o governo não acredita em reforma agrária e em pequena agricultura*”. A colunista afirma ainda que embora o governo não possa assumir sua descrença na reforma agrária, já que prometeu metas de assentamento durante a campanha eleitoral, membros do governo, em conversas reservadas, dizem isso mesmo. O motivo, segundo Tereza Cruvinel é que a produção em pequenas unidades não responderá às demandas de um país concentrado nas cidades e que ainda precisa exportar. Assim, a reforma agrária, no máximo, garantiria a subsistência dos assentados a um custo alto, que não compensa.

Em 9 de maio de 2000, Helena Chagas, também colunista de *O Globo* (pág. 4), em artigo intitulado *O Custo do Diálogo*, noticia que o MST está à beira de uma radicalização que pode transformá-lo “*num movimento de guerrilhas*”. Segundo a jornalista, a informação estava circulando nas “*cercanias do Presidente da República*”. Ao testemunho privilegiado, ela acrescenta dados de uma pesquisa, CNT/Vox Populi, que teria mostrado

que 45% das pessoas acreditam que o MST é um movimento político que tem como objetivo a oposição ao governo e “*a busca de uma revolução no país*”.

Tensão no Campo, Campo Minado: A expressão “*campo minado*”, utilizada pelo jornal *Folha de São Paulo* (05.04.98 e outros) como selo para matérias sobre conflitos de terra, ilustra a carga ideológica que o noticiário sobre o campo, isto é, sobre a área rural passou a ter nos últimos anos. A polícia estadual, a Polícia Federal e mesmo o Exército foram mencionados, conclamados e tornaram-se protagonistas de episódios envolvendo as atividades do MST. Houve conflitos com fazendeiros ou pistoleiros contratados por eles, com chacinas e mortes.

De fato, há números e dados que confirmam a violência. E eles são notícia. Em 13 de dezembro de 2000, a *Folha* (pág. A7) publica, sob o selo “*Campo*”, o relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos rurais: “*Conflitos deixaram 27 mortos, afirma CPT*”. De acordo com a matéria, pelo menos 27 trabalhadores rurais foram assassinados, 62 torturados e 52 vítimas de tentativa de homicídio em 1999, em 832 conflitos pela posse da terra ocorridos em todo o país. Os confrontos teriam envolvido mais de 600 mil pessoas.

O MST acusa o governo de Fernando Henrique Cardoso de promover assentamentos com o único objetivo de apaziguar focos de tensão para evitar que conflitos de terra se transformassem em conflitos políticos. A afirmação encontra respaldo em anúncio oficial veiculado pela televisão nos últimos meses do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002. O texto da peça publicitária explicava que o número de mortes fora significativamente reduzido da casa das centenas para menos de 20 e terminava com um apelo ao público: “*denuncie qualquer conflito*”. A mesma preocupação com o apaziguamento de tensões reaparece no discurso de posse do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, conforme reproduzido por *O Globo*, em 02.01.03 (Pág.: 3)

Lula anunciou que fará uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. [...] O presidente fez questão de desarmar espíritos dizendo que a reforma agrária não vai afetar as terras produtivas, que serão estimuladas a

produzir mais, mas os milhões de hectares de terras desocupadas e ociosas.

Lei e Ordem X Ilegalidade e desordem: Os dois pares opostos legal/ilegal e ordem/desordem são constantes no noticiário a respeito do MST. Muitas vezes, no entanto, os jornais só fazem reportar a fala de autoridades, como a do presidente da República. É o caso do título seguinte sobre o então presidente Fernando Henrique Cardoso: “*FH: ‘O país quer um basta à desordem’*”. Este é o título de matéria publicada por *O Globo*, em 04 de maio de 2000 (pág. 5). No antetítulo, o jornal informa que diante da “*Nova onda do MST*”, o “*Governo está preocupado com o agravamento da situação, depois de uma morte no Paraná.*” A morte citada é de Antônio Tavares Pereira, assentado do MST atingido por uma bala durante um confronto com policiais. Em sua primeira página, o jornal noticia: “*Bala de chumbo matou assentado do MST em confronto com a PM*”. A “*bala*” aqui ganha um destaque que torna a morte uma espécie de ocorrência accidental, inevitável.

Não foi a polícia ou um policial quem matou o sem-terra. A desordem, por sua vez, estava sendo provocada pelo MST, pela ocupação de prédios públicos como sedes do Incra e repartições do Ministério da Fazenda em vários estados. Pelos cálculos do MST, a jornada de protestos provocou invasões e manifestações em 21 estados, com a participação de 30 mil pessoas. O assunto, isto é, o clima de “*desordem*” levou a *Folha de S. Paulo* (04.05.2000. Pág.2) a publicar um editorial em que chama o governo de “*leniente*”, por não ter acionado a força policial contra “*um movimento que não se peja de avançar nos delitos que comete, fazendo reféns em algumas invasões*”. De acordo com o editorial, a situação se deve à inação dos governos, estaduais e federal, e ao próprio MST, pois: “*Sabe-se também que lideranças irresponsáveis de sem-terra por vezes incitam o conflito, arriscando a vida de seus colegas, para exporem-se aos holofotes da mídia, especialmente à internacional.*”

A ênfase do noticiário é sobre as negociações para desocupar os prédios públicos, mas pouco destaque é dado aos motivos das invasões. Fala-se em irritação do governo, nas repercussões dos atos dos sem-terra, mas os motivos não aparecem. O que está em discussão para os jornais é a institucionalidade, a normalidade, a lei e a ordem. Neste e em vários outros momentos, o jornalismo se apresenta muito mais como guardião da

estabilidade – ou com um entendimento hegemônico de manutenção da estrutura – portanto com uma postura conservadora que se opõe à transformação social, caso esta implique em rupturas e alterações inevitáveis da ordem estabelecida.

Novo editorial da *Folha de S. Paulo*, dois dias depois (06.05.2000. Pág. A2), intitulado “*O pacote dos sem-terra*” anuncia entre as medidas adotadas para conter “os abusos” dos sem-terra o bloqueio por dois anos de vistorias para desapropriação em fazendas que sofreram invasões. Embora considere que a medida “*preserva o interesse real pela reforma e, ao mesmo tempo, tenta evitar a invasão de terras*” a *Folha* adverte ao governo que ele precisa realizar uma reforma justa mas “*que nunca arrede pé da ordem legal e não aceite pressões arbitrárias e violentas de quem quer que seja*”.

O economista Celso Furtado, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* (*Caderno Eu & 9,10 e 11 de junho de 2000. Capa*), editado em parceria por *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*, diz que o MST é um movimento modelar pois “*educa as pessoas*”. De acordo com Furtado, o governo federal tem muita dificuldade de implantar uma reforma agrária, por isso, vai devagar e o MST tem de fazer pressão para alcançar apoio da opinião pública. Furtado admite que se estivesse no governo também pressionaria para que o MST fosse mais moderado. Embora questione os métodos adotados pelo movimento quando é procurado pelos sem-terra, ele também diz não ter dúvida de que é preciso modificar a estrutura agrária do Brasil e acrescenta que: “*Nenhum país do mundo faz isso sem choques*”.

Movimento Organizado X Bando: Em 29 de setembro de 2000, a *Folha de S. Paulo* publica à pág. A6 como título de uma subretranca: “*Juiz processa Rainha e mais dez por formação de ‘bando armado’*”. Vem de um magistrado a expressão que desqualifica os sem-terra, portanto de um agente externo aos jornais que só fazem registrar o termo pela relevância jornalística que tem. No entanto, ao reproduzi-lo com destaque, o jornal confirma, e dá ressonância ao que pensa o juiz. Embora a expressão *bando armado* venha entre aspas, confirma o campo semântico de outros nomes normalmente associados aos

integrantes do MST, como “*invasores*”, “*radicais*” que têm “*líderes*” mais frequentemente tratados como “*chefes*”. Dependendo do contexto, do fato, da abordagem que se pretende dar a algum ato protagonizado pelo MST, seus integrantes podem ser chamados de camponeses; pequenos agricultores; trabalhadores sem-terra, manifestantes, excluídos, radicais, invasores, saqueadores, militantes ou assentados. Em 16 de novembro de 2000 (Pág. A10), novamente a *Folha de S. Paulo* associa os sem-terra a bandidos: “*Sem terra é preso por roubar gado*”. E no antetítulo: “*Cinco outros homens são acusados de integrar quadrilha*”.

Juízos de Valor: Para tratar do MST, a mídia de notícias utiliza um vocabulário que contém os conceitos e valores atribuídos a cada aspecto tratado. Assim, o que para o MST é *ocupação* – porque o movimento considera-se no direito de entrar na fazenda – figura no noticiário como *invasão* de propriedade alheia, crime previsto em lei. O idealismo, a determinação e a confiança dos trabalhadores rurais é classificada como *ingenuidade*, *messianismo* e *delírio*. As propostas de transformação social são consideradas *idéias antiquadas*, *ultrapassadas* e *anacrônicas* pois “*não deram certo em lugar nenhum do mundo*”. A independência da organização é vista como antidemocrática. A ousadia e a radicalidade dos discursos tornam-se *perigosas para a paz*. Qualquer mostra de inabilidade na administração de recursos é associada à corrupção. Falhas na condução dos assentamentos são *provas de incompetência*. Os integrantes do MST, em suas ações práticas na luta pela reforma agrária, são enfim, julgados tão violentos quanto criminosos comuns, capazes de cometer seqüestros, roubo e até mesmo tráfico de drogas ou ainda estarem dispostos à luta armada.

Anacronismo X Modernidade: Outra importante disputa ideológica na arena das palavras se dá em torno do moderno como *bom e positivo* e o antigo ou convencional, como *pensamento ultrapassado* e, portanto, condenável. Pretender disseminar a pequena agricultura, a agricultura familiar, com base em cooperativas em terras desapropriadas e distribuídas em pequenos lotes para agricultores preocupados com a subsistência seria então o primeiro “*anacronismo*” cometido pelo MST, numa época em que o pensamento econômico hegemônico exige que Brasil pratique uma agricultura com grandes

investimentos, tecnologia e alta produtividade capaz de gerar quantidade e qualidade voltadas para a exportação.

Não é este, entretanto, o aspecto principal a ser fustigado por editorialistas, colonistas e demais vozes que freqüentam os jornais quando o assunto é o MST. Embora sejam toleradas as reivindicações por reforma agrária, o que causa reações enérgicas são justamente as idéias que fundamentam os atos dos sem-terra. O repúdio se apresenta primeiro às pretensões políticas do movimento. A seguir, ao fato de tais pretensões serem “*de esquerda*”. Mais ainda por se inspirarem em ideais socialistas. Por vezes, questiona-se a própria autenticidade ou correção de tal socialismo. É o caso por exemplo de Márcio Moreira Alves, em coluna publicada em 7 de maio de 2000 (Pág. 4), em *O Globo*, intitulada “*Semana Negra*”. Para o colonista, os líderes do MST estariam acometidos de “esquerdismo”. Ele explica que, segundo Lênin, esquerdismo “*é a doença infantil do socialismo*”. Ante a justificativa de que não reconhecem a “*democracia burguesa*”, que teria ouvido de militantes e simpatizantes do MST, Moreira Alves faz sua defesa da democracia burguesa: “*Ela é fruto das lutas dos povos e, em particular, do proletariado de muitas nações. A sua conquista custou muito sangue e o seu manto protetor cobre todas as classes sociais, inclusive o campesinato e o proletariado*”.

A respeito das associações com o comunismo da ex União Soviética, com o Maoismo da China, com o regime cubano, cuja revolução produziu ícones como Che Guevara e Fidel Castro, cujas fotos costumam aparecer em espaços e escolas do MST, os sem-terra não apenas estudam as obras de tais personagens históricos, cuja maior notoriedade se deu justamente entre as décadas de 60 e 70, mas também lhes prestam homenagem, colocando seus nomes em assentamentos e escolas mantidas pelo movimento. A esquerda brasileira cultuava tais nomes. O processo foi interrompido com o Golpe Militar de 1964 e o MST tenta retomar a trajetória de então.

Em resposta às acusações, o MST acusa as elites de conservadoras, de defensoras do atraso que representa o latifúndio, a grande propriedade. Enquanto as elites falam em desenvolvimento, em modernização baseada na importação de novas tecnologias que

permitam ao Brasil se equiparar com outros países do mundo, a preocupação que norteia as elites dirigentes tem a ver com os modelos de administração e de política econômica, mas não levam em consideração com a mesma prioridade as necessidades sociais da população. Assim, no núcleo do embate estão as contradições de ambos os lados. Enquanto o modelo proposto pelo MST é condenado por não contribuir para o desenvolvimento da macro economia, isto é, por não representar maiores ganhos na exportação e no comércio internacional, a direção hegemônica por sua vez não contempla a maioria da população, reproduzindo condutas igualmente antiquadas posto que se assemelham a condutas autoritárias e aristocráticas de épocas em que somente o bem estar das elites era considerado como critério relevante para a condução dos governos.

MÍDIA E DESIGUALDADE

Christa Berger ¹⁶ sugere a adoção do conceito de “*campo*” de Pierre Bourdieu para analisar os fatos que envolvem o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Para ela, o MST atua no campo político, como um subgrupo que se defronta com o subgrupo governo e o subgrupo proprietários rurais. Os três enunciam discursos com sua visão de mundo, mas para que sejam legitimados, precisam ser reconhecidos e acolhidos pela imprensa. O diálogo – e o confronto – se dão na aproximação entre os dois campos: o político e o da imprensa.

A luta do campo político acontece então numa segunda relação, na qual MST e imprensa, governo e imprensa, ruralistas e imprensa confirmam a natureza mediadora do Campo da Comunicação. Para Christa Berger, o jornal funciona como o lugar de mediação, onde os discursos concorrem, onde cada emissor esforça-se não apenas para estar presente, como também para legitimar sua visão de mundo. Os agentes dos subgrupos estão em constante disputa para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder. Ali cruzam espadas dominantes e dominados, conservadores e vanguardas ou hegemônicos e subalternos.

Ocorre que as várias relações são assimétricas. Isto é, as possibilidades de acesso para os vários agentes não são as mesmas. Governos conservadores e proprietários rurais são aliados históricos. Dispõem de recursos e instrumentos eficazes para apresentarem suas idéias e, ao mesmo tempo, rechaçarem idéias contrárias às suas. Um movimento social como o MST, por mais que também aglutine apoios importantes, carrega a desvantagem originária de postular uma estrutura diferente.

O conceito de campo pressupõe a existência de um capital. O maior deles é o capital simbólico. Para Christa Berger, o capital simbólico é próprio do *Campo do Jornalismo*, já que: “*É da natureza do Jornalismo fazer crer*”. Tal capital traduz-se na credibilidade que para a autora é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca. Ela relaciona ainda credibilidade com persuasão, pois o jornal dispõe de recursos como argumentos de autoridade, testemunhas e provas para convencer seus leitores.

A luta travada no interior do campo do jornalismo, segundo Berger, gira em torno do ato de nomear, pois é nele que se encontra: “*o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz e tornar público*”. A autora admite a existência da subjetividade do jornal, ou seja, a intervenção interessada, diferente portanto de um relato objetivo e neutro. Ela sugere que se procure por tal posicionamento nos intervalos das notícias e nas margens dos acontecimentos.

O que distingue as idéias aqui propostas das de Christa Berger é que não se trata apenas de se estabelecerem relações aparentemente estáveis e equilibradas entre os envolvidos na contenda. Não são apenas os proprietários rurais os adversários dos sem-terra. O antagonismo se dá é com a própria situação hegemônica e a imprensa. A imprensa é tratada não apenas como lugar de mediação mas agente ativo que se revela, se manifesta, quando a situação mostra-se prestes a ruir.

As posições parecem nítidas. Cada agente num pólo, ainda que estejam todos dentro do campo político. Mas qual seria a posição da imprensa? Seria o jornalismo apenas a

instância mediadora com quem cada um dos agentes tentaria estabelecer alianças e cumplicidades? Formulando de outro modo, a presença mais constante e mais generosa de idéias conservadoras se deve apenas à maior habilidade e experiência dos agentes da situação ao lidar com a imprensa? Ou será que ela própria tem e manifesta seus interesses, especialmente em momentos críticos, nos quais são postos em cheque os valores básicos, os pilares ideológicos do sistema em vigor, como por exemplo, a intocabilidade da propriedade e o monopólio da voz.

A disputa é pela hegemonia, cada parte envolvida, cada agente, tenta apresentar sua visão de mundo e convencer os outros de sua validade. Mas, se é possível ver a mídia de notícias como espaço de mediação, lugar onde os discursos concorrentes se manifestam e através do qual buscam se consolidar, é preciso verificar se o jornalismo acolhe de maneira equivalente tais discursos.

Analisando os modos, os nomes, os enfoques, os destaques como têm sido relatadas não somente as ações do MST mas principalmente suas formulações, isto é, suas idéias acerca do funcionamento do Estado brasileiro, o desequilíbrio é evidente. Pende para o lado da situação, para a manutenção da realidade como se apresenta no momento em que surge o movimento dos sem-terra.

A pergunta então é: o jornalismo atua assim porque os contextos, a realidade social na qual ele existe é também desigual, com vozes privilegiadas e vozes irrelevantes? Atende aos seus leitores na medida em que descreve o mundo do mesmo ponto de vista deles? Ou será que os jornais são aparelhos ideológicos que preferencialmente estarão sempre servindo à situação? Ainda que assim seja, no entanto, tal subordinação tem limites.

Uma das perguntas que orientam este trabalho é se a mídia tem responsabilidade sobre a situação de desigualdade social que vigora no país. Se tal afirmação for verdadeira, é indispensável escarafunchar, esmiuçar, investigar como os meios de comunicação

realizam tal tarefa e de que modo é possível ou tem sido possível fazer frente a ela, ou seja, de que modo é possível encontrar fissuras e brechas que possam ser ampliadas e esgarçadas para que a comunicação cumpra seu papel democrático, de dar voz a todos os segmentos sociais e, especialmente o jornalismo, possa cumprir sua função social de fiscalização e denúncia, de transmissão de informações isentas e imparciais, contribuindo de fato para a transformação da sociedade, tornando-a mais justa e possibilitando aos seus cidadãos direitos iguais.

NOTAS:.

1. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Pág. 14.
2. REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Pág. 228.
3. REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Idem. Pág. 140.
4. GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Pág. 136.
5. HABERMAS, Jurgen. *Apud GOMES, Wilson. Esfera pública política e mídia: com Habermas, contra Habermas. Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. In: RUBIM, Antônio Albino C. e outros. Org. Coleção Compós. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Pág. 163.
6. VERON, Eliséo. *Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita*.
7. SODRÉ, Muniz. Aulas no Curso de Doutorado na ECO-UFRJ. Segundo semestre de 2003.
8. GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Págs.157-158.
9. GOHN, Maria da Glória. Idem. Pág. 158.
10. REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Op. Cit. Pág. 174.
11. CHAUI, Marilena. In Revista *Caros Amigos*. Entrevista. Agosto de 1999. Pág. 29. S. Paulo: Editora Casa Amarela.
12. BAKHTIN, Mikhail. VOLOCHINÓV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 2004. Pág. 46.
13. BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Págs.106 e 98.
14. HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Org.: Liv Sovik. Trad.: Adelaine La Guarida Resende.. [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. Pág. 366.
15. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX:1914-1991*. Trad.: Marcos Santarrita. SP.: Cia. Das Letras, 1995. Págs.: 347-349.

- 16. BERGER, Christa.** *Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais: As relações entre o Movimento Sem-Terra e a Zero Hora. Tese de Doutorado na ECA, USP - Maio de 1996.*

CAPÍTULO VI

CAMPO DESFAVORÁVEL: O MST NA REVISTA VEJA

As artimanhas retóricas postas em campo durante a disputa da qual toma parte, como contendor inesperado, o MST, se mostram mais evidentes em alguns momentos. Como um estudo de caso, analisamos com maior profundidade neste capítulo os modos como o movimento dos sem-terra foi noticiado, descrito, acompanhado, interpretado e avaliado por um dos órgãos de imprensa mais importantes do país, a revista *Veja*. Ao longo do período aqui pesquisado, a revista *Veja* apresentou os discursos mais claramente contrários ao MST. Ao mesmo tempo, forneceu elementos para a formulação da seguinte questão: a prevalecer o diagnóstico e interpretação a respeito das idéias dos sem-terra, seria contraditório o movimento merecer tanta atenção e destaque por parte dos editores da revista. Esta contradição é um dos indícios que nos permitem afirmar que por mais que a intenção dos proprietários de qualquer órgão de imprensa esteja presente no produto por eles ofertado à sociedade, nada garante que os efeitos pretendidos tenham se confirmado. No entanto, merece destaque e atenção o conjunto de evidências de que o campo da mídia de notícias, aqui representado pela revista *Veja*, favorecerá em geral o lado da “situação” e, portanto, exigirá de movimentos sociais como o MST ou qualquer outro que pretenda enunciar um discurso contra-hegemônico, estratégias ousadas, habilidosas e eficazes. Sobretudo, exigirá que eles acreditem que o embate de fato pode se travar, apesar das desvantagens.

O MST foi assunto de capa de *Veja* por sete vezes. Como afirma a própria revista em sua *Carta ao leitor*, de 02.07.2003 (Pág. 9), a pauta dedicou-se à “*tendência incontrolável [do MST] de invadir a propriedade privada em nome de uma bandeira social*”. De acordo com a revista, se antes os integrantes do movimento invadiam propriedades rurais improdutivas, passaram a “arrombar” as produtivas também. Para *Veja*, a reforma agrária pode ser uma ferramenta positiva ou negativa, dependendo de como seja “*manipulada*”. Em sintonia com o que pensam vários outros opositores do movimento, a revista considera que a reforma agrária pode ajudar a combater o desemprego rural, desde que seja feita dentro da lei. Embora não seja fonte inesgotável de novos empregos já que o país tende a se urbanizar cada vez mais, *Veja* admite que a reforma ajuda a evitar o inchaço

das periferias metropolitanas ao manter no campo famílias que poderiam tomar o caminho das grandes cidades. O que afinal preocupa *Veja* é que quanto mais se distribuem lotes, maior é o número de “invasões”. O problema para o semanário é o uso ideológico da bandeira da reforma agrária por quadros de líderes que recrutam agricultores sem-terra mas também desocupados urbanos em geral. O propósito, segundo a revista, seria “*inchar*” as fileiras do MST e “*pressionar*” o governo e a sociedade. Tais propósitos indicariam para *Veja* que o MST tem como intenção a conquista de força política, isto é, que o movimento pretende, mais do que realizar a reforma agrária, obter poder.

Em abril de 1997, foram duas capas dedicadas à “*Marcha dos Radicais*” e à pergunta: “*Eles chegaram lá – O que fazer agora?*”. Em junho de 1998, uma foto de João Pedro Stédile ilustra a manchete de capa: “*A esquerda com raiva.*” Dois anos depois, em maio de 2000, a bandeira do movimento ilustra o título “*A tática da baderna. O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista.*” Finalmente, em junho de 2003, é José Rainha, o segundo líder mais importante do MST, ao lado de Stédile, quem ocupa o espaço nobre da edição de *Veja*, com o título “*A esquerda delirante*”. Analisamos a seguir algumas das estratégias e práticas discursivas aplicadas pela revista *Veja* na representação e interpretação do que significam as ações e postulações do MST.

A COMPARAÇÃO DO PONTAL COM CANUDOS

Nosso objeto é a reportagem de capa da edição de 18 de junho de 2003, intitulada: *A esquerda delirante*. Segundo Milton José Pinto: ¹

A análise de um texto jornalístico impresso [segundo a prática analítica chamada análise de discursos] tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o, a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas

socioculturais no interior das quais surgiu e que costumam ser chamadas de contexto.

São exatamente essas pistas materiais que buscamos identificar e analisar criticamente, no intuito de estabelecer conexões e explicações que justifiquem a angulação, o enfoque, as interpretações e as conclusões da revista sobre episódios da realidade recente no Brasil, apresentando um retrato, uma imagem do Brasil e da atualidade que longe de ser a única ou mesmo a majoritária é apenas uma visão de mundo possível.

Para melhor contextualizar a análise que segue, é necessário identificar e apresentar algumas características do veículo estudado. A revista *Veja* é uma publicação da Editora Abril e tem mais de 30 anos de existência, o que lhe confere grande credibilidade, como veículo de informação. Trata-se de uma das publicações mais lidas no Brasil, com tiragens semanais acima de 1 milhão de exemplares e figurando como a primeira na categoria de revistas de informação mais vendidas. O preço de capa na época era de R\$ 7,90. Trata-se de uma publicação com boa qualidade gráfica, colorida, média de mais de 100 páginas. É possível apontar características do público leitor da revista com base no que se chama em jornalismo de Linha Editorial, ou seja o tipo de assunto e abordagens que o veículo costuma escolher e adotar para tratar, representar ou relatar a realidade. Na ausência de uma pesquisa específica sobre os leitores de *Veja*, parece um bom critério atentar para os anúncios veiculados pela revista, com cujos consumidores é razoável supor que esteja firmado o *Contrato de Leitura*. De acordo com Eliseo Verón, todo suporte de imprensa contém seu dispositivo de enunciação que pode ser coerente ou incoerente, estável ou instável, adaptado a seu público (leitorado) ou mais ou menos inadaptado. Tal dispositivo comporta a imagem daquele que fala: *“trata-se do lugar ou lugares que aquele que fala atribui a si mesmo; a imagem daquele a quem o discurso é dirigido; e a relação entre o enunciador e o destinatário que é proposta no e pelo discurso.”*²

Na edição de que tratamos aqui, de um total de 115 páginas, incluindo capa e contra capa, 39 páginas e meia são ocupadas por anúncios. Uma das páginas traz o expediente da revista. Com isso, sobram 75,5 páginas para a publicação de material editorial propriamente dito. A reportagem principal da revista, a chamada “matéria de capa”, ocupa 9 páginas, o

que confirma a importância do assunto. A revista traz 32 anunciantes (fig. 1). A maioria oferece produtos e serviços destinados a pessoas com poder aquisitivo acima da média brasileira. É para o público que se anuncia que, supostamente, a revista é escrita principalmente. Razoável supor, portanto, que a linha editorial, o tipo de enfoque e o tipo de assuntos escolhidos sejam coerentes com o perfil de tal público, com o que ele acredita ou com o que considera verossímil, aceitável ou mesmo conveniente para seu posicionamento em relação ao mundo.

Em outras palavras, o que propomos aqui é que, além de uma intenção isolada, autoritária, de cima para baixo, decidida pelos proprietários, diretores, editores, jornalistas responsáveis pela revista; além de uma decisão influenciada pelas agências publicitárias que anunciam em *Veja*, as formulações apresentadas pela revista podem também estar refletindo o que dela esperam seus leitores.

Fig. 1 - Revista *Veja*. 18.06.2003. Ano 36, no. 24. Edição 1807. Editora Abril.

ANUNCIANTES DE VEJA	-	NO. DE ANÚNCIOS
Automóveis/caminhões		6
Bancos/cartão de crédito		4
Talheres/cerveja/calçados (tênis)		4
Fábrica (trens)/Exportadora/Computador		3
Aluguel de carro/TV assinatura		3
Institucional/Governo		3
Eletroeletrônicos (DVD)		3
Jóias		2
Telecomunicações/Cia. de Energia		2
Cartão refeição		1
Promotora de eventos		1

Com base neste perfil de público, é possível pensar que a revista terá um enfoque ideológico que atende à expectativa deste público na hora de noticiar acontecimentos como os que se relacionam com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Uma primeira questão que merece ser investigada é por que motivo uma reportagem especial teria sido feita sobre o tema MST, com enfoque na figura de um dos líderes do movimento, José Rainha Jr. Afinal, por que o leitor de *Veja* estaria interessado em conhecer e acompanhar relatos sobre agricultores pobres, no interior do país, cujas ações e intenções, segundo a própria revista, estão condenadas ao fracasso? Para tentar responder, podemos aqui recorrer a algumas teorias sobre o jornalismo, como as de Mauro Wolf, quando menciona os requisitos de noticiabilidade que devem ser preenchidos para que um fato vire notícia. Para o autor, existem movimentos que atendem ao que ele chama de critérios substantivos do valor notícia, pois, a nível comunicativo: *“Produzem tudo aquilo de que se alimenta a mídia: documentação que pode ser objeto de controvérsia, materiais informativos a utilizar, figuras de líderes, manifestações de massas, por vezes, recontros de rua e, conseqüentemente, material visual que pode ser usado.”*³ A revista *Veja*, como veículo de imprensa, não poderia se esquivar ou ignorar assunto tão repleto de noticiabilidade. No entanto, tais motivos não parecem suficientes. Isto é, não explicam por que o tema é tão recorrente para a revista. Também não fica claro o motivo da angulação, do enfoque e do tratamento adotados pela revista ao abordar o assunto. No intuito de tentar entender tais questões, vamos analisar os vários elementos presentes na edição de 18 de junho de 2003.

A CAPA

A revista enuncia na capa o assunto de sua matéria principal, no caso, uma matéria pautada como especial, o que sugere que também seja exclusiva. Analisando o texto, a foto, a diagramação e os recursos gráficos utilizados pela revista, podemos já antecipar o tipo de relato que será feito sobre o assunto. (Vide anexo 1) Sobre um fundo desfocado, aparece em primeiro plano, em close, de perfil, a foto do rosto de José Rainha Júnior, o líder do

MST no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, personagem principal da matéria, o protagonista da história que será narrada. A foto não mostra a orelha e a parte de trás da cabeça. Mesmo assim, é possível ver o boné vermelho na cabeça dele, com o símbolo do MST: um círculo branco, dentro do qual há um mapa do Brasil na cor verde, de onde sai um homem segurando uma faca com o braço levantado com uma mulher ao seu lado. Em torno do mapa, lê-se: “*movimento dos trabalhadores rurais sem terra – Brasil*”. O desenho do boné está alinhado com o título da revista também na cor verde. O rosto de José Rainha está inclinado, recuado para o lado esquerdo da página, de modo que se alinha com a diagonal da página. Na mesma inclinação está o olhar de José Rainha, na direção do título da matéria: “*A esquerda delirante*”. A mão esticada, na altura do ombro, parece sugerir que ele esteja pregando para alguém ou mesmo contando uma história. Entre o título, vazado em branco, caixa alta, e a mão esticada com a palma para baixo, a ilustração de uma página de livro, cujo canto superior direito está dobrado, com uma “orelha”, que se costuma encontrar em livros já muito manuseados.

No interior da folha desenhada, o texto da chamada da matéria resume a história:

Para salvar os miseráveis dos desconfortos do capitalismo, o líder sem-terra José Rainha ameaça criar no interior de São Paulo um acampamento gigantesco como o de Canudos, instalado há um século por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia.

A letra “P” que inicia o texto é uma letra capitular, toda ornada com flores, ao tipo de início de capítulo de livros de histórias de ficção, de fantasia, de contos de fada. As reticências ao final do texto sugerem mesmo que se trata de uma história que a revista irá contar a seguir. Não há outro assunto anunciado na capa da revista. A história que será contada pela revista é fabulosa, assemelha-se a um conto de fadas e trata do delírio ou do que a revista interpreta como delírio de um dos líderes de um movimento popular que reúne pessoas pobres no interior do país e cuja ideologia se convencionou chamar de esquerda, porque se opõe à classe hegemônica, representada pela direita.

JOSÉ RAINHA

- José Rainha Júnior
- Líder sem-terra
- Pontal do Paranapanema
- São Paulo – 2003
- Utopia pastoril
- Obcecado
- “Anti-capitalista” e “Antiimperialista”
- Casou com companheira grávida
- Aura de herói
- Carismático e rebelde
- Destemido
- Nunca foi formulador intelectual
- Atrai miseráveis urbanos, biscateiros, desempregados, motoristas, pequenos vendedores e lavradores
- Aproveitadores
- Acusado de formação de quadrilha/Táticas agressivas
- Linha política radical/ Agitador/militante profissional

ANTÔNIO CONSELHEIRO

- Antônio Vicente Mendes Maciel
- Líder carismático
- Canudos
- Bahia – 1897
- Anacrônica pregação da vida pastoril
- Utópico
- Monarquista - Movimento de resistência à proclamação da República
- Abandonado pela mulher que fugiu com um cabo da milícia
- Beato enlouquecido
- “Demente”
- “Desequilibrado”
- Manipulador
- Arrebanhou um exército de “gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina”
- Fanáticos
- Movimento aguerrido e sangrento
- Mais bem-sucedida experiência de organização popular

Fig. 2.Comparações entre José Rainha e Antônio Conselheiro.

RAINHA X CONSELHEIRO

Um dos eixos que estruturam a reportagem é a comparação feita entre José Rainha Júnior e o líder da Revolução de Canudos, Antônio Conselheiro. Ao longo do texto, os redatores de *Veja* selecionam, isolam e destacam o que consideram semelhanças entre pensamento e comportamento dos dois personagens. A comparação não se restringe às duas figuras, aos dois personagens, também se estende aos liderados de ambos: o povo pobre do sertão baiano no final do século XIX e os agricultores pobres do interior do estado de São Paulo, nos dias de hoje.

Conforme o quadro acima, na figura 2, a escolha de adjetivos e verbos serve para desqualificar tanto Antônio Conselheiro e sua revolta, cujo início é associado pela revista ao fato de ter sido traído pela mulher, quanto José Rainha, cuja pregação e sonhos estariam ultrapassados. De modo semelhante, estão desqualificados tanto os seguidores de Conselheiro, “*gente infima e suspeita*”, como sugere *Veja* quanto os sem-terra liderados por Rainha, grupo formado por “*aproveitadores e miseráveis urbanos*”.

Aqui vale registrar um recurso bastante utilizado pela revista que é o de citar o texto de outros autores. Não são os redatores da revista que classificam o povo de Canudos como gente “*avessa ao trabalho*”, mas sim o escritor Euclides da Cunha, no livro *Os Sertões*, clássico da literatura que se originou de uma reportagem encomendada pelo jornal *O Estado de São Paulo* sobre a Guerra de Canudos. Também não é a revista quem sugere a associação entre os dois líderes. A matéria começa justamente com um discurso proferido por José Rainha no qual ele mesmo promete criar uma nova Canudos no interior de São Paulo. Os motivos na certa não são os mesmos apontados pela revista, mas ela se vale das próprias palavras do líder sem-terra para reforçar a associação com o beato Antônio Conselheiro.

AS FOTOS

Além da capa, já descrita acima, *Veja* publica outras 12 fotos. José Rainha está em cinco delas. Uma na página do índice de matérias. Na introdução da reportagem, ao lado de uma página vermelha, com o título “*O Beato Rainha*” vazado em branco e uma tarja identificando a matéria como especial, há uma foto em *big close* do rosto dele, mas o olhar não é dirigido ao leitor. Embora esteja também com o boné vermelho do MST, parece dirigir o olhar para baixo, à direita. (Vide anexo 2)

No corpo da matéria, há um texto-legenda com outras três fotos, uma abaixo da outra, de José Rainha em situações passadas, tiradas de arquivo. Numa ele está algemado, com a calça suja ou manchada, carregado por um suposto policial como se fosse entrar na mala de um carro da polícia, uma espécie de camburão. A outra mostra José Rainha beijando no rosto o advogado Evandro Lins e Silva. A terceira foto mostra um grupo de manifestantes, tendo a frente José Rainha, que parece empurrar ou estar sendo empurrado contra uma fila de policiais. O texto das fotos tem como título: “*Rainha e a lei*” e relata episódios em que o líder sem-terra teve problemas com a justiça. As 7 fotos restantes mostram o acampamento que pode virar a “*Nova Canudos*”, os sem-terra que invadiram no ano anterior uma fazenda do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sentados numa sala da sede da fazenda; um trator queimado, por membros do MST, segundo *Veja* e integrantes do MST destruindo uma plantação de alimentos transgênicos.

No entanto, as duas fotos que mais chamam a atenção, pelo contraste que apresentam são as que mostram respectivamente um grupo de fazendeiros e um grupo de trabalhadores sem-terra. (Vide anexo 3). Na primeira, 30 pessoas que segundo *Veja* são fazendeiros integrantes da União Democrática Ruralista, seis deles montados a cavalo, aparecem agrupados como se estivessem posando para a foto, bem vestidos, desarmados e, vários deles, sorridentes. Em tudo diferente, a foto de militantes sem-terra, em Eldorado do Carajás, mostra homens encapuzados, alguns deles sem camisa, todos de arma em punho, como se estivessem prontos para um confronto.

O que chama a atenção na confrontação das duas fotos é que os fazendeiros da primeira foto, tranquilos, limpos e desarmados, segundo o próprio texto da revista, pertencem à UDR: *“Entidade de fazendeiros que ficou célebre na segunda metade dos anos 80 por sua disposição beligerante no campo”*. São vários os episódios em que os donos de terra ligados àquela organização pegaram em armas para enfrentar ou expulsar integrantes do MST, muitas vezes com feridos, um dos quais tivemos oportunidade de entrevistar durante visita ao Pontal do Paranapanema, em janeiro de 2000.

O TEXTO

A revista *Veja* pratica em seus textos o que Oswaldo Coimbra classifica como Reportagem Dissertativa. Trata-se de uma técnica de composição de texto em que *“afirmações generalizantes se encadeiam, no texto da reportagem, por serem parte de um raciocínio – o que compõe a análise de aspecto de um fato ou de um conjunto de fatos. Não gratuitamente, estas reportagens são chamadas de interpretativas.”*⁴ De acordo com Rui Fernando Barboza, ex-editor da revista *Veja* ⁵: *“A Veja sempre coloca alguma coisa, antes de dizer o que está acontecendo. E de tudo o que está acontecendo, ela só inclui na matéria aquilo que combina com o que já foi dito, no início.”* Para o jornalista, trata-se de uma consequência do caráter industrial da publicação.

A seguir, analisamos trechos da reportagem sobre o MST que podem ser atribuídos exclusivamente à própria revista, posto que não resultam de observação, não descrevem algo visto, nem necessariamente contam com argumentos ou dados inquestionáveis, embora afirmem uma espécie de “verdade” científica. Para explicar os motivos da simpatia ou da eficácia dos discursos e ações do líder dos sem-terra, *Veja* afirma que: *“As pessoas aparecem e aderem porque vêem em Rainha uma chance de melhorar de vida, sua única chance”*. Não há depoimento ou pesquisa que confirme tal motivo. A dedução ou abdução pode ser creditada exclusivamente aos redatores da revista.

Na comparação com o episódio de Canudos, *Veja* aponta o equívoco de José Rainha: *“Como quase todo militante de seu credo, Rainha acredita na glorificação*

ideológica do que foi apenas uma insurreição de fanáticos”. A revista não deixa brechas em sua interpretação de um fato histórico, até hoje polêmico e sem consenso. A revista ampara sua posição com a interpretação do fato histórico: *“Canudos foi um movimento que à luz da melhor sociologia, mesmo a marxista, foi apenas utópico, monarquista e, há mais de um século, já era anacrônico com sua pregação da volta à vida pastoril.”* Com postura pedagógica, a revista dispensa a consulta a qualquer pesquisador, sociólogo ou cientista político que confirme suas conclusões. Lança mão de valores, associados ao conceito de “anacrônico”, com o qual tenta rotular as práticas e intenções do MST, consideradas ultrapassadas, fora de hora, deslocadas no tempo e no espaço e, portanto, inadequadas a um projeto de país moderno e inserido nas regras da sociedade de mercado.

Na utilização de verbos, substantivos e adjetivos por ela escolhidos, a revista marca o seu lugar de fala, distinguindo-se de seu personagem: *“Rainha reconhece que não tem conhecimento histórico profundo da Guerra de Canudos”*. A utilização do verbo “reconhecer” sugere que Rainha esteja admitindo algo que para *Veja* seria evidente, ou seja a sua inferioridade intelectual ou um desconhecimento do que exatamente teria significado a revolta liderada pelo beato Antônio Conselheiro no interior da Bahia no início da República. O desconhecimento de Rainha abre um flanco para que a revista reafirme uma avaliação negativa e a classificação como anacrônico – já que os revoltosos de Canudos desejavam por exemplo a volta da Monarquia – do megacampamento no Pontal do Paranapanema.

Quando trata do tema central, motivo principal da existência do MST e, por conseguinte, dos conflitos atribuídos ao movimento, a revista é conclusiva: *“Hoje em dia, ninguém discute a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Todos estão de acordo”*. Nada mais longe de um consenso. A revista esquiva-se de discutir, aprofundar ou reconhecer a pluralidade de entendimentos que giram em torno do conceito de reforma agrária. Para o MST, reforma agrária implica numa distribuição de terras que acabe com a grande propriedade improdutiva, que seja feita de maneira rápida, instantânea, no país inteiro e que venha acompanhada de investimentos em educação e democratização do capital investido no campo. Tal entendimento, em si, não apenas é capaz de motivar

discordâncias dos vários setores envolvidos na questão agrária, como também interfere na formulação hegemônica de como deve ser regulada a propriedade de terras no Brasil. É exatamente aí que se encontra o foco principal de todas as discussões, motivo pelo qual o MST adota posturas políticas que ultrapassam os limites da simples redistribuição de terras e questionam o modo de funcionamento do sistema.

AS POSIÇÕES DE *VEJA*

Uma vez que recusa a discussão aberta e plural sobre o que fazer e como fazer melhor, *Veja* invoca a ordem, a lei: “*Não se podem admitir, no entanto, as invasões e depredações da propriedade privada, como fazem muitas vezes os membros do MST, em flagrante desrespeito às leis*”. Aqui, a discussão possível sobre a legitimidade de leis que criam e reproduzem dezenas de milhares de miseráveis, graças a uma internacionalmente reconhecida situação de desigualdade social, fica afastada em nome da preservação da ordem.

Veja dá ainda sua receita para manter o MST no que ela considera seu devido lugar: “*Qualquer solução duradoura para a questão agrária brasileira começa por manter as ações do MST dentro dos limites da legalidade*”. O que parece um raciocínio lógico e coerente esbarra em evidências contraditórias. Como a própria revista afirma na mesma matéria, foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que mais assentamentos foram feitos, que mais a reforma agrária avançou. Ocorre que foi também quando mais o MST atuou, ocupando terras, entrando em fazendas, virando e produzindo notícias.

Para documentar a idéia de que “*A verdade é que a reforma agrária feita por Fernando Henrique Cardoso em seus oito anos de administração foi o mais ambicioso plano de distribuição de terra já tentado por um governo democrático*”, a revista apresenta dados estatísticos fornecidos pelo próprio governo citado: “*Assentou 525.000 famílias*”. Ocorre que estudo também mencionado pela revista como “*reforço para a discussão sobre a reforma agrária*” indica que foram assentadas somente 328.825 famílias de trabalhadores

rurais, número 44 % menor do que o apresentado pelo governo. O mais curioso é que a pesquisa publicada em livro intitulado *A qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*, coordenado por Gerd Spavorek, professor da Universidade de São Paulo, foi encomendado pelo próprio governo FHC e, pelo visto, não foi lido pelos redatores de *Veja*, embora conste como referência da matéria.

A retórica utilizada por *Veja* comporta também ironias como essa: “*Se o movimento acenasse com a possibilidade de ganhar uma bicicleta, moto ou aparelhos de TV em vez de um pedaço de terra, estaria arregimentando gente com o mesmo tipo de sucesso*”. A intenção é de desqualificar os reais motivos que levam os sem-terra a atender ou seguir a liderança de José Rainha. O modo como a revista trata da situação dos miseráveis que aderem ao movimento reforça o que já havia sido enunciado na chamada da capa, quando o texto descreve as ações de José Rainha como tentativas de “*salvar miseráveis dos desconfortos do capitalismo*”. Na visão de mundo da revista, as mazelas, sofrimento, injustiça, pobreza, falta de saúde, de educação, fome etc. não passam de meros “*desconfortos*” inerentes ao sistema capitalista, naturais e inevitáveis consequências do funcionamento possível do mundo.

Trata-se da capacidade de produzir uma “*realidade*” alinhada com os interesses do emissor. Ou no caso específico de *Veja*, alinhada com os interesses de um segmento da sociedade com quem e para quem a revista fala ou enuncia a realidade. O MST e seus integrantes estão ligados a um problema em tudo distante dos destinatários do discurso enunciado por *Veja*. Distante no espaço, pois que permanece no interior, no mundo rural, no máximo chegando às periferias das grandes cidades. Distante socialmente, pois tratam-se de agricultores pobres e despossuídos. E distantes no tempo, como repete várias vezes o texto da revista ao classificar o MST de anacrônico: “*O movimento de José Rainha é um anacronismo sob qualquer ponto de vista pelo qual seja observado*”.

A estratégia narrativa fica facilitada justamente por tamanho distanciamento, o que permite reconstruir e rearrumar as falas, as intenções, os fragmentos de acontecimentos e o próprio passado histórico que serve de referência para o MST. A revista narra uma história

criada por ela e conclui com base no que ela mesma alinhou como fundamentos que quem precisa de mudança não é a sociedade ou as regras que ordenam o Brasil, mas sim o MST: “*Chegou a hora de fazer uma reforma no MST*”.

Na arena comunicativa, destaca-se a assimetria de capital simbólico entre a imprensa e os trabalhadores sem-terra. A vantagem é para a mídia de notícias, representada aqui por *Veja*, mas freqüentemente retratada por outros veículos da mídia. A imprensa brasileira tem conseguido contribuir para retardar e conter os avanços e planos do MST. No entanto, o movimento, ciente de sua desvantagem, persiste, com outro tipo de retórica, com outro tipo de formulação discursiva e com um grande aliado: a desigualdade social que aflige os seus seguidores.

Em agosto de 2000, o *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão noticiou que o promotor do Primeiro Tribunal do Júri de Porto Velho, Rondônia, Tarcísio Leite Matos, pediu a absolvição de policiais acusados da chacina de trabalhadores sem-terra, alegando que no lugar deles também atiraria e lançando uma advertência: “*Ou o Brasil acaba com os sem-terra ou os sem-terra acabam com o Brasil*”. A preocupação expressada pelo advogado terá sido partilhada por muitos setores da elite brasileira. Movimentos populares quando não causam indiferença ou desprezo, provocam reações, que resultam do temor de que uma nova configuração de poder, uma nova ordem social possa suprimir privilégios e desigualdades.

Faz-se necessário olhar mais de perto, chamar a atenção para estes procedimentos que, ora mais sutis, ora explícitos e violentos, tentam deter qualquer avanço social. Para a mídia, a politização do MST apresenta-se como uma anomalia e os conflitos sociais são vistos como doença a ser extirpada e não componentes da democracia. Ou como afirma Roberto Mangabeira Unger em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo* (09.03.97. Pág. 5-3),: “*A nossa imprensa está rendida completamente à ordem estabelecida das coisas, colabora para desmoralizar qualquer visão de ampliação possível e para reafirmar os limites do existente.*”

NOTAS:

1. PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. São Paulo: Hacker editores, 1999. Págs.7-8.
2. VERÓN, Eliseo. In *Quand lire c'est faire: l'énonciation dans le discours de la presse écrite*. In Semiótica II – Paris – IREP, 1983/1984. Sémiologie: Pág. 33-56.
3. WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Tradução: Maria J. V. de Figueiredo. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, LDA, 1995. Pág.178.
4. COIMBRA, Oswaldo. *O texto da Reportagem Impressa*. São Paulo: Ática, 1993. Pág. 24. Pág. 24.
5. BARBOZA, Rui Fernando. *Apud COIMBRA, Oswaldo*. Idem. Págs.155-156.

ANEXO 1



Anexo 2

Especial

O BEATO RAINHA

Edardo Salgado e Leandro Peres

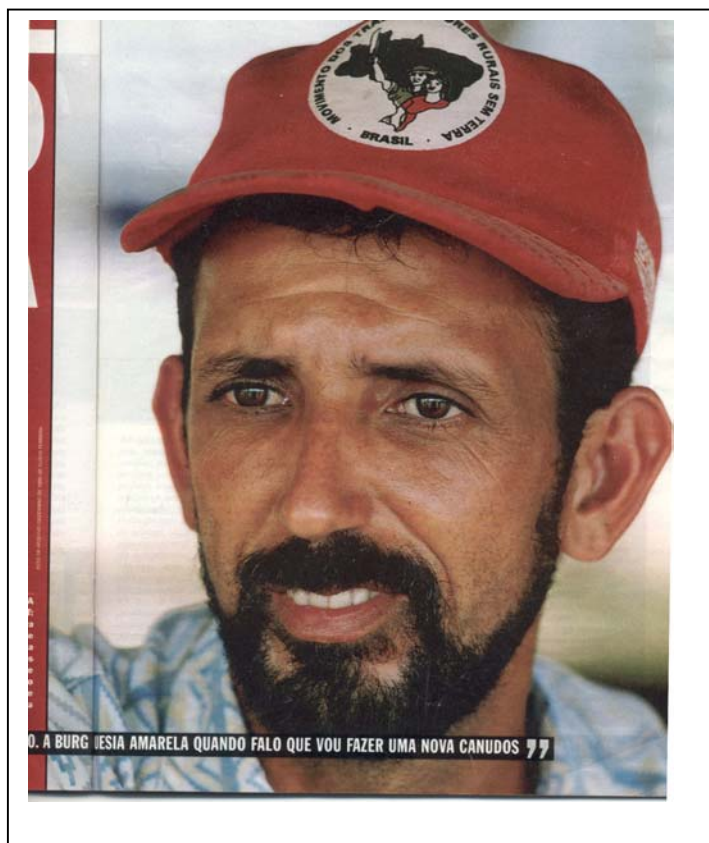
Debaixo da mata rala à beira da estrada, um homem magro, alto e de barba sobe no palanque improvisado diante de algumas dezenas de famílias num domingo de sol e céu azul. As pessoas se calam e prestam atenção no homem em cima do palanque.

José Rainha Júnior, de 42 anos, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um de seus nomes mais carismáticos e rebeldes, parece em plena forma depois de passar quatro meses fugindo da polícia e outros dois na cadeia, acusado de formação de quadrilha. Apesar de não ocupar atualmente nenhum cargo na hierarquia nacional do MST, Rainha continua sendo o líder dos sem-terra com a maior capacidade de atrair seguidores em todo o Brasil. Ele adota uma linha política mais radical que outras lideranças do movimento. Suas táticas também são mais agressivas. No momento, está tentando atrair as multidões de desertados para criar o que ele chama de uma "nova Canudos".

JOSE RAINHA JÚNIOR, DO MST: o líder sem-terra diz que pretende criar uma nova Canudos em Presidente Epitácio, no extremo oeste paulista

ANTÔNIO CONSELHEIRO NÃO SE ENTREGOU NEM FOI MORTO PELO GOVERNO. A BURCA

72 18 de junho, 2003 **veja**



Anexo 3



CAPÍTULO VI

O JORNALISMO NO CENTRO DAS DISCUSSÕES

Com sua influência vasta e direta sobre a opinião pública, o jornalismo não pode ser só guiado por forças econômicas, lucros e interesses especiais. Deve, ao contrário, ser encarado como uma missão, até certo ponto sagrada, realizada com o entendimento de que poderosos meios de comunicação foram confiados aos senhores para o bem geral.
(Papa João Paulo II) ¹

O jornalismo é um dos campos onde se trava a luta pela hegemonia. Embora não esteja isolado dos outros campos, como o político propriamente dito, o cultural, o econômico, interessa-nos aqui o que é próprio do campo do jornalismo, com suas especificidades e características singulares. Enquanto campo, o jornalismo está sujeito a influências e intervenções de seus proprietários; de seus anunciantes; de seus fornecedores de capital, equipamentos e matéria prima; como também do talento profissional de seus empregados e das demandas e avaliações de seus leitores. Incide ainda sobre o jornalismo a legislação em vigor e o governo que além de atuar como anunciante, também tem a função de fiscalizar o cumprimento de tais leis. Todas essas forças, incluindo a opinião pública que integra, além dos leitores de cada jornal, o conjunto da sociedade, atuam sobre o jornalismo mas de maneira assimétrica. De tal modo que, na metáfora aqui proposta de um campo de futebol como comparação, o campo do jornalismo apresenta uma espécie de inclinação capaz de favorecer a um dos lados da disputa.

Tal característica exige que a observação e análise da luta pela hegemonia leve em conta não apenas os movimentos ou lances de cada um dos contendores, mas como tais movimentos interagem com os favorecimentos ou desvantagens do campo. Neste capítulo tratamos justamente das características capazes de favorecer a situação e dificultar o avanço de proposições como a que apresenta o MST. Mas também analisamos as contradições e

ambigüidades do campo que podem compensar a desvantagem original da disputa. Assim, começamos por atestar que a oposição imprensa versus MST é tema recorrente de pesquisa. Do mesmo modo, são constantes as referências à imprensa como sujeito ativo do embate, já que toma posições e enuncia uma visão de mundo, que lhe permite julgar as intenções do MST. Tais julgamentos se materializam não só em editoriais, mas também nos enquadramentos de reportagens e edições de matérias sobre os sem-terra. Consideramos ainda as exigências típicas do processo industrial de produção de notícias e as razões funcionais e ideológicas pelas quais o movimento dos sem-terra tem acolhida como assunto freqüente nos noticiários apesar das críticas e acusações dirigidas pelo MST contra a imprensa.

O PARADOXO DA IMPRENSA

Apresentada como adversária em incontáveis artigos, pronunciamentos, entrevistas e declarações de líderes do MST, a mídia de notícias, enquanto poderoso aparelho ideológico a serviço da hegemonia mostra-se igualmente relevante, útil e indispensável à luta contra-hegemônica protagonizada pelo MST. O fato de estar na mídia, de se tornar notícia, como aconteceu com o MST, não garante que esteja ocorrendo necessariamente a mediação que se espera dos meios de comunicação, mas apenas a ocupação do espaço midiático. Isto é, os motivos que levam os sem-terra a atrair as atenções da mídia de notícias, muitas vezes têm mais a ver com a espetacularidade de seus atos do que necessariamente com a importância de suas mensagens ou postulações e a aceitação por parte dos meios de comunicação de que elas ingressem no debate. A concorrência de discursos opostos, o hegemônico e o contra-hegemônico, é desigual. Tão desproporcional que para muitos estudiosos não passa de uma estratégia de manter as aparências, de equilíbrio, de equanimidade, a presença do discurso contra-hegemônico no mesmo espaço, pois de tão reduzido já apareceria esvaziado de força e se tornado inofensivo. Por outro lado, não é possível admitir e muito menos afirmar que as regras hegemônicas controlam de maneira absoluta tais ocorrências. Afinal, a notoriedade e visibilidade pública conquistada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, sem dúvida alguma, deve-se e muito à sua presença nos meios de comunicação de massa do Brasil. Não apenas a mídia de

maneira geral, a do entretenimento por exemplo, como ocorreu quando a situação dos sem-terra foi incluída na trama da telenovela *O Rei do Gado*, apresentada pela *Rede Globo de Televisão*, no horário nobre, em 1996 (e reapresentada em 1997); mas sobretudo à mídia de notícias que em última análise contribuiu inclusive para que o tema fosse acolhido pelo autor da novela, Benedito Ruy Barbosa.

De acordo com Luiz Gonzaga Motta ², todas as sociedades capitalistas contemporâneas, onde prevalece o sistema comercial de mercado, devem ser concebidas em termos da contradição e do conflito entre grupos sociais. Nesse sentido, não existe consenso ou equilíbrio que mantenha junto o todo social: ao contrário, uma luta permanente se desenvolve entre classes sociais, fazendo da sociedade um lugar de relações marcadas pela dominação e pela ameaça de ruptura. Ele propõe que a premissa de Karl Marx – *a ideologia da classe dominante é, em qualquer época, a ideologia dominante* – não deva ser entendida de forma mecânica. Isto é, ainda que a ideologia dominante estabeleça as regras sociais predominantes, forme atitudes e influencie os conteúdos dos discursos sociais, ela nunca é uma força absoluta porque a experiência que as classes subalternas têm nas relações sociais de produção é distinta da experiência das classes dirigentes. Por isso mesmo, sua ideologia será inevitavelmente diferente: “*A ideologia das classes dominadas não pode ser senão a resistência, a recusa e a ruptura – quando possível – das relações dominantes e das práticas cotidianas das quais derivam a recusa e a ruptura*”.

A ideologia dominante “regula” as classes sociais porque é a classe dominante que governa as instituições ideológicas, os aparelhos ideológicos – como a igreja, o sistema jurídico, a escola e cada vez mais os meios de comunicação. No desempenho de suas funções, no entanto, o jornalismo encarna um paradoxo, descrito assim por Luiz Gonzaga Motta: “*A imprensa pode ser um instrumento do poder instituído ou um instrumento de resistência e de oposição a esse poder*”. Para Motta, tudo depende da situação histórica, “*pois são as condições concretas da luta política local, de cada nação, de cada governo, de cada cidade, de cada povo que vão revelar a tendência do pêndulo político da imprensa*” ³. Embora tendamos a concordar com o caráter paradoxal da imprensa descrito por Motta, em momentos de crise ou de transição, em momentos nos quais a hegemonia

modifica mais acentuadamente sua configuração, a imprensa também assume posições, isto é, intervém na disputa estabelecendo uma relação de reciprocidade com as outras forças atuantes, de modo que o *pêndulo político da imprensa* pode não apenas ser direcionado para um lado ou para outro, mas também tentar determinar a tendência hegemônica que irá retroalimentar as posições que interessam à própria imprensa. Em outras palavras, a imprensa atua ativamente para que as forças predominantes sejam as que melhor lhe favorecem.

A IMPRENSA COMO TEMA

Ao longo do período aqui analisado, a vinculação do MST com a mídia se mostra como tema de grande interesse. Levantamento feito no programa de busca *Google*², para a referência “MST” combinada com outras palavras-chave, somente em páginas em Português, revela os seguintes resultados: para “*MST e Reforma Agrária*”, 187 mil páginas; para *MST e Jornalismo*, 72.600 páginas; para *MST e Opinião Pública*, 120 mil páginas. Se sugerimos uma oposição entre o movimento e a imprensa, o resultado é o seguinte: *MST versus Jornalismo*, 39.800 páginas; *Jornalismo contra MST*, 61.200 páginas; e *Jornalismo a favor do MST*, 29.500 páginas. Embora os números não nos garantam, pela sua superficialidade, nenhuma conclusão segura sobre a possível parcialidade da imprensa, eles confirmam o grande interesse que desperta tal tema. Indicam e reforçam a idéia de que mais do que servir como mediador preferencial do debate público, a mídia tem se tornado ela própria o tema das discussões.

Matéria publicada pela versão eletrônica do jornal *Folha de São Paulo*, em 19 de janeiro de 2005, sob o título: “*Lula tenta pacto para evitar abril vermelho*”, registra que o presidente repetiu que “*na contramão de pressões da mídia, sua administração nunca criminalizou os movimentos sociais*”. A afirmação do Presidente Luis Inácio Lula da Silva atualiza as evidências de um embate que vem sendo travado, já faz algum tempo. A acusação antepõe como antagonistas o MST e os veículos de comunicação, que ao serem tratados como “*a mídia*” não apenas são agrupados e assemelhados, como também podem

ser vistos como agentes, sujeitos que tomam posição num debate do qual deveriam servir e atuar como espaço, palco, canal e lugar de mediação. As “pressões” mencionadas por Lula poderiam vir “pela mídia” ou estarem “presentes na mídia”, no entanto, elas são oriundas da própria mídia. É certo que a fala do presidente pode também ter como intenção agradar as lideranças do MST, para quem dirige sua mensagem, já que os sem-terra costumam acusar os meios de comunicação de tratá-los como criminosos. No entanto, há vários outros registros semelhantes. O próprio antecessor de Lula na presidência, Fernando Henrique Cardoso, mostrou preocupação com o poder da imprensa num momento em que os jornais publicavam suspeitas sobre o envolvimento dele com contas clandestinas em bancos no exterior. Em discurso feito em novembro de 1998, cujo trecho a seguir foi publicado pelo *Jornal do Brasil* (25.11.98. Pág.5), o ex-presidente afirma:

Isso tudo deve ser pensado, não em termos de limitação, de censura, mas em termos de consciência. Os partidos têm que entrar nessa discussão com a opinião pública e com os formadores de opinião, que muitas vezes se arrogam o poder de serem juízes, sem que o povo os tenha legitimado para isso.

Por vezes a acusação parte dos próprios jornalistas como é o caso da colunista da *Folha de São Paulo*, Marilene Felinto, que, em artigo intitulado “Caça ao perigoso ‘bandido’ do MST” (17.10.2000. Pág. C2), observa que “Dessa vez o ataque veio em bloco. É todo o poder econômico, o Executivo, o Judiciário, a Polícia Federal e a imprensa ocupados em contabilizar a ‘corrupção’ e o ‘desvio de dinheiro público’ praticado pelos sem-terra”. Aqui, a jornalista distingue a imprensa como mais um poder a atuar ativamente em relação do MST. Em outubro do ano 2000, o *Jornal do Brasil*, na coluna “Opinião dos Leitores” (21.10.2000. Pág.:8), publica duas cartas de leitores com críticas à postura dos jornais em relação ao MST. Na primeira, o leitor afirma que

Já é hora de a mídia dar um basta nesses ataques inconsistentes ao MST. Esses ataques e posições conservadoras defendidas nos editoriais dos grandes jornais em nada ajudam para o progresso de uma reforma agrária real. (...) Pede-se uma avaliação mais crítica e verdadeira das demandas reais desse

movimento, (...) e da própria postura da imprensa, que não vem refletindo os anseios da sociedade civil brasileira.

O jornal não rebate, não explica, não responde à reclamação do leitor. Na mesma edição, um segundo trecho de carta publicado insiste na mesma crítica mas centraliza-a no próprio *JB*:

É digna de repúdio a posição do JB referente ao MST. Denigre o movimento de forma irresponsável e incoerente...(...) Cada vez menos este veículo de comunicação reflete as posições da opinião pública e da sociedade.

Uma das questões que se coloca diante de tais acusações a respeito da falta de isenção da imprensa diz respeito ao fato de elas terem sido recolhidas na própria imprensa. A fala recortada de dois presidentes da República, o depoimento de uma jornalista que trabalha para um dos jornais acusados e as cartas de leitores aparentemente não sofreram nenhum tipo de censura ou deturpação. Sua presença indicaria então uma atitude democrática dos jornais que as publicaram. Apesar disso, nenhuma delas tem resposta específica. Nenhum editorial refuta as acusações, como se os jornais não se dispusessem a discutir o assunto, como se estivessem acima dele ou não tivessem que prestar contas sobre sua conduta, uma vez que se dispõem a publicar quaisquer críticas dirigidas a eles.

Em vez disso, na mesma edição e na mesma página, o editorial do *Jornal do Brasil* (21.10.2000, pág. 8) sustenta suas posições a respeito do MST:

Enquanto o governo quer resolver as divergências por meio da lei e reduzindo os pontos de atrito, o MST quer exatamente o contrário: manter a tensão e ampliar a repercussão. (...) Como o movimento vive de confrontos com os poderes públicos, quando faltam pretextos, os seus dirigentes providenciam.

O *JB* pretende, evidentemente, mostrar que acolhe as opiniões contrárias de seus leitores, embora não seja afetado por elas. Procedimento semelhante adota a *Folha de S. Paulo*, na

edição de 07 de julho de 1999. Em editorial com o título “*Confusão de Tarefas*” (Pág.A2), o jornal condena o auxílio – “*inaceitável*” – prestado ao MST pela Universidade Estadual de Campinas para a realização de um curso de formação de lideranças:

O que está em questão é simplesmente o arbitrário abuso de recursos e do nome de uma instituição pública para financiar um grupo particular, político e contumaz no desrespeito aos direitos constitucionais desse mesmo público que o financia, por decisão unilateral da Unicamp.

Mas na seção dedicada aos leitores, o *Painel do Leitor* (Pág.A3) do mesmo dia, o jornal também publica carta do reitor da Unicamp, Hermano Tavares: “*Trata-se de uma parceria, entre uma universidade pública e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), um movimento social legítimo e organizado*”.

OS POSICIONAMENTOS DA IMPRENSA SOBRE O MST

Do ponto de vista ideal, a imprensa, enquanto campo onde se trava a luta pela hegemonia, deveria se orientar por valores normativos como a isenção, a imparcialidade e pluralidade de opiniões ou posições presentes no debate público de idéias. De fato, quem afirma tais características costumam ser as próprias empresas de comunicação, como é o caso do *Infoglobo*, conglomerado que reúne os jornais *O Globo* e *Extra*, o site de notícias *Globo on line* e a *Agência de Notícias O Globo*. Encarte publicitário de 7 páginas do *Infoglobo* (Encartado na edição de *O Globo* de 24.11.2000), afirma que:

Nenhuma grande empresa pode ignorar que tem responsabilidades em relação à comunidade onde produz, vende, presta serviços e prospera. Isso é especialmente verdadeiro para uma empresa de comunicação de massa, devido ao seu convívio próximo e permanente com a sociedade.[...] Somos uma empresa cidadã, que contribui para o desenvolvimento da comunidade, não só pela prática de um jornalismo responsável, mas também por uma

conduta que busca contribuir para o bem-estar de todos os cidadãos.[...] A convergência desses objetivos e princípios nos impõe a meta permanente de fornecer à sociedade informação isenta e independente, visando a armar cada cidadão para a defesa de suas prerrogativas, o exercício de seus direitos e, no sentido mais amplo da expressão, a busca da felicidade.

Já o ombudsman da *Folha de S. Paulo* (24.03.2002. Pág.A6), Bernardo Ajzenberg, cita a página 28 de *Manual de Redação* do jornal que também fornece parâmetros para o jornalismo a ser praticado pelo diário paulista. Segundo o livro de normas citado:

Não cabe ao jornalista praticar funções de policiamento e fiscalização da maneira como são exercidas por órgãos públicos. A investigação dos fatos diz respeito ao compromisso do jornalista com a verdade e a crítica, e não com a promoção de atos de julgamento, que competem à justiça.

Apesar de tal “declaração de princípios”, no entanto, cada um dos principais veículos de comunicação, principalmente nos momentos mais acirrados protagonizados pelo MST, mostrou sua posição, de que lado estava. Assim foi com o jornal *O Globo*, logo após a marcha a Brasília. Em editorial de primeira página (18.04.97), intitulado “*O risco em Brasília*” o jornal observava que o MST fora atendido ao ser recebido pelo Presidente da República e, portanto, deveria suspender as invasões de terra e se manter dentro da lei:

A contrapartida tem de ser o fim das invasões. São ilegais, e não se pode esperar que qualquer Governo compactue com elas. E insistir na ilegalidade tira do MST qualquer autoridade moral para cobrar repressão a ações igualmente ilegais de fazendeiros.

O jornal condenava a forma de luta mais eficaz que os sem-terra tinham utilizado até então para serem atendidos. O que pode ser confirmado pelo fato de que no período em que o MST mais fez ocupações de terra e protestos, mais o governo federal realizou desapropriações e assentamentos para a reforma agrária. Dois anos depois (13.04.99 – *Opinião*), o mesmo jornal condenava a estratégia de ocupação de propriedades produtivas.

Para *O Globo*: “*Atos ilegais não podem produzir distribuição de terras...*”. E concluía afirmando que o MST “*despreza as conseqüências negativas da radicalização, porque só vê possibilidade de crescimento no enfraquecimento das instituições*”. O mesmo jornal, também na seção *Opinião* da edição de 13 de setembro de 2000 (Pág. 3) classifica os sem-terra de “*Sem Manchetes*”:

Os sem-terra trocaram o campo pelo panorama urbano em busca de visibilidade e atenção. Não tem outro significado, nem serventia, a ocupação de um escritório do Incra: é gesto típico de um movimento sem manchetes. Esse nome, de resto, seria mais adequado: como pode se intitular sem terras quem está reclamando dinheiro para plantar?

Para o jornal *Folha de S. Paulo*, as ilegalidades do MST não apenas eram flagrante desrespeito como exigiam medidas mais severas do governo, como prisões e ações concretas da polícia federal. Para alguns editoriais do jornal, o governo federal estava sendo muito tolerante. Em editorial de 16.07.99 (Pág.: A2), a *Folha* explica que “*o movimento habilmente transformou a seca [de 1988] e a insatisfação social em alguns centros urbanos em fenômeno de mídia e questão político-eleitoral*”. O jornal prossegue com a acusação de que “*O MST utiliza a desordem como meio de campanha política*” e persiste em sua “*prática sistemática de cometer ilegalidades*”. A seguir descreve o que chama de “*arsenal de táticas dos sem terra: ameaças de morte, cárcere privado, invasão de propriedade, de próprios do Estado...*”. E conclui:

Mas essa política freqüentemente movida a ilícitos inexplicavelmente não recebe por parte do governo a resposta que se espera daqueles que têm a obrigação de zelar pela lei, pela paz e pela ordem [...] Não é possível, numa democracia, tolerar tamanho desdém pelas formas legais de protesto social.

Embora critique a falta de resposta do governo, a *Folha* não deixa de defender a governabilidade, como se vê em mais um editorial, este de 14.09.2000 (Pág. A2), quando o jornal reage à anunciada intenção dos sem-terra de invadir a fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso:

O MST ocupou o centro das atenções ao realizar mais uma lamentável rodada de invasões a prédios públicos e ao concentrar centenas de seus filiados em frente à entrada da fazenda dos filhos do presidente da República, num claro e reprovável gesto político de intimidação.[...] Mas o fato é que, certo ou errado, o MST mais uma vez escolhe os piores meios de manifestar sua discordância, invadindo prédios públicos e tentando intimidar o presidente da República. De novo transgride a lei penal. O MST assim age pois ainda conta com uma certa passividade de autoridades que hesitam em indiciar os responsáveis. E a impunidade só faz com que os atos se repitam.

Na *Rede Globo de Televisão*, igualmente se registram episódios em que se verifica a condenação aos sem-terra. Entre eles, um comentário de Arnaldo Jabor, (*Jornal Nacional*: 17 de abril de 1998), para quem, entre os culpados pela chacina de Eldorado do Carajás, na qual 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela polícia no Pará, estava, além da polícia e das elites conservadoras, “*a arrogância política de alguns chefes do MST que usam miseráveis como bucha de canhão*”. Rui Mesquita Neto, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, em entrevista ao programa *Roda Viva da Tevé Cultura* (05.04.2004) afirma que a Reforma Agrária não tem importância nenhuma do ponto de vista econômico e, portanto não é absolutamente necessária a não ser pelo ponto de vista social. Ele acrescenta que seu jornal não é contra a Reforma Agrária mas sim contra João Pedro Stédile – principal líder do MST - considerado “*um louco que pode pôr em risco a vocação do Brasil como um país essencialmente agrícola*”. Anos antes, em manchete de primeira página (20.06.99), o jornal de Mesquita Neto, *O Estado de São Paulo*, informava que o “*MST prepara estratégia para ‘tomar o poder’*”. De acordo com o jornal, militantes do movimento estariam sendo instruídos em chácara de frades capuchinhos “*para estimular a luta de classes e treinar grupos para desestabilizar o governo*”. A legenda da foto que ilustra a chamada da matéria acrescenta que o tema do encontro dos sem-terra foi “*a luta pelo controle dos meios de produção e de comunicação*”.

Do mesmo ponto de vista, parecem partilhar os donos da revista *Veja* (18.06.2003), para quem os sem-terra estão inconformados com o que não passa de “*alguns desconfortos*

do capitalismo” e constituem “*uma ameaça ao agronegócio*”. Ainda na mesma linha segue o âncora do telejornalismo da Rede Record, Boris Casoy, (*TJ Notícias*: 15.09.98) quando adverte que “*as ações do MST comprometem a imagem do Brasil diante de investidores estrangeiros*”. Outro indicador do posicionamento da mídia de notícias como sujeito com interesses próprios no debate é o tratamento dispensado aos sem-terra. Desse modo, *ocupações* foram tratadas sempre como *invasões de propriedade alheia*. Os líderes foram chamados de *chefes*. Suas atitudes foram classificadas como *radicais*, *agressivas* e *intransigentes*. Sua conduta foi julgada *ilegal*. Outros nomes e adjetivos atribuídos aos sem-terra foram:

Messiânicos, *ingênuos* e *delirantes*, por acreditarem, por exemplo, que a Reforma Agrária resolveria o problema da pobreza no Brasil. *Antiquados*, *ultrapassados* e *anacrônicos*, não apenas por terem pretensões políticas, consideradas como uma *anomalia* mas também por *pregarem um socialismo* que não teria dado certo em lugar nenhum do mundo. *Antidemocráticos*, porque um de seus líderes, João Pedro Stédile, durante palestra proferida dez anos antes, teria dito que as mudanças no Brasil não viriam com o voto. *Perigosos para a paz* e portanto um incômodo para as tentativas do governo Federal de atrair investimentos estrangeiros, num momento em que o país precisava demonstrar estabilidade e ordem. *Corruptos* por desviar verba pública, interpretação da mídia à cobrança da taxa-pedágio de 3% dos financiamentos concedidos a agricultores assentados após desapropriações resultantes de ocupações lideradas pelo MST. *Incompetentes* e responsáveis pelo *mau uso do dinheiro público*, conforme chamada do *Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão*: “*O MST tem brigado com o governo por causa de dinheiro para a reforma agrária, mas quando há dinheiro, ele não é bem utilizado*”. A reportagem tratou do mau funcionamento de uma cooperativa do MST. Os problemas, no entanto, poderiam ser atribuídos a falhas dos próprios técnicos do governo que assessoraram a instalação da empresa. *Violentos*, justamente quando uma das marcas do movimento era o pacifismo de suas ações e associados à figura do agente secreto do cinema *James Bond*, que, segundo a mídia, sentia-se autorizado a cometer crimes em suas missões. *Assaltantes de banco*, em declaração atribuída pelos jornais ao presidente da República, segundo a qual, ao invadir prédios públicos, o MST estaria agindo igualzinho a bandidos que atacam agências bancárias. *Ladrões de caminhão*, quando os sem-terra interceptaram caminhões carregando

alimentos e cobraram o que chamaram de *pedágios* em espécie para distribuí-los entre as vítimas da seca no Nordeste. *Traficantes*, por uma suposta vinculação a plantadores de maconha de Pernambuco. Era uma hipótese que não poderia ser descartada, segundo seu autor, o chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso. A hipótese, totalmente infundada, ganhou manchete de primeira página de jornais e justificou a comparação do MST com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC, conhecidas por suas ligações com traficantes de cocaína. *Seqüestradores*, quando detiveram funcionários de prédios públicos ocupados, como o Incra e Banco do Brasil, para reivindicar a liberação de créditos já autorizados. E finalmente *Terroristas ou guerrilheiros*, dispostos a pegar em armas e travar uma guerra civil, conforme reportagem confirmada por entrevista de um dos líderes do MST, Jaime Amorim.

As vozes parecem compor um coral afinado. Em entrevistas, nos editoriais e certamente também nas coberturas, tenta-se fazer primeiro uma separação entre a justeza da reivindicação por reforma agrária das postulações políticas indevidas dos líderes do MST. Ao mesmo tempo fica claro que a Reforma Agrária consentida nada tem a ver com aquela pleiteada pelo movimento dos sem-terra. Embora não façamos aqui uma verificação quantitativa com base por exemplo no número de edições, de páginas ou de linhas de texto dedicadas ao tema MST ou quantos títulos favoráveis e quantos títulos contrários ao movimento foram publicados, nossas reflexões identificam a tendência predominante dos jornais com base principalmente na qualidade do que foi publicado. Assim, os atos do MST são noticiáveis, causam repercussão e, portanto, têm espaço garantido. Suas intenções e postulações, no entanto, são censuradas e reprovadas não apenas por ultrapassarem o limite aceitável e se desviarem da causa original – a reforma agrária, como também por estarem sendo enunciadas por camponeses. Em resumo, a julgar pelo discurso da imprensa, os sem-terra estão “autorizados” a pedir – não a “exigir” – reforma agrária, como também não podem invadir terras, desrespeitando a lei e o direito de propriedade e muito menos pretenderem modificar a estrutura do Estado.

A POSIÇÃO ELITISTA DA IMPRENSA

Malena Rehbein Rodrigues ⁵ afirma que as próprias características do trabalho jornalístico (como a busca da imparcialidade e a escassez de tempo) contribuem para que os meios de comunicação transmitam o pensamento da classe dominante, mesmo que não estejam a seu serviço. Apesar disso, explica ela, a mídia também possui um lado independente, que revela seu poder de elite. Ela dá como exemplo o critério de seletividade, por meio do qual a mídia impõe seus próprios critérios às matérias-primas estruturadas, apropriando-se ativamente delas e transformando-as: *“São eles que selecionam o que é importante no que as fontes, mesmo institucionais, dizem e também são eles que definem qual fato se tornará notícia”*.

Washington Novaes ⁶ sustenta que o jornalismo brasileiro, quase sem exceção, é fundamentalmente uma visão de todas as elites – política, econômica, cultural, sociológica. Como as elites estão esgotadas, sem soluções, a imprensa contribuiria, segundo o autor, para manter o impasse na medida em que não renova o debate, trazendo visões de fora para dentro e de baixo para cima. Ele considera evidente que deslocar as elites de algum espaço que ocupem provoca reações: *“Mas há um campo possível, exatamente na medida em que elas se sabem exauridas; se idéias novas não oxigenarem o ambiente, elas morrerão asfixiadas”*. De acordo com Novaes, é preciso questionar a própria posição pessoal dos jornalistas, enquanto membros, eles mesmos, dessas elites. Como consequência dessa posição pessoal, a corporação jornalística tende, de fato, a julgar os interesses do público pela sua ótica particular, seja econômica ou cultural:

Chegamos ao círculo vicioso aparentemente intransponível. Somos, os jornalistas, elite, convivemos com a elite, transmitimos uma visão de elite. A sociedade, principalmente sua parte menos favorecida, jamais consegue espaço para colocar sua visão de mundo, suas reivindicações, suas exigências.

Definidos como “meios”, os mídia deveriam apenas fazer a mediação, isto é, relatar, explicar, esclarecer e disseminar fatos e acontecimentos, fazendo-os chegar ao maior número possível de pessoas. Atualmente, embora ainda desempenhe tal função, sua conduta baseia-se na existência de um modelo de entendimento e funcionamento da sociedade, uma visão de mundo, que deve ser reproduzido, consolidado e cristalizado. Para mantê-lo como hegemônico, os meios de comunicação de massa buscam a aprovação coletiva da realidade como se apresenta em dado momento. O que significa, de maneira sintética, adotar uma postura conservadora, que mesmo reconhecendo a necessidade de mudanças, sustenta com intransigência que tais modificações devam ser lentas, suaves, sem rupturas, em nome da ordem, da legalidade, de uma harmonia formal ou aparente. Como centro nervoso, consta um princípio orientador, intocável: o de que as mudanças, ainda que graduais, permaneçam como atribuição exclusiva, prerrogativa intransferível das próprias elites dirigentes responsáveis pela situação atual.

Michael Kunczick ⁷ afirma que o jornalismo ocidental tende a favorecer o interesse das elites urbanas na produção de notícias. Ao desdobrar a afirmação, poderíamos entender que o jornalismo tende a adotar uma posição, um lugar ou uma forma de enxergar, pensar e explicar o mundo a partir ou em acordo com o pensamento desta elite, entendida aqui como segmento social que participa da construção da hegemonia e que mais se beneficia da situação em vigor. Por isso mesmo, como segmento mais interessado em manter as coisas como estão.

Tanto jornais como emissoras de televisão costumam dirigir suas coberturas para áreas demográficas de elite, ignorando assim boa parte da população. Segundo Kovach e Rosenstiel ⁸, o jornalismo é como uma espécie de “*cartografia moderna*”. Ele cria “*mapas*” para que os cidadãos “*naveguem*” através da sociedade e esta é sua utilidade e razão econômica. O mapa deveria incluir notícias de todas as comunidades e não apenas daquelas que apresentam uma demografia atraente ou apelo forte para os anunciantes. Há tempos, no entanto, os jornais passaram a se concentrar nos leitores mais prósperos. Entre os motivos aparece a concorrência com a televisão, pelo que os jornais entenderam que deveriam se dirigir a pessoas de melhor nível educacional. Outra razão teriam sido os

custos, que precisam ser cobertos pela publicidade, já que a venda em bancas e assinaturas não basta. O negócio da publicidade decidiu usar os jornais para chegar às classes altas, ficando a tevê e o rádio para um público menos próspero. Assim, os estrategistas das empresas jornalísticas concluíram que *“dirigir a circulação para o lado mais rico não era uma necessidade, era uma virtude (...) Deixar de fora certas áreas da cidade também significava não precisar investir pesado em sua cobertura.”*

O elitismo, pelo visto, não está apenas nos proprietários dos meios de comunicação, sejam eles grandes conglomerados, como nos Estados Unidos, onde o setor de jornalismo por vezes não passa de um pequeno segmento dentro de grandes corporações de mídia, sejam eles famílias que controlam através do sistema cruzado de mídia, emissoras de rádio e tevê, jornais e revistas e provedores de internet, como ocorre no Brasil. Além da natureza empresarial, existem também os anunciantes, as necessidades de financiamento para expansão de negócios, compra de novas tecnologias etc., e o próprio pessoal empregado cujo recrutamento se dá com base em critérios de qualificação profissional que exige o acesso a escolas de qualidade cujo custo está fora do alcance da maioria da população. Nelson Werneck Sodré ⁹ observa que a imprensa industrial da fase capitalista é bem diferente da imprensa que a antecedeu:

Antigamente, um jornal, mesmo um grande jornal, dividia o pessoal em três categorias: direção, redação e oficinas. A direção exercia a propriedade do jornal, com todos os poderes. A redação estava já emancipada da linguagem literária da fase artesanal, e os jornalistas já apresentavam fisionomia profissional. A mudança importante foi operada no nível das oficinas. A oficina, nome em desuso, resume-se em gigantesca impressora que substituiu a rotativa de outros tempos. Não são operários que a operam, são engenheiros. Antes, era possível discriminar assim o pessoal da imprensa: a direção era recrutada na burguesia; a redação, na camada social média ou pequena burguesia; e a oficina, no proletariado. Desaparecida a oficina tradicional, o proletariado está excluído da imprensa.

A propósito do recrutamento dos profissionais da imprensa, vale a pena conferir como uma instituição como o Ministério da Educação, responsável por fiscalizar a qualidade dos cursos universitários do país avalia jornalistas recém-formados ou prestes a concluir a graduação e, portanto, exercer a profissão. Em 2002, na primeira questão do Exame Nacional de Cursos, o Provão do MEC ¹⁰ que avalia estudantes de Jornalismo no último ano de faculdade, o tema é o MST, ou mais precisamente uma das notícias protagonizadas pelo movimento dos sem-terra. Ao lado de uma foto em que o líder palestino Yasser Arafat aparece segurando uma bandeira do MST, o MEC formula a seguinte questão para os futuros jornalistas:

A divulgação dessa foto do presidente da Autoridade Nacional Palestina com a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) põe em questão a vulnerabilidade da imprensa às 'notícias fabricadas', através de 'pseudo-eventos', provocados com o objetivo de abrir espaço na mídia e influenciar a opinião pública. Até que ponto essa estratégia é necessária, legítima e eficiente na prática da comunicação institucional, neste caso do MST?

A questão não esclarece por que motivo considera vulnerabilidade a publicação de uma notícia sobre um brasileiro representante de um movimento social conhecido internacionalmente oferecer apoio a uma organização igualmente reconhecida no mundo inteiro num momento em que qualquer episódio envolvendo palestinos e judeus seria noticiável. A formulação mistura critérios de noticiabilidade e princípios jornalísticos com estratégias comunicacionais, típicas de uma assessoria de imprensa empresarial. O padrão de resposta esperado também não contribui muito para esclarecer o que a pergunta pretendeu verificar sobre competências e habilidades requisitadas a futuros jornalistas, exceto talvez uma linearidade de raciocínio – interna ao texto – para responder:

No caso do MST, o uso dessa estratégia decorre da necessidade de 'criar fatos' para aparecerem na mídia. A legitimidade é dada pelo fato de se tratar de uma ação de propaganda e a eficiência, pelo fato de ter impactado a audiência.

Para os avaliadores do Provão, pelo que sugere o padrão de resposta, parece legítimo inventar fatos, fabricar pseudo-eventos desde que se pretenda fazer propaganda. Nenhuma relevância parece ter sido considerada sobre o contexto do momento, da região, e dos próprios envolvidos na notícia, como também fica evidente uma leitura pré-concebida sobre o MST, que segundo os avaliadores do MEC é capaz de fabricar falsos eventos apenas para “*abrir espaço na mídia*”. O relevante aqui é que não são os jornais que sugerem ou formulam as questões com as quais o governo federal irá aprovar ou não um curso de formação de jornalistas, mas sim os representantes da sociedade, eleitos pelo povo, que estão dizendo que tipo de jornalistas a sociedade deseja.

O outro componente do processo de elitização é o próprio público a quem se destinam os jornais: a classe média alta, capaz não só de consumir os produtos a ela oferecidos pela publicidade, mas também com tempo e escolaridade suficiente – inclusive devido ao hábito da leitura – para consumir informação na forma de textos. Com o jornalismo empresarial, inserido nas regras capitalistas, na sociedade de mercado, a informação passou a ser tratada como um item de consumo, mas como todas as outras mercadorias disponíveis para a compra e venda, é também um produto consumido desigualmente. Roberto Amaral ¹¹ questiona como é possível abastecer de informação a opinião pública num país onde 50% dos mais pobres consomem 11,6% da renda nacional e os 20% mais ricos consomem cerca de 63,3%. A questão ganha relevância se observarmos os números extremamente desiguais referentes à parcela da população que lê jornais. Segundo a Associação Nacional de Jornais ⁵, em 2004, circularam no Brasil diariamente, em média, 6 milhões 522 mil exemplares de jornais impressos. Os dois maiores jornais do país em circulação, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* somam 560 mil exemplares por dia. Falam, portanto, para um público reduzido em quantidade, mas bastante influente. Falam para os setores empresariais, para o setor político, para os próprios jornalistas e abastecem ou “pautam” também outros órgãos de imprensa, como por exemplo a televisão, esta sim capaz de atingir a maioria da população diretamente, embora sem a profundidade, sem os detalhes e sem as interpretações e análises mais aprofundadas, típicas dos impressos.

Romper com tal sistema não interessa aos proprietários, que temem ver seus lucros caírem; nem aos profissionais, cujas carreiras, distinção, prêmios, promoções estariam ameaçadas; nem ao público leitor, a quem não interessaria dedicar-se à leitura de jornais que incentivassem a ruptura do sistema hegemônico e sua substituição por uma situação em que privilégios anteriores poderiam ser revogados ou mesmo que os fizesse entrar num novo tipo de regras desconhecidas e supostamente inseguras. Os conceitos ideológicos básicos são muito semelhantes, quando não são os mesmos. Teme-se o enfraquecimento das instituições. Preocupa que um projeto como o que defende o MST anule a diversidade, seja impositivo e crie uma espécie de homogeneização cultural. Ameaça o precedente que o movimento pode significar para outros segmentos de excluídos, com suas postulações políticas. Fala-se em lei, ordem, paz, democracia, Estado de Direito. Comum a todos os princípios, o que de fato inquieta e mobiliza o discurso conservador predominante na imprensa é o risco de ruptura que o MST encarna.

AS FUNÇÕES DO *QUARTO PODER* E DO CONGRESSO

Imprensa e Congresso figuram como instituições primordiais para o estabelecimento e a condução do debate público com vistas a um consenso na esfera pública. No entanto, mesmo o Poder Legislativo cada vez mais tem se revelado dependente da mídia, quer seja para substituir os palanques e apresentar candidaturas aos eleitores, quer seja para saber o que pensam ou querem seus eleitores enquanto os parlamentares exercem seu mandato. Malena Rehbein Rodrigues¹³ afirma que no Brasil a democracia representativa tem dado lugar a uma democracia delegativa. Isto é, lideranças personalistas se tornam maiores e mais visíveis que os próprios partidos pelos quais se candidatam, as eleições têm caráter plebiscitário e dependem cada vez mais de estratégias de marketing em vez da apresentação de argumentos racionais. Além disso, a autoridade e a confiança dos eleitores costumam ser outorgadas a uma só pessoa, o presidente da República, de modo que o Poder Executivo passa a ser o grande legislador. Paralelamente a isso, possuem força no Congresso grupos de interesses fora da área governamental, como ruralistas e empresários, o que denota um

poder de corporações de elite, que legislam, muitas vezes, em favor de interesses particulares.

A autora descreve a cultura política no Brasil como marcada pelo clientelismo, pelo populismo, pela atitude de deferência diante das autoridades, pelo antipartidarismo e pelo anti-constitucionalismo. Tal situação é permeada pelo desemprego, pelos serviços públicos insatisfatórios e pela concentração da renda, elementos que dificultam a consolidação democrática. Ela acrescenta ainda a fraqueza programática e a ausência de coesão dos partidos políticos, a apatia política e a perda da retórica do discurso político como fatores que ampliam o abismo existente entre cidadão e classe política. *“Como a representação não acontece efetivamente”*, diz ela, *“mas sim na forma de corporações de elite, a grande maioria fica à margem do processo representativo e, portanto, do processo das decisões”*. Ela conclui: *“O espaço vazio é ocupado então pela imprensa que passa a ter o papel de intermediação entre a sociedade civil e os políticos”*.

Como resultado, fica a impressão de que a imprensa é a grande representante da sociedade civil. Os parlamentares, afastados do contato direto com o povo, se orientam pela imprensa, na crença em que ela é capaz de refletir as demandas e dúvidas da sociedade, como se ela o fizesse de maneira equânime, isto é, como se a imprensa tratasse igualmente os variados grupos que compõem a estrutura social brasileira. No lado oposto, a sociedade civil vê a imprensa como a possibilidade de levar sua voz ao Legislativo. Segundo Rehbein Rodrigues, *“Entendida como elite, a imprensa tem seus próprios interesses e preocupações que, frequentemente, diferem das preocupações populares”*.¹⁴

De fato, ao longo da trajetória do MST noticiada pela imprensa, poucas foram as vezes em que o Congresso como instituição se fez notar com maior visibilidade. Até o final do período de que trata este trabalho, a mais significativa iniciativa do Congresso Nacional foi a aprovação da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação fundiária brasileira, a CPI da Terra. Exceto por atuações isoladas de integrantes de partidos como o PT que compareceram ao julgamento de José Rainha Júnior e outros que escreveram artigos em jornais ou mesmo pronunciamentos sem maior repercussão no

plenário do Congresso, pouca coisa foi registrada. Em parte porque o Executivo tratou do problema com medidas provisórias, como a que proibiu a desapropriação de terras ocupadas pelo MST ou a criação do Imposto Territorial Rural. De qualquer modo, a aparente omissão ou inação do Poder Legislativo também revela um posicionamento da maioria, qual seja o de aprovação da situação, pelo menos até o momento em que os sem-terra conquistam tamanho espaço e ressonância política que a instalação de uma CPI se faz necessária.

De acordo com Ana Lucia Novelli ¹⁵ a expressão *Quarto Poder*, atribuída à imprensa, surgiu no início do século passado, na Inglaterra. Naquela época, dizia-se que o parlamento inglês era composto por três poderes, o temporal, o espiritual e o dos comuns, e que a galeria em que sentavam os repórteres para assistir às sessões tinha se transformado no “quarto dos poderes”, tamanha era a influência da imprensa na opinião pública. A expressão popularizou-se nos Estados Unidos e, em paralelo com os poderes da República – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – a imprensa poderia também ser denominada de Quarto Poder. Não um poder de fato, mas sim um poder de direito, que acima das demais instituições se apresentava de modo isento e capaz de avaliar de modo sóbrio a condução das causas públicas pelos poderes constituídos.

A DESQUALIFICAÇÃO DAS ACUSAÇÕES À IMPRENSA

Ainda segundo Ana Lúcia Novelli, o papel de quarto poder tornou-se o centro do paradigma liberal clássico da imprensa e é nele que, mesmo hoje, a imprensa busca refúgio para desqualificar toda espécie de ataques e críticas. É sabido, por exemplo, que jornais não costumam publicar notícias em que eles próprios figurem como protagonistas. Exceto em casos escandalosos, quando se comprova alguma espécie de adulteração, de crime, de desrespeito à ética, que tenha repercussões na justiça, que provoque processos ou que cause indignação na sociedade, jornais não se dispõem a discutir temas como concentração, monopólio, autoritarismo ou falta de pluralidade de opiniões e visões de mundo veiculadas por eles. A discussão de tais questões, portanto, fica por conta de outros lugares onde se possa travar o debate público. Lugares onde setores sociais afetados ou desfavorecidos pela

situação hegemônica possam apresentar seus pontos de vista e onde os próprios jornalistas, enquanto cidadãos, tenham como defender, justificar ou rever seus posicionamentos e práticas. No caso das críticas apresentadas pelo MST, o comum é que sejam publicadas, mas a menos que se refiram a um episódio específico – por exemplo a acusação de que determinado jornal fez reportagem desfavorável ao movimento com despesas de transporte e hospedagem custeadas por alguém interessado na matéria – não se verificam respostas ou disposição para uma discussão mais aprofundada e aberta sobre o assunto. Em geral o que tem sido mais comum é que diante de protestos ou manifestações contra o governo feitas pelo MST, os jornais respondam com artigos censurando o governo pela tolerância, imobilidade ou por não fazer cumprir a lei contra os sem-terra. Nas vezes em que o MST acusou a mídia de apoiar o governo, o comum é a indiferença e a desqualificação da acusação considerada como mera retórica.

Ao analisar o projeto editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, Ana Lucia Novelli aponta o que pode ser visto como uma sutil estratégia para que o jornal não tenha que se submeter a algumas responsabilidades democráticas. O recurso consiste em se apresentar como agente passivo do debate público, como mero observador e não participante das questões de interesse público. Como forma de garantir sua livre atuação a sociedade protege a imprensa por meio de regalias e privilégios de que outras empresas privadas não dispõem. O projeto editorial da *Folha* afirma, por exemplo, que “*A independência editorial tem-se fortalecido na prática de um jornalismo que (...) não presta contas a ninguém, salvo ao leitor*”¹⁶ Em outro ponto, o texto declara que “*Sociologicamente, a única base social do jornal é o grupo heterogêneo constituído pelos seus leitores*”.¹⁷ A autora lembra que o quarto poder não pode ser exercido exclusivamente em nome dos leitores da *Folha*: ele é amplo e irrestrito. Ao estabelecer o grupo de leitores como sua base social, o jornal esquece-se do restante da sociedade que, embora não faça parte do seu grupo de leitores, também tem interesses que devem ser preservados para o pleno desenvolvimento da sociedade democrática. No limite dessa lógica, uma notícia importante para a sociedade poderia não ser divulgada se não tivesse eco entre os leitores da *Folha*.

De acordo com tal teoria, seria perigoso deixar a cargo do governo a busca de soluções para todos os problemas, mas também oferece riscos para o desenvolvimento democrático o surgimento dos grandes conglomerados de comunicação de massa, com seu poder quase ilimitado. Diante de tal dilema, Ana Lucia Novelli sugere duas possíveis soluções: *“ou os conglomerados de mídia passam a ser controlados pelo governo ou passam a se auto-regulamentar e a impor limites a suas próprias condutas”*. As duas soluções, no entanto, nos parecem insuficientes. Faltaria incluir nas propostas os movimentos sociais, o público, a criação de canais pelos quais os mais diversos setores da sociedade pudessem fortalecer sua voz e seus instrumentos de intervenção no debate público conduzido pelos meios de comunicação.

Washington Novaes ¹⁹ chega a sugerir que os jornalistas tenham um mandato popular: *“No futuro, os jornalistas provavelmente terão de ser eleitos, quem sabe por voto direto da própria comunidade. Para serem seus representantes legítimos, seus olhos, seus ouvidos, sua voz, eles precisarão de mandato”*.

OS MOTIVOS DA ACOLHIDA DO MST NA IMPRENSA

Cabe examinar por que motivos os fatos relacionados ao MST, seus discursos e postulações foram e têm sido, apesar de tudo, acolhidos. Um dos primeiros possíveis motivos seria uma presumida aprovação da população, o que Eliane Cantanhede, em artigo da *Folha de S. Paulo* chama de *“caldo de cultura a favor”* (04.05.2000. Pág.2). Além disso, o sucesso dos assentamentos em fixar agricultores em suas cidades evita as migrações internas e ameniza a situação populacional dos grandes centros urbanos. Outra preocupação é com o acirramento das tensões no campo que poderia se agravar sem a existência de um movimento organizado, com sede e endereço conhecidos. O setor rural já não representa o poder de outrora. O foco permanece sobre a possibilidade de uma reforma consentida, autorizada, sem rupturas, suave, gradual, dentro das regras do jogo capitalista, com financiamento para a desapropriação de terras e para a produção agrícola nos assentamentos, que será pago pelos assentados. O vazio político deixado por instituições

tradicionais como partidos, sindicatos, igrejas precisa ser ocupado. Acrescente-se a isso a necessidade de manter a credibilidade, enfrentar a concorrência e intervir na luta pela hegemonia, por parte dos jornais.

Contudo há outro conjunto de razões a serem observadas. Em editorial intitulado *Estaca Zero*, de 21.10.2000 (pág. 8), *O Jornal do Brasil* tenta explicar por que o MST não pode ser ignorado pela imprensa:

As ocupações têm a preferência do MST porque envolvem mulheres, velhos e crianças, e garantem repercussão dentro e fora do país. Jornais e televisão não têm como ignorar feitos desse porte. Ocupações atraem atenção por serem potencialmente explosivas e abertas a provocações. Foi assim que o MST chegou às manchetes e pretende se manter com o mesmo método.

Já na *Folha de São Paulo*, o mesmo jornal onde diversos editoriais censuraram e condenaram os atos do MST, aparecem declarações contraditórias como a de Josias de Souza, diretor da sucursal de Brasília. Na edição de 15 de outubro (Pág. A7 – *No Planalto*), ele se propõe a apresentar evidências de corrupção entre os sem-terra, evidências de que existe um novo MST na praça, um MST, segundo ele, “*indigno do MST*”. O jornalista conta que após ser informado de que o movimento vinha se desvirtuando, resolveu sair do carpete da redação e visitar o chão barrento dos assentamentos. Voltou convencido de que “*o mais importante movimento social da história contemporânea estava carunchado*”. Para Josias de Souza, o maior feito do MST foi o de ter dado voz aos habitantes dos fundões do Brasil, trazendo-os para as ruas das grandes cidades: “*Hordas de miseráveis marcharam diante das janelas dos carros da elite. Saídos do tubo de imagem da TV, os pés rachados pisaram o tapete da sala de estar da classe média. Um espetáculo de beleza épica*”.

Entre os motivos que algum dia fizeram Josias de Souza considerar o MST o mais importante movimento dos últimos tempos, talvez esteja o editorial da *Folha*, de 19.04.2000 (Pág. A2), intitulado “*500 Invasões*”. Na ocasião, o jornal afirma que:

Embora os métodos do MST – a invasão de propriedades não raro acompanhada da tomada de reféns – sejam condenáveis, é forçoso reconhecer que a sua atuação representa a distinção entre alguma reforma agrária e nenhuma, dado que, nesse campo, o Executivo só parece agir quando provocado.[...] Num momento em que o mundo atravessa uma revolução tecnológica, falar em microplantações e fixação do homem no campo pode parecer anacronismo. Para os assentados, contudo, a reforma agrária pode ser a diferença entre uma existência modesta, mas digna, e tornar-se mais um número nas estatísticas de desemprego. E aqui, acima de tudo, está se falando de criaturas humanas.

Além destes, o jornalista da *Folha* relaciona ainda outros elementos capazes de explicar a presença do MST na mídia. Ao lado das ocupações com velhos, mulheres e crianças citadas pelo *JB*, passam a figurar a voz e as marchas dos sem-terra, que tanto vieram pelo noticiário como pela telenovela *O Rei do Gado*, de 1996. Na avaliação do diretor da *Folha*, as imagens de sem-terra “sacudiram consciências bem-nascidas e tiveram o efeito de um soco no estômago das elites”. Todas estas afirmações favoráveis aos sem-terra servem de preâmbulo e justificam o título do artigo: “*O culto a um santo em decomposição*”, no qual Josias de Souza irá denunciar mais uma ilegalidade cometida pelo MST, desta vez, a cobrança “*indevida*” de um percentual dos assentados sobre os financiamentos recebidos do governo federal.

Quando se analisa o material noticioso propriamente dito, isto é, notícias e reportagens, embora o olhar predominante seja de reprovação e condenação, também é possível encontrar momentos em que ele convive e concorre com momentos favoráveis ao MST, como a edição de um texto-legenda, na primeira página da *Folha de S. Paulo* (29.05.99), que registra o momento em que após um saque feito por trabalhadores sem-terra, a polícia vai ao acampamento para recuperar a comida saqueada. A foto que registra o episódio mostra um menino pobre entregando um pacote de macarrão para um policial militar. No texto-legenda:

Devolução. Filho de integrante do MST devolve a policial do Batalhão de Choque um pacote de macarrão, resultante do saque de três caminhões nas

proximidades de Porto Feliz; os sem-terra alegam que estavam passando fome; a PM prendeu 20 pessoas.

A edição da foto recebeu repreensão severa da ombudsman do jornal, Renata Lo Prete (13.06.99. Pág.: A4):

Não partiu do garoto a iniciativa de se aproximar da ‘muralha’ do Batalhão de Choque. Antes dele, outras tantas crianças já haviam depositado alimentos junto aos soldados, orientadas pelos adultos do MST. Foi essa a estratégia escolhida pela coordenação do movimento para obedecer ao mandado judicial que determinou a apreensão do produto do saque [...] A redação tinha conhecimento da informação que acabou ausente tanto da capa quanto da reportagem interna [...] Na quarta-feira, a Folha trouxe carta do comandante do Policiamento de Choque. Ele convidava o jornal a mostrar o momento anterior da cena, em que uma mulher segura o menino pelo braço e o força a levar o pacote ao PM. A edição não recebeu essa imagem, mas ela chegou a ser feita [...] O fotógrafo afirma que optou por enviar a foto que mostrava apenas a criança e o soldado, ‘por ser a de melhor qualidade técnica e plasticidade’. Esqueceu de dizer que é também a mais favorável ao MST.

Os comentários da ombudsman, que têm por base a exigência de que o jornal não tome partido, isto é, não favoreça um dos lados envolvidos numa notícia polêmica, põem em evidência dois elementos constituintes do processo de produção de notícias: a autonomia do profissional, no caso o fotógrafo, que embora não seja uma autonomia total pode em alguns momentos ser determinante e o critério técnico que orienta a decisão profissional, no nosso caso, a “*qualidade técnica e plasticidade*” alegada como motivo para a escolha da foto. Graças a esses dois elementos, um argumento típico do discurso contra-hegemônico, “*o aparelho repressor do Estado, ou seja, a Polícia Militar, sendo usado para tirar comida de crianças pobres*”, conforme convinha ao MST, pôde ocupar a primeira página do jornal, mesmo contrariando sua linha editorial, seus posicionamentos a respeito do movimento dos sem-terra e as regras defendidas pela ombudsman.

Episódios como o da foto que favorece o MST, entretanto, não constituem a regra. Por que, ao lado dos saques, das invasões e ocupações ou marchas e protestos, outras atuações do MST, como seu modelo de agricultura ou as escolas mantidas pelo movimento não tiveram o mesmo destaque na imprensa? Na cobertura jornalística dos fatos relacionados ao MST, é possível constatar evidências de posicionamento parcial dos próprios jornais. Inegáveis os posicionamentos presentes nos editoriais, nos artigos e colunas. Sheila Grillo²⁰ afirma que as práticas jornalísticas não correspondem, necessariamente, às auto representações do órgão de imprensa, pois elas desempenham a função retórica de manter o contrato de comunicação constitutivo da esfera jornalística, que separa espaços para a informação e para a opinião em seus diferentes gêneros. Todavia, a análise das articulações das diversas superfícies (título e foto, foto e foto, notícia e foto) mostra que

A opinião expressa no editorial também pode estar presente no noticiário da primeira página, por exemplo, uma vez que gêneros representados enquanto informativos – como a notícia – e opinativos – como o editorial – constroem conjuntamente os gestos de leitura do real, rompendo com a definição, presente de maneira contraditória em manuais de redação dos jornais, de que a sua opinião é apenas ou mesmo privilegiadamente expressa em seus editoriais.

Mesmo assim, não é tarefa fácil encontrar indícios de tais parcialidades na escolha de fotos, na escolha de palavras para títulos ou mesmo para nomear e descrever o conteúdo das notícias, pelo menos quando condicionados pelos critérios de noticiabilidade que norteiam a produção de notícias.

Numa descrição sumária razoável, o processo da produção de notícias pode ser dividido em três etapas. A primeira ocorre na própria redação e começa com a elaboração das pautas, a escolha das fontes, a consulta a dados documentais e arquivos sobre o assunto e o planejamento das externas ou reportagem. Na segunda etapa estão as visitas *in loco*; as entrevistas, a observação pessoal do fato e a documentação com fotos daquilo que foi visto, constituintes dos recortes que os repórteres fazem da realidade que encontram. Finalmente,

seguem-se a redação, a edição, a diagramação de títulos, texto e ilustrações, como fotos, tabelas, gráficos, mapas etc. que configuram os ângulos de cada matéria, a forma como o fato se tornará relato pelo texto, que nomes, que verbos, que adjetivos e advérbios deverão ser utilizados. Aqui serão definidos os enquadramentos e ênfases subseqüentes dos diagramadores e editores, para qual editoria, para qual posição na página e que posição no jornal, isto é, merece a primeira página ou pode ficar nas páginas internas? Quanto espaço ela irá ocupar, uma página, meia, um quarto, com que títulos, subtítulos e *lead* o material apurado será apresentado; que fotos serão selecionadas, com que legenda (a legenda merece consideração à parte, pois orienta a leitura do que se vê). Fechada a edição e despachados os jornais para as bancas, o processo recomeça, ou continua, a depender da ressonância, do impacto causado e do interesse despertado na opinião pública e do próprio desdobramento do fato, já que a realidade não parou após a retirada dos repórteres.

Vejamos essa seqüência aplicada às notícias sobre o MST. Primeiro, o jornal deverá considerar o fato potencialmente noticiável. A existência do MST, por si só, não mereceria grande espaço ou tempo nos veículos de informação. Ainda que o movimento denunciasse a existência de milhares de famílias sem comida, sem trabalho, sem moradia, não haveria novidade no fato em si, não haveria o que relatar de novo num país marcado historicamente pela convivência de uma minoria a quem não falta nada com uma maioria pobre a quem tudo parece ter faltado sempre. Antes de se tornar conhecido, o que torna o movimento relevante, o que pode levá-lo a ocupar uma manchete de primeira página não é nem mesmo a intenção ou o plano, mas a ação concreta, isto é, por mais ousado e radical que prometa ele não passa de ameaça até que cumpra ou pelo menos até ter confirmado alguma ameaça do tipo. Como exemplo podemos citar a marcha a Brasília liderada pelo MST em 1997, que embora tenha sido iniciada dois meses antes, somente tornou-se notícia às vésperas da chegada.

Estabelecido o assunto como pauta, ao lado do interesse que o assunto certamente irá merecer por parte dos leitores, é preciso planejar a cobertura, levando em conta as condições necessárias para uma cobertura correta, como por exemplo a distância, a disponibilidade de repórteres, o tempo necessário para que reportagem seja feita. E os

custos de tal empreitada, sobretudo quando se está falando de um acontecimento no interior do país, como é o caso dos episódios envolvendo o MST, distante das sedes das empresas, longe dos grandes centros urbanos, muitas vezes sem aeroporto, sem possibilidade de alugar um carro, sem hotéis ou infra-estrutura com que os profissionais estão acostumados e das quais seu trabalho depende, como telefone, computador etc. Isto explicaria por exemplo por que alguns lugares onde o MST atua, como o Pontal do Paranapanema, costumam despertar maiores atenções dos jornais do que outros lugares onde tensões e disputas por terra são igualmente relevantes.

A seguir, há que se estabelecer agora a angulação, o foco, o que afinal despertará maior interesse de pelo menos três dos agentes envolvidos: a organização jornalística, o repórter e os leitores. O que será perguntado nas entrevistas; quem irá ser ouvido; que documentos deverão ser verificados; que fragmento de realidade deverá ser registrado por foto, ou ainda o que deverá ser descrito no texto. Quando um órgão de imprensa como a revista *Veja* por exemplo dedica tanta atenção e tantas capas ao MST, tal fato surpreende à primeira vista pois o assunto parece distante dos interesses presumíveis do leitor médio da revista. Ou seja, os efeitos ou desdobramentos das ações de agricultores miseráveis que se reúnem e montam acampamentos no interior do país não parecem relevantes o suficiente para merecerem tanto espaço. A menos que se considere o impacto e as repercussões políticas que podem resultar das atividades dos sem-terra. Neste caso, a revista então cuidará da interpretação e do enquadramento do fato, apresentando a seus leitores o modo como a própria revista entende e avalia o que está acontecendo.

Mauro Wolf ²¹ define a noticiabilidade de um fato como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, dos quais ele irá selecionar as notícias. A pergunta que se coloca é, segundo Wolf, a seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? A resposta a tal pergunta constitui o que o autor define como valores/notícia. De acordo com ele, na seleção dos acontecimentos a transformar em notícias, os critérios de relevância funcionam conjuntamente, em pacotes: *“São as diferentes relações e combinações que se estabelecem*

entre diferentes valores/notícia, que recomendam a seleção de um fato”. Os valores/notícia mudam no tempo e, mesmo que revelem homogeneidade no interior da cultura profissional – para lá de divisões ideológicas, de geração, de meio de expressão – não permanecem sempre os mesmos. Como exemplo, Mauro Wolf cita os movimentos de opinião – “*single issue movements*” – que se solidificam na sociedade civil, ultrapassam as tradicionais divisões e estratificações ideológico-partidárias e começam a constituir notícia:

Quando se considera que se tornaram suficientemente significativos ou relevantes para irem ao encontro do interesse do público ou quando dão lugar a acontecimentos planejados de propósito para irem ao encontro das exigências dos mass media. Isto é, estabelece-se uma integração entre as estratégias de noticiabilidade adotadas pelos movimentos e os valores/notícia aplicados pelos órgãos de informação.(...) Á medida que a integração, a nível de noticiabilidade, prossegue, os mass media são estruturalmente levados a falar desses movimentos e a difundir sua imagem (...) Por conseguinte, esses movimentos acabam por se tornar fontes estáveis (e já não ocasionais e controversas) dos órgãos de informação.

As ações do MST podem facilmente ser analisadas sob este enfoque. Produzindo eventos noticiáveis e cruzando o interesse pela noticiabilidade a que se submetem os jornalistas com o próprio interesse em tornar-se notícia, o MST conseguiria transpor a barreira da invisibilidade e do silêncio sobre sua existência.

Luiz Gonzaga Motta ²³ critica o enfoque funcionalista, como o descrito por Wolf, que considera os valores-notícia inerentes à prática profissional do jornalista como responsáveis pelos critérios de seleção ou de exclusão de conteúdos. Tais valores estariam ligados aos fatos reais, tais como o impacto na sociedade, o significado social, a proeminência das personagens envolvidas, a proximidade do ocorrido e a sua atualidade; o grau de improbabilidade, o alcance ou efeitos sobre os leitores. Ou seja, o próprio fato que é cogitado para ser publicado já traria consigo os motivos para ser incluído ou suprimido. Para Motta, no entanto, o funcionalismo ignora fatores políticos e econômicos, centrando o

foco nos valores técnico-profissionais que influenciam as decisões dos editores. Ao discorrer sobre o processo de seleção de notícias e suas vinculações ideológicas, o autor cita a corrente do Controle Social, segundo a qual a inclusão ou a supressão do que será comunicado podem ocorrer de forma direta e coercitiva, ou de forma indireta e sutil – para ele – “ideológica”. As formas coercitivas de controle se referem, segundo Motta, às ações de intervenção exercidas diretamente pelas fontes de poder interno ou externo, capazes de induzir os tomadores de decisão a se conformar, por meio de sanções, punição ou eliminação: “*Em geral estão vinculados a controles políticos e econômicos explícitos exercidos pelos diretores, executivos e editores*”.²⁴

Um exemplo disso é o que fez a TV Educativa do Rio ao censurar a veiculação de uma entrevista dada pelo líder do MST, João Pedro Stédile, em maio de 2000. Embora seja uma emissora controlada pelo governo, nem por isso a TVE poderia desrespeitar alguns princípios democráticos básicos aplicáveis a qualquer órgão de comunicação. A reprovação do gesto veio da própria imprensa, como foi o caso da *Folha de S. Paulo*, que num primeiro momento, considera “*discutível*” a decisão da emissora governamental. Em editorial intitulado “*Contrato para todos*”, (9.05.2000. Pág. A2), a *Folha* afirma que:

O argumento do chefe da Secretaria de Comunicação do governo federal – de que uma pessoa indiciada pela Polícia Federal não poderia ter suas idéias difundidas numa rede educativa – é discutível para dizer o menos. (...) As conseqüências de uma infração ao Código Penal, em um país mais civilizado, seriam a eficaz e imediata repressão policial bem como o indiciamento com base nas leis criminais ordinárias, garantido o amplo direito de defesa. Não cabe cassar a palavra de ninguém.

O assunto ainda repercute uma semana depois no caderno *TV Folha* (14.05.2000. Pág. 2), em que Alcino Leite Neto escreve o artigo “*O colapso da televisão*”:

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo, Andrea Matarazzo, leva ares de homem civilizado e democrata, mas de fato ele não é. Foi truculenta sua atitude de censurar uma rede pública,

ou de incitá-la à auto-censura, o que dá no mesmo, impedindo a TV Educativa do Rio de transmitir entrevista com João Pedro Stédile, dirigente do MST.

A censura da Tevê Educativa revela uma contradição interessante. Afinal, trata-se de uma emissora controlada pelo governo federal, o que faz supor que o critério para a supressão de uma entrevista tenha sido predominantemente político. Parece improvável que uma emissora comercial praticasse tal censura, especialmente porque não pautaria algo que não fosse possível veicular. Ao mesmo tempo, fica a possibilidade de que a censura ocorra então justamente na pauta. Isto é, exigências sobre tempo, espaço, custos ou necessidades industriais podem simplesmente contra indicar ou impedir sequer a realização de certos tipos de entrevistas. De todo modo, o que se constata aqui é que a atitude reprovável da TV Educativa, combinada com a reação, inevitavelmente democrática, de jornais como a *Folha de S. Paulo*, acabou resultando em mais um momento favorável ao MST, fornecendo ao movimento reforço ao seu argumento de que não lhe é dada a palavra e, portanto, sua acusação de que a mídia – como um todo – não seria democrática.

Outra corrente de pensamento sobre o jornalismo citada por Luiz Gonzaga Motta é a dos estudos culturais. Entre os representantes de tal “escola”, ele cita Stuart Hall, para quem a seleção de notícias é feita mediante referências implícitas a critérios não declarados daquilo que é significativo. A seleção de notícias estaria aprisionada por conhecimentos inferidos sobre a audiência, por suposições sobre a sociedade e por um código ideológico profissional. Para Hall, a questão crítica não são as possíveis “*opções malignas para a direita ou para a esquerda dos editores, mas sim as distorções não intencionais internalizadas nos procedimentos profissionais que inclinam as instituições midiáticas a favor do ‘status quo’*”.²⁵ A fonte que orienta as decisões estaria localizada fora do sistema da mídia, no coração da cultura política.

Motta critica ainda o estruturalismo, ao defender que embora o conteúdo do discurso implícito ou explícito possa ser importante, é mais importante ainda examinar os mecanismos, os meios de produção desses discursos, dos sistemas de regras que selecionam e combinam sentidos para produzir os produtos ideológicos. Em vez de entender esses

sistemas de regras como aqueles que surgem das estruturas internas das mensagens, como propõe a análise estrutural, eles precisam ser levantados da análise histórica dos conflitos sociais da realidade em questão, da luta de classes, dos enfrentamentos políticos e econômicos. O importante, segundo Motta, seria investigar as funções de classe das instituições e das práticas ideológicas. As observações deveriam começar com uma análise de classe que situasse as instituições da mídia na estrutura de poder da sociedade e deveriam derivar dessa análise as categorias para estudo do sistema de regras que atua para combinar certos sentidos e não outros num determinado sistema de produção de mensagens. Segundo o autor, “*Seria então imprescindível examinar a posição de classe que afeta o comportamento da mídia e identificar os interesses incorporados na organização dos processos de decisão editorial que operam na organização*”.²⁶

A CREDIBILIDADE E A VERDADE DA IMPRENSA

O que os jornais vendem aos seus anunciantes não é o espaço ou o tempo no caso dos veículos audiovisuais, mas sim a credibilidade. Mesmo que não concordem com tal idéia, o fato é que nas peças promocionais que divulgam, os jornais costumam oferecer a seus leitores, além da velocidade, da cobertura completa, a imparcialidade, a isenção, a neutralidade. De acordo com Luiz Gonzaga Motta, postura semelhante é adotada para estabelecer o lugar e a função da imprensa no jogo político. De acordo com ele, é a própria imprensa como instituição quem continua defendendo uma posição de imparcialidade e de distanciamento na observação e no relato dos eventos públicos. A insistente defesa de uma posição ideologicamente independente na cobertura dos fatos serve de sustentação para a reivindicação de uma atitude profissional de jornalismo moderno.

No prefácio do livro *Elementos do Jornalismo*, Kovach e Rosenstiel²⁷ explicam que um dos medos manifestados pelos jornalistas americanos que se reuniram para discutir os principais problemas da profissão era de que em vez de prestar um serviço público relevante, o jornalismo na verdade estaria prejudicando esse nobre propósito. E ao mesmo tempo o público desconfiava mais e mais dos jornalistas, chegando até a odiá-los. De

acordo com eles, em 1999, somente 21 por cento dos americanos achavam que a imprensa de fato estava preocupada com as pessoas. Ainda segundo os dois autores, por volta de 1938, os livros didáticos de jornalismo começaram a questionar quão verdadeiras podiam ser as notícias. Ao longo dos cinquenta anos seguintes, depois de décadas e décadas de discussões e argumentos, alguns guiados por ideologias e até por acadêmicos desconstrucionistas pós-modernos, chegamos ao ponto onde há gente que nega a possibilidade de se colocar os fatos dentro de um contexto significativo e dessa forma dizer a verdade sobre esses mesmos fatos. Os autores afirmam que “*A verdade talvez nem mesmo exista, considerando que somos todos indivíduos subjetivos*”. De acordo com eles, discussões filosóficas sobre a existência da “verdade” se baseiam em conceitos semânticos. Por sua própria natureza, o jornalismo é reativo e prático, não filosófico ou introspectivo.

Para formar uma opinião consistente a respeito de qualquer assunto, é natural que as pessoas desejem obter informações confiáveis a respeito dele. Se o jornalismo tem como principal função fornecer informações, nada mais lógico que esperar do jornalismo o relato verdadeiro dos fatos. Ao termo verdade, estão fortemente vinculadas as idéias de isenção, imparcialidade, objetividade e neutralidade, todas indispensáveis para que se conheça a realidade. No entanto não é bem assim que a coisa funciona. Nem todo mundo por exemplo admite sequer a possibilidade de um relato sobre algum fato que não esteja já impregnado, contaminado pelo olhar parcial do observador. O fato é que, como afirmam os autores, um ceticismo epistemológico permeia hoje todos os aspectos da nossa vida intelectual, desde a arte e a literatura até o direito, a física e a história. O historiador da Columbia University, Simon Schama, diz que “*a certeza de uma verdade em última análise observável, empiricamente verificável, já não existe, morreu*”.²⁸ A polêmica, no entanto, parece fora do lugar. Trata-se de uma falsa oposição negar a possibilidade de relato verdadeiro em função da idéia de que o real não existe e só pode ser construído pela mente humana. Como afirma Sylvia Moretzsohn, a oposição é falsa pois um não exclui o outro, se levarmos em consideração que “*o jornalismo não é o discurso da realidade, mas um discurso sobre a realidade*”.²⁹

Kovach e Rosenstiehl afirmam que o jornalismo existe dentro de um contexto social, no qual os cidadãos e a sociedade para funcionar dependem de um relato preciso e confiável dos fatos. Os autores chamam isso de “verdade funcional”. Assim, explicam eles:

A polícia prende suspeitos baseada em fatos; os juízes comandam julgamentos, os jurados dão veredictos de culpa ou inocência. As indústrias são reguladas; os impostos são recolhidos, as leis são elaboradas. Os pais e as escolas ensinam aos filhos e alunos normas e regras, história, física, biologia.

Todas essas verdades, incluindo as leis da ciência, dizem Kovach e Rosenstiehl: “*Estão sujeitas a revisão, mas enquanto isso nos orientamos por elas porque são necessárias e funcionam*”.³⁰ O que o jornalismo procura ou deveria procurar é justamente isso, uma forma prática e funcional da verdade, não a verdade no sentido absoluto ou filosófico, nem a verdade de uma equação química mas a verdade num sentido por meio do qual as pessoas possam funcionar no seu dia-a-dia. Mais que isso, o que cabe à imprensa é contribuir, fornecer elementos, ajudar a pôr ordem nas coisas, para que o público, por si próprio, encontre a verdade, num processo que se estende ao longo do tempo. Pode não ser o que interessa à mídia, nem mesmo o que melhor interessa ao MST, mas certamente é o que espera e deseja a opinião pública, com a qual ambos pretendem falar.

NOTAS:

1. Papa João Paulo II em pronunciamento a um grupo de donos de meios de comunicação de todo o mundo. Declaração registrada pela *Associated Press*, no Dia dos Jornalistas no ano sagrado do Vaticano, 4 de junho de 2000. Apud KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Pág. 35.
2. MOTTA, Luiz Gonzaga. Org. *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2002. 366 p. Pág. 143-144.
3. MOTTA, Luiz Gonzaga. Idem. Pág. 15.
4. www.google.com.br. Acesso em 20.01.06.
5. RODRIGUES, Malena Rehbein. *Agendando o Congresso Nacional: do Agenda-setting à crise da democracia representativa*. In MOTTA, Luiz Gonzaga. Org. Idem. Pág. 106.
6. NOVAES, Washington. *A quem pertence a informação?* Petrópolis, Vozes: 1989. Págs. 92-94.
7. KUNCZICK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. Trad. Rafael Varela Jr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Pág. 391.
8. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Págs. 249-251.
9. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Pág. XVI.
10. Provão do MEC de 2002. Disponível no site do Inep. www.inep.gov.br/
11. AMARAL, Roberto. *Imprensa e controle da opinião pública: Informação e Representação do Mundo Globalizado*. In MOTTA, Luiz Gonzaga. Idem. Pág. 77.
12. Fonte Associação Nacional de Jornais. Site da internet. www.anj.org.br. Acesso em março de 2006.
13. RODRIGUES, Malena Rehbein. *Agendando o Congresso Nacional: do Agenda-setting à crise da democracia representativa*. In MOTTA, Luiz Gonzaga. Org. Idem. Pág. 121.
14. RODRIGUES, Malena Rehbein. Idem. Pág. 123.
15. MOTT, 1958:7. Apud NOVELLI, Ana Lucia. *O Projeto Folha e a Negação do Quarto Poder*. In In MOTTA, Luiz Gonzaga. Org. Idem. Pág. 188.
16. *Folha*, 1986:18. Apud NOVELLI, Ana Lucia. Idem. Pág. 193.
17. Idem.

18. SILVA, 1991:95. *Apud* Ana Lucia Novelli. Idem. Pág. 190.
19. NOVAES, Washington. *A quem pertence a informação?* Petrópolis, Vozes: 1989. Págs.: 68 e 69.
20. GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A estreita convivência entre notícia e anúncios na página dos jornais*. In Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, Vol. XXVI, no. 1. Janeiro/junho de 2003. Intercom. Pág. 47 a 63.
21. WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Trad.: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, LDA, 1995. Pág. 175.
22. WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Idem. Pág. 177/178.
23. MOTTA, Luiz Gonzaga. Org. *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2002. 366 p. Pág. Pág. 126.
24. MOTTA, Luiz Gonzaga. IDEM. Pág. 126.
25. HALL, Stuart., 1973:90. *Apud* MOTTA, Luiz Gonzaga. IDEM, pág. 131.
26. MOTTA, Luiz Gonzaga. Idem. Pág. 142.
27. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Pág.: 19.
28. WOOD, Gordon. *Novel History*. New York Review of Books, 27.06.91. 16. *Apud* KOVACH E ROSENSTIELL. Pág. 66.
29. MORETZSOHN, Sylvia. *Apud*. MOTTA, Luiz Gonzaga. Op. Cit. *Apresentação*. Pág. 24.
30. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Pág.: 68.

CAPÍTULO VIII

AS ESTRATÉGIAS DO MST NA MÍDIA

Os pensamentos que presidem as ações dos Sem-Terra

Assim como o opressor, para oprimir, necessita de uma teoria da ação opressiva, assim também o oprimido, para se tornar livre, necessita de uma teoria da ação. O opressor elabora sua teoria da ação sem o povo, porque na verdade coloca-se contra ele; nem pode o povo, já que é subjugado e oprimido, internalizando a imagem do opressor, construir por si mesmo a teoria de sua ação libertadora. Apenas no encontro do povo com os líderes revolucionários em sua comunhão, em sua práxis, pode essa teoria ser construída.
(Paulo Freire).¹

As ações, discursos e intenções do MST que, ao longo do período aqui estudado, ganharam projeção ou visibilidade pública nos meios de comunicação de massa são articulados pelos sem-terra em seus encontros, assembléias ou congressos do movimento. Há alguns princípios que podem ser considerados estratégicos para o movimento. Princípios que têm a ver com a própria definição do que é e do que pretende o MST. Neste conjunto aparecem as idéias básicas, fundamentais, que estruturam o próprio discurso sobre a existência de um movimento de trabalhadores sem-terra. Como se constitui, no que acredita, quais são seus objetivos e como mantém sua coerência. Este capítulo trata das linhas políticas adotadas pelo MST, ou mais precisamente, de como tais orientações são entendidas a partir do que é difundido pela imprensa. Ao tomar parte no jogo da hegemonia, a partir do momento que ingressa no campo da disputa hegemônica, o movimento não apenas tem que sustentar a coerência das propostas que defende como também empenha-se em apresentá-las da maneira mais favorável e convincente possível a

fim de obter apoio e aprovação da opinião pública. Neste processo, dinâmico e complexo, os sem-terra deparam-se com a necessidade de transformar em vantagens as características adversas do campo e, ao mesmo tempo, resistir às exposições e críticas de suas próprias contradições. Este capítulo investiga como o MST lida com as desvantagens do campo da disputa e as reverte a seu favor, como lida com a mídia. Em torno de que princípios, valores ou linhas políticas. O que pensa. O que está por trás de cada fato que se torna notícia, ou melhor os antecedentes e motivações de cada ação que vira notícia ou das razões pelas quais algumas informações permanecem desconhecidas do grande público.

AS PALAVRAS DE ORDEM

Sínteses de idéias, direções ou posições, contidas numa expressão ou numa frase, as *palavras de ordem* são instrumentos de mobilização e identificam ou enfatizam o motivo principal de cada ato organizado pelo MST. A trajetória do movimento é acompanhada por uma evolução do significado das palavras de ordem utilizadas em cada momento de sua luta. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira ², a análise de suas “*palavras de ordem*” é um dos caminhos para entender a trajetória do MST. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era *Terra para quem nela trabalha* (1979-83). O MST retomava a luta por uma das reformas de base anunciadas pelo governo de João Goulart e interrompidas pelo golpe militar de 1964. Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: *Terra não se ganha, terra se conquista* (1984). Durante o governo de José Sarney, quando foi aprovado mas não implementado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, os lemas passaram a ser: *Sem Reforma Agrária não há democracia* (1985) e *Reforma Agrária já* (1985-86) que retomava o slogan das manifestações pelas eleições diretas para presidente da República, o “*Diretas já!*” de 1984. A violência no campo aumentou e passou a atingir também pessoas que apoiavam o MST, como advogados, políticos, religiosos etc. e os sem-terra mudaram as palavras de ordem para: *Ocupação é a única solução* (1986) e *Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra* (1986-87), que pretendia afirmar o caráter pacífico da luta dos sem-terra. Na época da Assembléia Nacional Constituinte, o lema aprovado foi *Reforma Agrária: na lei ou na marra* (1988), que lembrava o lema das Ligas Camponesas da década de 50. Mas

depois que os assentamentos começaram a ser conquistados, foi modificado para *Ocupar, Resistir, Produzir* (1989). Segundo Umbelino de Oliveira, “*Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político*”. No início da década de 90, durante o governo de Fernando Collor de Mello, os princípios orientadores da luta passaram a ser: *Reforma Agrária: essa luta é nossa* (1990-91) e *MST, agora é prá valer* (1992-93). A mudança nas palavras de ordem representa a mudança da estratégia política adotada pelo movimento. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso surgiu o lema: *Reforma Agrária: uma luta de todos!* (1995). Foi um período de crescimento e aceitação do MST no conjunto da sociedade brasileira e o slogan indicava a consciência da necessidade de maior envolvimento e articulação com outras forças do movimento social. No ano 2000 o lema passou a ser *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e do cumprimento do preceito de que a terra deveria cumprir sua função social.

Os lemas contidos nas palavras de ordem são melhor detalhados pelas resoluções aprovadas em congressos que reúnem, de tempos em tempos, um número mais amplo de representantes dos sem-terra, como o IV Congresso do MST, realizado em Brasília, no ano 2000³, cujas diretrizes permanecem em vigor. Basicamente, os sem-terra afirmam que em vez de plantar alface, querem plantar árvores, o que significa estimular lutas sociais a longo prazo, para que gerem consciência nas pessoas e estas possam ir acumulando experiência para um novo período histórico em que tenham condições suficientes para mudar a correlação de forças na luta pela hegemonia.

Além disso, o movimento quer elevar o nível cultural a fim de enfrentar e resistir ao que considera *manipulação* dos meios de comunicação. Distribuídas em 12 itens ou linhas de atuação, as deliberações tratam da organização dos pobres para lutas massivas pela Reforma Agrária; da construção da unidade no campo ajudando outros movimentos; do combate ao modelo das elites contrapondo-o ao modelo de sociedade que o MST defende, ou seja: os sem-terra não pretendem ficar só na luta corporativa de “quero terra”, mas construir um projeto ideológico, com base na convicção de que a reforma agrária não tem

viabilidade se não se der dentro de um novo projeto de sociedade, nitidamente distinto do modelo contra o qual o MST se insurge.

As deliberações tratam também do posicionamento do movimento em relação ao meio ambiente e aos alimentos transgênicos; da discussão sobre os problemas da mulher do campo; da política de alianças, especialmente com setores urbanos e da consolidação do MST como força cada vez mais presente na disputa pela hegemonia na sociedade brasileira. Tais diretrizes são apresentadas a seguir, em seções que tratam das estratégias, valores e princípios que orientam, explicam ou justificam a participação do MST em acontecimentos que se tornaram notícias.

O IDEÁRIO DE ESQUERDA

Em sua página na internet ⁴, em texto intitulado “*Quem somos*”, o MST afirma que pretende retomar a luta dos Quilombos, os negros que resistiram à escravidão, no século XVII; dos revoltosos de Canudos que enfrentaram tropas da República no interior da Bahia, no final do século XIX; dos camponeses de Trombas e Formoso, em Goiás (1954), cujo líder, José Porfírio de Souza, foi cassado e perseguido após o golpe militar de 1964, sendo preso e torturado em 1972 e desapareceu misteriosamente após ser solto em 1973; das Ligas Camponesas que revolucionaram os canaviais de Pernambuco na década de 50 e cujo líder Francisco Julião – que pregava a reforma agrária “na lei ou na marra” - também foi preso pelo regime militar de 1964 e obrigado a deixar o país; e ainda da Guerrilha do Araguaia (1972-74), no sul do Pará, luta organizada pelo Partido Comunista do Brasil e considerada a última e mais duradoura tentativa de insurreição armada contra o regime militar de 64. O Exército se instalou no Araguaia em abril de 1972 e realizou três campanhas militares para reprimir o movimento, mobilizando mais de 20 mil homens, na maior operação das Forças Armadas no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. As lutas prosseguiram até 1974, com a prisão e morte dos guerrilheiros, muitos deles degolados.

O texto de apresentação do MST resgata um ideário de esquerda no Brasil pré-1964 que se tornará um dos principais motivos de condenação do MST pela imprensa. Em

entrevista à revista *Veja*, (Edição de 7.10.98. Pág.: 13), Jaime Amorim, o principal líder do MST em Pernambuco, cita os nomes de alguns líderes a quem admira. A revista explica com informações entre parênteses quem foram os personagens citados:

Admiro Che Guevara (Ernesto Che Guevara, líder da revolução cubana, morto quando tentava organizar a guerrilha na Bolívia, na década de 60), *Marighella* (Carlos Marighella, líder de organização armada de esquerda no Brasil, morto pela polícia numa emboscada em 1969), *Zapata* (Emiliano Zapata, líder da revolução camponesa mexicana, na década de 10), *Mão Tsé-tung* (líder da revolução comunista na China, em 1949), *Marx* (Karl Marx, autor do livro O Capital e principal ideólogo do comunismo), *Lênin* (Vladimir Ilich Lênin, fundador da antiga União Soviética), *Paulo Freire* (pedagogo brasileiro de esquerda), *Zumbi dos Palmares* (líder de uma rebelião de escravos negros em Alagoas, no século XVII) e *Jesus Cristo*. *Como Cristo, acredito que a fé remove montanhas. Sou um pouco de todos, mas não sigo nenhum.*

A entrevista com Jaime Amorim foi publicada pela revista na edição que chegou às bancas no dia da eleição presidencial de 1998, quando Fernando Henrique Cardoso foi reeleito. Intitulada “*Apelo às armas*”, a entrevista confirmava que “*líder dos sem-terra diz que o movimento é contra a violência, mas admite uso da luta armada em algumas circunstâncias*”.

Criado dentro das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, o MST mantém vínculos estreitos com o pensamento religioso cristão e não vê contradição em associar a isso idéias materialistas como as inspiradas no marxismo. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* (05.09.99. Pág.: 7) João Pedro Stédile explica que uma grande parte da esquerda caiu numa armadilha ao se render aos teóricos que consideraram a queda do Muro de Berlim como o fim do socialismo. Além de socialistas, os sem-terra também são cristãos, como afirma Stédile ⁵ :

Somos de esquerda e vamos à missa. Para nós, não existe contradição nenhuma nisso. Ao contrário: a nossa base usa a fé religiosa que tem para alimentar a sua luta, que é uma luta de esquerda, que é uma luta contra o Estado e contra o capital.

Ele lembra que na origem do MST estão as igrejas católica e luterana e nada impede que as imagens de Jesus Cristo e de Che Guevara estejam no mesmo espaço ocupado pelos sem-terra. Conforme afirma em entrevista à revista *Veja* (06.08.97), para Stédile, a maioria dos militantes do MST é cristã pela formação nas comunidades eclesiais “e socialista por causa da tradição histórica dos trabalhadores”. Para ele não existe nada mais moderno que sonhar com o socialismo: “Atrasado é continuar defendendo o capitalismo, o latifúndio.” Perguntado se o MST resolveu copiar a revolução bolchevique de 1917 na Rússia, o líder nega: “Não, nós não somos bolcheviques, somos um movimento de massas que luta pela reforma agrária. Toda vez que procuram um bode expiatório nos acusam de bolcheviques. É uma grande bobagem.” A estratégia adotada em relação à religião foi a de evitar uma competição, na expectativa de que a política se fortalecesse e a religião passasse a ser observada de maneira mais crítica. As críticas e reprovações às idéias que orientam os sem-terra dirigem-se não propriamente a tais contradições, mas sim ao socialismo pregado por elas. Neste debate, emerge uma outra contradição, ironizada por outro líder importante do MST, Ademar Bogo, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* (Caderno EU &. 9, 10 e 11.06. 2000, pág.: 19):

É engraçado: se são experiências acabadas, se o socialismo acabou e o leninismo foi aquela porcaria que levou tudo ao fracasso, qual é a preocupação com um sujeito estar estudando isso? Se é um nicho da teoria, por que é que preocupa tanto a classe dominante quando alguém quer resgatar isso? Significa que não é bem assim.

Ao apresentar a entrevista com Ademar Bogo, um dos principais teóricos do MST, o jornal *Valor Econômico* descreve assim o movimento:

O MST tem um ideário difuso, que mistura misticismo religioso com princípios doutrinários marxistas simplificados, elementos de cultura de massa com de folclore, ingenuidade com teoria revolucionária, utopia comunitária com respeito ao direito da pequena propriedade privada.

Na verdade o que Ademar Bogo oferece é uma boa quantidade de elementos úteis para se compreender o que é estratégico para o MST. Ele entende que a reforma agrária é uma reforma e o que se faz necessário é uma revolução dentro dessa reforma, o que significa resolver todos os aspectos contraditórios e criar novas contradições. Isto é, na visão de Bogo o processo é contínuo e a cada vitória do MST faz-se necessário estabelecer novos objetivos. Por exemplo, se num primeiro momento, o MST cadastra e mobiliza agricultores sem-terra para invasões/ocupações de fazendas, no momento seguinte, quando a terra é desapropriada e é feito o assentamento, é preciso articular com os assentados novos tipos de mobilização e luta para garantir financiamentos e condições de comercialização, como por exemplo a criação de associações para gerir o assentamento e cooperativas para comercializar a produção. Uma vez assentados, é preciso convencer os agricultores da necessidade de se construir um novo projeto de sociedade, baseada na solidariedade e na cooperação.

Convencido de que o entendimento do que seja Reforma Agrária vem conquistando um espaço objetivo, ele acredita que o tema teria um sentido imediato que é econômico e um sentido estratégico, que é político. Bogo explica que embora atue dentro do capitalismo o movimento tem alguma parcela de poder, restrita a lugares específicos, onde é possível propor e controlar formas de produção diferenciadas, junto com novas organizações da comunidade e a preservação da natureza. *“É apenas na medida dessa parcela de poder que se pode desenvolver a idéia da revolução cultural”*, diz ele. As formulações não nasceram prontas, isto é, o MST faz autocritica e ajusta sua visão estratégica por exemplo quando percebe, segundo Bogo, que *“estava tomando latifúndio, distribuindo terra e produzindo com as mesmas orientações destrutivas da grande agricultura”*. Não haveria novidade alguma nas propostas do movimento, se os assentamentos agissem como empresas agrícolas que vendem venenos e insumos. Para evitar que a reforma agrária pretendida pelo

movimento seja superada pela história e também para preservar a qualidade da mudança, o teórico propõe que se estabeleça um método para possibilitar pequenas mudanças que ajudem a construir um novo tipo de camponês, uma nova pessoa que tenha consciência histórica e que aponte para um futuro diferente. Bogo explica que hoje o movimento já tem uma dimensão diferente que não é apenas da luta e da fome. *“Há uma reconstrução humana, que é feita por meio da colocação das pessoas no seu local de trabalho, com a reconstituição de sua convivência familiar, e de sua reeducação”*. A estratégia, segundo ele, é fazer avançar determinados aspectos de uma revolução maior ainda que permanece por ser feita.

Como confirmação e atualização do ideário de esquerda, o Congresso de 2000 estabelece no item 8 de suas diretrizes, que o movimento deverá:

Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas); Lutar pelo não pagamento da dívida externa; Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras; Defender a cultura brasileira frente as agressões culturais imperialistas.

Todas as diretrizes acima costumam encontrar oposição na linha editorial dos grandes jornais brasileiros. Em editoriais, reportagens e mesmo em artigos ou colunas, a chamada grande imprensa costuma considerar “absurdo” o calote ou qualquer espécie de proposta de moratória sobre a dívida externa. Igualmente costumam ser classificados como censuráveis os discursos contrários ao FMI, a OMC, o BIRD ou a ALCA. A visão neoliberal que predomina no alinhamento político dos jornais também defende a privatização de empresas estatais e trata apenas como efeitos da globalização mundial aquilo que o MST chama de *“agressões imperialistas à cultura brasileira”*.

Na área econômica, conforme explica João Pedro Stédile em entrevista à revista *Carta Capital* (21.09.05. Págs.:28-33) o movimento sugere maior interlocução com economistas do Rio e São Paulo para pensar um projeto que seja centrado na idéia de que é preciso olhar a economia como uma economia nacional. O movimento considera bobagem acreditar que, em nome da globalização, o Brasil será salvo pelo capital internacional. A economia deve organizar a produção nacional para resolver os problemas do povo, no seu território. Além disso, é preciso distribuir renda, dar poder aquisitivo para a população se transformar em cidadã. Controlar o capital financeiro. Construir e manter a unidade. Estudar muito a realidade brasileira, os pensadores brasileiros. Proferir conferências e palestras, dar entrevistas a alguns veículos de comunicação, isto é, aqueles selecionados segundo critérios que distinguem órgãos de imprensa favoráveis e contrários ao MST a fim de expor o ponto de vista da liderança do movimento.

De acordo com o que pensa o MST, o modelo econômico praticado pelo setor hegemônico tem a ver com a macroeconomia, a mecanização, a alta produtividade e a agroindústria voltada para a exportação. O resultado positivo da economia, do ponto de vista dos números, contribui para a balança comercial, facilita obtenção de crédito, gera divisas, reduz o custo Brasil. O discurso do MST, ao longo do tempo, vem apresentando outras vozes além de João Pedro Stédile, José Rainha ou mesmo Ademar Bogo. Uma delas é a de João Paulo Rodrigues, uma das novas lideranças do MST, formadas nas escolas mantidas pelo movimento. Conforme matéria intitulada “*MST quer fim do modelo agrícola exportador*”, publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* (11.05.03. Pág.: A10), João Paulo Rodrigues afirma que “*Ficar dizendo que os agronegócios resolvem os problemas do Brasil é balela. Esse modelo favorece a concentração de terras, não gera empregos em níveis suficientes, prejudica o meio ambiente e não produz alimentos*”. Esta parece ser, em síntese, a visão que o MST tem do sistema empresarial agrícola voltado para a exportação. João Paulo, que também é integrante da Coordenação Nacional do MST, considera a situação grave pois, segundo ele, o campo seria o único local onde pode haver uma imediata expansão do nível de emprego no País. Na mesma reportagem do *Estado de S. Paulo*, fala também um líder mais experiente, Gilmar Mauro, que aproveita para criticar o governo de Luis Inácio Lula da Silva e cobrar mais assentamentos de reforma agrária:

Não adianta dizer que faltam recursos. Quando eleva a taxa de juros para 26%, o governo não pergunta se vai ter dinheiro para pagar sua dívida, nem se há reserva no Orçamento. Sempre que se fala na questão social, porém, aparece o Orçamento que engessa tudo.

A estratégia, portanto, consiste em definir e defender uma visão de mundo, baseada numa série de valores e pontos de vista políticos acerca da condução do país que se oponham ao que atualmente é predominante. Com isso, o MST define um pólo em torno do qual os segmentos sociais e as forças políticas atuantes no Brasil, insatisfeitas ou contrárias à ordem vigente poderiam se agrupar, mostrar apoio ou contribuir.

A RECUSA DO MST EM SE TORNAR PARTIDO

O MST quer crescer sem virar partido. O título da matéria do *Jornal do Brasil*, (8.09.99.Pág.: 7) define bem o pensamento dos líderes do movimento. O principal líder dos sem-terra, João Pedro Stédile, por exemplo, considera exagerada a avaliação do sociólogo José de Souza Martins para quem o MST seria “*o maior partido camponês da América Latina*”.⁶ Segundo Martins, existe uma diferença entre movimento e organização. A tendência de um movimento social seria a de desaparecer, uma vez atingidos seus objetivos ou perdida sua capacidade de pressionar. Neste momento, o movimento se transformaria em organização partidária ou de outro tipo. Para o sociólogo, o MST já teria deixado de ser um movimento e se transformado numa organização. Mesmo sem ter programa e organização propriamente partidários, o MST conseguiu dar estatura política a uma luta popular e transformou-se num “*partido popular agrário*”. Stédile concorda com as características atribuídas ao movimento, mas explica que a conclusão de José de Souza Martins deve-se ao modo de funcionamento do MST, o que, para o líder dos sem-terra não é necessariamente uma questão partidária, já que nunca esteve no horizonte do MST se transformar em partido político, embora acrescente que o MST não abriria mão de

participar da vida política do país. O MST tem, portanto, como *política*, não se tornar *partido político*. De acordo com seus líderes, há no Brasil uma crise política de representação configurada pelo fato de que a maioria dos brasileiros não se sente representada por este sistema. O movimento defende uma reforma política de fundo. Em entrevista à revista *Carta Capital* (21.09.05 Pág.: 29), João Pedro Stédile afirma que é a favor da “*Criação de instrumentos de democracia direta para garantir que a população autoconvoque plebiscitos*”.

Por mais de uma vez, diante de suas postulações políticas, o MST foi desafiado a se transformar em partido político. Em agosto de 2000, o jornalista Márcio Moreira Alves, colunista de *O Globo*, parece não ter dúvida sobre o destino parlamentar do movimento. Em artigo intitulado “*Reforma Agrária*” (20.08.2000. Pág.: 4), afirma ele: “*Já o MST, segundo as conclusões de seu IV Congresso, caminha para transformar-se em partido político. É uma pena, mas é lógico. O que seus líderes querem é tomar o poder.*” Embora afirme não desprezar o caminho eleitoral, o MST, segundo entrevista de João Pedro Stédile ao *Jornal do Brasil* (21.05.00. Pág. 12), entende que as mudanças que defende não poderiam se dar apenas por iniciativa de representantes eleitos pelo povo:

Vários dos nossos militantes são deputados, prefeitos. Agora, as mudanças nesse país não vão se dar pelo parlamento. O parlamento é apenas ressonância da correlação de forças na sociedade e a correlação de forças na sociedade só vai mudar se os pobres forem pra as ruas, se organizarem e lutarem contra o governo.

O posicionamento de Stédile e do MST em relação ao parlamento revela assim algumas contradições. Embora o movimento afirme que pretende uma via alternativa às representações partidárias, ao longo de sua história sempre foi associado a partidos ditos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores. Do mesmo modo é contraditório o MST afirmar que não pretende a representação partidária quando integrantes do movimento disputam eleições e conseguem conquistar cargos eletivos. Suas propostas e visão de

mundo poderiam integrar um programa de partido, mas em sua disputa pela hegemonia, os sem-terra preferem atuar no fortalecimento da sociedade civil, de onde podem influenciar partidos e parlamentares. Uma das explicações mais consistentes para tal posicionamento se traduz na preocupação com o desgaste que a representação partidária sofreu nos últimos anos junto à opinião pública, desgaste aliás que deve muito aos próprios meios de comunicação que, não apenas no jornalismo, mas na dramaturgia e mesmo em programas de humor costumam tratar com desconfiança, com deboche e freqüentemente com reprovação a conduta de políticos no desempenho de seus mandatos. Ao se recusar a se constituir como um partido político, o MST a um só tempo se preserva de ataques típicos da mídia ao setor político formal e consegue maior acolhida por parte da opinião pública, que poderia lhe negar votos mas não desprezaria com a mesma facilidade as reivindicações dos sem-terra. Como sustenta outro líder do MST, Jaime Amorim, em sua explicação para que o movimento não se torne um partido político. Segundo entrevista dele à revista *Veja* (07.10.98), a experiência adquirida durante as marchas dos sem-terra mostrou que a população acolhia melhor os militantes quando descobria que eles não estavam fazendo campanha política: *“Nunca vamos nos transformar em partido político. [...] Perderíamos credibilidade se mudássemos nosso rumo. Partidos políticos existem muitos...”*. O MST entende que ao se transformar em partido político, deixaria de existir como movimento social. Com base nisso, tenta garantir sua autonomia. *“Aqui não tem ninguém que manda. Nem o velho Partido Comunista, nem o PT, nem a Igreja. Fizemos erros e acertos, mas sem tomar lição de ninguém”*, afirma João Pedro Stédile.

A autonomia defendida pelo líder encontra confirmação nas várias ocupações de terra feitas após a posse do presidente Luis Inácio Lula da Silva, o que de alguma maneira era previsível a julgar por notícias como a publicada por *O Globo* (28.07.02. Pág. 10): *“Stédile prevê mais protestos com Lula no poder”*. De acordo com a matéria, o coordenador nacional dos sem-terra afirmou que o movimento continuaria fazendo mobilizações e passeatas pelo país, independentemente de quem ganhasse as eleições. Segundo o jornal, o líder do MST disse que isso ocorreria porque Lula representaria forças sociais interessadas em mudanças radicais. Ou seja, a vitória de Lula abriria espaços para que as ações e postulações do MST também avançassem.

Em setembro do mesmo ano, o assunto é notícia novamente em *O Globo* (08.09.02. Pág.: 10): “*CUT e MST cobrarão promessas de Lula*”. De acordo com o texto, antigos aliados do PT, como o MST e a CUT afirmam que não participarão do governo se Luis Inácio Lula da Silva for eleito. Embora elogiem o *novo* Lula, as entidades dizem que cobrarão o cumprimento de promessas. Não demora e os elogios começam a ceder lugar a uma postura mais cética. Como indica notícia da *Folha* (20.10.02. Pág.: 13): “*Genóio desagrada a sem-terra e a ruralistas*”. No antetítulo: “*Sem-terra desconfiam de linha light do PT; ruralistas guardam imagem de candidato como guerrilheiro do Araguaia*”.

De qualquer modo, as relações do MST com o Partido dos Trabalhadores mostram-se fortalecidas quando o partido vence a eleição de 2002. Simpatizantes do movimento e até mesmo militantes ocuparam cargos no governo. Além disso, o MST recebeu verbas públicas para seus assentamentos e cooperativas. Entre junho de 2003 e julho de 2004, segundo reportagem da *Folha de S. Paulo* (10.10.04. Pág. A18), o MST recebeu R\$ 8,7 milhões do governo de Luis Inácio Lula da Silva. Tais evidências comprovam que ao lado de sua defesa de uma ação autônoma, independente de partidos, o MST tem sabido ocupar não apenas terras e espaços na mídia, mas também espaços no poder político, ampliando seus recursos e força e integrando a constelação de atores ou agentes capazes de modificar o arranjo de forças que determinam a hegemonia brasileira.

O que se verifica aqui é que o entendimento sobre a possibilidade de o MST se transformar em partido político não ocorre apenas na imprensa. Mesmo aliados como o sociólogo José de Souza Martins aprovam a mudança. A diferença está no enfoque. Enquanto a grande imprensa cobra do movimento que atue de maneira institucional, dentro das regras do jogo da representação política em vigor no Brasil, o discurso aliado enxerga a transformação como uma credencial para o movimento, ou seja, suas propostas, organização e histórico já seriam suficientes para constituir um partido e apresentar-se como opção político-eleitoral. A estratégia adotada fornece argumentos para os opositores do movimento que rejeitam o caráter não-institucional de suas postulações, mas ao mesmo tempo permite que o MST continue a criticar inclusive o próprio modelo de representação.

A ESCOLHA DA IMPRENSA COMO Oponente

Para um movimento de agricultores que querem terra, que reivindicam reforma agrária, o primeiro adversário óbvio seriam os grandes proprietários de terras, os latifundiários, quer fossem pessoas físicas – herdeiros dos poderosos coronéis do passado – ou as grandes empresas da agroindústria que ocupam atualmente seu lugar. Mas não basta ao MST lutar contra o latifúndio, a grande propriedade improdutiva ou mesmo produtiva. Desde cedo em sua trajetória, o MST elege como oponente preferencial os detentores do canal por onde as formulações do movimento podem alcançar setores mais amplos da sociedade para deles obter apoio. Confiante em que existem na mídia de notícias contradições que podem favorecer a exposição de suas demandas, o MST ataca a imprensa sempre que tem oportunidade, mas o objetivo maior é ampliar suas possibilidades de enunciar, de fazer valer suas posições. Como mostra a afirmação de João Pedro Stédile:

Se tivéssemos uma estratégia para aparecer na mídia, como fazem as grandes empresas, gastaríamos uma fortuna. Seria algo impossível para o MST. O objetivo final nunca foi a mídia. É a luta social. Só que a luta social acaba conquistando espaços em jornais, revistas, rádios e TV. Por mais que os proprietários dos meios de comunicação ou o governo não gostem, chega um momento em que eles não têm como esconder a luta social. Dessa forma, a sigla e o nome do MST acabam se popularizando”.⁷

Ao conceituar *Movimento Social*, Maria da Glória Gohn⁸ nos dá já algumas pistas de como a trajetória e a importância do MST estão vinculadas à própria presença do movimento nos meios de comunicação. Ela lembra que, segundo Castells, não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm que se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. Para Gohn:

O que une as carências até a sua formulação em reivindicações são ações concretas dos homens, ações que só projetam aqueles homens em algum tipo de cenário após fundirem a legitimidade e a justeza das demandas, o poder político da base social demandatória junto ao núcleo alvo de suas reivindicações e à mídia, o lugar das demandas na conjuntura político-econômica do momento.

A mídia seria então o lugar onde devem ser apresentados os argumentos de quem se sente desfavorecido. Mais precisamente, poderíamos afirmar que a mídia é indispensável a qualquer movimento que pretenda expandir sua liderança ou obter apoio para suas reivindicações por parte da sociedade. É preciso observar, no entanto, que desigualdade social, miséria, agricultores despossuídos e mesmo a necessidade de uma reforma agrária que nunca foi feita no Brasil são assuntos bem anteriores à existência do MST. Neste sentido, pode-se afirmar que o MST introduziu ou re-introduziu temas antigos nas pautas dos jornais. Todavia, permanece a indagação sobre o silêncio da mídia a respeito de tais questões até então. Afinal, o MST não é o primeiro nem o único movimento social a denunciar a situação brasileira. No entanto, tornou-se um dos mais importantes da história recente do Brasil. Sem dúvida por suas ações mais espetaculares, como invasões ou ocupações de propriedades, mas também porque o momento político lhe favoreceu, enquanto postulante de transformações tidas e acolhidas como necessárias para um contingente relevante numericamente e na intensidade da carência, da exploração e da exclusão. E mais ainda porque tem se utilizado de estratégias e táticas que o sustentam, isto é, sustentam suas posições no debate público, quer seja pela legitimidade social dos postulantes, quer seja pela coerência racional dos argumentos e, especialmente, pelo impacto e efeitos que causam entre a opinião pública. A novidade, portanto, é o surgimento de um movimento social organizado a empunhar bandeiras e postular mudanças numa realidade cujas imperfeições e aspectos humanamente reprováveis eram já conhecidos mas não causavam barulho ou repercussões importantes.

A constatação do silêncio sobre a miséria e ausência de reforma agrária seria suficiente para que o MST surgisse com uma atitude, no mínimo, desconfiada em relação à

mídia de notícias. Some-se a isso as interpretações e avaliações contrárias aos atos e postulações do movimento e os sem-terra terão bons motivos para incorporar a seus discursos constantes acusações à imprensa. De acordo com o entendimento do MST, não interessa à imprensa fazer repercutir questões como a luta de classes:

*O próprio jornal não é uma boa fonte de informações. De certa forma, ele pode fazer repercutir a luta de classes, a luta política. Mostra onde é que estão os centros, as trincheiras principais, mas não abarca todo o universo. Não consegue e não quer porque aí entra o caráter de classe.*⁹

Além disso, a imprensa não é confiável para o MST, pois não diz a verdade sobre o movimento, como afirma João Pedro Stédile: “*A imprensa mente ao dizer que pretendemos substituir o Estado. Pelo contrário: as instituições públicas da sociedade têm que fazer a reforma agrária e nisso o Estado é o agente principal*”.¹⁰ Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (24.08.2003. Pág.: B2), com o título “*Três alqueires e uma vaca*”, o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Rubens Ricupero faz coro com os sem-terra ao observar que “*a imprensa anda perdida no exagero obsessivo da crônica policial das invasões e quase não tem olhos para mais nada*”. Mesmo para um representante da elite, ex-integrante do governo de Fernando Henrique Cardoso, a imprensa parece não dar conta dos antecedentes que contextualizam os episódios mais violentos, como as ocupações, nem seus desdobramentos fora do âmbito policial ou legal.

O movimento enxerga retorno nas críticas à mídia, ao mesmo tempo, sente-se fustigado. Sabe por experiência que enquanto foi ignorado pelo governo, também o foi pelos jornais. Embora sempre admitam a existência de exceções, os principais líderes do MST tratam a mídia, especialmente mas não só o jornalismo, como adversária, aliada ao governo federal, defensora das elites dirigentes, do capitalismo e da sociedade de mercado, portanto também aliada dos grandes proprietários de terras, como foi durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, presidente que recebeu os líderes do MST após a marcha a Brasília em 1997. Segundo João Pedro Stédile:

Os editoriais de direita ficaram vociferando nos jornais que foi um desrespeito termos ido de bonés e camisetas na audiência com um presidente da República. Eles não perceberam que era uma audiência da sociedade com o presidente. Quem concedeu não foi o presidente, foi a sociedade.

Evidente que o contexto se modifica ou modifica o discurso político possível, quando o governo é ocupado por um tradicional aliado do MST, como ocorre durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva, em que avançam as críticas do MST ao modelo econômico. A partir daí, a imprensa, até então atacada como aliada e subordinada ao governo (de Fernando Henrique Cardoso) irá ser vista pelo MST como defensora de posições conservadoras que interessam à elite, mas não necessariamente ao governo (do Partido dos Trabalhadores). É no contexto deste pensamento que Stédile, em entrevista à revista *Carta Capital* (21.09.05. Pág.:30) faz um “alerta” ao governo Lula:

Não se iludam com os apoios da opinião pública ao Lula, que existem e são reais. Mas quem ainda acredita é uma camada da população brasileira de baixo nível cultural. São os mesmos que acreditam em Xuxa, Faustão, Papai Noel, na Globo... Então, é uma camada da população desorganizada, passível de manipulação por parte dos meios de comunicação social.

Em novembro de 2000, o MST moveu ação na justiça contra o Incra do Paraná. A acusação era de que o Instituto teria patrocinado a ida de uma equipe de reportagem até um assentamento do MST com intenção de produzir matéria contrária ao movimento. Alvo da acusação, o jornal *Folha de S. Paulo* (10.11.2000. Pág.: A9) noticiou assim o fato: “Entidade move ação contra Incra no Paraná. Superintendente do órgão no Estado é acusado de usar verba para transportar a Folha a assentamentos.” No editorial da pág. 2, intitulado “A farsa do MST” o jornal mostrou sua reação indignada:

É nada menos que torpe o comportamento do MST quando insinua que o diretor da Sucursal

de Brasília da Folha, Josias de Souza, teria atuado numa manobra orquestrada com o governo federal ao reportar um esquema de desvio de dinheiro público promovido pelo movimento. Como base para sua tacanha argumentação, emessetistas apresentam o fato de que, para chegar aos assentamentos investigados, a equipe deste jornal se utilizou de automóvel oficial do Incra e serviços de um motorista de uma sucursal do órgão no Paraná.

A indignação também se manifesta por parte dos sem-terra atingindo momentos extremados como o do líder Gilmar Mauro que chegou a afirmar, em um encontro de caminhoneiros, que tinha vontade de lançar um coquetel Molotov no prédio do jornal *Folha de S. Paulo*. A declaração foi noticiada num canto de página no interior do jornal (14.11.2000. Pág.: A10), sem grande destaque, com o seguinte título: “*Líder do MST diz ter vontade de lançar coquetel Molotov em prédio da Folha*”. A matéria explicava que reportagens anteriores revelaram que o MST estava cobrando 3% sobre os empréstimos concedidos pelo governo a trabalhadores assentados e reproduzia a declaração de Gilmar Mauro, dada no mesmo dia em que editorial do jornal havia afirmado que as práticas do MST assemelhavam-se ao “gangsterismo”: “*Chamaram a gente de mafioso. Temos vontade de jogar um coquetel Molotov naquele negócio, mas aí vem o lado racional e diz que não adianta*”.

De acordo com João Pedro Stédile, o MST nunca teve uma política de como influenciar os veículos de comunicação. Em entrevista à revista *Lide*, do Sindicato dos Jornalistas do RJ (julho de 2000), ele nega a política de criar fatos para sair na imprensa, da qual o MST costumeiramente é acusado. Stédile explica que o objetivo do movimento é organizar os pobres e fazer lutas de massa, para alcançar os direitos reivindicados: “*Se isso repercute na imprensa ou não, é apenas resultado. É um detalhe. Nós estamos pouco ligando.*” Apesar disso, em outra entrevista, desta vez à revista *Carta Capital* (21.09.05. Pág.: 32), o líder do MST afirma considerar a democratização dos meios de comunicação uma das questões centrais mais graves da sociedade, assim como a concentração de riqueza, a concentração de renda, a concentração da terra e a concentração das

universidades. De acordo com ele essas são cinco áreas que, se não forem democratizadas, não será possível construir uma sociedade mais justa, menos desigual: *“As organizações dos trabalhadores têm de ter seus próprios meios de comunicação”*.

Depois de afirmar em entrevista à revista *Bundas* que existe um *“monopólio do pensamento único na imprensa brasileira”*, Stédile explica em nova entrevista à revista do Sindicato dos Jornalistas que essa unidade entre os meios de comunicação seria a expressão de um modelo econômico excludente e sugere como uma das soluções que o Estado recupere seu poder sobre as concessões de rádios e TV e de fato transforme-as em serviço público. A seguir, o texto revela uma contradição, atribuindo a Stédile a declaração de que o principal é que os setores sociais organizados discutam saídas e percebam *“quão nefasto é para a sociedade o controle do governo e das classes dominantes sobre os meios de comunicação, que deseducam e manipulam o povo”*. Ao mesmo tempo que reivindica que o Estado controle as concessões, o líder dos sem-terra repudia o controle do governo sobre os meios de comunicação. É claro que a contradição pode ser esclarecida se levarmos em consideração a preocupação de fundo que é a de tornar os meios de comunicação prestadores de serviço público, ou de subordiná-los ao interesse da sociedade como um todo e não apenas do setor hegemônico. Mesmo assim, vale a pena destacar a dificuldade em se distinguir o que é atribuição do Estado do que podem fazer governos temporários que o conduzem, sob autorização plebiscitária da população.

As vezes o MST é silenciado, como aconteceu no episódio da censura de uma entrevista de João Pedro Stédile à TV Educativa em maio de 2000, sob a alegação de ele tinha sido indiciado pela Polícia Federal e por isso não poderia dar entrevista numa rede pública de televisão. Outras vezes, é o próprio movimento quem decide ficar calado, como o fez pouco depois, no mesmo ano, quando se recusou a participar de uma entrevista no telejornal da *Rede Record de Televisão*, comandado por Boris Casoy. Ainda de acordo com a entrevista de João Pedro Stédile à revista do Sindicato dos Jornalistas, a recusa foi uma decisão da direção do MST e não pessoal. Ele explica que o motivo não foi uma política de imprensa, mas sim um problema ético:

*Foi uma decisão da direção e não pessoal.
Tomamos a decisão não como política de*

imprensa, mas com um problema ético. Não podemos conversar com uma pessoa que um dia nos chama de ladrões e no outro dia nos agrada querendo conversar...[...] Poderíamos ser oportunistas e aproveitar o espaço, como nos aconselhariam quase todos os jornalistas, mas achamos que é preciso ter também relações éticas na imprensa.

Curioso que Stédile pense na entrevista a Boris Casoy como um “agrado”. Afinal, uma entrevista é apenas a oportunidade de apresentar pontos de vista que nem sempre serão entendidos ou acolhidos como seu enunciador pretende. Parece evidente que para Stédile o próprio fato de ter a possibilidade de falar mais tranqüilamente, isto é, com tempo mais demorado, é em si uma situação favorável ao MST. Intencionalmente ou não, o MST neste episódio faz uso daquilo que Umberto Eco¹² chama de “estratégia desviante”, ação que consistiria em recusar uma situação de comunicação em que não se é beneficiado. Por várias outras vezes os representantes do movimento se recusaram a dar explicações, a comparecer ou falar com jornalistas ou decidiram quando, sobre o quê e para quem falar. Especialmente quando entenderam que a matéria era contrária ao MST ou quando o movimento estava sendo cobrado por alguma conduta polêmica adotada por ele e difícil de explicar. Como mostra o boxê intitulado “*outro lado*” de matéria da *Folha de S. Paulo* (10.10.04. Pág.: A18), cujo título principal é “*MST movimentou R\$ 30 mi em seis meses*”. A reportagem informa que “*Papéis obtidos por CPI mostram que movimento recebeu R\$ 21,2 mi do exterior e R\$ 8,7 mi do governo Lula*”. Ainda segundo o jornal, embora a contabilidade do MST seja um segredo bem vigiado, a CPI da Terra quebrou o sigilo bancário e fiscal de duas cooperativas, consideradas “*os braços financeiros mais vigorosos do MST*”. No boxê, o jornal acrescenta que tentou ouvir os representantes do MST mas não houve interesse deles em falar.

Enquanto João Pedro Stédile assegura para jornalistas sindicalistas que defende a liberdade de imprensa, não apenas em nome de quem produz as notícias mas também para que a população tenha acesso gratuito e facilitado para que ela forme seu próprio conceito e consciência “*em vez de só receber o que os donos dos meios de comunicação querem*”, Ademar Bogo, ao falar com um jornal de empresários, voltado para a economia, primeiro

afirma que a imagem que o MST quer transmitir não vai se impor pela mídia porque a mídia estaria nas mãos da classe dominante, e, por isso, *vai mostrar o lado pior ou o mais agressivo do movimento*. Ao mesmo tempo, Bogo considera fundamental que exista também este lado agressivo. “*Nós não podemos fazer a luta de classes tratando apenas no diálogo. Você precisa ir para a ação, precisa mobilizar as pessoas. Precisa, às vezes, quebrar a cerca do latifúndio para poder entrar.*” Apesar disso, há momentos, segundo o teórico dos sem-terra, em que o único jeito de recuperar o apoio da sociedade é desenvolver gestos que tragam uma imagem diferente do que a mídia mostra. Ocorre que, mesmo quando pretende construir uma “imagem diferente”, o MST sabe que não pode abrir mão de aparecer na mídia, de ser notícia. Talvez por isso Ademar Bogo faça a ressalva: “*Eu não controlo a Globo, não controlo o jornal, mas posso controlar a minha opinião quando eu leio, quando eu vejo.*”

Embora nem sempre admitam ou formulem de maneira clara uma estratégia em relação à imprensa, os líderes MST, em palestras, manifestações, audiências com autoridades ou mesmo durante entrevistas a órgãos de comunicação, principalmente os alternativos ou os que são considerados mais confiáveis, freqüentemente acusam a grande imprensa de ligação e subordinação à hegemonia capitalista, configurada pela dependência externa, especialmente aos Estados Unidos; o que significa defender os interesses das elites dirigentes nacionais e internacionais; de não discutir um projeto de país; de criminalizar o MST; de manipular e ser manipulada; de estar subordinada ao governo; de ter apoiado os Estados Unidos na guerra contra o Iraque; de não se manifestar contra a dívida externa. Em suma, o MST acusa a grande imprensa de se alinhar com propostas e visões de mundo típicas do setor hegemônico e, portanto, contrárias às postulações defendidas pelos sem-terra.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS

Um dos fatores que favorecem e fortalecem a unidade dos sem-terra é o que ficou conhecido como a *Mística do MST*. Pouco conhecida ou estudada, a mística reúne elementos simbólicos, com os quais os sem-terra se identificam. Mais que isso, a mística é um dos principais elementos identitários que permitem ao movimento resistir à invisibilização e deformação de imagem que os setores de elite lhe tentaram impor. Segundo Ademar Bogo, a própria simbologia do movimento, que vai surgir depois e que aparece no boné, na foice, na bandeira, no hino, nasce de uma apropriação crítica daquilo que as pessoas traziam da tradição de vida no campo, tanto no aspecto da contemplação dos ciclos da natureza, como na musicalidade caipira e sertaneja, quanto na religiosidade, que é muito forte entre os camponeses. Na já citada entrevista ao jornal *Valor Econômico*, Ademar Bogo afirma que:

Na medida em que não reprimimos, deixamos que se desenvolvessem, é que se fortaleceu esse aspecto místico que o movimento tem, essa força que não consegue se explicar por determinadas formas, porque aconteceu sem que planejássemos.

A mística representa também, um dos momentos fundadores da política de alianças do MST. Mais do que uma marca identitária, a mística traz a própria possibilidade de conjugar o ideário de esquerda, predominantemente racional e iluminista, com crenças e costumes da população rural. Na luta pela hegemonia, os postulantes de idéias marxistas fazem sua primeira grande aliança com setores da igreja católica, o que permite ao movimento transitar por espaços que a infra-estrutura capilarizada da igreja lhe oferece, pelo menos aqueles setores ligados à teologia da libertação. Assim, quando realizam marchas ou ocupações, quando conquistam um assentamento e mesmo quando tentam dialogar com autoridades, os sem-terra têm contado com representantes da igreja e adotado idéias solidárias, de cooperação, de trabalhos comunitários em regime de mutirão, além de diversos símbolos e valores cristãos.

Na luta pela hegemonia, o MST sabe que para avançar é preciso construir alianças com outros setores da sociedade civil. Conforme o item 7 das resoluções em vigor aprovadas em seu último Congresso, no ano 2000, o MST pratica uma política de alianças que consiste em:

Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular; Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas; Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora. Apoiar os movimentos de luta pela moradia. E Organizar acampamentos.

O tema reaparece no item 12 das mesmas resoluções onde o MST se propõe a “preparar, junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de cada ano, tendo como referência o dia 17 de abril”. A data tornou-se referência para o movimento depois da chacina de Eldorado do Carajás, em que 19 sem-terra foram mortos pela polícia no dia 17 de abril de 1996. Em setembro de 2005, o MST anunciava a realização de uma “*Assembléia Popular*” em Brasília, na qual pretendia reunir 15 mil militantes de todos os movimentos como igrejas, hip-hop, sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, com o objetivo de criar uma “*unidade da leitura da crise e unidade da leitura da saída*”.

A estratégia de alianças do MST tem lhe permitido consolidar o que Pierre Bourdieu¹³ chama de capital simbólico, isto é, o tipo de capital simbólico que é dado pela legitimidade social, pela liderança e reconhecimento que o movimento tem, não apenas pelo número de filiados, de simpatizantes, de pessoas cadastradas para conseguir um

pedaço de terra num assentamento, mas também por apoios demonstrados em manifestações do movimento, no posicionamento de entidades da sociedade civil, nos convites para palestras e debates, nos trabalhos acadêmicos dedicados ao tema, nas cartas de leitores e mesmo entre profissionais da mídia hegemônica onde volta e meia aparecem vozes como a de Marilene Felinto na *Folha de S. Paulo* (17.10.2000. Pág. C2):

Sou simpatizante declarada do MST, mas nem por isso deixo de ter críticas ao movimento. Crítica é uma coisa, perseguição desonesta é outra. A pior ditadura é a do poder econômico – é covarde, utiliza-se de meios escusos, confunde a opinião pública, suas armas são invisíveis, embora seus efeitos destruidores sejam para lá de evidentes.

A estratégia consiste em converter o discurso sobre a Reforma Agrária em postulação pela igualdade social. Contra o setor hegemônico. A um só tempo, falando em nome dos excluídos e pregando mudanças radicais no Estado. Ocupar o espaço de reivindicações não atendido pelos partidos, igrejas, sindicatos, universidades. Por suas próprias origens, já que nasceu das atividades de uma das Comunidades Eclesiais de Base, o movimento mantém uma relação de colaboração com setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra e a CNBB. Mas há apoios também mundo afora. O movimento volta-se sobretudo para setores socialmente desfavorecidos no Brasil. Os pequenos agricultores, as mulheres rurais, os seringueiros, os remanescentes dos quilombos, os índios. A aliança natural mais forte seria com a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, mas esta trata-se de uma entidade sindical predominantemente urbana. Além de não se constituir como sindicato e localizar sua atuação na área rural, por isso mesmo, o MST volta-se para outros setores, como o lumpesinato, os sem-teto. Além disso, busca fortalecer alianças com os movimentos sociais da cidade. Construir unidade com outros movimentos. O alvo principal é a juventude das grandes cidades, em vez do operariado industrial que, segundo João Pedro Stédile “*está debilitado e destruído política e ideologicamente*”. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* (21.05.00. Pág.: 12), o líder também critica a classe média urbana: “*A classe média é muito assustada. Mas nenhuma mudança na história da humanidade foi feita pela classe média, apesar de toda a sua importância. A nossa*

preocupação é com a classe pobre das cidades.” As afirmações de Stédile são relevantes para o estudo da estratégia do MST em relação às cidades. Embora não possa abrir mão do apoio da opinião pública, cujo lugar social predominante é a classe média, ele sabe que, à parte elementos simbólicos como justiça social e oposição política, não tem muito a oferecer para a classe média, pois não é ali que irá recrutar novos militantes dispostos a ficar acampados em barracos de lona ou mesmo a realizar longas caminhadas para conseguir um pedaço de terra. As demandas são de outra natureza. Como também são de outra natureza as demandas das populações urbanas. No entanto, pela semelhança das dificuldades, o movimento consegue por exemplo uma proximidade com os sem-teto, como comprova a notícia da *Folha de S. Paulo* (17.08.03. Pág. A14) de que “*Sem-teto fazem ‘estágio’ com sem-terra*”. De acordo com o jornal, a formação de novos líderes urbanos inclui experiência em acampamentos para ganhar *know-how* do MST. Ainda no espaço urbano, o MST busca uma interlocução com o movimento *hip-hop*, que com base cultural, no dizer de Stédile “*Aglutina jovens pobres, negros e mulatos das periferias com idéia na cabeça*”. O MST parece acreditar que o movimento hip-hop poderia significar uma força nova e transformadora, oriunda dos setores mais acostumados com a escassez e, portanto, mais capazes de formular saídas para a situação brasileira, com base na atividade cultural.

Uma das mais eloqüentes ações do MST no sentido de apresentar-se como aliado dos mais fracos terão sido os saques a caminhões de comida durante a seca no nordeste de 1998. Ação repetida em anos subseqüentes. Um deles foi noticiado assim pela *Folha de S. Paulo* (06.10.1998. Pág. 4) : “*Sem-terra ligados ao MST saquearam ontem três caminhões com alimentos no sertão de Pernambuco.*” Para o jornal, tratava-se de um ato criminoso: “*Delegado vê tática de quadrilha na abordagem dos caminhões.*” Mas o próprio tratamento dado aos autores da ação distingue-os de bandidos comuns. Tratam-se não apenas de “sem-terra”, mas também de indivíduos ligados ao MST. A finalidade do “crime” igualmente tem um significado simbólico. Chamado de “pedágio” pelos membros do MST, o saque objetivava recolher parte da carga – sempre alimentos, segundo os sem-terra – para distribuí-la às vítimas da seca.

Outro momento significativo se dá por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. A festa preparada pelo governo federal em parceria com os meios

de comunicação, acabou sendo frustrada por protestos e manifestações de sem-terra que programaram 500 ocupações para denunciar mazelas do país que contra-indicavam a suntuosidade e o triunfalismo da festa. A divulgação do protesto ocupou as primeiras páginas dos jornais, como em O Globo (19.04.2000) : “Líderes farão onda de ocupações na festa dos 500 anos.” Mas também serviu para aproximar e apresentar os sem-terra como aliados de um dos setores mais esquecidos da população brasileira, conforme manchete da Folha de S. Paulo (17.04.2000. Pág. A-16): “Índios fazem manifestações com MST”. Ao se aliar aos índios pataxós em Santa Cruz de Cabralia, sul da Bahia, para protestar contra os festejos dos 500 anos do descobrimento, o movimento angaria não apenas a simpatia dos próprios indígenas mas de todos os simpatizantes da causa indígena no Brasil e no exterior.

As alianças buscadas pelo MST constituem um dado a mais a favorecer a noticiabilidade de seus atos. Isto é, não basta ao movimento pretender uma aliança com índios ou qualquer outro segmento social se associadas a tal política não estiverem ações concretas que produzam fatos que gerem interesse e repercussão, ainda que possam ser classificadas como atitudes oportunistas que visam apenas aparecer nos jornais.

Trabalhadores sem-terra são, antes de qualquer coisa, agricultores. Uma vez assentados, voltam a ter entre suas prioridades não mais a terra, mas a comercialização de seus produtos. Nada mais coerente portanto do que mostrar preocupação com a distribuição e o transporte, fatores que costumam encarecer as mercadorias para o consumidor e, por conseguinte, prejudicam também os produtores. Com base nisso, o movimento apóia reivindicações de caminhoneiros e critica o pedágio nas estradas, chegando inclusive a sugerir que os postos de pedágio sejam atacados e depredados.

AS OCUPAÇÕES E A POLÍTICA DO PAU E PROSA

As invasões, como preferem os jornais ou ocupações, como prefere o MST são, sem sombra de dúvida, os atos de maior repercussão praticados pelos sem-terra. Não apenas porque desrespeitam o direito de propriedade, talvez nem só por servirem para denunciar a concentração da propriedade da terra, base histórica da própria concentração da renda e da desigualdade social. O impacto causado por tais ações também tem muito a ver com uma tomada de posição, com a atitude prática, com o fim da espera. Quando derrubam cercas e entram numa propriedade, os sem-terra criam uma nova situação e forçam proprietários, governo, autoridades, mídia e a própria sociedade a se manifestarem, a se mexerem também. Mostram que em vez de esperar o reformismo, estão dispostos a realizar na marra o que até então estiveram pedindo. A atitude contrária de maneira brusca um dos princípios fundamentais da constante histórica da desigualdade social brasileira, que estabelece que o setor hegemônico deverá elaborar, implementar e conduzir as mudanças que se façam necessárias, de maneira gradual, sem sobressaltos e dentro da ordem. Ou seja, a elite brasileira sempre adotou atitudes reformistas como forma de enfrentar crises ou atenuar focos de tensão ou revolta. A postura reformista das elites brasileiras tem sido ao lado da desigualdade uma constante histórica. Como afirma Bernardo Mançano Fernandes¹⁴:

As elites brasileiras derrotaram Palmares, derrotaram Canudos, derrotaram o Contestado. O filho do Rei proclamou a independência; uma branca assinou a Lei Áurea; um militar proclamou a República. Não se assuste se os latifundiários fizerem a Reforma Agrária.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil* (07.05.2000. Pág.: 12), Bernardo Mançano Fernandes afirma que a força do MST está na realidade do país, isto é, a miséria no campo e na cidade e o desemprego. No entanto, explica ele, os dirigentes do movimento sabem que não têm o poder de exigir. Os sem-terra precisam negociar porque é o Estado quem tem a competência para fazer a reforma agrária andar. Para Fernandes é por essa razão que “os sem-terra seguem a política de pau e prosa, ou seja, ocupam para fazer pressão e depois têm que sentar para negociar com as autoridades. Essa tem sido a essência da luta pela

terra no Brasil nos últimos 20 anos.” Editorial do mesmo jornal (23.11.99. Pág. 10) intitulado “*Duas Frentes*”, chama a mesma estratégia de fato consumado:

Ficou claro que a manipulação do que se dizia reforma agrária visa ao sentido político mediante repetição do método: invasões de propriedade para aparecer e, na hora do confronto com a polícia, volta atrás para negociar. O ganho aparente é a desapropriação de fazendas e o assentamento dos sem-terra.

Nem sempre, o processo é tão simples. Para entrar numa propriedade que de qualquer maneira não lhe pertence, um sem-terra precisa de muita coragem e ousadia, pois sabe que está pondo em risco a própria vida e de sua família. Uma vez lá dentro, o mais provável é que resista. Uma das melhores proteções com que o MST conta a partir desse momento é com a maior divulgação possível do que esteja acontecendo. Assim, quanto mais noticiadas forem as invasões/ocupações, quanto mais visível se tornar o fato e quanto maior a atenção despertada pela mídia, mais garantias o movimento terá de que o desfecho não será trágico.

Algumas ocupações, no entanto, têm importância simbólica. Como no caso de fazendas ou propriedades pertencentes a personalidades ou autoridades governamentais. Em abril de 2001, militantes do MST acamparam em frente à fazenda do embaixador do Brasil na Itália, Paulo Tarso Flecha de Lima. Em março de 2002, o MST cumpre as ameaças feitas por vezes anteriores e finalmente ocupa a fazenda dos filhos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A notícia é tratada pela *Folha de S. Paulo* como assunto de primeira página (24.03.02) da seguinte forma: “*Sem-terra entram na sede, usam mesa do presidente e ameaçam incendiar propriedade; Exército e PF são acionados.*” O mesmo assunto, também é manchete de capa em *O Globo* (24.02.2002): “*MST invade fazenda de filhos de Fernando Henrique [...] Após ameaçar resistir por um mês, invasores negociam com Incra para deixar a área. A responsabilidade é dos sem-terra, diz PT.*”

Entre as justificativas para tal tipo de ocupação está por exemplo a intenção de rebater as críticas de que o MST estaria recrutando pessoas sem nenhuma tradição com preparo em lidar com a terra, com o argumento de que a elite brasileira, da qual faria parte o presidente Fernando Henrique Cardoso, também não teria nenhuma afinidade com a lavoura e mesmo assim, faz questão de ser dona de fazenda. A denúncia ou a intenção mais evidente é mostrar que o presidente também é fazendeiro e, portanto, deveria ser visto – ou mostrado – como aliado ou defensor dos interesses dos latifundiários e portanto contrário ao MST. Este é um dos argumentos utilizados pelo MST, mas a repercussão da invasão no noticiário é justificativa bem mais consistente. Junto a isso, os sem-terra também fazem sua demonstração de força, se revelando capazes de invadir qualquer propriedade, embora no caso da propriedade do presidente da República é de se esperar que a reação seja comedida, devido às repercussões políticas provavelmente negativas. De qualquer modo, os efeitos na opinião pública também são controversos. Considerados radicais tais atos podem resultar em desaprovação por parte da população e dos próprios setores ou partidos aliados ao movimento, como demonstrou a reação do PT, que censurou o ato. O fato é que voluntária ou involuntariamente, este tipo de invasão com importância simbólica para o MST força também um posicionamento mais visível dos órgãos de imprensa que de forma unânime condenaram o ato.

ECOLOGIA E TRANSGÊNICOS

Outro posicionamento tático-estratégico do MST diz respeito à diversidade de temas a que suas ações podem estar ligadas. Para além da discussão política propriamente dita, o movimento tenta ser notícia também quando o assunto é a preservação do meio ambiente, como mostra notícia de *O Globo* (10.01.98. Pág. 10): “*MST denuncia desmatamento no Pará*”, em que o movimento denunciou que após a destruição da floresta seria plantado capim numa área de preservação ambiental indicada pelo governo federal para um assentamento. A atitude parece antecipar uma preocupação do movimento com notícias que iriam associar os sem-terra com riscos à preservação do meio ambiente. Dois meses depois, o mesmo jornal noticia: “*A ação predatória dos sem-madeira*”. No subtítulo, a matéria informa que trabalhadores rurais sem-terra investiram contra a floresta, trocando a foice e a

enxada pelo machado e pela motosserra. (*O Globo*. 08.03.98. Pág. 14). A notícia confirma a pertinência da preocupação demonstrada pelo MST com o meio ambiente, já que o movimento teria se antecipado às tentativas de relacionar sua luta pela reforma agrária e por assentamentos com a destruição da floresta. Ao mesmo tempo, o MST tenta atribuir a culpa ao governo por indicar áreas impróprias para a desapropriação.

Ou quando defende a agricultura orgânica ou resolve incentivar o cultivo de plantas medicinais, conforme informação da *Folha de S. Paulo* (25.08.02. Pág. C5): “*MST pretende produzir fitoterápicos*. Em novembro de 2000, o caderno *Agrofolha* do mesmo jornal (14.11.2000. Pág. 14), noticia que “*Trabalhador sem-terra monta loja em São Paulo*”. A matéria acrescenta que a reforma agrária trabalha com geléia, chás, leite, vindos dos assentamentos. Na “*Loja da Reforma Agrária*”, a maioria dos produtos leva marcas como a paulista “*Sabor do Campo*” a gaúcha “*Terra e fruto*”, a catarinense “*Terra Viva*” e a “*Produtos da Terra*”, do Paraná.

Entre os valores estratégicos aprovados no último congresso do MST, o meio-ambiente tem destaque. Conforme o item 10, o movimento deverá:

Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária. Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos. Promover o desenvolvimento de políticas específicas para a situação do cerrado e do semi-árido.

A preocupação do MST com os alimentos transgênicos tem uma referência específica no item 3 das resoluções de seu congresso. O texto diz que o MST e seus aliados devem: “*Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais; e promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.*” Além disso, ainda conforme as

resoluções do Congresso, no item 4, os sem-terra devem “*Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.*”

Postos em prática, tais objetivos se mostram polêmicos, especialmente quando tocam em interesses econômicos mais poderosos, como a agroindústria empenhada no desenvolvimento da tecnologia das sementes transgênicas. A *Folha de S. Paulo* (16.03 2000. Pág. 1-16) registra o tom de enfrentamento proposto pelos sem-terra em matéria intitulada: “*Stédile ameaça transgênicos*”. De acordo com o jornal, o líder do MST declarou que a população deveria queimar as lavouras transgênicas, até então proibidas no Brasil. O tema gera apoios até mesmo de fazendeiros, como mostra sub-retranca do mesmo jornal: “*Dirigente do MST busca apoio de fazendeiros e consegue*”, sobre José Rainha Júnior.

Em 2002, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, militantes do MST invadiram fazenda experimental da empresa *Monsanto*, onde havia uma plantação de soja transgênica. A estratégia parece produzir efeitos, a se julgar pelo que noticia a *Folha* (24.11.02. Pág. A10). Em boxê intitulado “*Não-me-toque*”, o jornal informa que “*Monsanto reduz atuação na região Sul.*” Se por um lado a destruição de uma plantação de soja experimental é capaz de alterar projetos de uma empresa de pesquisa, por outro, provoca reações adversas em vários setores da sociedade, especialmente daqueles que valorizam a pesquisa e as novas tecnologias e sua importância para que a agricultura brasileira ganhe produtividade e continue a disputar mercados no exterior. Setores que não acolhem o argumento do MST de que os transgênicos criariam dependência dos produtores em relação às grandes empresas que controlam e monopolizam a produção e comercialização de máquinas, fertilizantes, defensivos e, com os transgênicos, as próprias sementes. A seu favor, os sem-terra contam ainda com mercados consumidores como alguns países da Europa que rejeitam alimentos transgênicos e com o apoio de movimentos ambientalistas ou ecologistas.

Se a motivação estratégica gera apoios e preserva princípios ambientais do MST, os métodos para defendê-la, por vezes, parecem exceder os limites. Pelo menos os limites da aprovação da opinião pública. Em julho de 2000, o MST é notícia por seus militantes terem invadido um navio de bandeira liberiana ancorado no porto de Recife, em Pernambuco. O cargueiro estava cheio de milho transgênico. De acordo com o que foi noticiado por *O Globo* (26.07.2000. Pág. 8), entre as manifestações realizadas no protesto intitulado “*Levante no campo*”, cerca de 1500 manifestantes

Com canos de ferro, porretes, foices, facões, pedras e pedaços de pau, invadiram o Porto de Recife e atiraram pedras e coquetéis molotov no navio Antillanca, de bandeira liberiana. O cargueiro tem um carregamento de 11.600 toneladas de milho transgênico. O MST é contra a importação de alimentos modificados geneticamente. Duzentos manifestantes ocuparam o navio, cortaram cordas, quebraram lâmpadas e jogaram salva-vidas e bóias ao mar.”

Conforme relato da *Folha de S. Paulo* (27.07.2000. Pág. A12), o governo condenou “o uso de coquetéis molotov (bombas caseiras feitas com garrafas de líquido inflamável e um pavio) pelos sem-terra.” Eles atiraram três dessas bombas no navio liberiano Antillanca quando a tripulação estava no convés. O navio, segundo o jornal, foi apedrejado e depredado. A destruição de uma plantação de soja parece bem menos controversa do que um ataque com uma bomba contra seres humanos, trabalhadores, dentro de um navio de bandeira estrangeira. Ao exceder os limites de uma atuação até então marcada pelo pacifismo, incompatível com o uso de coquetéis *Molotov*, o MST põe em risco boa parte do capital simbólico acumulado e fornece argumentos para seus adversários na disputa pela hegemonia. Do mesmo modo que justifica reprovações mais contundentes dos jornais na cobrança de medidas mais duras das autoridades. A visibilidade noticiosa de atos como estes acaba sendo neutralizada pela interpretação da conduta dos sem-terra como de fato um caso de polícia, que deve ser reprimido e censurado.

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DO MST: DO BONÉ AO MAPA

O MST, ou mais precisamente seus líderes, costumam levar em consideração o que a retórica chama de prova ética. Ou seja, têm que mostrar uma imagem pessoal que inspire respeito, confiança, honestidade e que permita uma identificação com os setores para quem o movimento fala. Uma das marcas desta imagem é a humildade. Como afirma João Pedro Stédile em entrevista ao *Jornal do Brasil* (21.05.00. Pág.: 12): *“Toda a população brasileira e a comunidade onde vivemos sabe que todos os dirigentes sem-terra levam uma vida modesta, com muito sacrifício e humildade. É linha política do MST viver como os nossos companheiros”*.

Ao lado da imagem ética, o movimento se apresenta como uma organização de pobres, porém organizados, e que podem ter esperança. O uso de tais imagens remete para um lugar diferente do discurso político linear, do alinhamento à esquerda e à direita, de posição e oposição partidária. Lugar sem dúvida ocupado pelo MST quando realiza manifestações de protesto em que, por exemplo, promove a doação de sangue. Ou quando presta homenagens a figuras históricas dando seu nome a acampamentos e assentamentos. Ou ainda quando enfatiza em suas representações a imagem da família: pai, mãe e filho trabalhando juntos, ou participando juntos de ocupações de terras ou de prédios públicos. A essa se somam indicações de solidariedade, de pacifismo, de esperança na construção de uma sociedade mais justa.

Editorial do *Jornal do Brasil*, (21.10. 2000. Pág. 8) destaca um dos usos que o MST faz da imagem de família:

As ocupações – de fazendas ou de repartições públicas – têm a preferência do MST porque envolvem mulheres, velhos e crianças, e garantem repercussão dentro e fora do país. Jornais e televisão não têm como ignorar feitos desse porte. Ocupações atraem atenção por serem potencialmente explosivas e abertas a provocações. Foi assim que o MST chegou às manchetes e pretende se manter com o mesmo método.

Por vezes, tentou-se responsabilizar e acusar o MST de expor crianças. O “método”, como chama o Jornal do Brasil é utilizado em ocupações, marchas e outros protestos e foi criticado várias vezes, classificado como tática de guerrilha. A presença de crianças em atos do MST não tem justificativa fácil. Por mais que o movimento queira se proteger ou mostrar uma imagem de família, ele não tem o controle de todas as situações, o que torna a ação exagerada. Quando classifica o procedimento como método, o jornal pretende chamar a atenção para a atitude extremada, temerária dos sem-terra, adotada mais em função da visibilidade e de uma incerta garantia de segurança do que propriamente da necessidade do envolvimento de crianças em protestos de adultos. Ou seja, as crianças ficam expostas ao perigo decorrente do possível enfrentamento e nada garante que sua presença irá impedir a ocorrência de atos violentos contra os manifestantes.

A imagem de solidariedade com os mais pobres, com os setores socialmente mais desfavorecidos, tem sua importância anotada pelo item 6 do Congresso do MST, que estabelece que o movimento deverá:

Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores sem-terra; organizar calendários para as atividades solidárias; implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países (de todo mundo); desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas; organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades; e transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades.

Os sem-terra têm um sem número de elementos icônicos e simbólicos que contribuem para a construção e consolidação de sua imagem perante a opinião pública. Existem as representações endógenas, presentes nos rituais, reuniões, no âmbito interno ao movimento, que lhe servem para confirmar, reforçar o ânimo dos militantes. E as exógenas, isto é, aquelas imagens e representações que o MST quer que sejam vistas, como a valorização do núcleo familiar, a disciplina, as marcas da pobreza e da exclusão social, o

caráter pacífico e outras. E ainda as que, por uma conjugação do que foi mostrado com o que esteticamente, plasticamente, é conveniente segundo critérios midiáticos, são de fato trabalhadas, acolhidas e apresentadas pelos meios de comunicação.

Analisando as fotografias, charges, filmes e ilustrações publicadas sobre o MST, pode-se descrever um leque de interpretações que vão das mais favoráveis às mais condenáveis sobre o movimento. Entre as mais freqüentes estão as imagens de mulheres à frente de ocupações, acampamentos ou protestos. Crianças entregando para a polícia comida tirada de caminhões interceptados na estrada. Grupos de sem-terra sendo atacados ou mortos. Trabalhadores sem-terra maltrapilhos, caminhando de chinelos, armados de foices e facões, ou mesmo portando armas de fogo. A maioria tem valor jornalístico, causa impacto. Poucas vezes se terá visto um sem-terra plantando, por exemplo. Ou ensinando-aprendendo numa escola mantida pelo movimento, o que não seria de pouca importância para um país com tantas dificuldades e carências na área de educação. Há distinções entre os líderes, destaque para João Pedro Stédile, que geralmente aparece em locais fechados, durante palestras ou debates e José Rainha Júnior, liderando protestos e sendo preso. Há ainda as imagens dos símbolos do movimento: as camisas, os bonés, as bandeiras etc.

Uma outra forma de se apresentar publicamente está nos produtos que o MST oferece ou que levam sua marca. Reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* (7.07.99. Pág. 1-8) identifica como “*aparato de marketing*” a estrutura montada pelo MST para divulgar seu “ideário”. Com tom de editorial, a matéria aponta uma contradição do movimento por adotar práticas condizentes com a lógica do capitalismo, embora o regime seja criticado pelos ideólogos do MST. De acordo com o texto, o “*marketing*” do MST estaria em *site* da internet, no qual figuram ao lado de textos em defesa da reforma agrária, uma lista de produtos vendidos pelo movimento, como bonés, camisetas, fitas K7, CDs, agenda, fotografias e livros. Além disso, o movimento edita jornais com 25 mil exemplares de tiragem e revistas com 7 mil exemplares. As publicações têm como público os militantes e simpatizantes do MST, encontrados em assentamentos e acampamentos do movimento, mas também formadores de opinião. O objetivo é servir como instrumento político de formação e informação.

O boné, um dos símbolos mais usado pelo MST, teve seu momento de maior notoriedade em julho de 2003, quando durante um encontro com representantes do movimento, o presidente Luis Inácio Lula da Silva posou para fotos com ele. De acordo com os jornais, o gesto do presidente causou polêmica. O presidente colocou o boné do MST na cabeça ao receber líderes do movimento no Palácio do Planalto em 02 de julho de 2003. As reações da grande imprensa foram, senão unânimes, bastante parecidas. Para a revista *Época* (07.07.2003. Págs.: 18 e 36) “Ao colocar o boné de um movimento que quer tomar propriedades à força, [LULA] deu respaldo a um grupo que não respeita a lei e que, ao iniciar uma onda de saques e ações tresloucadas, está a um passo da bandidagem comum.” A revista cita as repercussões negativas em outros órgãos de imprensa. De acordo com a revista, para o editorial de *O Globo* “Lula dedicou-se a trabalhar contra o próprio governo.” Também em editorial a *Folha de S. Paulo* considerou “Impossível não entender o gesto como uma descabida declaração de simpatia ao movimento.” O diretor editorial do jornal, Otavio Frias Filho chegou a comparar Lula com o ex-presidente João Figueiredo: “Figueiredo era inepto, inábil, bronco e boçal. (...) Infelizmente a conduta pessoal do presidente Lula traz ecos daquele seu antecessor.” A revista *Época* conclui que mesmo que Lula não tivesse idéia da reação que seu gesto provocaria, ele depõe contra o presidente. “Com o gesto de Lula, o MST conseguiu o que queria: botar a reforma agrária no topo da agenda nacional”.

De acordo com o site do MST, citado em matéria da *Folha de S. Paulo* (06.07.03. Pág.: A-6), a simbologia da bandeira do movimento é a mesma do boné utilizado por seus militantes e, eventualmente, por um Presidente da República. A cor vermelha representa, segundo os sem-terra: “o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade”. O branco é “a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos”. A cor verde significa “a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos”. O preto representa “o nosso luto e homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade”.

A simbologia do MST faz referência a uma idéia de nação. Ou de um modelo de nação, constituído por seu território, pelas pessoas ou trabalhadores rurais que utilizam ferramentas como o facão e unidos em torno de um ideal de família. O movimento tem presença em praticamente todo o território brasileiro e confirma sua abrangência em símbolos como o desenho do mapa do Brasil, que para o MST é a representação “*de que a luta deve chegar a todo o país*”. O trabalhador e a trabalhadora que aparecem no desenho são “*a necessidade de a luta ser feita por mulheres e homens, por famílias inteiras*”. E o facão, na mão do homem “*nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência*”. Mas a idéia de família, a representação de pai, mãe e filho trabalhando ou lutando juntos não assegura que homens e mulheres tenham a mesma importância ou sejam tratados como iguais. Uma das questões a partir das quais o MST tem sido questionado diz respeito ao machismo que se verifica tanto nos assentamentos como também na própria constituição das lideranças do movimento. Tal imagem tem sido alvo de ataques veiculados pela mídia. Num dos episódios, por exemplo, a sem-terra Débora Rodrigues que ficou conhecida por liderar algumas manifestações do MST, acabou sendo expulsa do movimento após posar nua para uma revista masculina. O episódio revelou características machistas e moralistas do movimento, na contramão de uma cultura urbana onde a luta pelo espaço feminino encontra-se mais avançada.

Além de centralizadas, as poucas vozes autorizadas do MST que chegam á mídia são predominantemente masculinas. Falam João Pedro Stédile, José Rainha Júnior, Gilmar Mauro, Jayme Amorim, Ademar Bogo, João Paulo Rodrigues. Há momentos porém, em que convém estrategicamente ouvir a voz feminina. Em março de 2001, mulheres camponesas fizeram manifestação em 23 capitais. O protesto tinha como objetivo reivindicar programa de saúde, aposentadoria e reconhecimento da profissão das trabalhadoras rurais. É um dos raros momentos em que se encontra uma voz feminina representando o MST, como é o caso da líder camponesa Itelvina Masioli, de 37 anos, membro da Direção Nacional do MST e da Coordenação da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Por ocasião do protesto, Itelvina não apenas virou notícia como também prestou declarações a jornais como a *Folha de S. Paulo* (04.03.01. Pág.: A8) De acordo com a trabalhadora rural:

Historicamente, há uma cultura de que a mulher no campo é um apêndice do homem e tem que ser submissa. Na maioria das vezes, ela sequer tem documentos. O enfrentamento é diário, mas o fato de a mulher estar acordando e lutando por seus direitos faz toda a diferença na sua relação com o homem, com os filhos, com a sociedade.

A questão feminina tornou-se relevante e mereceu registro no item 5 do IV Congresso dos sem-terra, que afirma o compromisso do movimento em “*Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade, a questão de gênero*”. Segundo destaque dos jornais, apenas 12% dos lotes de assentamentos do Incra estão nas mãos das mulheres. Ademar Bogo reconhece que, no caso do MST, a idéia de propriedade está na própria família. Na hierarquia da família rural, segundo ele, o homem é proprietário da mulher e dos filhos. Ele é quem autoriza, determina. E para isso precisa ter um lugar geográfico de controle. Deixa de ser um lutador para cuidar de coisas particulares.

A explicação do líder não resolve, pelo contrário, amplia a dimensão do problema. Conforme reportagem de *O Globo* (26.10.00. Pág.: 13) intitulada “*Mulheres longe do poder nos assentamentos*”, uma pesquisa patrocinada pela Unesco revelou que embora as mulheres sejam participantes ativas nos acampamentos e peças importantes nas manifestações, elas perdem poder e deixam de participar das decisões políticas do MST. A pesquisa deu origem ao livro “*Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis?*”, no qual as autoras, Maria das Graças Ruas e Miriam Abramovay, afirmam que o papel da mulher nos assentamentos agrícolas é subordinado ao dos homens. Segundo as pesquisadoras: “*O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe a outras atividades – principalmente na horta e no quintal*”. Ainda de acordo com a pesquisa, a maioria dos entrevistados considerou que ser homem é condição necessária para exercer a liderança no assentamento. Outros problemas verificados se referem à exposição – por falta de informações – à contaminação

por Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis e a fidelidade conjugal, maior entre as mulheres que entre os homens.

Ainda que a questão do gênero tenha registro nas resoluções do Congresso do MST, tais problemas permanecem desafiadores para a organização. Afinal, em todo seu ideário de esquerda, o movimento prega um socialismo cujo pressuposto seria a igualdade entre os cidadãos. Mas nos próprios espaços onde os sem-terra têm o controle, a discriminação da mulher e o predomínio do poder masculino se confirmam. Por mais que tal contradição não seja normalmente exposta, criticada ou atacada pelos adversários do movimento – o que pode ser visto como um indício de que a questão de gênero permanece também nos meios urbanos e para a mídia como tema secundário – o MST terá dificuldades em tentar propor um modelo alternativo de sociedade se não conseguir responder às demandas femininas na estruturação interna da própria organização. Em outras palavras, o não atendimento de demandas femininas como as citadas acima compromete a própria imagem de família que o MST pretende associar às suas propostas de transformação e avanço social.

ORGANIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES

Entre os aspectos que mais chamam a atenção no MST estão sua organização, hierarquia e disciplina. O MST se apresenta como a possibilidade de organização de setores excluídos que, de outra forma, isto é, sem organização, poderiam, no máximo, gerar o surgimento de bandidos. De acordo com reportagem da revista *Época* (7.07.03. Pág. 38), “*Mesmo que as lideranças do MST quisessem, não poderiam decretar uma suspensão das ações. Se tentassem, os colonos migrariam para outros movimentos de sem-terra concorrentes e o MST ficaria enfraquecido.*” João Pedro Stédile, na mesma entrevista à revista *Carta Capital* citada anteriormente, afirma que no médio e longo prazo, se as classes dominantes conseguirem derrotar os movimentos sociais e, não havendo referência política nacional para os pobres, cada parcela dos trabalhadores parte para o vale-tudo. Se isso acontecer, diz ele, “*será a barbárie da política*”. Stédile entende que o risco existe porque cada um pode agir com o que lhe der na cabeça, mas é maior na periferia das cidades, onde o governo também não está dando resposta.

A organização contribui para algumas repercussões positivas sobre o movimento, inclusive internacionalmente, como mostra edição de *O Globo* (17.01.98), sobre a revista *Time*, edição para a América Latina: “*Evolução do MST chega à capa da Time*”. De acordo com o jornal, a revista americana considera a luta dos sem-terra o primeiro movimento de esquerda a dar certo na América Latina. A questão que se coloca aqui diz respeito exatamente ao que seria “dar certo”. Entre os motivos da revista *Time*, citados pela matéria de *O Globo* estaria o sucesso de um assentamento no Rio Grande do Sul – o novo Sarandi – que, segundo a revista, transformou terras improdutivas de um latifundiário em uma eficiente cooperativa agrícola que exporta para multinacionais como a *Parmalat* italiana e a *Ceval* canadense. Ainda segundo a *Time*, apesar dos pronunciamentos “estridentemente socialistas” do MST, suas “aventuras agrícolas” estariam “*transformando a ceifadas, solo improdutivo em roletas de dinheiro ligadas a empresas domésticas e estrangeiras*”. Tanto a matéria original da revista americana quanto sua releitura pelo jornal brasileiro parecem concordar que para “dar certo” é preciso ser economicamente rentável, ou seja, a contradição do MST estaria em se opor ao capitalismo mas ao mesmo tempo funcionar bem, dentro das regras capitalistas. O foco, no entanto, está ou permanece no lucro, este sim, considerado objetivo louvável para quem pretende ser bem sucedido, na opinião das duas publicações.

Bernardo Mançano Fernandes, em entrevista ao *Jornal do Brasil* (7.05.2000. Pág.: 12) explica que a luta do MST não se resume à conquista da terra, pois o movimento atua em todas as frentes, que vão do cadastramento dos trabalhadores rurais à conquista da terra, produção, comercialização e a melhoria das condições de vida na área rural. O que explica a força do movimento é a sua diversidade de organização, representada por instâncias e setores. Nas instâncias estão os congressos, os encontros, a coordenação nacional e direção nacional, estes dois últimos os órgãos que discutem a política do movimento. Nos setores são discutidas as formas de atividades, formação de militantes, educação, cooperativas, comunicação, direitos humanos, relações internacionais e cultura.

A estimativa é de que haja mais de 4 milhões de sem-terra, mas é difícil organizá-los porque estão pulverizados nas fazendas, porque são muito pobres, porque são analfabetos basicamente concentrados no Nordeste e no Sul. Essa é a base social que o MST busca atingir. A coordenação nacional é formada por aproximadamente 200 pessoas e a direção por 20 a 30, variando a cada ano. Quanto aos apoios internacionais, os países principais são Alemanha, França, Inglaterra, Canadá, Itália e Espanha. A marca do movimento é a ocupação do espaço político e geográfico. O MST, afirma Mançano Fernandes “*é sempre um organismo em movimento. Se abrir mão da tática de ocupar espaços, o MST não consegue negociar e perde a razão de existir*”. O MST tem mais ou menos 15 mil militantes que estão estudando e 140 mil famílias acampadas na beira das estradas, debaixo das lonas. É o “exército mobilizável a qualquer hora”. Estima-se que das 480 mil famílias assentadas ao longo dos últimos 20 anos, cerca de 300 mil permanecem ligadas ao MST.

Para se ter uma idéia da variedade de formas de manifestação, todas seguindo uma mesma lógica, e da abrangência geográfica das ações com que marca a sua atuação, vale a pena conferir a programação do MST para lembrar a chacina de Eldorado do Carajás, em 2001. Conforme noticiado por *O Globo* (17.04.2001. Pág.: 12), com o título: “*MST protesta hoje em todo o país por Carajás*”, as manifestações estavam marcadas para acontecer em 23 capitais e o governo federal havia montado equipe para acompanhar as ações do MST nos estados. Foi noticiada a seguinte programação:

No Pará: Marcha, missa na Praça Mártires de Abril, em Belém. Acampamento em frente ao Incra. Missa Campal em Eldorado do Carajás. Em Mato Grosso: Ato público. Celebração ecumênica. Caminhada até superintendência do Incra. Em São Paulo: Ato de cem mulheres. Concentração no Masp, na Avenida Paulista. Em Pernambuco: Ato na Praça do Carmo dos sem-terra que marcharam desde a Usina Aliança. Em Alagoas: Dois mil sem-terra farão ato público em Maceió. No Rio de Janeiro: Ato em memória dos 19 sem-terra mortos em Eldorado do Carajás em frente ao Palácio da Justiça. Em Rondônia: Jornada de protestos

em Ji-Paraná em protesto contra multinacionais, alimentos transgênicos e importações. Em Santa Catarina: Ato do MST e outras entidades contra os alimentos transgênicos em frente à Ceval e ao Incra. Em Minas Gerais: Ato público em Buritis e caminhada até assentamento desapropriado pelo Incra.

O MST realiza ainda outros tipos de protesto como o grito dos excluídos, série de manifestações organizadas pela CNBB no Dia da Pátria, 7 de Setembro; e a ocupação de prédios públicos, como sedes do Incra, do Banco do Brasil e do BNDES, além de outras ações com repercussão internacional, como foi o caso da ida de um militante do MST ao Oriente Médio. Com fotos e manchetes os jornais do Brasil e do mundo noticiaram que o MST estava levando apoio ao líder palestino Yasser Arafat, num momento em que este era mantido em cárcere privado, em Ramallah, pelas autoridades de Israel. O assunto foi manchete de primeira página de *O Globo* (1.04.02), onde sob o título “*Israel exige saída de ativistas e imprensa da cidade de Arafat*”, aparece uma foto de duas colunas com Yasser Arafat segurando a bandeira do MST, ao lado do integrante do movimento, Mário Lill. O ato serve ainda para angariar ou reforçar alguns apoios internacionais aos sem-terra.

Um bom retrato da reação às investidas do MST pode ser dado pela criação do “Gabinete de Crises”, o núcleo de gerenciamento de crises da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com relato do jornal *Valor Econômico* (*Valor Especial*, 9,10 e 11.06.2000. Pág. A12), em matéria intitulada “*Gabinete monitora crise e orienta ação do governo*”, doze especialistas estavam acompanhando, do Palácio do Planalto, o país em crise. Embora criado para cuidar desde problemas como um apagão até a biopirataria, o objetivo maior do gabinete seriam os atos do MST. O infográfico da matéria traz mapas do Brasil com indicações de: política de ocupação; escola de formação do MST; área invadida/ocupada pelo MST; dissidência do MST; assentamento do MST; e acampamento do MST. São 10 os procedimentos adotados como orientação pelo órgão:

- 1- O conflito e não os atores é o objetivo da manobra da crise;
- 2- O emprego da força, caso imprescindível, deve ser feito de forma a compelir e não destruir;
- 3- Deve-se buscar e manter o apoio da opinião pública;
- 4- Deve-se transferir ao oponente o ônus do uso da força;
- 5- Uma posição de defesa do “status quo” situacional é mais facilmente mantida que uma postura geral revisionista;
- 6- As ameaças, ações militares e diplomática devem possuir credibilidade;
- 7- As comunicações entre os partidos devem ser mantidas durante todo o tempo;
- 8- Devem ser escolhidas ações diplomático-militares que sinalizem o desejo de negociar mais que buscar uma solução militar, deixando sempre, ao oponente, uma saída honrosa;
- 9- Os objetivos limitados são mais facilmente gerenciáveis;
- 10- O uso da força deve ser incremental, mantendo o controle da progressão de eventos.

Ao descrever a estratégia do governo para lidar com crises, o jornal não apenas destaca o que ela tem a ver especificamente com o MST, isto é, nos mapas e infográficos o destaque é para o potencial gerador de crises representado pelos sem-terra, como também não questiona nenhuma das recomendações, como se fosse natural enfrentar ou responder às demandas de um movimento social do mesmo modo que à falta de energia elétrica, o surgimento de uma epidemia ou o roubo de direitos autorais na pesquisa genética. Tratam-

se de problemas de natureza, implicações e causas distintas. O que há de “crítico” nas ações do MST é o potencial de mudança e transformação, ou seja, de ameaça à estrutura existente, pondo em crise a ordem vigente.

A EDUCAÇÃO DOS SEM-TERRA E A FORMAÇÃO DE LÍDERES

Ainda de acordo com as resoluções em vigor decididas em seu IV Congresso, o MST se compromete, conforme o item 9 a “*Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil*”. Para tanto, os sem-terra deverão “*Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na base e escolas de assentamentos*”. Em seu entendimento de Reforma Agrária, o MST busca a desapropriação e distribuição de lotes, a democratização do capital investido hoje no campo e a educação dos sem-terra. Além de desenvolver campanhas nacionais em torno destas questões, o movimento se propõe a formar cidadãos, criando e mantendo escolas, nas quais possam ser formadas novas lideranças, novos militantes, novos quadros. Embora escassos nas páginas dos jornais, não é impossível encontrar relatos sobre outras atividades do MST, além de invasões e protestos. Uma delas, reclamada regularmente pelos sem-terra, é a educação. O MST acusa os meios de comunicação de nunca mencionarem seus projetos educativos, apesar da importância que têm para o movimento. A reclamação contra a não-notícia, no entanto, facilmente poderia ser substituída pela reclamação contra a editorialização de notícias.

De acordo com Pierre Bourdieu, “*os futuros dirigentes [da sociedade] são designados nos debates de televisão ou nos conclaves. Os governantes são prisioneiros de um ambiente tranqüilizante de jovens tecnocratas que freqüentemente ignoram quase toda a vida cotidiana de seus concidadãos e a quem ninguém recorda sua ignorância.*” Para o sociólogo francês, a mídia termina preferindo dar a palavra aos que já falam por todos os meios, o que faz do discurso midiático uma sinfonia redundante, com poucas vozes

destoantes.¹⁵ O MST sabe disso, sabe da necessidade de formar novas lideranças e representações, de qualificar vozes que possam levar adiante suas reivindicações. E sabe também que a melhor maneira de conseguir tal coisa é pela educação. O tema é tão importante para o movimento que seus líderes costumam dizer que existe uma regra interna na organização: só pode se dizer militante do MST quem estiver estudando.

A educação prestada aos filhos de agricultores nas escolas mantidas pelo MST é uma das fontes do pensamento estratégico do movimento. Numa das poucas reportagens publicadas sobre as escolas do MST, é possível perceber como o tema é visto pela mídia de notícias. Com o título “*Com verba pública, MST dá aula a 100 mil*”, a *Folha de S. Paulo* revela alguns de seus pontos de vista sobre o tema. No lide da matéria, o jornal afirma que o MST está expandindo sua “*pedagogia transformadora*” pelo país com ajuda do dinheiro público.

O jornal fornece números expressivos. Tratam-se de 1.100 escolas, ocupadas por mais de 100 mil alunos “sem-terrinhas”, assistidos por 3.000 educadores. Há ainda outros 500 alunos em cursos técnicos, magistério, graduação e pós-graduação em pedagogia. Para formar uma turma de universitários que, segundo a *Folha* “*irão servir aos interesses dos sem-terra*”, são necessários quatro anos. O custo é de R\$ 800 mil por cada universidade, a maior parte paga pelos “*cofres públicos*”. Além disso, o MST mantém convênios com 42 universidades do Brasil.

Uma indagação acompanha quase todo o texto da reportagem da *Folha*: a educação prestada pelo movimento dos sem-terra é ideológica? O jornal não esclarece como seria o ensino não ideológico. Mas o que é criticado no ensino dos assentamentos são lições contrárias ao capitalismo. A reportagem cita a superintendente do Incra no Rio Grande do Sul, Maria Helena Corbelini, para quem: “*A proposta não é ideologizada, aproveitamos os professores do MST por viável*”. A reportagem da *Folha* enxerga diferenças entre um “*ensino de transformação para uma sociedade humanitária*” e “*ensino ideológico*” ou entre “*aprendizagem feita a partir do cotidiano rural*” e “*método Paulo Freire*”, também conhecido, como a “*pedagogia do oprimido*”, defendido por setores de esquerda.

Pelo que afirma o jornal, o que inspira o ensino nas escolas do MST é por exemplo a idéia de que reforma agrária é mais complexa do que a simples distribuição da terra. Que o conhecimento técnico e cultural é essencial e o que está em jogo é a produção de uma nova cultura camponesa no meio rural. Os cursos têm vínculos com as lutas, com a idéia de que a história está em marcha. Os alunos refletem sobre o que fazem, sobre o seu contexto. As pessoas se tornam sujeitos reflexivos. Segundo a educadora Roseli Salete Caldart, uma das responsáveis pela formação de professores do MST, não existe interesse em um ensino ideológico. Em vez disso, afirma ela, existe um compromisso político sim, que é explícito e direto, mas que tem um interesse mais abrangente que o do MST. A missão é dar uma educação ampla, mas com o compromisso da transformação.

Entre as novidades destacadas pela reportagem está o acampamento didático, organizado no campo de futebol de uma das escolas de primeiro grau, que funciona num assentamento na cidade gaúcha de Nova Santa Rita. O objetivo é recuperar a história dos pais das crianças. Entre as atividades desenvolvidas no acampamento, foi ministrado um curso sobre a história de Ernesto Che Guevara.

Atento à suposta necessidade de ouvir o outro lado, o jornal abre um box, com o título: “*Agricultor vê ‘formação de exército’.*” De acordo com o que foi publicado, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul considera as escolas mantidas pelo MST como um “*perigo para a sociedade brasileira*”. Para a entidade o que o movimento está fazendo é formar “*um exército revolucionário*”. Um dos representantes da Federação, Gedeão Pereira, ouvido pelo jornal, afirma que os sem-terra “*querem chegar de qualquer jeito ao poder*”. Ele questiona: “*Não viram que essa mesma tática não funcionou na URSS? Bastou abrir a Cortina de Ferro para vermos o caos que era aquilo. No mínimo é preocupante.*” Ele conclui afirmando que os professores do MST contestam o direito de propriedade.

As preocupações do representante de uma entidade de proprietários rurais têm algo em comum com a própria questão de fundo trazida pela *Folha de S. Paulo*, quando tenta

estabelecer se o ensino ministrado aos filhos de sem-terra é ideológico. O jornal deixa à mostra entendimento de que não questionar a propriedade da terra, a concentração da terra, e todos os problemas dos quais os sem-terra têm sido vítimas não seria ideológico, mas natural, científico, pedagógico de fato.

A nova geração de líderes sem-terra é descrita pela revista *Época* (07.07.2003. Pág.:34 a 42) como “*jovens que não acreditam em governo, consumo ou democracia*”. De acordo com o título da capa da revista, ilustrado pela foto de João Paulo Rodrigues, chamado pela revista de “*uma das maiores lideranças do MST*”, apesar dos seus 23 anos: “*Eles querem revolução*”. A reportagem de capa afirma que João Paulo Rodrigues e seus colegas da nova geração do MST – A primeira nascida nos acampamentos e formada nas escolas da organização – acreditam que o país só muda com uma revolução socialista. De acordo com a revista, eles seguem ensinamentos de Marx, Lênin e Mao Tse-tung. Entre os feitos atribuídos aos jovens militantes, estão 117 invasões em 23 Estados, em 6 meses de governo Lula; uma marcha de 800 manifestantes pra ocupar uma fazenda no Rio Grande do Sul; ocupação de 11 postos de pedágio em rodovias no Paraná; quatro saques a caminhões nas estradas de Pernambuco; ocupação de escritórios de companhias de energia elétrica e água em Alagoas. Para a revista *Época*:

Num tempo em que adolescentes cubanos sonham com a Flórida, jovens do Leste Europeu comemoram o fim da Cortina de Ferro e chineses tentam escapar do controle opressor do Estado, a nova geração do MST é talvez a única juventude do mundo que ainda acredita na ditadura do proletariado.

Ainda de acordo com a reportagem, os jovens sonham com uma sociedade sem exploradores, com trabalhadores assumindo fábricas e substituindo os patrões; acreditam na solidariedade, idolatram Che Guevara; lêem Eduardo Galeano e Bertolt Brecht; convivem com bandeiras do partido comunista russo e da Palestina; foram criados “*dentro de uma organização que estimula os valores tradicionais dentro de uma disciplina quase stalinista*”, não cantam músicas que considerem “alienadas” mas assistem a filmes da Disney e vivem “*um Brasil rural quase desaparecido*” pois começam a namorar aos 17

anos em forrós ou quermesses mas mediante autorização dos pais; adoram músicas do grupo *Legião Urbana* e música sertaneja. Não ligam para roupas; são avessos à “opressão da sociedade de consumo”. E graças à falta de eletricidade na maioria dos assentamentos, estão imunes aos apelos da televisão. Enfim, diz *Época*, os jovens do MST não trocariam seu acampamento por “um empreguinho na periferia com esgoto a céu aberto”.

NOTAS:

1. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Apud Luiza Erundina. In *Revista Cadernos do Terceiro Mundo*. No. 200. Junho/julho 1997. Editora Terceiro Mundo.
2. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. Pág. 11. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/revista/autores/autoreso.html>. Acesso em 10.02.2006.
3. Disponível no site do MST: www.mst.org.br. Acesso em 10.01.2006.
4. Idem.
5. STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. Pág. 131.
6. MARTINS, José de Souza. Apud STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. Págs.:36-37.
7. STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Idem. Pág. 135.
8. GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola, 1997. Pág. 250.
9. STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. Pág. 25.
10. STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Idem. Pág. 121.
11. STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Ibidem*. Pág. 153.
12. ECO, Umberto. Apud ARAÚJO, Inesita. Mediações e Poder. *Paper* apresentado ao Congresso da Alaic, Chile, 2000. Pág. 6. Disponível em <http://www.eca.usp.br/alaic/chile2000>.
13. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Págs.: 14 e 15.
14. FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrevista ao autor. Rodoviária de Presidente Prudente, São Paulo. 20 de janeiro de 2000.

15. BOURDIEU, Pierre. *Apud* SADER, Emir. Resenha do livro *A miséria do Mundo*, organizado por Pierre Bourdieu. Publicada em *O Globo*. Caderno *Prosa e Verso*. 28.03.05. Pág. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco antes do encerramento deste trabalho, ainda era possível encontrar na imprensa brasileira alguns ecos de uma discussão iniciada durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva a respeito da criação de Conselhos encarregados de regular a prática do Jornalismo no país. A posição favorável à proposta via tais órgãos como espécies de ouvidorias que poderiam garantir a liberdade de informação e o livre trânsito de opiniões na sociedade como forma de deter ou impedir a existência de um unilateralismo da imprensa e uma mídia controlada por grupos ideológicos sem isenção. Ainda segundo o argumento favorável aos conselhos, tal mídia unilateral estaria tentando naturalizar como se fosse de todos uma posição particular, e representava a ameaça de um autoritarismo cujo núcleo duro de controle seria o poder econômico.

Na posição oposta, de forma aparentemente unânime, representantes dos órgãos de imprensa repudiam a idéia com base no argumento de que Conselhos de Jornalismo significam uma forma de controle desnecessária e anti-democrática, já que a sociedade teria à sua disposição várias opções de jornais, revistas, tevês, pertencentes a várias empresas e que a concorrência e o tempo seriam suficientes para depurar ou corrigir possíveis desvios de um ou outro órgão de informação que, porventura, desrespeitasse a liberdade de expressão. Segundo tal argumento, caberia ao governo, no máximo, cuidar, por exemplo, da educação e preparar as pessoas melhor para que elas próprias fizessem suas escolhas livremente, sem intervenção de governos ou conselhos. Seria, portanto, um atentado à liberdade de expressão e à democracia a criação de um Conselho de Jornalismo.

Tanto um lado quanto o outro reprovam a existência de uma imprensa parcial e, ao mesmo tempo, reconhecem e defendem como necessária a pluralidade de opiniões, com livre acesso à mídia. Longe de tomar partido na polêmica, esta tese contribui para a afirmação de que o conceito de opinião pública continua tendo caráter normativo para a sociedade e para a imprensa. A opinião pública mostra-se ativa, determinante, isto é, confirma sua existência e capacidade de interferir nos rumos dos acontecimentos. Ainda que se questione os modos como é avaliada, aferida ou interpretada, ela persiste. Ainda que

diluídas em telefonemas, cartas, e-mails enviados a jornais, emissoras de radio ou televisão, as manifestações do público têm peso. Além de correspondências para políticos parlamentares e manifestações de organizações da sociedade civil, como associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas e universidades, há um sem-número de instâncias por onde é possível dar repercussão ao que pensa a opinião pública. Ou manter o debate público sobre questões do interesse coletivo.

Como tal, a opinião pública integra a composição de elementos que descrevem a hegemonia ou a luta pela hegemonia que se trava em vários lugares, mas especialmente no campo da imprensa. Entre os ensinamentos que esta tese tem a oferecer está a distinção entre a idéia de hegemonia e a idéia de dominação. No âmbito da disputa hegemônica, torna-se impossível a idéia de manipulação, posto que as direções, decisões e definições hegemônicas são resultantes de um embate que está ocorrendo o tempo inteiro entre as forças e interesses antagônicos presentes na sociedade.

Mas o conceito de hegemonia, ou a perspectiva de uma luta constante pela hegemonia não implica em que as forças estejam equilibradas, isto é, não implica em que todos os setores da sociedade tenham o mesmo acesso, a mesma possibilidade de apresentar suas posições, sua visão de mundo. Ao contrário, o jogo se dá justamente porque as condições materiais da existência de cada segmento da sociedade, seus interesses e demandas específicos colocam-nos em contraposição vantajosa ou desvantajosa em relação a outros segmentos e os movem na direção da mudança, da resistência, da contestação e do enfrentamento.

A luta se assemelha a um jogo que é disputado num campo que por sua vez nem sempre é neutro como deveria ser. O que o torna alvo de questionamentos e motivo de desconfiança sobre a honestidade dos resultados, ou seja sobre a legitimidade das posições vitoriosas. Para o observador ou pesquisador, há pelo menos dois modos possíveis de tratar tal questão. A primeira pressupõe que o campo está viciado, isto é, foi montado, construído já para favorecer um dos lados, o da ordem vigente ou da situação. Deste ponto de vista,

para que se tenha um jogo limpo, uma partida equilibrada, seria necessário refazer o campo ou intervir em seu modo de funcionamento.

Uma outra abordagem possível, mais afinada com os objetivos desta tese, considera primeiro que o campo para continuar existindo precisa estar acolhendo o jogo. Para se manter como lugar da disputa tem que preservar valores mínimos, tem que respeitar princípios básicos indispensáveis que irão lhe garantir credibilidade, que irão manter o público presente e interessado, que enfim permitirão que o próprio campo sobreviva. Ou seja, se o campo do jornalismo é palco de uma das formas de disputa por hegemonia, as regras da disputa pela hegemonia contribuem para a manutenção do campo. Assim vemos o jornalismo, assim vemos o campo da imprensa e suas relações com a disputa hegemônica.

Por mais que a imprensa tenha vínculos históricos, econômicos, de classe, por mais que dependa de seus anunciantes e por mais que se dirija preferencialmente às classes que detêm o poder ou fale em nome delas, para continuar desempenhando o papel – reivindicado por ela própria e esperado pelo público – de instituição fundamental à democracia, isto é, para continuar abrigando o jogo da hegemonia ou o debate permanente que sustenta a democracia, não pode vedar de maneira absoluta e impermeável sua superfície. Ainda que pretenda, de modo funcionalista, preservar o sistema como o encontra e de onde surge, a imprensa permanece como um dos mais eficazes canais para a participação política e para a luta por cidadania. Como o faz ou afirma estar disposto a fazer um movimento social como o MST.

Pode-se descrever e analisar três momentos da história recente do Brasil em que o MST figura com destaque e participa da luta pela hegemonia. No primeiro, um movimento de agricultores pobres, desprovidos de bens, de terra e de voz e motivados pela esperança e a vontade de se tornarem sujeitos da história, resistem e se colocam contra a ordem vigente. De maneira insubordinada e ativa, decidem tomar o que consideram que deveria lhes pertencer, a terra de que dependem para sobreviver.

No momento seguinte, tendo experimentado o êxito e confiantes na possibilidade de ampliar o alcance de sua luta, mediante alianças e apoios que ultrapassam os limites de seus assentamentos e acampamentos, os sem-terra se utilizam da mídia, especialmente da mídia de notícias, criando fatos, produzindo notícias, norteando pautas e coberturas e garantindo atenção e repercussão aos noticiários, especialmente entre as classes médias urbanas.

Na terceira cena, o movimento depara-se com a reação dos setores dirigentes, das elites e do próprio campo – da mídia – que até então lhe havia garantido visibilidade, notoriedade e apoios. O MST tem travado um embate com as elites que preservam a situação. Tal embate se dá, entre várias outras arenas ou ringues, na mídia de notícias. Quando o confronto – ideológico – acontece, constata-se que os próprios veículos da mídia tendem a favorecer os discursos conservadores. A grande imprensa, fustiga o movimento censurando suas ações, reprovando sua ideologia e condenando seus discursos e postulações. Busca desqualificar e desacreditar para a opinião pública o movimento e as mudanças que ele diz representar, no intuito de deter rupturas radicais no sistema postuladas pelo MST. Em tais momentos, o embate torna-se uma luta MST X Mídia. É a partir deste cenário, é de dentro deste contexto, que o MST passa a formular e aplicar estratégias capazes de reverter as características adversas da mídia em fatores favoráveis à transformação pretendida pelo movimento ou favoráveis à permanência do MST no campo onde se trava a luta pela hegemonia.

Outros momentos, no entanto, revelam que o movimento dos sem-terra consegue apoios, espaços e tempos da mídia. Tal coisa não acontece naturalmente, mas sim graças a ações e atitudes que, partindo do princípio de que é possível, conquistam os espaços necessários e os tentam manter. A batalha mais visível se trava por meio de utilização de armas retóricas e discursivas. Para tanto, o MST lança mão de estratégias, de táticas que lhe possibilitem estar ali, dizer o que pensa e sustentar seus avanços. De tal modo que o próprio MST passa a constituir uma das forças que compõem a hegemonia, que participam da articulação. O movimento afirma que propõe uma transformação que significaria uma distribuição igualitária de oportunidades e de renda, o que encontra amparo no princípio democrático afirmado nas próprias leis e valores predominantes no país, válidos tanto para

as elites dirigentes como para os setores subalternos. Transformação que representaria também a possibilidade de dar voz aos setores da população menos favorecidos, aqueles que teriam o que dizer se fossem ouvidos, ou que ficaram excluídos da renda, das condições materiais, em parte porque também estiveram excluídos dos canais de participação.

Os segmentos beneficiários da situação, por sua vez, tentam manter suas posições e privilégios. Entre as várias estratégias que utilizam está a de apresentar sua visão de mundo como natural e portanto do interesse de todos e não de apenas alguns particulares. A elite dirigente do país tem se mantido em boa parte graças à aparência de legitimidade que consegue, graças à aparente aprovação da opinião pública para seu comando. Opinião pública com quem tais elites trabalham do ponto de vista comunicacional e a quem direcionam esforços de persuasão, sobretudo por intermédio dos meios de comunicação de massa. Mas, se a elite beneficiária da ordem vigente tem na mídia um instrumento aliado para manter o sistema, esta mesma mídia permanece como o melhor canal por onde podem ser propostas alterações e transformações deste sistema. É esta ambigüidade que caracteriza a mídia de notícias brasileira como vista e analisada neste trabalho.

Se parece exagero supor que um movimento organizado por e para camponeses pobres, no interior rural, poderia ingressar e fazer parte da luta hegemônica, aceitar a idéia de que o modelo brasileiro que concentra a renda e a propriedade e sustenta a desigualdade social esteja cristalizado e não possa ser superado também não parece sensato, ou pelo menos não promete levar a lugar nenhum, senão à confirmação e o reforço da intocabilidade de tal modelo, da imutabilidade da ordem vigente e da configuração hegemônica. O que esta tese busca oferecer é a contribuição para uma reflexão sobre que possibilidades, mais ou menos limitadas, maiores ou menores, que espaços, brechas ou fissuras restam por serem esgarçadas e ampliadas para que a transformação social possa avançar no país, a partir de uma reconfiguração, uma modificação, uma constituição diferente da hegemonia.

Do jogo da hegemonia, participam os setores da situação e, como ingressante recente na luta, o MST. O Movimento dos Sem-Terra é uma espécie de desafiante, ao materializar, ao dar voz a uma resistência que já era esperada, considerando-se as formas de produção que diferenciam e opõem os setores subalternos aos setores dominantes. MST e elites dirigente se utilizam de recursos retóricos para convencer o público, para ganhar a adesão da opinião pública, utilizam-se sobretudo da palavra para apresentarem suas posições. O embate acontece no campo da mídia de notícias, no campo do jornalismo, mas este acaba por se tornar foco também de questionamentos e discussão. Entra na berlinda. Por seu papel ambíguo, por estar tão próximo do cidadão comum, dos fatos cotidianos, por ter que relatá-los, interpretá-los e verificar suas repercussões junto à coletividade. Embora tente apresentar-se como um espaço democrático, equânime, acessível a todos os setores, a mídia de notícias nem sempre desempenha tal papel. A chegada ao debate, o ingresso na luta pela hegemonia de um movimento social como o MST realça, revela e acentua o papel conservador desempenhado pela imprensa brasileira.

Apesar da desvantagem que encontra, apesar de toda a supremacia tecnológica, educacional, econômica dos setores dirigentes, ainda assim o MST consegue crescer, consegue aparecer e enunciar uma visão de mundo diferente. É fato que o movimento não o faz sem erros, sem contradições, sem expor flancos que são vigorosamente atacados pelos setores que detêm o poder e, também, pela mídia de notícias. É o caso por exemplo do uso de crianças em situação de risco como invasões, ocupações e manifestações. É o caso do uso de violência quando os sem-terra destroem cercas, matam animais em fazendas, fazem funcionários públicos de reféns ou utilizam bombas como coquetéis molotov contra um navio carregado com sementes transgênicas. É o caso do tratamento machista em relação à mulher nos assentamentos, é o caso dos desmatamentos de florestas, ou quando saqueia caminhões com alimentos ou recomenda que postos de pedágio sejam depredados. Em todos esses momentos o que falam ou pretendem os sem-terra está sujeito a questionamentos do restante da sociedade. Mas, ainda que apresente tantas contradições, o movimento mantém seu capital social, não só devido à legitimidade com que seus líderes se apresentam mas também pelo que conseguem aglutinar de apoios e interesses junto aos setores subalternos.

Este trabalho parte de uma perspectiva otimista. Diante da realidade que se encontra hoje, melhor será ver como é possível modifica-la do que recusar-se a tentar, considerando que não há possibilidade de mudanças. Parece não haver saída, é inevitável pensar a mídia como meio, ainda que ela se apresente como emissor. Mas o que pode o MST esperar do jornalismo quando lhe aponta críticas e reprovações? Deveria o jornalismo aderir às teses e postulações dos sem-terra? Ou deveria mostrar mais amplamente todos os aspectos da luta do MST? O jornalismo deveria dar voz àqueles que normalmente não têm representação em outras instâncias não informativas da mídia. Não parece difícil analisar a sociedade brasileira como uma elite rica, separada por um grande fosso, da massa da população. Onde estaria a imprensa na hora em que estes dois lados apresentam suas posições e interesses?

Ainda que o MST não represente, necessariamente, a melhor proposta de sociedade dadas as suas contradições internas, ainda que ele não ofereça um modelo confiável e sem riscos, capaz de contemplar a todos, sua trajetória e sua presença ampliam as possibilidades de que os setores interessados na transformação social sejam ouvidos e, com isso, a imprensa cumpra de fato seu papel como instituição fundamental para a democracia, o que significa que cabe a ela zelar pela liberdade, pela igualdade de oportunidades e para que o jogo, a disputa pela hegemonia seja mantido com equilíbrio e possa sempre ser modificado contanto que assim o deseje a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora (Org). Eles mudaram a imprensa – depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AGGIO, Alberto (Org). Gramsci – a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad.: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARAÚJO, Inesita. *A Reconversão do Olhar*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.
- ARAÚJO, Inesita. Mediações e Poder. *Paper* apresentado ao Congresso da Alaic, Chile, 2000. Pág. 6. Disponível em <http://www.eca.usp.br/alaic/chile2000>.
- ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. VOLOCHINÓV. Marxismo e Filosofia da Linguagem. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização, as consequências humanas*. Trad.: Marcos Penchel. R. J.: Jorge Zahar, 1999.
- BERGER, Christa. *Campos em Confronto. A terra e o texto*. Porto Alegre: Editora UFRS, 1998.
- BERGER, Christa. *Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais: As relações entre o Movimento Sem-Terra e a Zero Hora*. Tese de Doutorado na ECA, USP - Maio de 1996.
- BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BOGO, Ademar. O MST e a cultura. Rio Grande do Sul: Iterra, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. S.P.: Edusp, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998a.
- BRETON, Phillipe e PROULX, Serge. *A Explosão da Comunicação*. Lisboa, Portugal: Bizâncio, 1997.

- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, EDUSP, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede* (A Era da Informação, vol.I). São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano; artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CLARK, Katerina e HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- COIMBRA, Oswaldo. O texto da reportagem impressa – um curso sobre sua estrutura. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- D’INCAO, Maria Conceição e ROY, Gerard. *Nós, cidadãos – aprendendo e ensinando a democracia*. S. P.: Paz e Terra, 1995.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Coord. por Izabel Magalhães. DF: UnB, 2001.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – Formação e Territorialização*. Seg. ed.. S. Paulo: Hucitec, 1999. 285 p.
- FILHO, Ciro Marcondes. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Sexta edição. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *As palavras e as coisas*. Segunda edição. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. *Vigiar e Punir*. Décima quarta edição. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1950.

- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio: 1960.
- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ongs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola, 1997.
- GOMES, Wilson. *Esfera pública política e mídia: com Habermas, contra Habermas. Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. In: RUBIM, Antônio Albino C. e outros. Org. Coleção Compós. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Págs. 155 a 186.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A estreita convivência entre notícia e anúncios na página dos jornais*. In Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, Vol. XXVI, no. 1. Janeiro/junho de 2003. Intercom.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Org.: Liv Sovik. Trad.: Adelaine La Guarida Resende.. [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX:1914-1991*. Trad.: Marcos Santarrita. SP.: Cia. Das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JAMESON, Fredric. *Sobre os estudos de Cultura*. Trad. John Manuel Monteiro e Otacílio Nunes. Novos Estudos CEBRAP. No.39, julho 1994.
- JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1955.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul. Manual de Comunicação*. Trad.: Rafael Varela Jr. 2ª. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Págs. 249-251.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LIMA, VENÍCIO, Artur de. *Mídia: Teoria e Política*. SP: Perseu Abramo, 2001.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores-Editora da Unicamp, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave de Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 1. I, v. 1.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política; Do Capital; O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Col. Os Pensadores).
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos Meios às Mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MATTELART, Armand. *A Invenção da Comunicação*. Lisboa, Portugal: Piaget, 1996.
- MATTELART, Armand. *Comunicação-Mundo; história das idéias e das estratégias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 2ª edição.
- MATTELART, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MEDEIROS, Marcelo. *O estudo dos ricos no Brasil*. Revista Econômica. Rio de Janeiro. V. 7. n.1. p. 99-128, junho de 2005.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- NOVAES, Adauto (org). *Rede Imaginária*. Segunda edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NOVAES, Washington. *A quem pertence a informação?* Segunda edição. Petrópolis: Vozes, 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. Pág. 11. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/revista/autores/autoreso.html>. Acesso em 10.02.2006.
- PEIXOTO, Ovídio Mota. *O direito do súdito: MST, Mídia e Reforma Agrária*. Dissertação de Mestrado. Eco-UFRJ. Agosto de 2000. Orientação: Professor Dr. Aluísio Ramos Trinta.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. São Paulo: Hacker editores, 1999.

- PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). O jornal – da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- REBOUL, Olivier. Introdução à retórica. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Vários autores. S. Paulo: Intercom e CNPq. Vol XXVI, n. 1. Janeiro/junho de 2003.
- ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ- Contraponto, 2001.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*; técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*; São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização*.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*; globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. *Território e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SECCO, Lincoln. Gramsci e o Brasil – recepção e difusão de suas idéias. São Paulo: Cortez, 2002.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil. Cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Muito Além do Jardim Botânico. São Paulo: Summus, 1985.
- SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária*. Segunda edição. S. Paulo: Brasiliense S/A, 1998. 109 p.
- SILVEIRA, José Paulo Bandeira da. Artigo IN Revista *Comunicação e Política*, volume V, no. 2, maio/agosto de 1998.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SODRÉ, Muniz. *O Social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. S. Paulo: Editora Cortez, 1992. 127 p.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando @ cultura*. A comunicação e seus produtos.

Petrópolis: Vozes, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente*. S. P.: Edit. Fund. Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*; teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VARELLA, Marcelo Dias. *Introdução ao direito à Reforma Agrária*. São Paulo: Editora de Direito, 1998.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VENÍCIO, Artur de Lima. *Mídia: Teoria e Política*. SP: Perseu Abramo, 2001.

VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo, Cultrix/USP, 1980.

VERÓN, Eliseo. *Ideologia, Estrutura, Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1977.

VERON, Eliséo. *Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita*.

VINHAS, Mário. *Problemas agrário-camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

VOESE, Ingo. *O movimento dos sem-terra na imprensa. Exercício e análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Unijuí, 1997.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Tradução: Maria J. V. de Figueiredo. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, LDA, 1995.

HEMEROGRAFIA

JORNAL DO BRASIL

1997:

SANTOS, Milton. Geógrafo. Entrevista. *Jornal do Brasil*, 21.09.97.

1999:

João Pedro Stédile. Entrevista. 05.09.99. Pág. 7.

MST quer crescer sem virar partido. 08.09.99. Pág. 7

2000:

Bernardo Mançano Fernandes. Entrevista. 07.05.2000. Pág. 12.

João Pedro Stédile. Entrevista. 21.05.2000. Pág. 12.

Opinião dos Leitores. 21.10.2000. Pág. 8.

Editorial. *Estaca Zero*. 21.10.2000. Pág. 8.

FOLHA DE SÃO PAULO

1997:

19 de abril de 1997. Pág. A 2.

Caderno Mais. Roberto Mangabeira Unger. 09.03.1997. Pág.5-3

1998:

05.04.98. Capa

Notícia. 06.10.98. Pág. A4.

João Pedro Stédile, citado na edição de 22.12.98. Pág.: 6.

1999:

29.05.99. Texto-legenda. Primeira Página.

Editorial. *Confusão de Tarefas*. 07.07.99. Pág. A2.

Notícia. 07.07.99. Pág. A8.

Editorial. 16.07.99. Pág. A2.

2000:

Reportagem. 16.03.2000. Pág. A16.

Editorial. *500 Invasões*. 19.04.2000. Pág. A2.

Notícia. 17.04.2000. Pág. A16.

Manchete. 29.04.2000. Capa.

Coluna de Eliane Cantanhede. Edição de 04.05.2000. Pág.:A2.

04.05.2000. Pág. A 2.

06.05.2000. Pág. A2.

Editorial. 09.05.2000. Contrato para todos. Pág. A2.

Alcino Leite Neto. *O colapso da televisão*. Caderno *TV Folha*. 14.05.2000. Pág. 2

Caderno *Agrofolha*. 02.05.00. Pág 1

Editorial. 14.09.2000. Pág. A2.

Reportagem. 27.07.2000. Pág. A12.

Frei Betto. Tendências/Debates. 27.09.2000. Pág. A3.

29.09.2000. Pág. A6.

Marilene Felinto. Artigo. 17.10.2000. Pág. C2.

Editorial e reportagem. 10.11.2000. Pás. A2 e A9.

Notícia. 14.11.2000. Pág. A10.

Caderno *Agrofolha*. 14.11.2000. Pág. 14.

16 de novembro de 2000. Pág. A10.

13.12.2000. Pág. A7

Texto-Legenda *Visita*. 12.10.2000. Primeira Página.

Josias de Souza. Coluna *No Planalto*. 15.10.2000. Pág. A7.

Marilene Felinto. Artigo: *Caça ao perigoso bandido do MST*. 17.10.2000. Pág. C2.

2001:

Reportagem. 04.03.2001. Pág. A8.

2002:

Manchete. 24.03.2002. Primeira Página.

Notícia. 25.08.2002. Pág. C5.

Joaquim Falcão. Mestre em direito pela Universidade de Harvard, EUA. Artigo: *As elites e os contratos. Tendências / Debates. Folha de S. Paulo*: 22.12.02. Pág. A3.

Bernardo Ajzenber. Ombudsman. 24.03.2002. Pág. A6.

2003:

Primeira Página. 06.07.03.

16.03.2003. Págs. A4 e A5.

06.04.2003. Pág. A10

06.07.2003. Pág. A6.

13.07.2003. Pág. A4

Notícia. 17.08.2003. Pág. A14.

Rubens Ricupero. Artigo. 24.08.2003. Pág. B2.

2004:

Reportagem. 10.10.2004. Pág. A18.

2005:

MORAIS, Antônio Ermírio de. Artigo *Responsabilidade e amor à pátria. Folha de S. Paulo*. 31.06.05. Pág. 2.

Folha on line. *Lula tenta pacto para evitar o abril vermelho*. Acesso em 19.01.2005.

13.07.05. Pág A14.

O ESTADO DE SÃO PAULO

1999:

MST prepara estratégia para tomar o poder. 20.06.99. Primeira Página.

2003:

João Paulo Rodrigues. Citado em 11.05.2003. Pág. A10.

O GLOBO

1997:

Editorial. *O risco em Brasília*. 18.04.97. Primeira Página.

1998:

Notícia. 10.01.98. Pág. 10.

Reportagem. 17.01.98. Pág. 3.

08.03.98. Pág. 14.

Artigo de João Pedro Stédile. Edição de 30.04.98. Pág. 7.

1.04.98. Pág. 9

1999:

13.04.99. Coluna *Opinião*. Pág. 3.

2000:

Manchete. 19.04.2000. Primeira Página.

04.05.2000. Pág.: 5 e Capa.

Coluna Panorama Político. Tereza Cruvinel. 6 .05. 2000. Pág.2.

7.05.2000. Pág. 4. Coluna Márcio Moreira Alves

Coluna Helena Chagas. 9 .05.2000.Pág. 4.

Reportagem. 26.07.2000. Pág. 8.

Coluna Márcio Moreira Alves. 20.08.2000. Pág. 4.

13.09.2000. Coluna *Opinião*. Pág. 3.

Reportagem. 26.10.2000. Pág. 13.

Encarte de 7 páginas do *Infoglobo*. 24.11.2000.

2001:

Raul Jungmann, Ministro da Política Fundiária. Edição de 07.03.2001. Pág.: 2

Notícia. 17.04.2001. Pág. 12.

2002:

Manchete. 24.02.2002. Primeira Página.

Manchete. 01.04.2002. Primeira Página.

Reportagem. 28.07.2002. Pág. 10.

Reportagem. 08.09.2002. Pág. 10.

2003:

02.01.03 .Pág.: 3.

06.07.2003. Pág. 4

17.08.2003. *Capa*

Cem anos de concentração. 30.09.2003. Pág. 19.

JORNAL VALOR ECONÔMICO**2000:***Valor Econômico Caderno EU &.* 9, 10 e 11 de junho de 2000, pág. 19.*Valor Econômico. Caderno Eu &..* 9,10 e 11 de junho de 2000. Capa.*Valor Econômico. Caderno Eu &..* 9,10 e 11 de junho de 2000. Pág. A12.**REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril****1997:**

João Pedro Stédile. Entrevista. 06.08.97.

1998:

Edição de 03.06.1998. S. Paulo:Editora Abril.

Veja. 03.06.98. Edição 1549, ano 31. N.22. Págs. 42 a 48.

Jaime Amorim. Entrevista. 07.10.98. Pág. 13.

2003:

Edição de 18.06.2003

Carta ao leitor. 2 de julho de 2003, pág. 9.

2005:

Edição de 27.07.05. Pág. 87.

REVISTA ÉPOCA**2003:**

Reportagem sobre MST. 07.07.2003. Págs. 18-42.

REVISTA CARTA CAPITAL**2005:**

21.09.2005. Págs.28 a 33.

REVISTA LIDE. Revista do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro**Julho de 2000:**

REDE GLOBO DE TELEVISÃO

1996 e 1997:

Telenovela *O Rei do Gado*. De Benedito Ruy Barbosa. Apresentada em 1996, no horário nobre e reapresentada no programa *Vale a Pena Ver de Novo*, no horário da tarde.

1998:

Arnaldo Jabor. Comentário feito na edição do *Jornal Nacional*. 17.04.98.

2000:

Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Agosto de 2000.

TEVÊ CULTURA

2004:

Ruy Mesquita Neto. Diretor do Jornal *O Estado de São Paulo*. Entrevista ao Programa *Roda Viva*. 05.04.2004.

RIO DE JANEIRO. 26 DE ABRIL DE 2006